

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM FILOSOFIA

DOUGLAS ANTÔNIO FEDEL ZORZO

**A GUERRA EM MAQUIAVEL:
POR QUE[M] MORREM OS SOLDADOS NOS CAMPOS DE
BATALHA?**

TOLEDO
2019

DOUGLAS ANTÔNIO FEDEL ZORZO

A GUERRA EM MAQUIAVEL:
POR QUE[M] MORREM OS SOLDADOS NOS CAMPOS DE
BATALHA?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea.

Linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Ames.

TOLEDO
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Zorzo, Douglas Antônio Fedel

A guerra em Maquiavel : por que[m] morrem os soldados nos campos de batalha? / Douglas Antônio Fedel Zorzo; orientador(a), José Luiz Ames, 2019.

317 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2019.

1. Maquiavel. 2. Guerra e política. 3. Pensamento militar. 4. Armas e povo. I. Ames, José Luiz. II. Título.

DOUGLAS ANTÔNIO FEDEL ZORZO

A GUERRA EM MAQUIAVEL:
POR QUE[M] MORREM OS SOLDADOS NOS CAMPOS DE
BATALHA?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela banca examinadora em 30/09/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz Ames – (orientador)
UNIOESTE

Prof. Dr. Tarcílio Ciotta
UNIOESTE

Prof. Dr. Stefano Visentin
Università degli Studi di Urbino Carlo Bo

Prof. Dr. Fabio Raimondi
Università degli Studi di Udine

Prof. Dr. Helton Machado Adverse
UFMG

Prof. Dr. Lairton Winter
UTFPR – Campus Medianeira

DECLARAÇÃO DE AUTORIA TEXTUAL E DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, DOUGLAS ANTÔNIO FEDEL ZORZO, pós-graduando do PPGFil da Unioeste, *Campus* de Toledo, declaro que este texto final de tese é de minha autoria e não contém plágio, estando claramente indicadas e referenciadas todas as citações diretas e indiretas nele contidas. Estou ciente de que o envio de texto elaborado por outrem e também o uso de paráfrase e a reprodução conceitual sem as devidas referências constituem prática ilegal de apropriação intelectual e, como tal, estão sujeitos às penalidades previstas na Universidade e às demais sanções da legislação em vigor.

Toledo, 30 de setembro de 2019

Assinatura

*Aos meus irmãos, Rafael, Mariana e
Heloísa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor José Luiz Ames, pelas conversas e orientações sempre pontuais e incisivas, pelo estímulo, pelo zelo e brandura dedicado aos discentes que, sob sua supervisão, encontram, na tortuosa atividade da pesquisa, uma experiência menos aflitiva. Estendo o agradecimento à Inez Schommer Ames, pela amabilidade e pela constante preocupação dispensados durante esse trajeto.

Aos professores Stefano Visentin, Fabio Raimondi, Lairton Winter e Ester Maria Dreher Heuser, pelas importantes e atenciosas observações realizadas durante a banca de Qualificação, muitas delas incorporadas na redação da tese; ao professor Tarcílio Ciotta e ao professor Helton Adverse, por terem cortesmente aceito o convite para integrar a banca de defesa conclusiva de nossa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNIOESTE, pelas oportunidades oferecidas para a realização desse trabalho; à Maria Damke e à Marcilene Cruz, pelo cuidado minucioso com nossa burocracia e pela simpatia permanente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu financiar a realização dessa pesquisa no Brasil, além da bolsa de Doutorado Sanduíche, que possibilitou o intercâmbio acadêmico.

Ao professor Marco Geuna, pelo gentil aceite para supervisionar nossa pesquisa durante o intercâmbio na *Università degli Studi di Milano*; pela colaboração nos trâmites burocráticos; pela abertura das portas das bibliotecas milanesas; pelas orientações; pelas indicações de novos percursos; pelas recomendações e sugestões de literatura; pelo cavalheirismo de nos colocar em contato com a comunidade que se dedica aos estudos maquiavelianos; e, enfim, pela paciência com nossa brasilidade não sempre facilmente compreensível. A tese aqui apresentada, muito provavelmente, não existiria sem esse tirocínio.

Ao professor Mauro Simonazzi, pela recepção em solo italiano e pela permanente solicitude; à Annalisa Ceron, pela tutoria e pelas dicas sobre o funcionamento da estrutura universitária italiana; à Laura Frigerio, pela dedicação primorosa dispensada à Biblioteca de Filosofia da UNIMI e aos estudantes que ali realizam suas pesquisas; ao corpo de funcionários da Biblioteca de Filosofia da UNIMI, sempre prestativos e afáveis.

Aos professores Helton Adverse e Newton Bignotto, pelo cordial acolhimento na UFMG e pelas riquíssimas indicações bibliográficas, que mudaram as primeiras diretrizes de nosso escrito.

Ao Burak Ortahamamcilar, pela amizade genuína e pelo carinho fraternal que superou as atribuições como coinquilino; pelas *chiacchierate* e pelas

cervejas; pelo futebol desengonçado que ajudou a amenizar a saudade de casa; à Carolina Corsi, pelo companheirismo e amizade pelas ruas de uma Milão nem sempre tão calorosa.

Ao Marcos Roberto Damásio, pela solidariedade em Belo Horizonte e pelo compartilhamento de aflições; à Anna Maria Lorenzoni, pelo apoio nesse mundo caótico, pelas conversas sempre produtivas, e pelas risadas, algumas de desespero; ao Stefano Buselatto, pelo incentivo velado, por comportar-se como um cicerone, mesmo distante, e por ter compreendido a importância histórica da Fiorentina no *calcio* mundial.

Aos meus pais, Vilmar e Márcia, pela ininterrupta preocupação; aos meus irmãos Rafael, Mariana e Heloísa, pelo carinho e pelo amor, muitas vezes não ditos, mas sempre presentes; aos meus *nonni*, Noé (dolorosamente, *in memoriam*) e Anatália, e aos meus avôs, Mário e Irene, pelo apreço orgulhoso que demonstram por seus netos, e por sempre recordarem que o retorno às raízes é parte imprescindível da existência.

À família Salamanca – Carlos, Marlene, Carlos Eduardo e Mayara –, por não medir esforços para auxiliar e para encorajar, com palavras, ações e pensamentos, nas diversas fases desse percurso.

À Thais Salamanca, pelo amor irrestrito, pelo sorriso de reconforto, pelo abraço terno, pelo otimismo, pelo companheirismo, pela compreensão, pelo incentivo, pelo espírito aventureiro, por diminuir, de todas as formas possíveis, a saudade, mesmo quando insuportável. Enfim, por ter surgido em minha vida monocromática durante o doutorado e por causa do doutorado, visto as manifestações mais eloquentes da agonia humana, e, mesmo assim, ter permanecido, colorindo-a.

[...] sempre, mentre che io ho di ricordo, o e' si fece guerra, o e' se ne ragionò, di qui a un poco si farà, e quando la sarà finita, se ne ragionerà di nuovo, tanto che mai sarà tempo a pensare a nulla.

Niccolò Machiavelli.

Mi trovai a un tratto vecchio, esangue, stanco al di là di ogni misura umana: la guerra non è finita, guerra è sempre.

Primo Levi.

RESUMO

ZORZO, Douglas Antônio Fedel. *A guerra em Maquiavel: por que[m] morrem os soldados nos campos de batalha?*. 2019. 317 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

A “guerra” ocupa uma posição essencial na economia do pensamento político de Nicolau Maquiavel. Os conflitos, em suas mais diversas configurações e expressões, são tópicos recorrentes e regulares no alargado *corpus* do Secretário florentino. Na *arte dello stato* a guerra, ao invés de uma possibilidade vazia, é uma ameaça concreta e irrevogável. No horizonte maquiaveliano, as atividades militares aparecem como um elemento onipresente. Diante disso, o presente trabalho possui o propósito de investigar o lugar *específico* que a “guerra” ocupa em sua reflexão. Nossa intenção é a de situar o modo por meio do qual os escritos maquiavelianos interpretam o fenômeno militar, delineando o *locus* desse vocábulo, reconstruindo seu significado, explorando suas definições, suas formas de manifestação, e, principalmente, suas implicações na arena da política. Aqui, duas diretrizes principais estruturam nosso percurso. Na primeira, buscaremos expor a forma como Secretário concebe *conceitualmente* a guerra. Para isso, no primeiro capítulo de nossa tese, tentaremos realizar uma definição para essa noção, tanto em seus desdobramentos internos, nas guerras civis, como externos, nas guerras entre estados. Na segunda, como decorrência, abordaremos como esse entendimento afeta a dinâmica política de principados e repúblicas, regimes políticos que marcam a história intelectual do autor. Condensada na indagação sobre as razões que levam os soldados a se sacrificarem nos campos de batalha, voltaremos nossa atenção para as peculiaridades do organizar-se político, institucional e procedimental dessas formas de governo que buscam constituir suas armas próprias, e como cada constituição política reflete no motivacional de seus exércitos. Nesse caso, no segundo capítulo, nos empenharemos para apontar como essa compreensão dos conflitos armados impactam na teoria principesca maquiaveliana. Por um lado, como atributo essencial à formação dos principados; por outro, como elemento indispensável à manutenção das estruturas políticas, o que constrangerá o príncipe a estabelecer uma forma de relação específica com o povo sob seu comando. Por fim, no terceiro capítulo, avaliaremos como essa mesma ideia reverbera, em um âmbito prático e teórico, nas considerações republicanas de Maquiavel. A conservação das repúblicas, pelas vias armadas, guiará o Secretário para a definição de um modelo político específico, capaz de promover a formação das armas próprias para o caótico controle da fortuna: a república popular. Nisso, a hipótese que buscamos defender é a de que essa visão particular sobre a guerra desempenha tamanha influência no universo maquiaveliano que acaba agindo como um condicionante para seus posicionamentos políticos. A exigência para enfrentar um contexto de ação, em que os conflitos entre potências surgem como inevitáveis, instala o agente político, seja ele de inclinação principesca ou republicana, à frente de outras imposições de natureza estritamente política, que definem tanto seu comportamento em relação aos governados, quanto estabelece a observância de certos mecanismos institucionais.

Palavras-chave: Maquiavel; Guerra e política; Pensamento militar; Armas e povo.

ABSTRACT

ZORZO, Douglas Antônio Fedel. *The war in Machiavelli: for what [or by whom] do the soldiers die in the battlefields?*. 2019. 317 p. *Thesi (PhD in Philosophy)* – State University of Western Paraná, Toledo, 2019.

The “war” occupies an essential position in the constitution of Niccolò Machiavelli’s political thinking. Conflicts, in their most varied configurations and expressions, are recurrent and regular topics in the Florentine secretary’s sprawling *corpus*. In the *arte dello stato* the war, rather than an empty possibility, is a concrete and irrevocable threat. On the Machiavellian horizon, military activities appear as an omnipresent element. In light of this, the present work has the purpose of investigating the *specific* place that “war” occupies in its reflection. Our intention is to situate the way in which the Machiavellian writings interpret the military phenomenon, outlining the *locus* of this word, reconstructing its meaning, exploring its definitions, its forms of manifestation, and especially its implications in the political arena. Here two main guidelines structure our journey. In the first, we will seek to expose the way that the Secretary *conceptually* conceives the war. For this, in the first chapter of our thesis, we will try to make a definition for this notion, both in its internal developments – in civil wars – as external – in interstate wars. In the second, consequently, we will discuss how this understanding affects the political dynamics of principalities and republics, political regimes that mark the author’s intellectual history. Condensed in the question about why the soldiers sacrifice themselves on the battlefields, we will turn our attention to the peculiarities of the political, institutional, and procedural organization of these forms of government that attempt to constitute their own arms, and how each political constitution reflects on the motivations of their armies. Then, in the second chapter, we will endeavor to point out how this understanding of armed conflicts impacts at the Machiavellian princely theory. On the one hand, as an essential attribute for the formation of principalities; on the other, as an indispensable element for the maintenance of political structures, which will constrain the prince to establish a specific form of relationship with the people under his command. Finally, in the third chapter, we will evaluate how this same idea reverberates in Machiavelli’s republican considerations, in a practical and theoretical context. The preservation of the republics, by force of arms, will guide the Secretary to the definition of a specific political model capable of promoting the formation of his own armies to control the chaotic world of fortune: the popular republic. In these terms, the hypothesis that we will pursue is that this particular view of war has such influence on the Machiavellian universe that it acts as a conditioner for its political positions. The demand to face a context of action, in which conflicts between powers emerge as inevitable, installs the political agent, regardless of his princely or republican inclination, ahead of other impositions strictly political, which defines either his behavior in respect to the individuals over which they rule how sets out the observance of certain institutional mechanisms.

KEY WORDS: Machiavelli; War and politics; Military thought; Arms and people.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 A GUERRA EM MAQUIAVEL: A DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO	37
1.1 A guerra e seus desdobramentos: a incidência textual e a recorrência do conceito	37
1.2 As guerras civis	41
1.2.1 O caso de Roma: da discórdia à guerra civil	42
1.2.2 O caso de Florença: o relato da crise	53
1.3 As guerras externas	59
1.3.1 A força como diplomacia: armas e leis como fundamentos dos corpos políticos	60
1.3.2 Os conflitos inevitáveis: “ <i>la guerra non si lieva ma si differisce</i> ”	70
1.3.3 A guerra como evento “natural” e “ordinário”	74
1.3.3.1 A guerra “ordinária”	76
1.3.3.2 A guerra “natural”	84
1.3.4 A paz como pressuposição da guerra	96
1.3.4.1 “ <i>Si vis pacem, para bellum</i> ”	97
1.3.4.2 A ruína política através da paz: da tranquilidade ao ócio	103
1.3.5 A guerra justa quando necessária	110
1.3.5.1 Entre a justiça e a necessidade: <i>iustum est bellum [...] quibus necessarium</i>	112
1.3.5.2 Os recursos da guerra: a reticência da moral	117
2 O PRINCIPADO E SUAS ARMAS: GUERRA E POLÍTICA EM O PRÍNCIPE	125
2.1 A guerra, as armas e a conquista: entre a expansão e a formação	126
2.1.1 Os principados mistos: as armas no processo de conquista enquanto expansão	128
2.1.1.1 As condições da conquista: os aspectos linguístico-culturais e as relações de força	131
2.1.1.2 O objeto da conquista: os principados e as repúblicas	139
2.1.2 Os principados novos: as armas no processo de conquista enquanto formação de um domínio	145
2.1.2.1 O principado e o príncipe novo: a conquista por armas e <i>virtù</i> própria	146

2.1.2.2 O principado e o príncipe novo: a conquista por armas de outrem e fortuna alheia.....	152
2.1.2.3 O principado e o príncipe novo: a conquista através da crueldade	169
2.1.2.4 O principado e o príncipe novo: a conquista através do apoio dos concidadãos	173
2.2 A guerra, as armas e a manutenção: a conservação dos domínios políticos	187
2.2.1 A manutenção e os exércitos necessários: as forças militares disponíveis ao poder principesco	188
2.2.2 As armas próprias em <i>O Príncipe</i> : o envolvimento do povo.....	196
2.2.2.1 O sentimento popular e a defesa dos principados.....	198
2.2.2.2 O ódio, o desprezo e as armas próprias.....	202
2.2.3 O sacrifício dos soldados principescos nos campos de batalha e a margem de violência	208
3 A REPÚBLICA E SUAS ARMAS: ENTRE A GUERRA, A POLÍTICA E O POVO	215
3.1 As armas no horizonte da República: do contexto florentino à Ordenança de Maquiavel.....	218
3.1.1 Carlos VIII, as guerras italianas e o colapso da península.....	219
3.1.2 Os impactos das guerras italianas sobre Florença	222
3.1.3 Maquiavel, a Chancelaria e a milícia cidadã	227
3.1.3.1 O projeto da Ordenança	230
3.1.3.2 Entre súditos e cidadãos: a cidade, o condado e o distrito	232
3.1.3.3 As reformas e a milícia	238
3.2 Os conflitos na República de Roma: guerra e política nos <i>Discursos</i>	244
3.2.1 O preâmbulo da República: o constituir-se originário das cidades.	245
3.2.2 A República de Roma e a potência militar	249
3.2.2.1 A primeira condição para a potência militar: a constituição mista, os tumultos e o aperfeiçoamento institucional romano	250
3.2.2.2 A segunda condição para a potência militar romana: o governo popular.....	256
3.2.2.3 Entre a conservação e a expansão: a república e seus propósitos político-militares.....	259
3.2.2.4 Veneza como antimodelo: uma nota pragmática.....	265

3.3 O povo em armas: a organização militar da república e seus efeitos	270
3.3.1 A formação dos exércitos próprios nos regimes republicanos	270
3.3.1.1 A Ordenança e o serviço militar em tempo parcial	272
3.3.1.2 O recrutamento	274
3.3.1.3 O protagonismo do povo em armas: os impactos de uma tese política sobre a técnica militar	276
3.3.2 O sacrifício dos soldados-cidadãos nos campos de batalha: o bem comum, a liberdade e a morte da república	285
4 COMENTÁRIOS FINAIS	299
REFERÊNCIAS	307

INTRODUÇÃO

A história da humanidade é intimamente acompanhada pela história das guerras. Falar sobre eventos militares significa falar sobre parte considerável dos acontecimentos que moldaram o curso de povos e de nações. O problema dos conflitos armados é um dado inalienável na memória das civilizações. Através da História, escaramuças e combates de envolvimento mundial mantiveram-se como um elemento constante nas atividades dos indivíduos. Episódios de hostilidade entre grupos organizados, que rivalizam por algum motivo, constituem um dos mais importantes fios condutores das narrativas que se dedicam a ilustrar o nosso passado.

A guerra, quando colocada sob um prisma analítico, nos situa diante de um horizonte incômodo. É desconfortável constatarmos que as ações humanas, no curso dos séculos, foram forjadas a ferro, fogo e sangue. As lições históricas advertem que os Estados, suas instituições, e mesmo suas leis, chegaram-nos por meio de conflitos, frequentemente do tipo mais sangrento¹. Contrariando qualquer impulso de cunho pacifista, somos estrangidos pela realidade de que tem sido a guerra, e não a paz, a companhia inabalável do desenrolar dos tempos.

De fato, a agressão sistemática entre povos rivais, que parece anteceder até mesmo ao surgimento da civilização², tem agido como um dos maiores estímulos para as redefinições do mundo. Uma força permanente, progressiva e sempre capaz de operar as mais drásticas modificações sociais, geográficas, econômicas e políticas. A violência, em sua forma mais crua e sistemática, deixa um impacto indelével nos atores que nela se envolvem. Testemunhamos um contínuo suceder-se de conflitos, onde o desfecho do anterior não raramente é aproveitado para a justificação do seguinte.

¹ Esse argumento é desenvolvido por John Keegan em *A history of warfare* (New York: Vintage Books, 1994, p. 4).

² A guerra como fato anterior à formação das estruturas “estatais” é a tese de Lawrence J. Keeley em *A Guerra Antes da Civilização: o mito do bom selvagem* (São Paulo: Realizações Editora, 2011).

Quando considerado sob uma perspectiva teórica, o arraigamento desse fenômeno no fluxo da historiografia³ tem efeitos ambivalentes. Ao mesmo tempo em que atesta a pertinência de estudá-los a partir de diversos ângulos, também dificulta o trabalho de uma pesquisa coordenada. Por certo, a guerra, enquanto conceito, é metamórfica e evasiva. O poder destrutivo implícito à aurora e ao crepúsculo de cada contenda é responsável por suas próprias mudanças: na reconstrução do mundo devastado pela guerra, ela ganha novos significados, perde adjetivos, redimensiona seus limites, aceita outras intensidades, analisa novos efeitos, veta práticas experimentadas, propõe novas perguntas e reformula respostas para antigos dilemas⁴.

A elasticidade conceitual, que, por sua difusão e volatilidade embaraçam a compreensão de seu alcance e de seus desdobramentos, é acompanhada por outro fator que complexifica sua análise. O aspecto plurifacetado das atividades inerentes aos conflitos armados coloca em movimento setores e áreas do conhecimento que, por sua autonomia, não raramente resistem ao diálogo entre si⁵ – como as disciplinas da etologia, psicologia evolucionária, antropologia, arqueologia, história, sociologia histórica, ética, moral, ciência militar, filosofia⁶,

³ Conforme salienta Gaston Bouthoul, em *Le guerre: elementi di polemologia*, existem poucos fenômenos sociais que sejam tão vastos quanto a guerra. Enquanto “tantas outras instituições são conhecidas ou realizadas por certos povos, não existe *nem mesmo um* povo que não conheça a guerra”. Por isso, parece algo tão “*evidente para todos os povos*”, que inclusive “*defini-la parece coisa supérflua*” (1961, p. 33, tradução e grifos nossos).

⁴ Caso consideremos uma definição como necessária, para Bouthoul (1961, p. 44), que realiza um importante mapeamento sobre as tentativas teóricas de significação à palavra, “*a guerra é a luta armada e sangrenta entre grupos organizados*”. Ou seja, é “uma forma de violência que tem como característica principal ser *metódica e organizada*”. Além disso, ela é “limitada no tempo e no espaço”, “submetida a regras jurídicas particulares sumamente variáveis segundo os lugares e as épocas”. Para Luigi Bonanate, no didático *La guerra*, em complemento, a diferença mais elementar entre esses “atos de violência” se deve aos *sujeitos* envolvidos. Em primeiro lugar, uma luta armada pode tratar-se de uma guerra *internacional*, entre Estados, que pode ser *diádica*, quando combatida entre dois países, ou de *coalizão*, quando combatida por dois conjuntos de Estados momentaneamente aliados. Em segundo lugar, o estado de beligerância remete à *guerra civil*, que pode ser *partidária [partigiana]*, quando facções se chocam entre si em uma condição de total ausência ou dissolução de uma autoridade central, ou *internacionalizada*, quando as partes em luta visam à separação e à constituição de novas entidades soberanas (1998, p. 5).

⁵ Este argumento é explorado por Azar Gat em *War in human civilization* (New York: Oxford University Press, 2006, p. IX-XI).

⁶ Sobre a relação entre Filosofia e Guerra, podemos remeter aos seguintes trabalhos: GERTZ, Nolen. *The philosophy of war and exile: from the humanity of war to the inhumanity of peace*. New York: EPP, 2014. MAY, Larry (Ed.). *War: Essays in Political Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. MOSELEY, Alexander. *A philosophy of war*. New York: Algora Publishing, 2002. Sobre o problema da guerra analisado no pensamento de filósofos específicos, remetemos à coletânea organizada por SCATTOLA, Merio (Ed.). *Figure della*

etc. –, comprometendo a formação de uma imagem panorâmica desses episódios.

Todavia, pensar a guerra implica, antes de mais nada, pensar a política. A ligação entre esses terrenos acontece por meio de um vínculo sólido. Em um processo gradativo e decisivo, a figura do Estado tornou-se responsável por atribuir forma organizada ao problema militar⁷. A política, então, absorve e instrumentaliza a violência. As lutas armadas, anteriores e subjacentes à formação dos organismos políticos modernos, são aparelhadas por aquilo que elas mesmas haviam proporcionado. Diante disso, às estruturas estatais essa espécie de disputa se revela como um recurso sempre disponível⁸.

No final, refletir sobre a guerra, muito além dos aspectos técnico-armamentistas e estratégicos, exige uma incursão no campo das relações governamentais. É pouco provável que possamos progredir em uma assimilação sobre essa matéria, seja em episódios históricos ou naqueles estritamente teóricos, excluindo essas considerações. Guerra e política, por meio de um intrincado articular-se, pressupõem-se de modo recíproco. As questões que permeiam as considerações sobre as atividades militares são sempre redirecionadas ao campo das atividades da vida pública. Ainda que, na história do pensamento político, os mecanismos e os modos dessa relação não sejam consenso, uma é pensada sempre *em relação à outra*⁹.

guerra: la riflessione su pace, conflitto e giustizia tra Medioevo e prima età moderna. Milano: FrancoAngeli, 2003.

⁷ De acordo com o postulado do ensaísta francês Charles Tilly (1984, p. 44, tradução nossa), “a guerra fez o estado, e o estado fez a guerra”, pois “a constituição de uma eficiente organização militar produz o instrumento com o qual o governo pode impor a própria vontade sobre as resistências locais: o exército. Além disso, ela promove a consolidação territorial, a centralização, a diferenciação dos instrumentos de governo e o monopólio dos meios de coerção, desde o primeiro até o último processo fundamental na formação do estado”.

⁸ Ou, como propõe Roberto Esposito (2014, p. 64-65, tradução nossa), “a guerra não é ferida destinada a cicatrizar-se na “regularidade” da política, mas seu substrato [*sottofondo*] ineliminável”.

⁹ Como explica Carlo Galli, em *Guerra e politica: modelli d'interpretazione*, as perguntas sobre a legitimidade de uma guerra, de suas circunstâncias e limites, é parte de uma interrogação ainda mais extensa: isto é, “qual relação existe entre a política e a guerra, entre a esfera da razão e a esfera da violência?” (GALLI, 2000, p. 163, tradução nossa). Para o intérprete (2000, p. 166), uma tipologia pode ser estabelecida sobre o configurar-se desse vínculo: [a] *Exclusão*: vertente pacifista, segundo a qual guerra e política não possuem nenhum tipo de contato, excluindo-se reciprocamente. [b] *Sobreposição*: teorização da plena e necessária sobreposição entre a guerra e a política. [c] *Limites*: para essa linha, a guerra é um elemento de contingência da ordem política, uma marca de unilateralidade da sua universalidade: não emudece o *logos* político, mas dele é uma forma de expressão, embora subalterna. [d]

É justamente no interior dessa intersecção fundamental entre guerra e política, na simbiose entre violência e governo, que a tese aqui apresentada procura inscrever-se. Operando como pano fundo para nossa argumentação, o propósito principal de nosso trabalho é o de investigar o lugar que a noção de “guerra” pode ocupar no pensamento do autor que, de certo modo, abriu as portas para a Modernidade, tanto no campo da teoria política quanto naquele militar: Nicolau Maquiavel¹⁰. O nosso objetivo consiste na tentativa de delinear a compreensão que o Secretário florentino faz da guerra, sua urgência, seus desdobramentos, suas implicações, e, sobretudo, o modo como se conecta com as questões governamentais.

No pensamento maquiaveliano, analisado como um todo, a noção de “guerra” ocupa uma posição de destaque. O conceito, sempre recorrente, atravessa todas as etapas biobibliográficas do Secretário. Desde uma impactante e sólida influência durante o desempenho de sua função profissional na República de Florença, quando suas observações eram orientadas por questões urgentes, ocasião que havia possibilitado um percurso pessoal e profissional no interior das atividades práticas dos *affari* militares, até a presença ininterrupta no universo teórico dos grandes clássicos da política, escritos já na solidão de Sant'Andrea in Percussina. No horizonte maquiaveliano, a presença da guerra é um elemento *onipresente*.

Na verdade, a temática do “conflito”, considerada de modo genérico, é fundamental para a construção do raciocínio de Maquiavel. Em grande medida,

Inclusão: a guerra seria marca de uma contradição interna à política, atravessando o *logos*. A conexão não encontra explicação em si própria, mas deveria ser reenviada a outra contradição mais fundamental: a econômica. Na esfera da produção, interna e internacional, que se realizam a injustiça e a desigualdade, das quais a guerra é consequência e instrumento.

¹⁰ É conveniente notarmos que, enquanto a teoria política maquiaveliana é, em geral, situada como o limiar da Idade Moderna, também suas teses militares tendem a ocupar um lugar semelhante. Felix Gilbert, em *L'«Arte della Guerra»*, afirma que o Secretário, por ter investigado a fundo as relações entre o poder político e o militar, onde suas “experiências pessoais o levaram a um exame objetivo da crise militar” de sua época, poderíamos considerá-lo como “o primeiro teórico militar da Europa moderna” (1977, p. 256, tradução nossa). Piero Pieri, em *Il Rinascimento e la crisi militare italiana*, ratifica Maquiavel como “o maior teórico militar do Renascimento” (1952, p. 525, tradução nossa). Como corolário, Antonio Campillo, em *La fuerza de la razón: guerra, Estado y ciencia en los tratados militares del Renacimiento*, situará a obra a *Arte da Guerra* como “o primeiro tratado militar nitidamente moderno”, conquanto não se resume apenas a um escrito exclusivamente militar, mas também “de um tratado político” (1986, p. 35, tradução nossa).

o conjunto de suas teses é escorada sobre uma dualidade dessa questão. De um lado, no âmbito *interno* às cidades, quando analisa a cisão natural e constitutiva¹¹ dos corpos políticos, ponderando as condições e os efeitos do contrapor-se e do entrecchoque dos desejos antagônicos de “grandes” e “povo”, ou em sua forma degenerada e corrosiva, na variante da “guerra civil”. De outro, no âmbito *externo*, ao concentrar-se na dinâmica entre autoridades políticas “independentes”, ressaltando a fragilidade, os pressupostos e as premissas daquilo que, hoje, anacronicamente, denominaríamos como “relações internacionais”¹².

Numa miríade de acontecimentos que podem ser reunidos sob a expressão do conflito – como as divisões, as inimizades, as desuniões, as discórdias, as confusões, as guerras civis e, por fim, as guerras entre entidades políticas –, a centralidade desse tópico revela-se notória. Atuando em contato dialético e em constante remissão aos demais tópicos que cativam a atenção crítica de Maquiavel, esses eventos, em ambas as perspectivas, constituem-se como um dos núcleos principais, se não o principal, entorno do qual seu entendimento político é edificado¹³.

¹¹ A expressão é cunhada por Marco Geuna em *Machiavelli ed il ruolo dei conflitti nella vita politica* (In: ARIENZO, A.; CARUSO, D. (Ed.). *Conflitti*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2005. p. 19-57, p. 23).

¹² Sobre a “conveniência” de Maquiavel para as “relações internacionais”, remetemos ao capítulo introdutório de *Machiavelli on International Relations* (Oxford: Oxford University Press, 2014), de Mario Cesa. Sobre a temática, cf. também FISCHER, M. Machiavelli's theory of foreign politics. In: *Security Studies*, v. 5, n. 2, p. 248-279, 1995.

¹³ Conforme nota Geuna (2005, p. 19, tradução nossa), podemos afirmar que, para o autor, a “política é caracterizada e marcada pela experiência do conflito”. Ou seja, o “mundo da política é dominado pelo conflito individual e social”. Internamente à *res publica*, como conflitos entre as partes diversas da cidade, ou, com outra linguagem, entre “grupos políticos e sociais diferentes”. E, externamente, como “conflitos entre comunidades políticas diferentes, conflitos entre estados”. A política conta, portanto, de modo contínuo, “com a possibilidade e a realidade da guerra”. Para Fabio Frosini (2004, p. 10, tradução nossa), a observação é ainda mais profunda. Afirmar que em Maquiavel não existe política sem conflito significa dizer que “não existe política sem guerra”. Antes disso, “a política nasce como instável e reversível emergência da e sobre a guerra”, mas que, ao invés de cessar, permanece dentro dela, “como um fundo magmático que pode, a todo momento, retomar a posição, engolindo as ilhas de ordem política emergidas dela”. Giulio Ferroni (2003, p. 25, tradução e grifos nossos), por sua vez, em um tom categórico similar, afirma que, para o Secretário, “o mundo está em um *perpétuo estado de guerra*”, de modo que esse “estado conflitual” é configurado em diversos níveis: “entre as *civiltà*, entre os estados, entre os modelos institucionais, entre as classes sociais, entre as facções e os grupos familiares, e, frequentemente, entre os indivíduos singulares”. Para o intérprete (2003, p. 28), seria sobre “essa percepção da agressividade que funda e constitui a *civiltà* humana, sobre essa visão de “corpos” sociais em luta entre eles”, prontos para “subtrair, reciprocamente, o espaço geográfico, forças [*sostanze*], meios de sobrevivência, bens e riquezas” que o alegado “realismo político” maquiaveliano é

Contudo, entre essas modalidades, é a dimensão interna aquela que, nos últimos decênios, tem despertado um maior cuidado por parte da literatura crítica maquiaveliana¹⁴. Não sem motivos, as considerações sobre o articular-se político das dissensões, e os mecanismos de enfrentamento entre os atores que constituem as cidades, têm sido o objeto de pertinentes – e acalorados – debates. Com efeito, amparados em conceitos de significativa importância à variadas tradições da Filosofia Política, que encontram nessa questão um sólido alicerce, uma rica rede de interpretações se estabelece à sombra dos conflitos civis¹⁵, extrapolando, inclusive, a própria letra maquiaveliana, ao dar vida a um pensamento que, pouco a pouco, se emancipa do autor florentino – como

assentado. Sobre o realismo, cf. de Pier Paolo Portinaro, *Il realismo politico* (Roma-Bari: Laterza, 1999, p. 21), onde o Secretário, ao lado de Tucídides, é situado como um dos “dois maiores expoentes do realismo na história ocidental”.

¹⁴ Como critério para balizarmos a ascensão dessa matéria, podemos, por exemplo, considerar o silêncio quase total sobre ela na gênese de duas das correntes interpretativas que redimensionaram a compreensão do “republicanismo” em Maquiavel: tanto na concepção do “humanismo cívico”, formulado por John Pocock, como no “republicanismo clássico”, preterido, depois, por Quentin Skinner.

¹⁵ Como mapeamento, ainda que efêmero e longe de exaustivo, onde o *conflito interno* desponta como a tônica argumentativa, podemos citar: de Roberto Esposito, *Ordine e conflitto: Machiavelli e la letteratura politica del Rinascimento italiano* (Napoli: Liguori Editore, 1990); de Giorgio Cadoni, *Crisi della mediazione politica e conflitti sociali* (Roma: Jouvence, 1994); de Christian Lazzeri, *La guerre intérieure et le gouvernement du prince chez Machiavel* (*Archives de Philosophie*, Paris, v. 62, p. 241-254, 1999); de Gérald Sfez, *Machiavel, la politique du moindre mal* (Paris: Presses Universitaires de France, 1999); de Fabio Raimondi, *Il paradigma-Firenze nel Discursus florentinarum rerum di Machiavelli: in principio sono i conflitti, i conflitti governano*. (In: SCATTOLA, M. *Figure della guerra*: FrancoAngeli, 2003, p. 145-175); de Marie Gaille, *Conflit civil et liberté: la politique machiavélienne entre histoire et médecine* (Paris: Honoré Champion, 2004); de Serge Audier, *Machiavel, conflit et liberté* (Paris: Vrin/Ehess, 2005); de Marco Geuna, *Machiavelli ed il ruolo dei conflitti nella vita politica* (In: ARIENZO, A.; CARUSO, D. (Ed.). *Conflitti*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2005. p. 19-57) e *Ruolo dei conflitti e ruolo della religione nella riflessione di Machiavelli sulla storia di Roma* (In: CAPORALI, R; MORFINO, V; VISENTIN, S. (Ed.). *Machiavelli: tempo e conflitti*. Milano: Mimesis, 2012, p. 107-140). No cenário nacional, que dialoga com essas vertentes, podemos citar, de Helton Adverse, *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade* (*Trans/Form/Ação*, v. 30, n. 2, , p. 33-52, 2007); de José Luiz Ames, *Liberdade e conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel* (*Kriterion*, v. 119, p. 179-196, 2009), e, mais recentemente, *Conflito e liberdade: a vida política para Maquiavel* (Curitiba: Editora CRV, 2017); de Lairton Winter, *Conflito Civil e Liberdade: o antagonismo de desejos como o fundamento da liberdade republicana em Maquiavel* (Dissertação de Mestrado em Filosofia - UNIOESTE, 2010).

aqueles de inspiração republicana¹⁶, democrática¹⁷ ou liberal¹⁸. O caracterizar-se dos desejos, a dinâmica dos humores, a institucionalização do dissenso, os efeitos benéficos da gestão dos tumultos, o corromper-se dos apetites e o corroer-se das estruturas políticas: essas premissas colocam em movimento uma série de posicionamentos interpretativos, que, não raro, contrastam entre si, perpassando as obras do Secretário.

Nesse acentuado e justificável preocupar-se com o exercício interno dos conflitos, o tema da guerra, quando considerada em sua manifestação entre estados, tem sido remetido à uma posição secundária, complementar¹⁹, ou, ainda, em casos mais inesperados, ignorada. Porém, uma abordagem dessa natureza, que reduz a relevância dos confrontos armados entre potências, apresenta-se como problemática.

Em primeiro lugar, a distinção entre as competências e atribuições de cada âmbito não é tão nítida. O campo da política doméstica, cenário dos tumultos entre indivíduos pertencentes a um mesmo domínio, e o campo da política estrangeira, palco de batalhas militarmente organizadas, na verdade, aparecem conectados por meio de uma dependência mútua. As fronteiras entre

¹⁶ Philip Pettit, por exemplo, partindo de uma definição da “liberdade republicana” como “ausência de dominação”, toca no “conflito” como a garantia de contestação por parte do povo, isto é, para que seja possível discordar de qualquer medida governamental. Para essa leitura, cf. *Republicanism: a theory of freedom and government* (Oxford University Press, 2002). Cf. também *On the people's terms: a republican theory and model of democracy* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012).

¹⁷ Para Claude Lefort, na modernidade democrática, a divisão revela-se como elemento constitutivo da sociedade, o que exige a institucionalização do conflito. Legitimar o conflito, por sua vez, é o que diferencia as organizações democráticas daquelas totalitárias. Sobre isso, de Lefort cf. *A invenção democrática* (Trad. de Isabel Marra Loureiro. São Paulo: Editora brasiliense, 1983). Ou ainda, *Essais sur le politique: XIXe-XXe siècles* (Paris: Seuil, 1986). Sobre a relação entre Maquiavel e Lefort, cf. de Newton Bignotto, *Lefort and Machiavelli* (In: PLOT, Martín (Ed.). *Claude Lefort: Thinker of the political*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2013, p. 34-50). Sobre o impacto das teses maquiavelianas nas teorias democráticas, convém notarmos o trabalho de John McCormick, que busca estabelecer um ponto de conexão entre a argumentação do Secretário florentino e as formas democráticas via eleição. De McCormick, cf. *Machiavellian Democracy* (New York: Cambridge University Press, 2011).

¹⁸ É o caso da “sociedade multidimensional” que opera como fundamentação para o liberalismo em Nicola Matteucci. Com a pluralidade de grupos que constituem a sociedade, o governo liberal deve voltar-se não à resolução dos conflitos, mas à manutenção de sua latência. De Matteucci, cf. *Il liberalismo in un mondo in trasformazione* (Bologna: Il Mulino, 1972).

¹⁹ Como a leitura “internalista” de Marie Gaille (2004, p. 23, tradução nossa), segundo a qual o pensamento de Maquiavel “nos inscreve logo no espaço da cidade [*città*]. Certamente, relata, analisa e julga as guerras – de defesa e de conquista – entre principados, repúblicas, impérios [...], mas é incessantemente reconduzido, pelos “tumultos” dos homens, ao interior da cidade”.

o interno e o externo, ao invés de bem delimitadas, acabam interagindo amiúde, uma exercendo certa influência sobre a outra. A manutenção das cidades, pelas vias armadas, é depositária do modo como o governo ou os aparatos institucionais são capazes de administrar a relação com os humores e as dissensões intestinas. Isto é, a capacidade militar está subordinada à coesão política dos súditos e dos cidadãos a respeito da cidade que defendem. Essa “unidade”, por sua vez, frágil, pelo contrapor-se de apetites distintos, é assegurada pela existência de um inimigo externo indefinido, sempre pronto e disposto ao ataque, o que amalgama os indivíduos, por uma condição natural desunidos, em torno da defesa do próprio território, evitando que a ordem civil seja esgarçada por lutas violentas faccionárias. Como fruto dessa dinamicidade, pensar o conflito interno implicará, também, pensar a guerra, do mesmo modo que as considerações sobre a esfera militar partirão do pressuposto de um ambiente político de algum modo cindido e potencialmente em desordem²⁰.

Em segundo lugar, apesar da interatividade, a guerra entre potências revela-se como um *conceito com valor próprio*, ocupando um papel central na teoria maquiaveliana. Esse fenômeno apresenta-se como um dos mais importantes elementos constitutivos de suas obras. Testemunha de um contexto histórico onde os territórios da península italiana, imersos em uma grave e paralisante ineficiência militar, haviam se transformado em teatro para incursões de exércitos estrangeiros, Maquiavel depressa compreende a decisiva função que as “armas” ocupavam no seio da política. Por isso, envolto por uma combinação que transita ora pela urgência daquela situação efervescente, ora pela preocupação teórica e prática para contorná-la, a guerra povoa seu imaginário. Seja pela proximidade pessoal, ou pela percepção do lugar ocupado pela força, em suas mais diversas expressões, nas relações entre entidades políticas, essa forma de conflito cristaliza-se como um fator singular em seus

²⁰ Sobre essa conexão entre conflitos internos e guerras externas, parece-nos pertinente a interpretação que estabelecerá Frosini (2004, p. 10): os confrontos militares exprimem a “conflitualidade que atravessa todo Estado, aquela multiplicidade irreduzível das paixões e assim das instâncias que o Estado pode apenas acolher e governar, mas nunca desativar”. Existiria uma *linha de continuidade* entre paixões conflituais, política conflitual e conflito organizado.

textos, norteando-o pelas alamedas da formação do poder e do organizar-se dos mecanismos governamentais.

Aliás, o pensamento do Secretário sobre esse assunto é desenvolvido de maneira ininterrupta. Desde a constatação da importância das atividades armadas no interior da prática política, presente já em seus primeiros escritos, redigidos ainda a cargo da Chancelaria de Florença; passando pela atuação da violência nos episódios de formação dos regimes principescos, no reconhecimento da indispensabilidade dos exércitos na manutenção desses governos, e tocando na desconcertante avaliação das condições militares das cidades italianas no período, em *O Príncipe*; estabelecendo um apurado estudo sobre as organizações político-institucionais, táticas e estratégicas de Roma e de sua milícia republicana, nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; até chegar à formulação de uma proposta de exército próprio, fruto desse acúmulo de experiência pessoal e análise “intelectual”, em a *Arte da Guerra*.

Essa outra face dos conflitos, que movimenta, em Maquiavel, seus pressupostos e posicionamentos políticos, indica ocupar, então, uma posição *central e essencial* em seu pensamento²¹. A guerra e as atividades implícitas ao exercício militar marcarão, em *continuum*, o desenvolvimento de seus argumentos e escritos. As teses maquiavelianas, como um todo, se articularão na presença de uma “guerra” que é caracterizada por uma dramática iminência, onde a predisposição para os confrontos armados é um fator determinante para a vida ou para a morte dos estados.

²¹ Para Gilbert (1977, p. 254), por exemplo, “todo o pensamento político de Maquiavel gravita inevitavelmente em torno da indagação sobre a função do poder militar na vida política”. Ao observar que a existência e a grandeza de um estado dependiam da intersecção entre guerra e governo, deveríamos reconhecer que a “visão dos problemas militares de seu tempo modelou sua visão política” (GILBERT, 1986, p. 11). No final, enfatiza o intérprete, a “arte da guerra” era não apenas seu “argumento favorito” (1977, p. 197), como acabou se tornando “a atividade mais importante da vida política” (GILBERT, 1986, p. 24). Na verdade, Gilbert (1986, p. 11) estende sua proposição: se, por um lado, “Maquiavel é geralmente celebrado por ter introduzido uma nova era, a Era Moderna, no desenvolvimento do pensamento político”, por outro, a “convicção de que a organização militar dos estados italianos contemporâneos precisava mudar, era uma força motriz, uma preocupação central por trás de todas as suas reflexões sobre o mundo da política”. Por isto, “difícilmente é exagerado dizer que Maquiavel tornou-se um pensador político porque era um pensador militar”. Sydney Anglo (1988, p. 321, tradução e grifo nossos), por seu turno, sustenta que a importância da guerra era algo “óbvio” para Maquiavel. A “organização militar, a *virtù* militar e os perigos decorrentes da incapacidade militar foram suas preocupações constantes”, de modo que “a *guerra* preenche seus livros e constitui o *núcleo de seu pensamento político*”.

É pouco provável, no largo *corpus* do Secretário, a possibilidade de identificarmos qualquer alegação, apesar de sua natureza, dentre tantas temáticas pelas quais percorre, onde a influência da guerra não se faça, de algum modo, presente. Nas narrativas históricas, nas comédias, nas poesias, no amplo percurso que trilha pela política: não há períodos de silêncio sobre as práticas militares. O que significa dizer que essa noção, para Maquiavel, não desaparece, em nenhum momento, de seu horizonte reflexivo.

Todavia, quando consideramos esse aspecto fundamental, nos defrontamos com um delicado obstáculo exegético. Apesar de apresentar-se como uma das modalidades do conflito em torno da qual o conjunto das teses políticas maquiavelianas gravita, a “guerra”, como objeto analítico, tem despertado uma atenção um tanto marginal na vasta literatura acadêmica que versa sobre o maquiavelianismo. Embora recorrentes, as proposições sobre o universo militar provocaram, por diversos motivos, um modesto interesse. Enquanto termo operativo, cujas atividades impactam *diretamente* o campo da política, afetando as estruturas institucionais e as condutas de governo, a *guerra* de Maquiavel, bem como suas implicações, tornou-se um tema que é examinado de maneira transversal. Isto é, seus pressupostos, suas características e suas consequências acabam balizados no interior de outros tópicos, onde assume uma postura suplementar.

É aqui, sobre essa lacuna, que nossa tese procura inscrever-se. Por um lado, de maneira mais imediata e evidente, buscaremos sistematizar os argumentos que dão suporte à essa noção que, de certo modo, tem permanecido fora do holofote da tradição – ou tradições, dado seu multifacetismo – que se debruça sobre as obras do Secretário florentino. Nesse caso, tentaremos formar uma imagem, como conceito, para esse termo, medindo sua influência para o campo da política. Por outro lado, o confronto armado entre estados não se apresenta apenas como uma concepção que demanda maior rigor crítico por motivos hermenêuticos ou metodológicos. Mas, sobretudo, porque esse entendimento da “guerra” aparenta desempenhar uma expressiva influência no pensamento maquiaveliano, ao ponto de tornar-se responsável por estimular diversos posicionamentos de sua disciplina política. Dito de outro modo, sua interpretação desses eventos ocupa uma posição central, cuja força opera como

um elemento motriz para o desenvolvimento de diversas questões estruturais que ele apresenta acerca das práticas governamentais.

Diante disso, o principal propósito de nosso trabalho é o de investigar o lugar *específico* que a “guerra” ocupa na reflexão de Maquiavel²². No esforço de estabelecer um quadro conceitual, nossa intenção é a de situar o modo através do qual os escritos maquiavelianos interpretam o fenômeno militar, delineando o *locus* que esse vocábulo ocupa nas teses do Secretário, reconstruindo seu *significado*, explorando suas *definições*, suas formas de *manifestação*, e, principalmente, suas *implicações* na arena da política e na organização dos estados. Em outras palavras, o objetivo de nosso estudo é o de apontar para o papel que os conflitos armados cumprem na obra maquiaveliana, envoltos por um aspecto de *necessidade*, e, a partir da construção sistemática dessa premissa, indicar as consequências políticas que essa compreensão particular da guerra desempenha no interior de sua teoria política.

Nisso, a hipótese aqui subjacente, a qual procuraremos defender, é a de que essa noção, no final, desempenha tamanha influência no universo argumentativo do Secretário, que acaba agindo como um *condicionante* para seus posicionamentos políticos. A exigência para enfrentar um contexto de ação onde os confrontos entre potências serão, por certos motivos, inevitáveis, instala o agente político, seja ele de inclinação principesca ou republicana, à frente de outras imposições de natureza política, que definem tanto seu comportamento em relação aos governados, quanto estabelece a observância de alguns mecanismos institucionais. Ou seja, a guerra não é uma manifestação acessória da política, mas, diante de sua premência, ela própria é responsável por determinar as formas da política. Se a relação entre as estruturas de poder e os súditos de um principado ou cidadãos de uma república é o terreno sobre o qual o conjunto das propostas político-militares maquiavelianas é construído, então, os modos como esse vínculo pode ser estabelecido passa pela necessidade de dar resposta à urgência dos conflitos.

²² As preocupações e as problemáticas interpretativas que aqui nos impulsionam nasceram, em grande medida, durante a pesquisa que originou nossa Dissertação de Mestrado, *Maquiavel e a função política da arte da guerra*, defendida em 2015, mas que, agora, ganham novo fôlego analítico e novas reverberações. Sempre que retomarmos algum ponto abordado, faremos referência por meio de notas

Então, duas diretrizes principais norteiam nosso trajeto. A primeira, refere-se ao modo como Maquiavel pensa a guerra, isto é, como concebe a manifestação dessas atividades que percorrem ininterruptamente seu trabalho. A segunda, em íntima conexão, toca na maneira como esse entendimento afeta a política, já que a *ameaça* da guerra atingirá indistintamente principados e repúblicas. Esses regimes políticos, que marcam a história intelectual do autor, são impactados por essa realidade incômoda, devendo lidar, cada qual a seu modo, com os acontecimentos que atribulam a dinâmica entre potências. Portanto, a partir de uma perspectiva panorâmica, de um lado, temos a tentativa de formarmos conceitualmente uma imagem da guerra no pensamento maquiaveliano, o que corresponde à primeira parte da tese aqui apresentada. De outro, procuramos mensurar a maneira como essa compreensão reverbera nos governos principescos e republicanos aos quais o Secretário devota sua reflexão. É nesse contexto que lançamos mão da segunda parte de nossa pesquisa – condensada na inquietante indagação sobre as razões que levam os soldados a se sacrificarem nos campos de batalha. Diluído ou tacitamente presente nos argumentos que expomos acerca desses efeitos, o motivacional desses atores que, no final das contas, dão expressão à guerra, colocam em movimento as estruturas políticas que dedicam seus esforços para prover-se de exércitos. De fato, perguntar-se pelo porquê desses soldados, súditos ou cidadãos, estarem dispostos a colocar em jogo a própria existência em defesa do estado, e o ímpeto com que cada um se lança nessa tarefa, pressupõe perguntar-se pelas peculiaridades do organizar-se político, institucional e procedimental das formas de governo que constituem suas armas próprias.

Para isso, do ponto de vista metodológico, dividimos nosso texto em três momentos.

No primeiro capítulo, mediante uma análise textual da incidência da “guerra” na reflexão maquiaveliana, o que indicaria sua importância, buscaremos sistematizar essa terminologia por meio de um movimento de definição. Para isso, realizaremos a abordagem desse conceito apoiando-se em um desdobramento do termo. Por um lado, dedicaremos atenção pontual à dimensão *interna* dos conflitos violentos. Recorrendo às contendas que marcaram a história de Roma e Florença, ilustraremos os termos nos quais as

guerras civis despontam no horizonte do autor. No caso romano, dentro de uma singular ambiguidade: como expressão positiva daquelas instituições republicanas, onde as discórdias poderiam ser vistas como produtoras de bons efeitos, até sua transformação em uma contraposição agressiva, responsável pela corrosão daquele tecido republicano. Nos incidentes florentinos, tentaremos caracterizar as guerras intestinas, desregradas e deletérias, que manchavam a memória política da cidade e impediam seu florescimento.

Por outro lado, de maneira mais específica, investigaremos como o Secretário concebe a realidade das *guerras externas*. Aqui, nosso intuito é o de organizar a forma como essa noção se manifesta no pensamento maquiaveliano. Nesse sentido, destacaremos, em primeiro lugar, o gestar-se da percepção sobre a importância do papel desempenhado pela força, como atividade militar, nas relações entre estados; em segundo, apresentaremos o argumento que situa a guerra como um acontecimento inevitável na dinâmica “internacional”; em terceiro, por consequência, nos empenharemos para ilustrar os motivos dessa inevitabilidade: tanto por sua qualificação como episódio ordinário, quanto pela atribuição de naturalidade que Maquiavel dedica pra esses fenômenos; em quarto, abordaremos como a possibilidade da paz, intimamente relacionado com o problema da guerra, não só aparece como consequência de uma constante preparação militar, mas, também, como a ausência de conflitos apresenta efeitos cáusticos para os regimes imersos em estado de pacificidade; em quinto, como desfecho, nos debruçaremos sobre a questão da justificação desses confrontos armados, que, agora, irrompem abrigados pelo símbolo do inevitável e da necessidade.

A partir do segundo capítulo, nos ocuparemos em avaliar *como* essa concepção da guerra e suas implicações influenciam e impactam os corpos políticos *internamente*. Para Maquiavel, no convívio entre potências, os confrontos armados não são uma possibilidade vazia, mas uma ameaça concreta, irrevogável e fundamental. Por isso, todas as formas de governo estariam diante de uma mesma exigência histórica. Enquanto atores políticos, principados e repúblicas, imbuídos da organização de suas “forças” militares, encontrar-se-ão da mesma maneira afetados. Porém, o mérito desse imperativo

ecoa de modo distinto quando consideramos as particularidades de cada ordenação política.

Nosso escopo, então, será o de buscar compreender a posição particular que a guerra ocupa no interior das *teorias principescas* maquiavelianas, delineando sua importância política e seus mecanismos de articulação. Com isso, tencionamos assimilar como as atividades militares e o conjunto conceitual a ela implícito (como as armas, a força e a violência) se manifestam na economia de *O Príncipe*.

Para tanto, em um primeiro momento, indicaremos a atuação da guerra e de suas atribuições como elemento *indispensável* para a *formação* dos estados principescos, tanto no processo de *conquista* de um novo território, como resultado de um movimento expansivo conduzido por um príncipe hereditário que aumenta seus domínios, quanto na *criação* de um principado *ex novo*, não obstante a forma como um indivíduo privado ascende àquele posto.

Em um segundo momento, examinaremos como a temática bélica ressurge como dimensão necessária à *manutenção* dos regimes principescos. Nesse caso, nosso intuito é o de avaliar as medidas políticas fundamentais para a formação de seus exércitos próprios. Ou seja, as condutas que são convenientes que o príncipe estabeleça com os súditos sob seu governo, transformando um povo conquistado, por alguma expressão da violência, em um povo que será responsável pela conservação, política e militar, daquele estado. De fato, a urgência dessas armas revelar-se-á como determinante para um conjunto de comportamentos e estruturas governativas que o príncipe não pode ignorar em seu contato com os súditos. Aliás, o modo de relacionamento com os governados e uma conduta específica com a categoria popular, baseada em ações que procurem blindar o governante de sentimentos corrosivos, como o ódio, ou que busquem uma espécie de benevolência, serão os alicerces do pensamento do Secretário. Por fim, pretendemos avaliar como as condições políticas que proporcionam esses exércitos interferem em sua qualidade e eficiência. Para isso, discutiremos os limites do vínculo entre o poder político principesco e aquele militar, que nasce da participação dos súditos. Se é crucial que o principado conte com um exército próprio, por qual motivo, esses combatentes estariam dispostos a sacrificarem a própria vida nos campos de batalha? Com

essa dúvida, que ecoará também no próximo capítulo, tentaremos destacar as fragilidades existentes nas tropas principescas – sobretudo, em detrimento daquelas republicanas.

No capítulo terceiro, como complemento à pesquisa sobre o papel das armas nos principados, trilharemos uma investigação a respeito da interação entre armas e política nas *repúblicas*. Agora, delimitaremos as condições e as possibilidades de funcionamento dos exércitos nos seios dos regimes republicanos, onde também despontam como requisito *obrigatório* para a *manutenção* das ordenações civis. Com esse objetivo, equacionaremos a presença dessa temática a partir de dois casos específicos, que parecem substanciar os cálculos que Maquiavel realiza sobre o influxo das atividades armadas nessa forma de governo: a república de Florença e a de Roma.

Com os eventos florentinos, delinearemos as particularidades históricas dentro das quais a necessidade de armar-se desponta, de maneira dramática, no horizonte da república, evidenciando a posição frágil e vulnerável em que a cidade se encontrava, e por isso, exigia medidas *políticas* imediatas para remediar essa situação. Isto é, tentaremos reconstruir, ainda que *en passant*, o contexto de instabilidade político-militar que impactou o curso institucional de Florença. Nesse caso, ressaltaremos o envolvimento direto desempenhado por Maquiavel na tentativa de oferecer uma resposta *prática* e incisiva àquela situação específica: a Ordenança. Desse modo, indagaremos não somente pelo protagonismo do Secretário, como compêndio biográfico, mas, acima de tudo, a dimensão e os ecos de sua proposta do ponto de vista de governo, já que fundava o reavivamento dos exércitos florentinos em consideráveis projetos de reforma *política*. Importa-nos, nessa instância, balizar o reconhecimento do papel dos “súditos” do condado, do povo, para a defesa do estado pelas vias militares.

Com os eventos romanos, buscaremos destacar a relevância central que os conflitos armados – junto com suas implicações – exercem na sistemática reflexão maquiaveliana sobre as estruturas de funcionamento daquela república. Motivadas pela iminência da guerra, observaremos como o arcabouço institucional de Roma sofre uma série de redefinições em direção de uma configuração política que ocupará um lugar de destaque em Maquiavel, dentre

outros motivos, por sua capacidade de prover ao estado seu arranjo militar: a república popular, o governo misto que dá vazão aos anseios do próprio povo por mecanismos institucionais. Oscilando entre os conflitos internos, marca de uma Roma tumultuada, e os conflitos externos, possíveis pela institucionalização da dissensão, que alçam a república ao império, nos debruçaremos na avaliação que o Secretário faz dessas reformulações político-institucionais. Nesse ponto, a capacidade para lidar com a questão da guerra nascerá colada aos argumentos que visam promover essa forma de republicanismo, contraposto àquela de matriz aristocrata, incapaz de formar exércitos expressivos. O envolvimento do *povo* na política, como pressuporá também a experiência florentina, seria um passo *necessário* para enfrentar o babélico cenário “internacional”.

Diante de uma conjuntura que primará pelo envolvimento dos cidadãos na *res publica*, nos concentraremos nas questões técnico-políticas da organização do *povo em armas*. Fazemos isso pois, nos parece, que os posicionamentos políticos de Maquiavel, que depositam na categoria popular a garantia de sobrevivência da república, impactam diretamente em suas considerações sobre a arte militar. Ou seja, avaliaremos como os problemas instrumentais da guerra – como o recrutamento, a relevância da artilharia e do dinheiro, ou a primazia da infantaria sobre a cavalaria – são afetados pelo alinhamento do Secretário com esse republicanismo.

Enfim, a estrutura governamental que dá vida ao exército cidadão ecoa, também, na eficácia dessas tropas nos campos de batalha. Nessa esteira, realizaremos uma abordagem do elemento motivacional desses soldados nas refregas que enfrentam em nome da república. Diferente do que ocorria com os principados, esses combatentes parecem arriscar a vida impulsionados pela perspectiva de conquista de um bem que, de certo modo, lhes favoreça de maneira imediata. Paradoxal a isso, como tentaremos indicar, são os efeitos positivos da “liberdade”, que exigem o movimento de expansão e a procura por bens que satisfaçam os interesses do “comum”, lançando as premissas para a morte da república.

Assim, com esse percurso, pretendemos não apenas formar uma imagem conceitual para uma “guerra” que atravessa o pensamento maquiaveliano, mas,

sobretudo, estimar o valor e a influência dessa noção para seus argumentos. Como veremos, a questão dos conflitos armados coloca em movimento os principais tópicos do conjunto teórico do Secretário florentino. E, visando estabelecer os modos dessa relação, que doravante adentraremos no trabalho do autor.

1 A GUERRA EM MAQUIAVEL: A DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO

A guerra ocupa uma posição essencial na economia do pensamento político de Maquiavel. Os conflitos, em suas mais diversas configurações e expressões, são tópicos reincidentes no alargado *corpus* do Secretário florentino. A *arte dello stato* não somente é envolta pela contínua presença da guerra, como também acaba impactada de maneira profunda por sua ameaça e operação. Diante dessa imagem recorrente, possuímos dois objetivos. No primeiro, introdutório, por meio de uma análise terminológica, buscaremos indicar o posicionamento central que as atividades militares assumem nos textos maquiavelianos quando olhamos, sobretudo, para sua incidência no universo conceitual do autor. No segundo, mais denso, procuraremos realizar uma definição para a noção de “guerra” em Maquiavel. Para isso, colheremos os argumentos dispersos em sua teoria, formando um panorama desse fenômeno enquanto conceito. Nesse movimento, em nosso horizonte desponta, por um lado, as guerras civis, analisadas em sua dimensão corrosiva ao organismo político, e, por outro, as guerras entre potências, ferida incicatrizável nas relações entre estados, assunto ao qual procuraremos dedicar uma reflexão sistematizada sobre o modo como o Secretário interpreta esses acontecimentos e como essa interpretação ecoa e se cristaliza em seu pensamento.

1.1 A guerra e seus desdobramentos: a incidência textual e a recorrência do conceito

Afinal, como podemos aludir à importância da guerra no pensamento de Maquiavel?

Antes de adentrarmos no movimento interpretativo que procura realizar uma definição para esse conceito, é oportuno observarmos a relevância e a fertilidade dessa terminologia por meio de sua incidência textual. A “guerra” manifesta-se ostensivamente no *corpus* maquiaveliano, desde as primeiras redações compostas como decorrência de sua atividade no interior da

Chancelaria de Florença²³. A preocupação por essa temática, que ecoaria de maneira explícita nos trabalhos de maior envergadura, como em a *Arte da Guerra*, mas que, também, tornar-se-ia presente em todos os outros momentos cruciais para o seu pensamento, como em *O Príncipe*, nos *Discursos* e na *História de Florença*, marca presença contínua nas obras e nos argumentos do Secretário.

Com efeito, sob uma perspectiva quantitativa, o substantivo feminino “guerra [*guerra*]” aparece nos principais escritos de Maquiavel em, ao menos, 952 ocasiões²⁴. Em sua forma no plural, as “guerras [*guerre*]”, por sua vez, podem ser identificadas em, no mínimo, 136 oportunidades. Dentro do campo terminológico utilizado pelo autor, a habitualidade desse vocábulo é expressiva. Nesse sentido, conforme notam Jean-Louis Fournel e Jean-Claude Zancarini (2014, p. 674, tradução nossa), essa expressão é, “absolutamente”, “uma das entradas mais empregadas por Maquiavel”.

A título de comparação, e para que possamos estabelecer um parâmetro, a reincidência do termo está à frente de alguns conceitos chaves para a compreensão do pensamento maquiaveliano. É o caso da clássica díade de “*virtù*” e “*fortuna* [*fortuna*]”, que podem ser encontradas em 469 e 441 momentos distintos. Aliás, esse lema fica atrás tão somente de outras entradas muito específicas do léxico empregado pelo Secretário, como ocorre com o substantivo feminino “cidade [*città*]”, presente 1382 vezes; do substantivo masculino no plural “homens [*uomini*]”, com 1129 ocorrências; ou, ainda, o “estado [*stato*]”, tanto em

²³ Sobre as campanhas militares que tumultuavam a Toscana, temos o *Discorso sopra Pisa* (1997, p. 3-4), o *De rebus pistoriensibus* (1997, p. 7-12), o *Del modo di trattare i popoli della Valdichiana ribellati* (1997, p. 22-26), e os *Provvedimenti per la riconquista di Pisa* (1997, p. 84-87). Ainda nesse sentido, é indiscutível a nuclearidade da questão nos textos referentes à composição de um exército para a defesa dos interesses Florença, como em *Parole da dirle sopra la provizione del danaio, facto un poco di proemio et di scusa* (1997, p. 12-16), em *La cagione dell'ordinanza, dove la si truovi, et quel che bisogni fare* (1997, p. 26-31), na *Provisione della Ordinanza* (1997, p. 31-43), no *Frammento di discorso sulla milizia a cavallo* (1997, p. 43-44), no *Giribizo circa Iacopo Savello. Ragioni perché e' sare' ben fare capitano dele fanterie el signore Iacopo Savello*, e em *L'ordinanza de' cavalli* (1997, p. 44-46).

²⁴ Os vocábulos são numericamente analisados nas obras que compõem o volume *Tutte le opere*, organizado por Mario Martelli (Firenze: Sansoni Editore, 1971). Ou seja, a contagem se baseia nos termos em italiano presentes nos *Scritti politici minori*, nos *Discursos*, em *O Príncipe*, na *Arte da Guerra*, nas *Legazioni*, em *La vita di Castruccio Castracani da Lucca*, na *História de Florença*, nos escritos teatrais, nos escritos literários em prosa, em poesia, e, enfim, nas correspondências. Nesse último caso, contudo, é necessário notar que não fazemos distinção entre as cartas emitidas pelo próprio Maquiavel daquelas que são respostas à troca de correspondências.

sua forma de substantivo masculino, embrionariamente anunciando o Estado maiúsculo moderno, quanto no particípio passado do verbo “ser [essere]”, aplicado na conjugação verbal da gramática italiana, recorrente em 1387 passagens²⁵.

Ainda nessa espécie de *ranking* terminológico, podemos situar outras locuções que giram ao redor do eixo temático da “guerra”. Por exemplo, com o substantivo masculino singular “exército [esercito]”, recorrente 755 vezes; de sua forma no plural, “exércitos [eserciti]”, presente em 250 oportunidades; e o verbete genérico “armas/exército/exércitos [armi]”, com 416 ocorrências. A entrada “paz [pace]”, por sua vez, se considerada como correlacionada às questões militares, operando em binômio, comparece de maneira mais tímida, embora tenha “uma conspícua presença”, como salientam Fournel e Zancarini (2014, p. 674), com 382 manifestações.

Embora a análise numérica pouco contribua para a compreensão do pensamento do autor, verificar essa intensa presença da terminologia nos oferece uma medida razoavelmente concreta, ou confiável, para estabelecermos a pertinência da temática militar e de seus desdobramentos para o conjunto teórico do Secretário florentino. Para um escritor, cravado na História como um pensador em essência político, a insistência sobre a guerra, corroborada aqui através da comparação com outros conceitos fundamentais, não parece ter uma

²⁵ Embora não seja nossa intenção adentrar na acalorada problemática do termo “estado” em Maquiavel, é conveniente situarmos nosso posicionamento teórico. O pensamento maquiaveliano parece transitar por uma vasta polissemia quando faz referência à palavra. Sobre isso, concordamos com Romain Descendre (2014a, p. 575, tradução nossa) quando afirma que, por esse motivo, seria precipitado aplicarmos ao “estado” de Maquiavel a inicial maiúscula, já que não temos uma antecipação completa da noção moderna do *Stato* (como quer Fredi Chiappelli, em *Studi sul linguaggio del Machiavelli*, de 1952). Muito embora sua argumentação possa dar a impressão de que já estaríamos lidando com o conjunto de pressupostos que a modernidade traria, isso não é uma constante. Para Descendre, “Maquiavel aceita a polissemia intrínseca ao termo na língua da época, na intenção não de definir teoricamente o estado, mas de compreender o inteiro arco da fenomenologia dos “estados”, em sua pluralidade” (2014a, p. 575). Porém, referir-se a uma “polissemia” não significa uma diversidade conceitual ilimitada. Ao contrário, seu discurso “apresenta uma constelação semântica em que os vários significados se iluminam de modo recíproco, não permanecendo estáticos”. Mesmo diante de uma acepção particular, “as outras permanecem implícitas”. Assim, referimo-nos ao “estado” maquiaveliano contemplando essa diversidade subjacente ao texto, nuançando entre sinônimos como “regimes políticos”, “partidos no poder”, “relações institucionais”, e as acepções geopolíticas e territoriais. Porém, devemos notar que, embora a noção moderna não esteja por completo gestada, reconhecemos que Maquiavel lança luz em alguns pontos que a preanunciariam. Em todos os casos, por fidelidade expositiva, manteremos a grafia quando os exegetas maquiavelianos dos quais nos servimos optarem por essa forma.

posição marginal e tão somente secundária. Na realidade, o conceito, como pode ser exemplificado por essas cifras, cumpre uma função singular na dilatada teoria política maquiaveliana.

A partir disso, como Maquiavel compreende a guerra, as atividades militares e suas implicações nas dinâmicas inter e intraestatais? Qual seria o papel desempenhado pelos confrontos armados no processo de desenvolvimento da teoria política maquiaveliana? Ou, melhor, qual seria a “definição” que o Secretário deixa entrever para a guerra e como ocorreria sua relação com o elemento que sacramentou seu nome entre os clássicos da política?

De fato, na dinâmica da teoria político-militar maquiaveliana, a questão do “conflito”, em geral, é central. Enquanto conceito, essa noção opera como um elo que coloca em conexão as principais temáticas que orbitam sua reflexão. Em seus argumentos republicanos, principescos, históricos, ou, *stricto sensu*, militares, esse é um ponto maior no interior de sua constelação argumentativa.

Dentro das modalidades do conflito, a “guerra” encontra um lugar especial. Nesse caso, podemos localizar duas diferentes referências, embora complementares. Como tentaremos ilustrar, o autor transita entre a seguinte tipologia: de um lado, a atividade armada entre indivíduos dentro de um mesmo domínio político, as *guerras civis*; de outro, as campanhas militares entre cidades distintas, a *guerra entre potências*.

Todavia, os limites entre a esfera interna e a esfera externa mostram-se interativos. O “conflito”, de modo genérico, aparecerá contornado pela ação da guerra. Internamente, em uma significação ambígua, estes podem representar tanto a vitalidade das instituições políticas quanto sua sentença de morte. Estamos diante da clássica problemática maquiaveliana que nuança entre as discórdias e a guerra civil. Externamente, os conflitos são um dado inalterável da dinâmica interestatal. No caótico cenário das “relações internacionais”, a guerra é um destino provável.

Porém, “conflito” e “guerra” são unidos por um vínculo que transcende a semelhança sinonímica. Para Maquiavel, como procuraremos expor, a guerra entre estados está relacionada com os fatores envolvidos nos conflitos civis. Sua

teoria militar passa, impreterivelmente, pela interpretação da dinâmica que institui-se entre atores específicos no interior das cidades. Compreender o papel que a guerra civil e a guerra externa possuem pode nos auxiliar a delimitar as condições dessa relação.

Na tentativa de realizarmos a definição, e o modo como nosso autor considera os desdobramentos dessas noções, fragmentaremos nossa exposição em dois momentos. No primeiro, dedicaremos atenção particular às guerras civis. No segundo, às guerras externas. A divisão, por razões de sistematização, permitirá o estabelecimento de pontos de contato entre essas modalidades de conflito, quando oportuno.

1.2 As guerras civis

Os escritos do Secretário florentino são fortemente impactados por uma frequente incidência dos problemas decorrentes das *guerras intestinas* [*guerre intestine*]. Tanto em sua teoria política quanto em suas narrativas históricas, o pensamento maquiaveliano trabalha para *denunciar* o papel corrosivo que os conflitos entre congêneres desempenha sobre o tecido social. Desde o início, as guerras civis²⁶ serão marcadas como a causa da falência política das estruturas que permitem seu surgimento. Quando toca nessa questão, Maquiavel tem em mente os eventos que preanunciaram a queda da República

²⁶ Apenas para definição, por “guerra civil” entendemos as hostilidades que são conduzidas pelos indivíduos *dentro* de um mesmo estado. Ou seja, são os episódios de conflito armado e de violência em que os adversários transformam a cidade em campo de batalha e são, ao mesmo tempo, semelhantes e dessemelhantes: semelhantes enquanto pertencentes a um mesmo domínio, mas dessemelhantes quanto aos interesses que os impelem à luta. De todos os modos, estamos diante de um conceito escorregadio. David Armitage, por exemplo, em *Guerre civili: una storia attraverso le idee* (2017, p. 18, tradução nossa), afirma que “somente ignorando as múltiplas histórias da guerra civil seria possível atribuir-lhe uma definição”: a história mostra que essa não teve “uma identidade estável, nem uma definição compartilhada”. De fato, é um “conceito político, que no curso dos séculos foi reinterpretado e reempregado em múltiplos contextos e para múltiplas finalidades”. Todavia, nessa ampla ressignificação, Maquiavel, que nos importa aqui, parece filiar seu pensamento a duas específicas “tradições”: uma menor, grega, da “*stasis*”, que, literalmente, significa “posição” ou “tomar uma posição”, associada às noções de “*facção*”, “*discórdia*” e também “*dissenso interno*”. E, outra mais abrangente, a romana, do *bellum civile*, cuja raiz remete sempre ao cidadão: “uma guerra “civil” é uma “guerra de cidadãos”, uma guerra entre concidadãos” (ARMITAGE, 2017, p. 22).

romana, mas que, também, atravessarem grande parte – senão toda – história de Florença. Como veremos a partir de agora, em cada caso, o choque entre os próprios romanos e os próprios florentinos representou o elemento inicial para o esfacelamento da coesão interna e para o enfraquecimento do vigor político de cada cidade.

1.2.1 O caso de Roma: da discórdia à guerra civil

Para Maquiavel, em Roma a guerra civil deveria ser responsabilizada por decretar a ruína da constituição republicana “*più perfetta*”. Ao proporcionar as premissas para a formação do Império, o conflito violento surgido em decorrência do despertar da Lei Agrária, abriu o precedente para o advento da tirania de César e, com isso, determinou a morte da República. Essa luta, que, de um lado, era travada pela nobreza romana, e, de outro, pela plebe, causou a corrosão das instituições daquele estado que havia sido símbolo da liberdade e de poderio militar – encarregada de dobrar o mundo antigo aos seus pés. Porém, essa tese torna-se um tanto perturbadora quando consideramos que a *perfezione* romana fora causada pelos mesmos atores que, agora, seriam situados como o motivo de sua degradação.

Ao leitor dos *Discursos*, a exposição pode soar contraditória. Se, por um lado, no núcleo argumentativo entre os Capítulos 3 e 6 do Livro I aprendíamos que a desunião entre os grandes e o povo – ou, no nível institucional, entre o Senado e a Plebe – fez “*libera e potente quella republica*” (*Discursos*, I, 4, p. 21)²⁷, por outro, no Capítulo 37, ela aparecerá como o principal motivo de sua derrocada. A guerra civil, então, catastrófica para o *vivere libero* romano, arriscava também colocar em paradoxo a argumentação que Maquiavel estabelece. Como os mesmos personagens poderiam representar a negação daquilo que eles próprios haviam possibilitado?

²⁷ Para as citações dos *Discursos*, utilizamos como referência a edição organizada por Giorgio Inglese (Milano: BUR Classici, 2015), cotejando com a tradução proposta pela editora Martins Fontes (São Paulo: Martins Fontes, 2007). Para referenciar essa obra, seguimos o seguinte sistema: título abreviado, livro, capítulo e, para facilitar a localização das passagens pelo leitor brasileiro, a página da edição em português.

De fato, de acordo com o Secretário, a *desunião* entre aquelas duas categorias de indivíduos havia sido uma marca positiva dentro da história de Roma. No Capítulo 4 do Livro I dos *Discursos*, o autor apresentava duas teses um tanto controversas dentro do universo teórico da Filosofia Política: em primeiro lugar, a constatação de uma cisão natural e estrutural que atravessa todos os organismos políticos, dividindo-os em dois grupos com interesses diametralmente opostos, em que a procura para a realização desses desejos instaura um estado de conflito em potência; em segundo lugar, a possibilidade de essa desunião e desses tumultos engendrarem efeitos positivos para o estado²⁸.

O movimento interpretativo operado por Maquiavel, nessa instância, não é irrelevante. De uma só vez, negava à noção grega de *homonoia* (ὁμόνοια), difundida desde Platão, e também à visão ciceroniana de *concordia ordinum*, seguida de perto pelo humanismo cívico, toda a sua pertinência. Se, antes, o dissenso entre os membros da cidade era visto como uma grave doença²⁹, e, ao contrário, a harmonia era vista como o cimento da comunidade e como condição de seu florescer, agora, a partir dos eventos romanos, a *disunione* entre *plebe* e *senado* ocupava o lugar salutar: foi ela que “tornou livre e poderosa a república romana” (*Discursos*, I, 4, p. 21). Isto é, “quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma”, considerando mais “as assuadas e a grita [*romori ed alle grida*] que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam” (*Discursos*, I, 4, p. 21-22)³⁰.

Sobre essa divisão, estamos diante da construção de uma norma geral para a ação política: os tumultos, que merecem “sumo louvores” por terem sido

²⁸ Essa questão será retomada com maior cuidado quando abordarmos o tópico sobre a dimensão militar no interior dos regimes republicanos. Para isso, cf. 3.2. Os conflitos na República de Roma: guerra e política nos *Discursos*.

²⁹ A condenação desses conflitos, como nos recorda Newton Bignotto (2005, p. 84-85), era um dos raros pontos em torno do qual “todos os florentinos tinham a mesma opinião. De Dante aos humanistas, todos se apressavam em demonstrar seu papel negativo na vida política da cidade”.

³⁰ Para Gisela Bock (1990, p. 182, tradução nossa), nesse momento e nos capítulos subsequentes, o Secretário ocupou-se longa e detalhadamente sobre essas divisões, fazendo um juízo favorável deles, “demonstrando a conflitualidade intrínseca ao universo político, descrevendo a discórdia civil não como um elemento perturbador, mas como o fermento e cimento de uma república livre”.

responsáveis pela grandeza romana, são oriundos do fato de “em toda república [*ogni repubblica*] há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes”. (*Discursos*, I, 4, p. 22, grifo nosso). Como melhor explica em *O Príncipe* (IX, p. 43, grifo nosso)³¹, “em todas as cidades [*ogni città*] existem esses dois humores diversos”, motivados pela seguinte razão: “o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo”. De fato, quem considerar as coisas presentes e as antigas verá com facilidade que “são sempre os mesmos os desejos e os humores em todas as cidades e em todos os povos [*tutte le città ed in tutti popoli*], e que eles sempre existiram”. (*Discursos*, I, 39, p. 121)³².

A divisão dos estados entre grandes e povo, portanto, é um aspecto inelutável da vida política. A cisão natural das cidades nesses dois grupos distintos alcança uma denotação universalista. Independente da forma de governo, das disposições constitucionais e ordenatórias, *tutte le città, ogni repubblica, ogni città*, seriam essencial e *naturalmente* divididas: existiriam em todos os tempos e em todos os lugares duas espécies de habitantes na cidade; de um lado, denominado por um singular coletivo, o “povo”, e, de outro, os “grandes” (GAILLE, 2004, p. 24). Como sintetiza Marco Geuna (2005, p. 23, tradução nossa), essa cisão, essa diferenciação, dentro do corpo político é *original e constitutiva*. Isso significa dizer que Maquiavel parte de uma *pluralidade constitutiva* do corpo social e político.

Porém, qual seria o elemento que serve como base para a aglutinação dos indivíduos em um desses conjuntos? Ou melhor, o que faz um grande ser classificado como grande e um popular ser enquadrado como povo? Como

³¹ Para as citações de *O Príncipe*, utilizamos como referência a edição organizada por Giorgio Inglese (Torino: Giulio Einaudi, 2014), cotejando com a tradução proposta por Maria Júlia Goldwasser (São Paulo: Martins Fontes, 1998). Para referenciar esse trabalho, utilizamos o seguinte critério: título, capítulo e a página da edição nacional.

³² Na *História de Florença*, Maquiavel reforça o aspecto “natural” dessa divisão. Por exemplo, quando as contendas entre guelfos e gibelinos haviam se acalmado nos territórios florentinos, permaneceram acesos “apenas os humores que naturalmente costumam existir em todas as cidades [*naturalmente sogliono essere in tutte le città*] entre os poderosos e o povo”, pois, visto que o povo “quer viver de acordo com as leis, e os poderosos querem comandá-las, não é possível que se ajustem” (*História de Florença*, II, 12, p. 94-95). Como ensejo para a comparação entre Roma e Florença, o Secretário falaria ainda das “graves e naturais inimizades [*naturale inimicizie*] que há entre os homens do povo e os nobres” que são causadas “pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer” (*História de Florença*, III, 1, p. 157).

explica Gaille (2004, p. 27), para Maquiavel essas categorias não fazem referência a estratos socioeconômicos, como poderíamos supor, mas, antes disso, se assemelham a “comunidades de interesses ou de situação a defender”: “seus membros partilham o mesmo *desejo* e é esta partilha que está na origem de sua agregação”. Dito de outro modo, *grandi e popolo* se relacionam de modo diferente em respeito ao valor da liberdade. A raiz desses dois *umori*, como posiciona Geuna (2005, p. 24), faz referência aos “modos possíveis, para os homens, de entender e fazer experiência da liberdade”. Para os grandes, a associação em torno desse grupo corresponde ao fato de que ser *livre* é comandar e oprimir; para o povo, a união se deve à expressão de seu *desejo de liberdade*: não ser comandado nem tampouco oprimido.

Todavia, defender que os corpos políticos partem de uma pluralidade constitutiva encaminha a argumentação maquiaveliana para uma via de mão dupla. Reconhecer que o *vivere civile* é fundado sobre a dissidência implica em admitir a possibilidade sempre presente de que as partes que constituem a sociedade entrem em conflito. Em outros termos, considerando a natural cisão, os estados e os dirigentes políticos são obrigados a lidarem com um dado incômodo: a incessante iminência dos conflitos. Ao buscar a realização plena de seus desejos característicos, grandes e povo se colocam em uma posição de intenso desacordo. A discórdia civil, assim, é decorrência da diversidade desses humores que cindem por motivos *naturais* os estados.

Entra em ação o argumento mais perturbador aos olhos dos contemporâneos de Maquiavel: não apenas o ideal de harmonia havia sido inviabilizado, mas também existiria a possibilidade desse entrelaço de desejos, originado pelo desejo de opressão quando contraposto ao desejo de não opressão, engendrar efeitos *benéficos* ao estado³³.

Em Roma, por exemplo, a desunião e os tumultos dela derivados levaram à criação dos Tribunos da Plebe, uma instância de expressão política aos

³³ Tomemos, por exemplo, as observações de Francesco Guicciardini nas *Considerazioni sui «Discorsi» del Machiavelli*: “Não foi, portanto, a desunião entre a plebe e o senado aquilo que fez Roma livre e potente, porque teria sido melhor se não existissem as razões da desunião; nem foram úteis essas sedições, mas bem menos danosas do que haviam sido em muitas outras cidades [...]. Mas, louvar as desuniões é como louvar em um enfermo a enfermidade, pela bondade do remédio que foi aplicado” (GUICCIARDINI, 1974, p. 615-616, tradução nossa).

anseios populares, para contrapor-se à figura da nobreza no Senado. A modificação institucional permitiu o alvorecer das estruturas republicanas romanas, signo de liberdade e de vigor militar:

E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública (*Discursos*, I, 4, p. 22).

Afinal pondera Maquiavel, “toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes” (*Discursos*, I, 4, p. 22).

O argumento que o Secretário florentino está nos apresentando é direto: diante da impossibilidade de um estado harmônico em absoluto, e da ininterrupta possibilidade de que as categorias sociais entrem em conflito – no momento em que cada uma procurar efetivar sua maneira de ser livre –, cabe ao estado, através de mecanismos legais, confinar esses tumultos dentro da esfera institucional. O entrechoque de desejos é um aspecto que pode ser protelado dentro da dinâmica dos estados, mas de modo algum extinto. A existência desses dois humores potencialmente em conflito é uma marca irreparável da vida política. Se a existência dessa divisão é um dado inequívoco, aquilo que resta às ordenações é limitar os tumultos ao terreno das contraposições políticas.

Desse movimento, a derivação dos “bons efeitos”: a participação popular dentro da esfera política romana era um pré-requisito fundamental para “valer-se do povo nas coisas importantes”, como na formação dos exércitos. A condição para servir-se da plebe na guerra, assim como os eventos romanos demonstravam, era que o estado reconhecesse os conflitos que acometem os organismos políticos, regulando-os através de *ordini e leggi*. Incluir o povo no centro do jogo político representava, com efeito, o primeiro passo a ser dado para a posterior conquista do mundo. Nesse caso específico, a criação dos

Tribunos, por exemplo, tornou-se uma condição preambular da sucessiva potência e grandeza da república, isto é, a premissa do império³⁴.

Contudo, o reconhecimento da cisão estrutural e do aspecto salutar dos tumultos civis, que é possível em estados com ordenações coesas, é apenas parte do movimento interpretativo de Maquiavel. Uma outra face dos conflitos ameaça desestabilizar a argumentação pregressa. Por isso, como nota Gisela Bock (1990, p. 191, tradução nossa), o autor identifica “a causa do declínio exatamente no que ele viu antes como a causa de sua liberdade e poder, ou seja, a discórdia entre os nobres e o povo, quando chega ao ponto de exasperação”. A cisão estrutural nos situa diante de uma possibilidade ambígua: ao mesmo tempo, com o potencial de gerar bons efeitos, mas também de encubar o germe do dilaceramento das instituições políticas.

O esforço que é exigido do leitor está em acompanhar a linha tênue que separa a discórdia da guerra civil. Traçar os limites e teorizar sobre a degeneração entre os domínios era um ponto central para proteger a coerência da argumentação maquiaveliana. Para Giorgio Cadoni (2014a, p. 679, tradução nossa), o fato de que a “cidade”, exaltada por Maquiavel como a “perfeita” constituição, havia sido perturbada por uma “crise que terminou com a ruína daquela constituição”, lançava uma sombra inquietante sobre sua idoneidade para representar o “modelo” ao qual os estados, surgidos na Itália sobre as ruínas do império, deveriam – mas não sabiam – inspirar-se.

Assim, no Capítulo 37 do Livro I dos *Discursos*, Maquiavel reconstruía a deformação dos tumultos entre aqueles dois *umori diversi*, mediados institucionalmente e, por isso, promotores de *buoni effetti*, em direção aos conflitos civis travados entre *fazioni*, responsáveis pela decretação do colapso e da ruína da República de Roma.

³⁴ Para Giorgio Cadoni (2014a, p. 680), o “convite feito por Maquiavel à tolerância das inimizades entre o povo e o senado, que era considerado como um inconveniente necessário à grandeza romana”, seria consequência “do nexa que o escritor havia traçado entre conflito social e liberdade, e entre essa e a potência, da qual nenhum Estado poderia renunciar sem sucumbir à potência de outros”: “o que abre a dolorosa questão do destino das repúblicas, em que a “grandeza” é inerente a sua crise, que Maquiavel considera como o inevitável preço de alguns séculos de glória”.

Como preâmbulo para o relato desse processo degenerativo, o Secretário argumentava que entre os “escritores antigos” existe uma sentença segundo a qual “os homens costumam *aflijir-se no mal e enfadar-se no bem*, nascendo dessas duas paixões os mesmos efeitos” (*Discursos*, I, 37, p. 112-113). Isto posto, sempre que esses mesmos homens “não precisam combater por *necessidade*, combatem por *ambição*”. Quando o combate deixa de ser motivado pelo imperativo da necessidade, ele ressurgiu motivado pela ambição.

Os homens lutam entre si por necessidade, ou, em sua ausência, pela ambição, pois a “natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui” (*Discursos*, I, 37, p. 113). Isso significa dizer que Maquiavel situa a ambição como uma característica “antropológica” dos indivíduos, que, durante atribuições propiciadas pela necessidade, permanece dormente. Cessada a necessidade, a ambição ressurgiu, colocando em risco a coletividade: porque os homens “são desejosos, em parte porque querem ter mais, em parte porque temem perder o que conquistaram, chegam à inimizade e à guerra, da qual decorre a ruína de uma província e a exaltação de outra” (*Discursos*, I, 37, p. 113)³⁵. Ou seja, a ambição manifesta-se em outra dimensão da necessidade, dado que, como característica implícita ao comportamento humano, também é inevitável³⁶.

A tese apresentada por Maquiavel enquadra os desdobramentos da história de Roma dentro desse panorama “comportamental”. Visto que, como reconhece, “tudo isso eu disse [*questo discorso ho fatto*] porque a plebe romana

³⁵ “[...] e então muito se discutiu sobre quem seria mais ambicioso, se aquele que quer manter ou se aquele que quer conquistar; porque facilmente ambos os desejos podem dar razão a enormes tumultos. No entanto, no mais das vezes estes são causados por aqueles que mais possuem, porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar; pois os homens só acham que possuem com segurança o que têm quando acabam de conquistá-lo do outro” (*Discursos*, I, 5, p. 26). Nessa mesma esteira, notemos: “[...] visto que os apetites humanos são insaciáveis, porque, tendo os homens sido dotados pela natureza do poder e da vontade de desejar todas as coisas e pela fortuna de poder conseguir poucas, o resultado é o contínuo descontentamento nas mentes humanas e o fastio das coisas possuídas” (*Discursos*, II, Proêmio, p. 180).

³⁶ As mesmas passagens serão retomadas quando buscamos caracterizar a “ambição” humana como o elemento que arrasta os estados para os conflitos externos. Ou seja, a “ambição” é duplamente operativa: como motivo para a guerra civil e, para evitá-la, como pertinência para a guerra externa.

não se contentou em obter garantias contra os nobres com a instituição dos Tribunos”, desejo ao qual “foi forçada pela necessidade”. Obtendo isso, começou a combater “por ambição e a querer dividir cargos e patrimônios com a nobreza, como coisa mais valiosa para os homens” (*Discursos*, I, 37, p. 113). Disso, nasce a “doença [*morbo*]” que gerou a “luta [*contenzione*]” da lei agrária, que, enfim, foi a causa “da destruição da República”. Sobre isso, observa Giorgio Inglese (2015, p. 250, nota 6, tradução nossa), a ambição da plebe, antes disciplinada pela necessidade de defender-se, obrigada a colocar-se “objetivos de utilidade política geral, como o Tribunato”, quando livre desse vínculo, volta-se para a “destruição da parte adversária”.

A proposta de reavivamento da lei agrária, no período dos Gracos, foi a expressão manifesta desse processo de corrupção do conflito. A lei possuía dos artigos principais, que, segundo Maquiavel, eram na mesma proporção ofensivos à nobreza: “num se dispunha que nenhum cidadão podia ter mais que algumas jeiras de terra; o outro que os campos conquistados aos inimigos deviam ser divididos entre o povo romano” (*Discursos*, I, 37, p. 114)³⁷. Ou seja, a delimitação da quantidade de posse de terra e a concessão ao povo dos territórios conquistados em guerra.

Inicialmente, a *lex agraria* havia provocado tumultos entre os grandes e o povo, algo que os nobres “com paciência e astúcia” temporizavam. Até que os romanos “começaram a levar seus exércitos para os confins da Itália, ou para fora da Itália”. Depois disso, os conflitos pareciam ter cessado. Como os campos dos inimigos de Roma “ficavam distantes dos olhos da plebe, em lugares onde não era fácil o cultivo, esta não os desejava tanto”. Por tais razões, “aquela lei ficou como que adormecida até os Gracos; sendo por estes despertada, arruinou [...] a liberdade romana” (*Discursos*, I, 37, p. 114-115).

Com efeito, Tibério e Caio Graco – irmãos que haviam ocupado o cargo de tribuno da plebe –, ao tentarem restaurar a lei, visando uma reforma popular do estado romano, decretaram, involuntariamente, sua morte. Nessa instância,

³⁷ Conforme contextualiza Inglese (2015, p. 251, nota 8), a primeira *lex agraria* foi promulgada em 486 a.C. pelo côsul Spuro Cassio, e previa a distribuição aos plebeus dos terrenos conquistados na guerra. Todavia, as características legislativas descritas por Maquiavel referem-se melhor à lei Licinia Sestia, de 367, que – segundo a tradição – limitou em cinquenta jardas a extensão do *ager publicus* que podia ocupar um privado.

a nobreza, manifesta adversária, havia duplicado seu poder, isto é, havia se tornado mais rica, poderosa e corrupta, de modo que “acendeu-se tanto ódio entre a plebe e o senado que se chegou ao conflito armado e ao derramamento de sangue [*si venne nelle armi e al sangue*]”, fugindo “a qualquer modo e costume civil” (*Discursos*, I, 37, p. 115).

Diante da incapacidade e insuficiência dos “magistrados públicos” para “remediar a situação” através de meios ordinários, conquanto “nenhuma das facções” era capaz de depositar “esperança neles”, “recorreu-se aos *remédios privados* [*rimedi privati*], e cada uma das partes tratou de constituir um cabeça que a defendesse” (*Discursos*, I, 37, p. 115, grifo nosso). A princípio, a plebe recorreu ao consulado de Mário; a nobreza, em resposta, ao consulado de Sila³⁸. Essa situação foi o fermento para surgimento das “guerras civis”, que, “depois de muito derramamento de sangue e variações da fortuna”, a vitória foi assegurada pela *Nobilità*. Todavia, esses mesmos humores [*omori*] foram ressuscitados no tempo de César e Pompeu, “porque, como César assumisse o comando do partido de Mário”, e Pompeu, o partido de Sila, “quando ambos entraram em luta a vitória coube a César, e ele foi o primeiro tirano de Roma; de tal modo que nunca mais a cidade foi livre” (*Discursos*, I, 37, p. 115)³⁹.

Nesse caso, conforme sugere Cadoni (2014a, p. 680), embora a responsabilidade dos tumultos pudesse ser atribuída à avidez dos nobres, que

³⁸ Ainda segundo Inglese (2015, p. 253, notas 18 e 19), Gaio Mario (157-86 a.C.), tribuno da plebe (119 a.C.), que tornou-se cônsul em 107 a.C. (sendo, depois, reeleito de 104 a 100 a.C. e, por poucos dias, em 86 a.C.). Esteve no comando do partido popular e, juntamente com os Gracos e com César, foi, para Maquiavel, artífice da ruína de Roma. Lucio Cornelio Silla (138-78 a.C.), expoente da facção oligárquica, cônsul em 88 a.C., lutou contra a parte popular guiada por Mário e depois por Lucio Cornelio Cinna, dominando-a; em 81 a.C. investiu-se do cargo de ditador *reipublicae constituendae*, que manteve até a morte. Sobre os Gracos e as revoltas suscitadas pela lei agrária, cf. NICOLET, Claude. *Les Gracques*. Crise agraire et révolution à Roma. Paris: Julliard, 1967.

³⁹ Sobre a figura de César, afirma Maquiavel no Capítulo 10 do Livro I dos *Discursos* (p. 45): “e que ninguém se engane com a glória de César, sobretudo ao ouvir os escritores que tanto o celebram, porque aqueles que o louvam são corrompidos por sua fortuna e deixam-se amedrontar pela duração do império, que, levando o seu nome, não permitia que os escritores falassem livremente dele”. Assim, prossegue, “se considerar, depois, em particular, os tempos dos outros imperadores [que viveram de modo oposto às leis e à bondade, como Calígula, Nero e Vitélio], verá que foram atroztes, pelas guerras, cheios de discórdia, pelas sedições, cruéis na paz e na guerra: muitos príncipes mortos pela espada, tantas guerras civis, tantas externas; a Itália, aflita e cheia de novos infortúnios, com suas cidades arruinadas e saqueadas. Verá Roma em chamas, o Capitólio destruído por seus cidadãos, os antigos templos devastados, as cerimônias corrompidas, as cidades cheias de adultérios: verá o mar cheio de exilados, os escolhos cheios de sangue”. Enfim, “verá então muitíssimo bem quantas obrigações Roma, a Itália e o mundo devem a César” (*Discursos*, I, 10, p. 47-48).

havia tomado de forma ilícita a posse do *ager publicus*, também não podemos ignorar o fato de que as lutas agrárias e seu êxito infausto sejam considerados consequências de “pulsões elementares, presentes em todos os homens, que a riqueza gerada pela conquista tinha exasperado, rendendo-as incontroláveis”. Não parece, portanto, existir contradição em antecipar a crise romana aos tempos dos Gracos, porque foi ali que teve início a contenda “que permitiu aos chefes dos exércitos de erigir o seu poder sobre as ruínas da constituição republicana”.

Acerca disso, Filippo Del Lucchese (2001, p. 75, tradução e grifo nossos) chama a atenção que Maquiavel, em poucas linhas, é capaz de descrever a “origem do declínio e da decadência da República romana”, isto é, “a perda da liberdade”. Para o intérprete, “esses fenômenos de degeneração do conflito produzem um efeito imediato”: “as partes em luta se organizam *militarmente* uma contra a outra”, ou, como afirma Maquiavel, de modo “privado”, “estranho às estruturas legais e institucionais, formando facções com milícias fiéis aos próprios *“capi”* ao invés de ao Estado”.

Portanto, na raiz das guerras civis romanas, encontramos a transformação das categorias de grandes em povo em facções. Nesse momento, à plebe não bastava mais compartilhar honras e poder político com a nobreza. Notamos, aqui, uma espécie de metamorfose, ou deslocamento, do desejo popular. Se, na primeira fase, o povo procurava mecanismos para evitar ser dominado nem oprimido pelos grandes, agora a *ambição* direcionava seu desejo para um *aliquid amplius*. A passagem do conflito pela necessidade para o conflito pela ambição é significativa. A conquista militar dos territórios sempre mais palpáveis e acessíveis ao povo – e, que por direito, deveria ser usufruído por ele – despertou a ambição, natural e marca constitutiva de uma “natureza humana”, que até então permanecia de certa forma inerte. A transição revelava uma potencialidade funesta.

Agora, ao povo, não era suficiente assegurar-se contra a violação de seu desejo de não opressão, mas queriam compartilhar o *mesmo patrimônio* sobre os quais os grandes acreditavam possuir prerrogativa exclusiva. Um inaceitável ato de violência contra o desejo dos *grandi*, já que “os homens estimam mais o patrimônio que as honras”: a nobreza, que sempre cedeu à plebe sem

excessivos tumultos quando a reivindicação eram as honras, quando viu seu patrimônio ser ameaçado, “foi tão grande a sua obstinação na defesa deste que a plebe, para saciar seu apetite, recorreu aos meios extraordinários” (*Discursos*, I, 37, p. 116).

De novo, concordamos com Del Lucchese (2001, p. 75) quando afirma que, as causas do desvio do conflito romano, desde as primeiras manifestações, positivas, até a lei agrária, destrutiva para a liberdade, parecem principalmente duas. A primeira consiste na alteração do interesse da plebe sobre o objeto do contender. Se nos tempos da vida republicana “as partes contendiam pelos cargos e pelas “honras” políticas, no tempo dos Gracos a luta se desloca sobre o terreno econômico, sobre aquele dos bens materiais”. A segunda causa é resultado do primeiro deslocamento sobre o terreno econômico, e consiste no desenvolvimento violento dos conflitos. A história mostra, de fato, que as lutas pelas “honras” são moderadas e assim positivas, enquanto aquelas pela “*roba*” são violentíssimas, e, assim, destrutivas.

Desestabiliza-se, com isso, a delicada harmonia alcançada pela mediação das discórdias civis. Se, antes, leis benéficas à coletividade e ao bem público podiam emanar, enquanto a realização plena dos desejos de grandes e povo era evitada por vias institucionais, nesse momento, surgem as facções que procuram o benefício exclusivo de apenas uma categoria de indivíduos, conquanto o objeto de desejo houvesse se tornado o mesmo. O exercício do poder político é, aparentemente, algo compartilhável, como a história romana dava indícios. Patrimônios, por sua vez, não. Compartilhar o poder com o povo é um aspecto necessário, sobretudo para que o estado romano pudesse servir-se dele nos campos de batalha. A participação popular, então, é tolerável. Porém, quando o povo passa a ambicionar os *mesmos* bens que a nobreza acreditava ter assegurado a si, o conflito muda de posição. Ceder à plebe a posse das terras, antes asseguradas, significaria permitir que também eles incorressem no status nobiliário.

Disto, emana também a responsabilidade de um defeito implícito à legislação romana, que não pôde, ou que não soube, modificar-se diante de um contexto cambiante. Afinal, não se atentou para o fato de que “as repúblicas bem-ordenadas devem manter rico o público e pobres os seus cidadãos”

(*Discursos*, I, 37, p. 113). Ou seja, como propõe Inglese (2015, p. 250, nota 8), “deveriam manter os cidadãos pobres, e considerar que somente o estado, enquanto ente supraindividual, se enriqueça dos frutos da conquista”. Com essa medida, ao menos parcialmente, vetar-se-ia aos cidadãos o combate por posses.

Assim, o desembocar na guerra civil não escancara apenas o perturbante dado acerca da insaciabilidade do desejo humano e a controversa ambiguidade dos efeitos gerados pelo conflito entre grandes e povo. Mas, também, revela a fragilidade das estruturas políticas no movimento de contenção desse evento, ao resistirem à adaptação das leis no momento apropriado, o que evitaria que o conflito alcançasse a busca por soluções privadas. Os “meios extraordinários”, aos quais as facções de grandes e povo recorrem como forma de resolução para o conflito, são a negação absoluta das instituições políticas que deveriam canalizar o entrecchoque de humores; são o atestado de falência para a contenção da ambição humana. O conflito, quando escapa dessa ferramenta de controle, coloca em evidência o surgimento dos segmentos facciosos. E, “quando tais humores não têm como desafogar-se por modos ordinários [*ordinariamente*], recorre-se a modos extraordinários [*modi strordinari*], que levam toda a república à ruína” (*Discursos*, I, 7, p. 33)⁴⁰.

1.2.2 O caso de Florença: o relato da crise

Embora o caso do conflito romano fosse particularmente importante para a estruturação do pensamento político maquiaveliano – por cobrir um arco temporal completo, onde havia sido o protagonista da grandeza e da destruição da república de Roma –, os eventos florentinos acerca da guerra civil alcançariam tonalidades mais inquietantes. No berço de Maquiavel, as atribuições “sociais” representaram um marcante entrave para o florescimento

⁴⁰ Era esse o argumento central sobre a necessidade “das acusações para conservar a liberdade numa república”. O recurso às “acusações” públicas colocava em questão a conveniência de permitir, institucionalmente, uma “via de desafogo” para que a “alteração dos humores” não desandasse em guerras civis. As acusações privadas, ocorridas sem mediação do aparato institucional, desencadeavam uma sucessão de eventos que se desenrolavam por meios extraordinários: “daí decorreria ofensa entre particulares, ofensa que gera medo; medo que busca defesas; para a defesa arranjam-se partidários; dos partidários nascem as facções nas cidades; das facções, a sua ruína” (*Discursos*, I, 7, p. 34).

político da cidade e, como podemos conjecturar, uma experiência aflitiva para o autor.

Nesse sentido, o Proêmio da *História de Florença* nos permite calcular a dimensão e a relevância desse elemento, tanto para a historiografia da cidade quanto para a abordagem da obra do Secretário⁴¹. Criticando sem rodeios o trabalho de Lionardo d'Arezzo e de Poggio Bracciolini, historiadores que escreveram sobre os acontecimentos florentinos, afirmava que “percebi que foram muitíssimos diligentes na descrição das guerras travadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos estrangeiros”, porém, “no que se refere às discórdias civis e às inimizades internas [*delle civili discordie e delle intrinseche inimicizie*]”, bem como aos seus efeitos, “eles se calaram de todo uma parte e descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar nem utilidade nem prazer” (*História de Florença*, Proêmio, p. 7)⁴².

Contudo, a lição mais “útil” aos cidadãos que governam as repúblicas “é aquela que demonstra os motivos dos ódios e das divisões das cidades [*le cagioni degli odi e delle divisioni delle città*]”, para que, “diante do perigo que incorreram outros, eles possam ganhar sabedoria e manter-se unidos”. Assim, nesse trabalho, a “divisão” é transformada em uma espécie de *leitmotiv* historiográfico, pois sua manifestação seria essencial para a compreensão dos eventos de Florença, considerando que, diferente de outras cidades, – como Roma, em que a “desunião” entre plebe e Senado conservou-se até sua ruína – Florença não havia se delimitado a apenas uma, mas criado muitas:

[...] primeiro os nobres se dividiram entre si, e depois houve a divisão entre nobres e o povo, e, por último, entre o povo e a plebe; e muitas vezes ocorreu que, uma dessas partes, tendo vencido, dividiu-se em duas, e de tais divisões tiveram origem tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias,

⁴¹ Como pontua Del Lucchese (2001, p. 80), se por um lado, nos *Discursos* “a descrição do conflito social era presente e importante”, por outro, é na *História de Florença* que esse tema “se torna absolutamente central e dominante”.

⁴² Para as citações da *História de Florença*, utilizamos como referência a edição organizada por Mario Martelli na coletânea *Tutte le Opere* (Firenze: Sansoni Editore, 1971, p. 629-844), cotejando com a tradução proposta pela editora Martins Fontes (São Paulo: Martins Fontes, 2007). Para referenciar as citações dessa obra, utilizamos o seguinte sistema: título, livro, capítulo e, para facilitar a localização das passagens pelo leitor brasileiro, a página da edição nacional.

como nunca ocorreu em nenhuma cidade que se tenha memória (*História de Florença*, Proêmio, p. 8-9).

Em outros termos, diante da omissão dos escritores precedentes em narrar a divisão interna que arrastava o estado florentino ao caos institucional, Maquiavel transforma o combate entre essas diversas categorias de indivíduos, a guerra civil e suas consequências – os exílios, as mortes e as destruições de famílias –, em um dos fios condutores mais importantes de sua narração.

De fato, na *História de Florença* Maquiavel parece abandonar qualquer avaliação positiva para o conflito civil. Os bons efeitos do conflito, nessa instância, surgiriam apenas como uma lembrança do argumento da primeira fase do caso romano, servindo como um contraponto para aquilatar o curso dos acontecimentos florentinos. Conforme contextualiza outra vez, “as graves e naturais inimizades [*le gravi e naturali nimicizie*] que há entre os homens do povo [*uomini popolari*] e os nobres, causadas pela vontade que estes de comandar e aqueles de não obedecer”, são a *cagione* de “todos os males das cidades [*tutti i mali che nascano nelle città*]; porque dessa diversidade de humores alimentam-se todas as outras coisas que perturbam as repúblicas” (*História de Florença*, III, 1, p. 157).

Uma vez anunciada a condição comum a todas as repúblicas, Maquiavel estabelece um quadro comparativo entre Roma e Florença. A cisão natural, “foi o que manteve Roma *desunida*; é também – se for lícito comparar coisas pequenas a coisas grandes – o que manteve Florença *dividida*”. Com efeito, “os efeitos gerados em cada uma das cidades foram diferentes”, porque

[...] as inimizades havidas em Roma, no princípio, entre o povo e os nobres eram definidas por *disputas*, enquanto as de Florença o eram por *combates*; as de Roma terminavam com *leis*, enquanto as de Florença terminavam com o *exílio e com a morte de muitos cidadãos*; as de Roma sempre *aumentaram a virtù militar*, enquanto as de Florença a *extinguiram totalmente* (*História de Florença*, III, 1, p. 157-158, grifos nossos).

A estrutura da reflexão maquiaveliana compara duas situações muito distintas. Enquanto as inimizades romanas eram marcadas por disputas que originavam a criação de leis benéficas à coletividade e, por isso, aumentavam a capacidade militar, as inimizades florentinas eram definidas por combates que

resultavam no exílio ou na morte de concidadãos, elemento que, de maneira gradativa, apagou qualquer resquício do poderio militar.

Essa “diversidade de efeitos”, explica Maquiavel, era causada pelos “diferentes fins que os dois povos tinham em mira”. O povo de Roma, “desejava gozar as supremas honras ao *lado dos nobres*, enquanto o de Florença combatia para *ficar sozinho no governo*, sem a participação dos nobres”. E, como o desejo do povo romano era mais razoável,

[...] as ofensas aos nobres acabavam por ser mais suportáveis, de tal modo que aquela nobreza cedia facilmente e sem recorrer às armas; assim, depois de algumas desavenças [*alcuni dispareri*], concordava-se em criar uma lei que satisfizesse ao povo e aos nobres em seus cargos. Por outro lado, o desejo do povo florentino era injurioso e injusto, de tal modo que a nobreza preparava sua defesa com maiores forças, e, por isso, chegava-se ao derramamento de sangue e ao exílio dos cidadãos, e as leis depois criadas *não miravam à utilidade comum, mas eram ordenadas todas a favor do vencedor* (*História de Florença*, III, 1, p. 158, grifo nosso).

Como consequência, com as vitórias populares a cidade de Roma se tornava mais virtuosa, porque o povo, “podendo ocupar a administração das magistraturas, dos exércitos e dos impérios *com os nobres*, enchia-se da mesma *virtù* que havia nesses, e a cidade, ganhando *virtù*, ganhava poder”. E, Florença, por sua vez, quando o povo vencida, os “nobres ficavam *privados* das magistraturas e, para reconquistá-las, precisavam não só ser mas também parecer semelhantes ao povo no comportamento, no modo de pensar e de viver”. Daí provinham

[...] as variações das insígnias e as mudanças dos títulos das famílias, que os nobres faziam para parecer-se com o povo; de tal modo que a *virtù* das armas e a generosidade de ânimo que havia na pobreza se extinguia, sem que pudesse reacender-se no povo, no qual não existia; assim, Florença foi-se tornando cada vez mais humilde e abjeta (*História de Florença*, III, p. 158-159).

Então, se, por um lado, na história romana podemos coletar o processo de deterioração do conflito entre grandes e povo em direção à guerra civil, por outro, a história florentina é, propriamente, a história desses conflitos e confrontos que jamais foram benéficos à cidade. Para Del Lucchese (2001, p. 80), a valorização de um modelo conflitual moderado e voltado às honras, em

detrimento daquele extremo voltado aos “bens”, parece ineficaz para descrever a realidade histórica de Florença. Ou seja, a história de Roma é a história de “*virtù* e de potência” que, enfim, vive um “declínio e uma crise”. A história de Florença, por seu turno, “é toda história de conflitos e dissensões”: a “*crise é a própria substância da história*”. Enquanto Roma vive a *virtù* e a crise, caracterizadas por dois modelos opostos de conflito, a cidade de Maquiavel “vive somente a crise, e o seu conflito não conhece esquematismos nem positividade” (LUCCHESI, 2001, p. 80).

Como enfatizaria Maquiavel no Capítulo 1 do Livro VII da *História de Florença*, “quem espera que uma república possa ser unida muito se ilude com tal esperança”. Todavia, enquanto “algumas divisões prejudicam as repúblicas”, outras “as ajudam”: “as prejudiciais são as que vêm acompanhadas por facções e partidários”, as proveitosas, por sua vez, “são as que se mantêm sem facções e sem partidários”. Portanto, prossegue o Secretário, “quem funda uma república, como não pode evitar que nela haja inimizades, precisa pelo menos cuidar que nela não haja facções”.

Em Florença, as inimizades sempre foram acompanhadas “por facções e, por isso, sempre foram danosas”. Na cidade, uma facção vencedora “só permanecia unida enquanto a facção inimiga estava viva, mas, assim que a facção vencida desaparecia, a vencedora, deixando de ser contida pelo medo ou freada pela disciplina, dividia-se” (*História de Florença*, VII, 1, p. 423).

Para Bock (1990, p. 182), o vocabulário variado usado pelo Secretário não parece deixar dúvida quanto à negatividade do fenômeno: *divisione, odio, inimicizie, disunione, disordine, parti, sètte, fazioni e contenzioni*. Nesse caso, as seitas, as facções, são fundamentalmente diferentes dos *umori*, da dualidade estrutural de grandes e povo. Enquanto estes são “naturais, inevitáveis e podem [...] conduzir, se examinados e tratados de maneira civilizada, à igualdade e ao bem comum”; aqueles, contingentes, levam a efeito apenas “lutas pelo poder”, devendo, por isso mesmo, ser evitadas. Como pontua Bock (1990, p. 197), existem duas formas diferentes de se chegar ao poder político: através das “*vie publiche*”, no âmbito das instituições constitucionais, ou através dos “*modi privati*”, fora ou contra essas instituições, garantindo, por meio da liberalidade,

riqueza ou proteção, os partidários que apoiassem o benfeitor e sua seita, ou facção, para o benefício próprio, e não para o “bem comum”⁴³.

Florença, no final das contas, não é capaz de extrair os aspectos positivos da cisão natural. Na cidade, o conflito sempre ocorreu na forma degenerativa, semelhante àquele da segunda fase romana. Enquanto a situação do ocaso da República de Roma chama a atenção pela crise, a de Florença é toda ela a crise. Existe um grau de paralelismo. Como delineia Del Lucchese (2001, p. 72), esse segundo tipo de conflito, característico dos acontecimentos ligados à lei agrária, marcado pela violência e pela destruição, “se assemelha, de muitas maneiras, àquele que caracterizou os acontecimentos descritos por Maquiavel na *História de Florença*”. Aqui, pondera o italiano, “as lutas entre os grandes e o povo parecem não exprimir mais os humores “naturais” do corpo social, mas somente o interesse privado de opostas facções em luta, mostrando os efeitos violentos e perversos para a vida da República”.

Assim, a dualidade de conflitos civis diverge nos seguintes aspectos:

[a] *Atores*: enquanto as discórdias civis são promovidas por dois atores com desejos contrastantes, os humores de grandes e povo, as guerras civis são alimentadas por facções, que não respeitam a divisão tipológica central. Nobres, povo, plebe: a unidade da facção é mantida enquanto o *inimigo* representa uma ameaça. Como procuram o exercício exclusivo do poder e dos privilégios, uma vez neutralizado o perigo, tendem a um contínuo dividir-se.

[b] *Meios de condução*: os conflitos civis salutarees são aqueles conduzidos sob o amparo dos dispositivos institucionais. Essa canalização evita que o entrechoque faça recurso às vias privadas e extraordinárias, isto é, às armas, às violências e aos homicídios – que, por sua vez, já são marca da guerra civil.

[c] *Objetivos*: os objetivos dos grupos em tumulto dentro das discórdias civis é a divisão de honras e cargos políticos *com* a manutenção do grupo com que rivalizam. Não existe a negação do “outro”, nem de sua função dentro da *res*

⁴³ Em relação à complexa questão do “bem comum” em Maquiavel, cf. de Gennaro M. Barbuto, *Machiavelli e il bene comune: una politica ossimorica (Filosofia Politica, v. 17, n. 2, p. 223-244, 2003)*.

publica. Com a guerra civil, ao contrário, objetiva-se os bens, o patrimônio e, por consequência, o exercício exclusivo dos cargos e funções políticas. Existe uma tentativa de aniquilamento do “outro”, se não físico, ao menos ao ponto de enxotá-lo do âmbito público.

[d] *Desfechos e resultados*: dentro das discórdias civis, mesmo que grandes e povo tenham interesses específicos de benefício ao seu próprio grupo, a dinâmica institucional apresenta um jogo de contrapesos e contramedidas em que uma instituição controla os excessos da outra. Indiretamente, alcança-se um regime político de leis benéficas à coletividade, à liberdade e ao poderio militar. Nas guerras civis, ao contrário, elimina-se o contraponto através da violência armada e do derramamento de sangue. Aquilo que as facções buscam é tão somente o benefício próprio em *detrimento* dos outros. O dispositivo de controle mútuo é estraçalhado e o “bem comum”, impossibilitado.

Assim, a partir da análise da guerra civil em Roma e em Florença, possuímos uma imagem conceitual do primeiro desdobramento do conflito. O confronto entre as categorias responsáveis por compor a “sociedade civil”, quando não circunscrito pelos limites propostos pelas ordenações políticas, corre o risco de adentrar no campo da pura violência: na tentativa de aniquilamento dos adversários e no derramamento de sangue, o que escancara a morte, ou uma dolorosa doença, para o corpo estatal. A guerra civil é, no final das contas, expressão da negação da política. Nesse caso, seu grassar é acompanhado por um duro juízo de valor, que é dirigido não aos cidadãos, ou aos súditos, que empunham armas e buscam combater aquilo que identificam como inimigo nas ruas e vielas das cidades, mas às instituições políticas que permitem que esses mesmos indivíduos recorram aos instrumentos privados e neles depositem a única confiança para a resolução de suas desavenças.

1.3 As guerras externas

Embora a importância do papel desempenhado pelas guerras civis no interior da reflexão maquiaveliana não seja pequena, um segundo gênero de “guerra” ocupa um espaço de destaque na argumentação do Secretário

florentino: as *guerras externas*, os movimentos militares travados entre potências cujos interesses são constantemente contrapostos e ameaçados. Enquanto a primeira manifestação do conflito aparece como uma degeneração do objeto de desejo de grandes e povo, somado à incapacidade dos mecanismos institucionais para sua contenção, a realidade das guerras entre estados torna-se mais turva. Tópico de inegável pertinência ao ambiente político-militar do Século XV e XVI, os confrontos armados despontavam como ações que não eram anômalas à política. Mas, nem por isso, a compreensão dos motivos de sua ocorrência pode ser simplificada.

Em Maquiavel, esses eventos, trágicos pela natureza implícita aos seus efeitos, serão considerados em uma perspectiva que transita entre a História, avaliada por um viés teórico – que, ao invés de estabelecer uma reflexão abstrata sobre os engajamentos militares, se propunha a reconhecer o papel que a guerra ocupava na dinâmica política por meio de uma análise crítica –, e a prática, onde essa percepção impactaria a conduta dos exércitos. Nesse sentido, agora, dedicaremos nossa atenção em examinar como o Secretário concebe a existência dessa forma de conflito: por qual motivo as guerras existem e como esse fato é meticulosamente desenvolvido em seu pensamento.

1.3.1 A força como diplomacia: armas e leis como fundamentos dos corpos políticos⁴⁴

Antes de mais nada, é apropriado assinalarmos a base sobre a qual o pensamento do Secretário florentino inscreveria a possibilidade para os eventos armados. De fato, para o autor, a guerra aparece como um evento ordinário e natural na dinâmica entre estados. Essa concepção, que se ancorava no grave panorama político das relações “internacionais” da Europa do *Cinquecento*⁴⁵,

⁴⁴ Esse ponto é uma reconstrução e reproposta do argumento que apresentamos em nossa Dissertação de Mestrado. Sobre isso, cf. “Os fundamentos do Estado em Maquiavel: as boas leis e as boas armas”, em ZORZO, D. A. F. *Maquiavel e a função política da arte da guerra*. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UNIOESTE, Toledo, p. 19-30.

⁴⁵ Para uma abordagem historiográfica sobre a questão militar no período, cf. BAYLEY, C. *War and society in Renaissance Florence. The De Militia of Leonardo Bruni*. Toronto: University of Toronto Press, 1961. BREWER, P. *Warfare in the Renaissance World*. Austin: Steck-Vaughn Company, 1999. HALE, J. R. *Guerra e società nell'Europa del Rinascimento (1450-1620)*. Traduzione di Franco Salvatorelli. Bari: Editori Laterza, 1987. MALLETT, M.

marcada por um estado de luta constante entre as potências que formavam aquela precária colcha de retalhos institucional, impactou a compreensão político-militar maquiaveliana.

Em um mundo incerto, caótico e em estado de guerra, ao menos virtualmente, constante, o papel da *força* no interior da política conquistaria um patamar de destaque. Como pontuaremos, esse cenário específico impele à transformação da iminência da agressão – de sofrê-la ou cometê-la – em uma importante premissa, em torno da qual todas as considerações sobre a interação entre guerra e estado são construídas.

Em grande medida, essa leitura do fenômeno militar, como um evento ordinário e corriqueiro, refletia a percepção daquele contexto histórico específico. De um lado, temos as grandes potências europeias, como a Espanha, e, sobretudo, a França e o Sacro Império Romano-Germânico, que amiúde davam provas de sua imponência militar. De outro, os frágeis estados italianos, politicamente instáveis, dependentes de delicadas alianças, débeis, carentes de estruturas militares, e, por isso, transformados em campos de batalha para estrangeiros e suas incursões, recorrentes dentro dos territórios peninsulares⁴⁶. Diante disso, a possibilidade de sofrer um ato de violência, em um ambiente no qual a violência parece a norma, torna-se premente: a guerra, então, é concebida

Mercenaries and their masters: Warfare in Renaissance Italy. Barnsley: Pen & Sword Military, 1974. OMAN, C. W. C. *The Art of War in the 16th Century*. London: Methuen, 1937. Trataremos sobre a particular situação de Florença no subcapítulo 3.1. As armas no horizonte da República: do contexto florentino à Ordenança de Maquiavel.

⁴⁶ Para Jean Jacques Marchand (1975, p. 371-372, tradução nossa), nesse movimento de percepção, Maquiavel contou com duas experiências diplomáticas, a cargo da Segunda Chancelaria, importantes. A primeira missão, na França, em que o contato com um dos maiores “estados europeus, no momento decisivo das negociações com o Império”, permitiu ao Secretário perceber “novos fenômenos, como a importância da solidez estatal para a potência de uma nação [*nazione*]”, como o poder centralizado, uma organização fiscal eficiente e um exército forte e “as vantagens das tropas de milícias do ponto de vista econômico”. Nesse sentido, ainda mais decisivas foram as duas *Legazioni* junto a Cesare Borgia na Romanha, entre 1502 e 1503. Se, “em ocasião da missão junto a Luís XII Maquiavel havia podido constatar o pouquíssimo peso de Florença no plano internacional”, não muito estimada por sua fraqueza militar e por sua lentidão na tomada de decisões claras, o encontro com Borgia o fez entender “ainda mais tragicamente que a época laurenziana”, “caracterizada por uma política de equilíbrio, de diplomacia e prudência (que tanto havia beneficiado Florença), agora havia acabado na Itália”. O novo ensinamento deduzido dessa experiência é que “os estados e os príncipes, caso queiram manter sua independência, devem saber mais do que qualquer coisa a usar a força, a astúcia, o engano, a rapidez nas análises e nas ações” (MARCHAND, 1975, p. 372).

em termos muito concretos a partir de um estado de latência. Como escreve Maquiavel para o amigo Francesco Guicciardini em 3 de janeiro de 1525,

[...] sempre, desde que tenho recordação, ou se fez guerra ou se pensou em fazê-la [*o e' si fece guerra, o e' se ne ragionò*]. Logo se fará, e quando terminar, se pensará novamente em fazê-la, de modo que não se terá tempo de pensar em mais nada [*tanto che mai sarà tempo a pensare a nulla*] (MACHIAVELLI, 1999, p. 416, tradução nossa).

Nessa perspectiva, para Gilbert (1986, p. 29), o Secretário florentino havia sido capaz, através do estudo realizado dos historiadores romanos, de compreender “o sistema internacional de seu tempo”. Isto é, que os “estados foram constantemente crescendo e se expandindo”, envolvendo-se em guerras de forma permanente, “buscando ampliar seu poder e territórios”, “lutando na defesa dos outros que tentavam subjugar-los”. Por isso, teria sido “um dos primeiros a compreender a natureza competitiva do estado moderno”, concluindo que “a existência de um estado depende de sua capacidade para a guerra”. Em outra oportunidade, o intérprete (1977, p. 254) ratificaria essa posição: afinal “o que fez com que Maquiavel concentrasse sua atenção sobre o problema da relação entre a organização política e a militar?”. Para Gilbert, “as experiências de seu próprio tempo lhe haviam dado uma lição inesquecível acerca da influência do fator militar sobre a vida política”. Com efeito, havia visto “com os seus olhos a cidade natal perder a liberdade por causa da falência de seu aparato militar” e a “Itália passar da independência à dominação de exércitos estrangeiros”.

Ainda nessa esteira, Ferroni (2003, p. 25), no capítulo intitulado “*Il mondo in stato di guerra*”, pondera que “na dramática realidade da Itália no início do *Cinquecento*, a antiga convicção de uma luta sem tréguas [*senza quartiere*] entre as comunidades humanas, os grupos sociais e os próprios indivíduos” conquistava “destaque e evidência”.

Aquele cenário parece ter desempenhado uma função essencial para a percepção maquiaveliana sobre a guerra. Em uma Europa marcada por conflitos sempre possíveis e prováveis, e em uma Itália debilitada pela ausência de forças militares, o Secretário florentino encontrava o ponto de partida para seu posicionamento acerca dos confrontos armados: a guerra, no final, é uma

realidade inevitável, uma condição inexorável da dinâmica entre estados, onde surge não como um acontecimento eventual, perturbando um estado natural de paz, mas, antes disso, como regra das “relações interestatais”.

Essa constatação, operando como proposição, conduz a reflexão do autor para o reconhecimento do papel desempenhado pela *força* nos assuntos de governo. Se, internamente, na relação entre súditos e cidadãos, a pertinência desse elemento ocuparia parte importante da teoria política de Maquiavel, isto é, seria um recurso de importância singular para a “administração” das cidades, do ponto de vista externo, a força revelar-se-ia como o *único* mecanismo eficaz para o contato entre potências.

Nesse sentido, o *locus* ocupado pela força se estende por todos os escritos do Secretário. A disposição para a guerra, assimilada à disposição para o emprego da violência nos assuntos de governo, desponta já em seus *Primi Scritti Politici*. Os posicionamentos teóricos adotados nesse conjunto de escritos, oriundos da atividade prática enquanto secretário da Segunda Chancelaria da República de Florença, são transpostos para as obras clássicas. Nessa ocasião, Maquiavel apresentaria a tese sobre a urgência das estruturas militares como resposta para um mundo agressivo de “instabilidade” internacional.

Assim, na abertura das *Parole da dirle sopra la provisione del danaio, facto un poco di proemio e di scusa*⁴⁷, Maquiavel postulava uma norma geral da ação política, dentro da qual a delicadíssima situação florentina poderia ser inserida. Segundo o Secretário, “todas as cidades [*le città*] que em um momento determinado [...] tenham sido governadas por um príncipe absoluto, por optimates ou pelo povo [...] têm contado como base de sua defesa com a *força* unida à *prudência*”. A pertinência dessa união está no fato de que a *prudencia*

⁴⁷ Escrito redigido em março de 1503 para ser pronunciado por alguém notório, talvez o próprio Piero Soderini, gonfaloneiro vitalício de Florença, em alguma assembleia (nas *Consulte*, no *Consiglio degli Ottanta* ou no *Consiglio Maggiore*) para ressaltar a delicada situação em que a cidade se encontrava: debilitada financeira e militarmente, exposta diante das ameaças que Cesare Borgia lançava sobre a república. A situação era agravada pois as várias *Consulte* e o próprio *Consiglio Maggiore* protelavam a votação dos impostos que deveriam remediar essa situação. Exatamente para persuadir sobre a necessidade de tomar uma decisão que essas “*parole*” deveriam ser pronunciadas. Sobre isso cf. MARCHAND, 1975, p. 52-68.

“sozinha não basta”, e a *forza*, por sua vez, “ou não chega a resolver os assuntos, ou, se os resolve, não consegue torná-los duradouros”.

Portanto, “essas duas coisas são o nervo [*nervo*] de todos os domínios [*signorie*] que foram ou serão no mundo”. Ora, persiste Maquiavel, “quem tem observado as mutações de reinos, as ruínas das províncias e das cidades, terá visto que a causa não tem sido nada além do que a carência de armas ou de sentido comum [*senno*]” (MACHIAVELLI, 1997, p. 12).

Aqui, estamos diante do despontar da *força* como um dos elementos responsáveis pela estabilização dos corpos políticos. Este é um princípio válido para *todos* estados, para *todos* os regimes políticos, em *toda e qualquer* situação: a predisposição para a violência armada e institucional é o complemento para o arcabouço jurídico responsável pela sustentação da vida interna do estado. Decorre disso que “sem força as cidades não se mantêm e acabam sucumbindo”. E o ocaso, catastrófico: “o fim é ou pela destruição [*desolatione*] ou pela servidão” (MACHIAVELLI, 1997, p. 13). Em outros termos, esta é uma regra universal, válida para todos os tempos e em todas as situações: todo poder nascente deveria fundar-se sobre leis justas promulgadas para governar e administrar os habitantes de um território, mas também é necessário uma força militar em condições de assegurar o domínio (VIVANTI, 2002, p. 339, tradução nossa).

Mas, qual seria o motivo para Maquiavel postular a força como um imprescindível elemento sobre o qual todo o edifício político deveria ser erigido? Conforme explica, “toda cidade, todo estado [*ogni città, ogni stato*], deve reputar como inimigos [*inimici*] todos aqueles que possam tratar de ocupá-lo e aqueles contra os quais não pode se defender”. Todavia, “jamais existiram nem um Senhor nem uma República sensatos que quiseram manter seu estado à mercê dos outros [*tenere lo stato suo ad discretione d'altri*], ou que mantendo-o acreditassem havê-lo seguro” (MACHIAVELLI, 1997, p. 13). Nessa instância, torna-se explícita a atribuição da força para as relações interestatais, porque “entre os homens privados são as *leis*, os *escritos* e os *pactos* o que fazem observar a fé [*dada*], e entre os senhores *somente as armas a mantêm*” (MACHIAVELLI, 1997, p. 14, grifo nosso).

Conforme afirma Marchand (1975, p. 326), nas *Parole* as relações entre Florença e as outras nações “são colocadas mais claramente em foco e a atenção que deve ter um estado nos confrontos dos amigos e dos inimigos conquista uma importância maior no conjunto da análise”. Como nota o intérprete, a experiência das *Legazioni* junto Luigi XII e a Cesare Borgia induziu

[...] Maquiavel a refletir mais profundamente sobre a verdadeira natureza das relações entre estado e estado: considerado que cada nação [*nazione*] ou príncipe atua uma política friamente egoísta e muitas vezes ridiculamente mesquinha, nenhum estado (como Florença) pode esperar o apoio desinteressado de um amigo (França) ou a passividade benévola de um inimigo em potencial (Valentino) (MARCHAND, 1975, p. 326).

Com isso, Maquiavel chega a uma nova conclusão: “entre duas nações, que são amigas ou inimigas, somente o mútuo respeito devido à potência militar pode permitir ou uma colaboração profícua”, como aquela com o rei da França, ou uma “coexistência relativamente pacífica”, como a pretendida com o duque Valentino (MARCHAND, 1975, p. 326). Essa constatação, reforça Marchand, conduz o Secretário florentino para uma nítida separação entre a esfera privada e a esfera política das relações recíprocas, pois entre os privados a violência é subsumida na coação da lei, enquanto entre organismos políticos a violência é apresentada em sua forma crua: com exércitos.

Todavia, no conjunto dos escritos maquiavelianos a aparição dessa noção é ainda mais prematura. No *Discorso sopra Pisa*, composto entre 26 de maio e 4 de junho de 1499, Maquiavel já delineava a pertinência desse fator, fundando-o na necessidade de uma nova incursão armada para a reconquista da cidade, indispensável para a economia florentina⁴⁸. Nesse texto, o argumento é sintetizado nos seguintes termos: considerando que “ninguém duvida” que “reaver Pisa seja necessário” para “manter a liberdade”, “demonstrarei com razões que vós mesmos podeis entender”. Por isso, “somente examinarei os

⁴⁸ Como contextualiza Marchand (1975, p. 5), a conquista de Pisa, em 1406, havia dado à economia florentina um porto natural e uma abertura para o mundo mercantil que, nos anos precedentes, Florença tanto havia carecido. Contudo, com a incursão de Carlos VIII na Itália para a conquista do reino de Nápoles, em 1494, Piero de' Medici não mediu esforços nem hesitou em assegurar seu apoio ao rei da França, cedendo a maior parte das terras florentinas na costa tirrênica. Entre elas, Pisa. Considerada como um ato de traição pelo povo florentino, os Medici são expulsos da cidade. Porém, a restituição das terras concedidas à coroa francesa não ocorre após a campanha em Nápoles. Disso, segue-se o contínuo esforço dos governantes florentinos para a retomada de seu principal modo de acesso ao posto naval.

meios que conduzem ou que podem conduzir a isso”: “que me parecem ser ou a força ou o amor”, isto é, “ou recuperá-la através de assédio ou que ela voluntariamente se entregue em vossas mãos” (MACHIAVELLI, 1997, p. 3).

Diante dessas alternativas, o argumento maquiaveliano trabalha para desconstruir a possibilidade da reconquista através do *amor* – seja ocorrida por meio de uma rendição espontânea por parte dos pisanos; seja através da concessão de um novo *possessore* que, porventura, pudesse dominar a cidade (tenha ele ali entrado por força, ou por ter sido chamado pelos pisanos), entregando-a como um presente. Ora, a partir dessas escolhas argumentativas, “não se vê nenhuma outra via para recuperar Pisa sem usar a força”. Portanto, sendo “necessária a força, me parece que deve ser considerado se é ou não conveniente usá-la nesses tempos [*se li è bene usarla in questi tempi o non*]” (MACHIAVELLI, 1997, p. 4).

Para Marchand (1975, p. 19), se, por um lado, a afirmação de que diante de uma rebelião dois comportamentos são possíveis – o amor, ou a força – possa parecer algo muito banal, por outro, a originalidade de Maquiavel estaria na concepção desses dois modos de ação como um par antitético: não o amor e a força, mas *ou* o amor *ou* a força. A relação com outro organismo político, e, em especial, com uma cidade rebelada, não poderia ser fundado sobre outro pressuposto.

Considerando a debilidade das instituições militares florentinas, Federico Chabod (1964, p. 325, tradução nossa) nota que dessa deficiência, isto é, do vulnerável caso particular que o Secretário havia constatado desde seus escritos mais preambulares e que ecoava com um apelo quase visceral nas *Parole*, emanaria uma “norma” para a política que preanunciaria em um motivo “extremamente fundamental” *O Príncipe*, os *Discursos* e também a *Arte da Guerra*: que “todo estado, para manter-se, deve estar bem armado; a força, e a força somente, é aquela que induz os outros ao respeito nas relações entre estados”⁴⁹. Gilbert, por sua vez, em *Machiavelli e Guicciardini* (1970, p. 134,

⁴⁹ Para Inglese (2006, p. 14), nas *Parole* aquilo que lemos “reflete certamente um momento auroral do pensamento político maquiaveliano”. Inglese, afinal, corrobora sua opinião recorrendo à interpretação de Gennaro Sasso (1963, p. 223, tradução nossa), que considera as *Parole* como “o escrito mais importante que Maquiavel compõe nos primeiros anos”: pela

tradução nossa), pondera que é, em termos estritos, este o ponto estrutural das duas principais obras maquiavelianas: em *O Príncipe* e nos *Discursos*, a “ideia dominante” é o “apelo para reconhecer a importância crucial da força na esfera política”.

De acordo com Fabio Frosini (2004, p. 17), em Maquiavel, entre “leis” e guerra” existirá sempre uma *relação*: “a disponibilidade à guerra é o único modo para conferir validade aos pactos, assim como para estabelecer as condições de amizade”. Em geral, “a paz é fundada sobre a guerra exatamente como a amizade é fundada sobre a igualdade, e sobre o terreno da política internacional a única igualdade possível é a *igual potência bélica* dos Estados”. Enfim, “paz, pactos e política possuem uma consistência própria, uma esfera de existência, que tornam-se realmente pensáveis se são reconduzidas à guerra como sua condição de possibilidade”.

Por esse ângulo, não parece supérfluo recordamos o eco desse posicionamento em outros momentos singulares dos escritos maquiavelianos. Assim, a mesma constatação, da posição da força como viabilidade para as relações “internacionais”, era também germinada na *Seconda Legazione al Valentino*. Em uma correspondência de 8 de novembro de 1502, remetida aos *Dieci*, Maquiavel ponderava que, segundo sua opinião (“*parlando sempre come da me*”), a “excelência desse duque – Cesare Borgia – não poderia ser medida como a de outros Senhores”, devendo-se considerá-lo como “um novo potentado na Itália, com o que é melhor fazer uma liga e amizade, ao invés de uma *condotta*”. Entretanto, “as amizades entre os Senhores são mantidas somente com as armas” (MACHIARELLI, 1999, p. 701).

Tal lição ressurgiria na *História de Florença* quando Maquiavel relatava a devolução dos castelos florentinos, por parte do rei de Nápoles, que o duque da Calábria havia tomado em sua tentativa de assenhorear-se de Siena. O rei de Nápoles, então em guerra contra os turcos, “temia que os florentinos o abandonassem num momento de tanta necessidade”. Por isso, “assentiu em restituí-los e, com novos favores, obrigou de novo os florentinos a favorecê-lo”. Disso, extrai: “assim, é pela força e pela necessidade, e não por documentos e

primeira vez, “os vários motivos [...] que até aqui haviam permanecido dispersos nas [...] cartas diplomáticas, se unem em um organismo coerente e fechado”.

obrigações [*scritture e gli oblighi*], que os príncipes cumprem a palavra dada” (*História de Florença*, VIII, 22, p. 528).

Outro exemplo é o caso do *La cagione dell’ordinanza, dove la si truovi et quel che bisogni fare*, em que Maquiavel retomava a tese da simbiose entre armas e leis como fundamentos dos corpos políticos como um ponto conhecido, uma vez que “todos sabem [*ognuno sa*] que quem diz império, reino, principado, república, quem diz homens que comandam [...] está dizendo de *justiça* e de *armas*” (MACHIARELLI, 1997, p. 26). Conforme afirma Marchand (1975, p. 331), nesses escritos sobre a Ordenança – aos quais retornaremos – a força se torna “o elemento determinante da existência de um estado; são as armas que permitem, com a justiça, a subsistência de uma nação [*nazione*]”. Ou seja, a força reaparece em “cada estágio das relações hierárquicas dos elementos mais elementares aos mais complexos”.

O mesmo teor argumentativo pode ser identificado no texto que seria utilizado como modelo para a lei que regulamentaria a Ordenança das milícias em Florença, a *Provisione della Ordinanza*. A disposição legal, aprovada em 6 de dezembro de 1506 pelo *Consiglio Maggiore*, era cordialmente aberta com os seguintes termos:

Considerando vossos magníficos e excelsos Senhores como todas as repúblicas⁵⁰ que em tempos passados se mantiveram e engrandeceram, contaram sempre com duas coisas como seu principal fundamento, isto é: a justiça e as armas, para poder conter e corrigir os súditos e para poder defender-se dos inimigos (MACHIARELLI, 1997, p. 31).

Nessa instância, convém notarmos que a assunção teórica da força e das leis enquanto as “duas coisas” que operam como “principal fundamento” dos estados será um ponto estrutural em toda a reflexão desenvolvida pelo Secretário florentino. Em suas obras clássicas podemos identificar a reverberação desse juízo. Em *O Príncipe*, por exemplo, lemos que “os principais

⁵⁰ Texto modificado na redação final da “*Provisione*”. No esboço, o *Militie florentine ordinatio*, Maquiavel estendia sua ideia: “[...] come le republiche *et stat*”. O esboço, ainda, apresentava alguns traços característicos da escrita maquiaveliana, mas que foram dissolvidos na lei final. Por tratar-se de um projeto de lei, como reforça Marchand (1975, p. 153), o escrito sofre uma atenuação de todas as sugestões mais originais do pensamento de Maquiavel: “a crítica da política florentina (justiça), a evocação das grandes figuras históricas (que contrastam com as irresolutas de Florença) e paralelamente uma ampliação dos argumentos tradicionais: as vantagens das milícias da Ordenança, a alusão aos motivos econômicos”.

fundamentos de *todos* os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são *boas leis e boas armas*". Nesse caso específico do discurso maquiaveliano, "como não podem ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas" (*O Príncipe*, XII, p. 57). Nos *Discursos*, Maquiavel parece recordar dessa abordagem precedente, pois "embora doutra vez já tenha dito que o fundamento de todos os estados é a boa milícia, e que onde ela não existe não pode haver boas leis nem coisa alguma que seja boa, não me parece supérfluo repeti-lo" (*Discursos*, III, 31, p. 416-417).

A função da força, portanto, aparece enraizada no clássico argumento maquiaveliano sobre a assimetria fundamental entre um homem armado e outro desarmado. Consoante com sua afirmação no Capítulo XIV de *O Príncipe*, "não há qualquer comparação entre um homem armado e outro desarmado [*perché da uno armato a uno disarmato non è proporzione alcuna*]" Na verdade, não é "razoável que um homem armado obedeça de bom grado [*volentieri*] a quem esteja desarmado". A não existência de *proporzione* entre atores cuja força é desigual impede qualquer possibilidade de convivência e de cooperação "internacional"⁵¹.

Desse modo, ao situar as armas e as leis como o binômio *essencial* para a organização dos corpos políticos, Maquiavel alertava para o caos externo que ditava a regra entre os estados. Internamente, súditos e cidadãos são contidos por instituições e ordenações de governo. O conceito de "Estado moderno", ainda gestacional, seria responsável pela organização intestina, também pelo uso do monopólio da força. Externamente, a situação é lançada à desordem, pois estaríamos diante da inexistência de uma instância superior capaz de

⁵¹ Embora não seja nosso propósito avaliar a dimensão da força no *interior* dos estados, é conveniente recordarmos a discrepância apresentada por Maquiavel no Capítulo VI de *O Príncipe* entre os profetas armados e desarmados. Na oportunidade, afirmava que "todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam", porque "a natureza dos povos é variável; e, se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los naquela convicção [*persuasione*]. Por isso, convém estar organizado de modo que, quando não acreditarem mais, seja possível fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido que suas constituições fossem obedecidas por tanto tempo, se estivessem desarmados. Em nossos tempos, foi o que aconteceu com o frei Girolamo Savonarola, que se arruinou com sua ordem nova a partir do momento em que a multidão começou a não acreditar nela, pois ele não dispunha de meios nem para manter firmes os que haviam acreditado, nem para fazer crer os descrentes" (*O Príncipe*, VI, p. 25-26).

obrigar entidades independentes a cumprirem suas promessas, acordos e pactos⁵². O “direito internacional” moderno mostrar-se-ia natimorto. Entre estados, embora a diplomacia não seja impossível, ela é amparada pelo uso da força. Ou melhor, a diplomacia surge sob a sombra de um exército imponente em condições de batalha.

1.3.2 Os conflitos inevitáveis: “*la guerra non si lieva ma si differisce*”⁵³

Com a reconstrução especulativa que operamos acima, a guerra, no universo maquiaveliano, surge, cada vez mais, contornada por um aspecto de *inevitabilidade*. Se a dinâmica das relações entre estados deve, necessariamente, pressupor a predisposição para os conflitos armados como uma condição de possibilidade para o diálogo entre potências, então, a atividade militar, no frágil jogo de relações de poder, despontaria como um destino não apenas provável, mas garantido.

Sobre isso, no Capítulo 19 do Livro II dos *Discursos*, Maquiavel afirmaria que é “impossível uma república permanecer quieta”, isto é, em paz, “gozando sua liberdade e seus poucos territórios, porque mesmo que não moleste ninguém, será molestada”. Assim, ao ser “molestada”, “nascem-lhe a vontade e a necessidade de conquistar [*le nascerà la voglia e la necessità dello acquistare*]” (*Discursos*, II, 19, p. 251-252). As alternativas proporcionadas pelo contexto de ininterrupta ameaça são igualmente constrangedoras: *agredir* ou *ser agredido*, o que, por sua vez, provoca o estímulo para outra agressão.

⁵² É curioso notarmos que o realismo político, em sua forma mais elementar, absorveria essa concepção. Segundo Portinaro (1999, p. 26), o poder, em sua acepção mais geral, “como potência”, é o recurso “ao qual se deve recorrer para conter e sujeitar a vontade de outros, que é vontade hostil”. Assim, essa recíproca implicação entre “poder e hostilidade é o fundamento sobre o qual se apoia todo o edifício do realismo político”. Pois, explica o italiano, “paz e anarquia se excluem reciprocamente: do que decorre, com *férrea necessidade*, que naquele espaço político em que não existe uma hierarquia de comando e de obediência, como nas relações entre Estados soberanos, vigore uma condição de hostilidade permanente e de guerra latente”.

⁵³ A citação é extraída d’*O Príncipe*, III, p. 12: “os romanos, prevendo com longa antecedência as perturbações, contornaram-nas sempre e nunca as deixaram se desenvolver para evitar uma guerra, pois sabiam que as guerras não se evitam e, quando adiadas, trazem vantagem ao inimigo”.

Uma reflexão de igual teor, embora mais elaborada, havia recebido atenção particular no Capítulo 6 do Livro I. Na ocasião, visando equacionar a possibilidade de Roma ter alcançado a mesma grandeza político-militar – florescida em um ambiente tumultuado – caso tivesse suprimido seus tantos conflitos internos, o Secretário aproximava-se da mesma conclusão através de outros desdobramentos do problema.

Comparando a situação romana com os exemplos de Esparta e Veneza, “repúblicas que sem tantas inimizades e tumultos permaneceram livres por longo tempo”, o argumento se assenta sobre a consideração de que caso a cidade eterna quisesse permanecer incólume aos tumultos, seus legisladores deveriam ter realizado duas ações complementares: “ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho para os forasteiros, como os espartanos” (*Discursos*, I, 6, p. 29). Contudo, fizeram ambas as coisas: “o que deu à plebe força, número e infinitas ocasiões para criar tumultos”⁵⁴.

Depois disso, o raciocínio maquiaveliano sofre uma guinada. No final, não se tratava apenas de saber se Roma teria sido capaz de suprimir suas discórdias. A possibilidade desse estado permanecer incólume às desordens aparece ancorada em outro problema: se a cidade busca o crescimento de seu poder territorial e de influência política, expandindo-se, ou se a ela basta a conservação dentro das próprias fronteiras.

Conforme explica, “se alguém [...] quiser ordenar uma nova república, terá de examinar se quer que ela cresça em domínio e poder [...] ou que permaneça dentro de limites exíguos”. No primeiro caso, [...] é necessário ordená-la como Roma e dar lugar da melhor maneira possível a tumultos e a dissensões entre cidadãos”, porque, “sem grande número de homens bem armados, nunca república alguma poderá ampliar-se, e, caso se amplie, não poderá manter-se” (*Discursos*, I, 6, p. 30). No segundo, “[...] pode ser ordenada como Esparta e Veneza”: mas, acrescenta, “como o crescimento é o veneno de semelhantes

⁵⁴ Porém, observa Maquiavel, se “o estado romano se tornasse mais tranquilo”, livre de dissensões e de tumultos, [...] decorreria o *inconveniente* de tornar-se também *mais fraco*, porque assim lhe era barrado o caminho para chegar à grandeza a que chegou: de tal modo que, *se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se.* (*Discursos*, I, 6, p. 29, grifos nossos). Esse argumento, que abordamos aqui *en passant*, será retomado em 3.2.2. A República de Roma e a potência militar.

repúblicas, quem as ordena deve proibir, de todas as maneiras possíveis, que haja conquistas”, uma vez que “tais conquistas, se apoiadas numa república fraca, são motivo de sua ruína” (*Discursos*, I, 6, p. 30-31).

Ou seja, à cidade cujo objetivo é o de não se lançar deliberadamente em guerras expansionistas, o humor popular pode ser silenciado com êxito. Enquanto que, para a cidade que visa o engrandecimento, ao povo deve ser atribuída uma posição política, inclusive para que ele possa ser empregado nessas mesmas guerras de ampliação.

Todavia, a possibilidade de nuançar entre esses modelos políticos era apenas aparente. Logo Maquiavel daria início a um trabalho metódico de desconstrução da tese sobre a eventual pertinência dos exemplos conservacionistas. Nesse processo de enfraquecimento dos casos venezianos e espartanos, até eliminá-lo por completo, pondera que “[...] para criar uma república que durasse muito tempo, seria necessário ordená-la como Esparta ou como Veneza”, e, dessa maneira, “situá-la em lugar fortificado e com tal poder que ninguém se acreditasse capaz de subjugá-la em pouco tempo”. Além disso, não deveria ser tão grande que infundisse terror nos vizinhos”: somente dessa forma “poderia gozar por longo tempo de seu estado” (*Discursos*, I, 6, p. 31).

Essa situação, explica, é derivada do fato de que “são duas as razões pelas quais se trava guerra contra uma república: uma é querer assenhorear-se dela; outra é ter medo de ser dominada por ela”. Porém, ambas as razões “são quase totalmente anuladas pelo modo de ordenar acima descrito”: porque, “se for difícil expugná-la [...], estando bem ordenada para a defesa, raras ou nenhuma serão as vezes que alguém conceberá o propósito de conquistá-la”. Ou, “se ela ficar dentro de seus confins, e todos virem, por experiência, que nela não há ambição, nunca ocorrerá que alguém por medo lhe faça a guerra: e, com mais razão isso se daria, se nela houvesse constituição ou lei que lhe vedasse ampliar-se” (*Discursos*, I, 6, p. 31-32).

Assim, a possibilidade de sucesso de um estado que elimina as dissensões está ligada a condições muito específicas: a natureza do território (“um lugar fortificado”) e a capacidade de controlar seu crescimento (“não deveria ser tão grande que infundisse terror nos vizinhos”). Nesse sentido, retrair-se eliminaria a motivação para o ataque de potências estrangeiras.

Porém, o triunfo dessa alternativa rapidamente desmorona. “Sem dúvida”, reconhece o Secretário florentino, “acredito que, se for possível manter as coisas equilibradas desse modo, ter-se-á verdadeira vida política [*vivere politico*] e verdadeira paz numa cidade”. “Mas”, acrescenta, “como todas as coisas humanas estão em movimento [*sendo tutte le cose degli uomini in moto*]”, não podendo “ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo”; e a “muitas coisas a que a razão não nos induz somos induzidos pela *necessidade*: de tal maneira que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se *sem ampliar-se*, se a *necessidade* a levasse a ampliar-se seríamos levados a destruir os seus fundamentos e a levá-la mais cedo à ruína”. Por outro lado, sempre que o “Céu lhe fosse tão benévolo que não lhe cumprisse guerrear, o ócio a tornaria [a cidade] *efeminada* ou *dividida*; coisas que, juntas, ou cada uma por si, seriam a razão para sua ruína” (*Discursos*, I, 6, p. 32, grifo nosso)⁵⁵.

A deliberação sobre entrar, ou não, em guerra, é uma falsa proposição de opção. A deflagração de uma guerra foge, ao menos em parte, da escolha dos atores políticos em movimento. É possível a *um* estado adotar uma política pacifista, abdicando das instituições militares. Entretanto, essa é uma escolha solitária, enquanto não se pode forjar o mesmo comportamento nas potências limítrofes. Assim, a guerra revela sua face inevitável. Como propõe Inglese (2015, p. 210), no mundo da política contrastam-se reciprocamente tantas forças que é impossível confiar no equilíbrio, no “balanceamento”, sendo preciso, por isso, “pressupor” como necessário o conflito, a agressão, a guerra.

De acordo Ferroni (2003, p. 27, grifo nosso), toda a atividade política de Maquiavel, desenvolvida dentro de uma república fragilíssima, submetida a perigos de todo tipo, “todos os seus escritos dos anos pregressos”, como Secretário de Florença, bem como “todas as suas grandes obras político-militares são marcadas por esse *senso de inevitabilidade* de ser *molestati* ou de *molestare*”. Isto é, todo o pensamento maquiaveliano é devedor de uma visão de mundo regulada “absolutamente pelas relações de força, onde todo poder tende a subtrair espaço de outros poderes, onde toda posição adquirida está condenada pela instabilidade”. Nessa ocasião, a “necessidade de proteger-se e

⁵⁵ Exploraremos o aspecto prejudicial e danoso do ócio abaixo, no argumento sobre o problema da paz (1.3.4.2).

de defender-se” teria como correspondente a necessidade de “atacar e de expandir-se”.

Para o intérprete, este seria um dado “*evidente e incontestável*”: “a vida dos corpos políticos e dos corpos civis está perpetuamente exposta à agressão de outros corpos políticos e civis”. Pois, a “condição de natureza que está na base de toda organização humana impõe uma *inevitável hostilidade* entre agregações diversas”, uma vez que “cada uma das quais procura ocupar um espaço que possa melhorar os próprios modos de existência, em uma dialética incessante entre conquistar, manter, perder”, entre “expansão e conservação de poderes e territórios”. Em resumo, “o *mundo está em perpétuo estado de guerra*” (FERRONI, 2003, p. 25, grifos nossos).

É razoável, portanto, afirmarmos que nos escritos maquiavelianos essa inevitabilidade dos conflitos armados é revelada em sua plena crueza. Somos compelidos a concordar com Gilbert (1986, p. 24) em sua proposta de que, no interior desse alargado *corpus*, a guerra aparece como “uma inevitável, grandiosa e aterradora força”.

Portanto, o pensamento que intersecciona guerra e política é edificado em torno de uma premissa que estabelece os confrontos entre potências como um acontecimento inevitável. Aliás, com esse postulado, importantes questões estruturais de seu conjunto teórico são colocadas em movimento. Sob essa perspectiva, o âmbito político interno e o externo interagem e se reencontram. Se os conflitos externos são sempre latentes, então, aos mecanismos políticos compete a incessante organização de suas defesas e mecanismos de conquista; diante da iminência da guerra, o poder político deve relacionar-se de um modo específico com as categorias de indivíduos sob seu governo, e as instituições devem gerir adequadamente o conflito interno para que o engajamento do povo na defesa dos propósitos da cidade possa ser bem-sucedido.

1.3.3 A guerra como evento “natural” e “ordinário”

Como decorrência de nossa análise pregressa, pensar a guerra como um evento inscrito no âmbito na inevitabilidade traz consigo certos problemas. Uma

coisa é afirmarmos que os conflitos armados são uma *possibilidade* sempre presente diante da inconstante dinâmica “internacional”. Outra, um pouco mais complexa, é nos perguntarmos sobre os *motivos* que dão suporte para essa imposição. Assim, uma questão mais específica se apresenta em nosso horizonte: por que, afinal, a guerra aparece como inevitável? O que está na raiz desse elemento de inexorabilidade que lança sombra à teoria maquiaveliana, tendendo a torná-la particularmente belicista?

Acerca disso, no Capítulo III de *O Príncipe*, o Secretário ponderaria que é, de fato, “*cosa veramente molto naturale e ordinaria desiderare di acquistare* [muito natural e comum o desejo de conquistar⁵⁶]” (*O Príncipe*, III, p. 14, grifo nosso). Como algo *veramente molto* natural e ordinário, os conflitos são retirados de seu *locus* subversivo. As campanhas de conquista militares são destituídas de qualquer seu significado danoso, inscrevendo-se como a ordem espontânea das relações entre potências.

Revela-se, aqui, o primeiro indício para uma resposta àquilo que nos propusemos. A inevitabilidade da guerra estaria fundada em um processo que a retira de uma posição eventual e anômala aos estados, e a concebe como um aspecto *natural e comum*. O mundo estaria, portanto, imerso e exposto a um contínuo *desiderio* de conquistas, traduzido em batalhas de expansão – e, simultaneamente de defesa – que seriam travadas por um impulso implícito à dinâmica entre entidades constituídas. Assim, “quando podendo, os homens o realizam”, ou seja, levam a efeito esse desejo, merecendo “ser louvados e não criticados; mas, quando não podem e querem realizá-lo de qualquer modo, neste caso estão errados e devem ser recriminados [*biasimati*]” (*O Príncipe*, III, p. 14).

Essa saída argumentativa, porém, não esgota nossas interrogações. Ao contrário, afirmar que a guerra é um evento inevitável porque o desejo de conquista é algo natural e ordinário apenas redimensiona e agrava esse conjunto de questões. Com efeito, estamos diante de uma afirmação que apresenta um

⁵⁶ Parece-nos conveniente traduzir “*acquistare*” por “conquistar”. Ainda que, literalmente, “adquirir” seja a tradução mais adequada, pela relação com a etimologia latina. Porém, o sentido “militar”, nas colocações de Maquiavel, é forte. “Adquirir”, nesse caso, poderia nos induzir a uma conotação comercial de “aquisição”.

valor teórico que não é pequeno, sobretudo pelo impacto de suas premissas (o “ordinário” e o “natural”) dentro do próprio campo de estudos maquiavelianos.

Além disso, a guerra ordinária e natural retira o leitor de uma posição um tanto confortável. Reconhecer os conflitos armados como inevitáveis poderia ser considerado como um puro cálculo prudencial, que operaria como alerta aos governantes sobre a pertinência de composição dos exércitos. Mas, agora, somos apresentados para uma quase justificativa para o aspecto inevitável, que está enraizada em outra espécie de argumento: pode-se afirmar que as guerras são inelutáveis pois, por um lado, as relações entre os corpos políticos têm se revelado, universalmente, sempre sobre a base da tensão não cooperativa dentro da arena internacional; e, por outro, apresentam-se como a *regra*, como o *rapporto* natural entre os estados.

Em todos os casos, permanecemos diante de um par conceitual controverso, que não nos autoriza a realizar uma simplificação brusca da teoria do Secretário. Conceder à guerra o status de “*naturale*” e “*ordinaria*” apresenta implicações políticas, militares, estratégicas e, nesse caso específico, também morais, de grande envergadura. Além disso, a subtração teórica dos conflitos armados do campo da excepcionalidade e sua transposição para o campo da normalidade ao que tudo indica não permite que seja considerada como um simples momento argumentativo. Afinal, cabe reforçar, por que, e em que sentido, poderíamos falar de uma guerra, motivada pelo desejo de conquista, que é “ordinária” e “natural” ao pensamento maquiaveliano? Assim, nos próximos tópicos, isolaremos esses termos com o propósito de realizar o percurso analítico para elucidar essas questões, identificando pontos de contato e correspondência entre os mesmos.

1.3.3.1 A guerra “ordinária”

Nesse movimento, é conveniente notarmos que o termo “*ordinario*” surge, no glossário maquiaveliano, ao redor de ao menos três acepções gerais. Em primeiro lugar, para Maquiavel, seguindo uma definição literal, os eventos ordinários são aqueles que se desdobram em acontecimentos que não escapam de uma ordem, ou de uma normalidade. Nesse caso, o vocábulo oscila

livremente entre uma gama de palavras intercambiáveis, com conotações complementares ou sinonímias – como em “comum”, “costumeiro” e “regular”⁵⁷. Aqui, nessa roupagem menos elaborada, o “ordinário”, por um lado, é o evento que ocorre por meio da repetição, podendo ser realizado pela força do costume ou do hábito dos agentes históricos; e, por outro, são os episódios que acontecem segundo uma ordem espontânea, e, também por isso, são vistos como regulares e normais – flertando com o sentido de “natural”.

Em segundo lugar, vemos despontar um valor ao qual já havíamos tocado de relance quando abordamos a questão das guerras civis. Agora, o “ordinário” surge como os fatos que são regulados pelas leis, pelas instituições e ordenações políticas. Ou seja, são as ações dos súditos ou cidadãos que são “legitimadas” e ocorrem amparadas pelos mecanismos ditados pelas *ordini*. Sob a sombra dessa significação, o termo se faz presente no pensamento maquiaveliano por meio de dois caminhos. Em um, como – ou em referência ao – o arcabouço “institucional”, responsável por atribuir forma política ao estado e às suas estruturas. Em outro, como a negação, ou o antônimo, do primeiro momento, constituindo-se como o germe, ou um dos indicativos, do

⁵⁷ Casos desse uso de “ordinário” ocorrem largamente ao longo do texto de Maquiavel. Por exemplo, era nesse sentido que Fabrizio Colonna estabelecia, em a *Arte da Guerra*, que a função de comando para o modelo de exército esboçado no livro dependia do fato de que fossem comandados por um “príncipe ou o senhor costumeiro [*signore ordinario*], em se tratando de principado” (*Arte da Guerra*, I, p. 23-24). Já o capitão, no sentido hierárquico da escala de comando, deveria levar em consideração que “ou deves comandar homens que são, de ordinário, teus companheiros [*che ti sono per l'ordinario compagni*], isto é, habituados e acostumados ao convívio” (*Discursos*, III, 19, p. 382). Sob a mesma sombra do costume, Roma era tão habituada ao manejo das armas que, quando Camilo “arregimentou” o terceiro exército para deixar na cidade defendendo-a, poder-se-ia julgar a ação como coisa supérflua, visto que “aquele povo, de ordinário [*per l'ordinario*] estava armado e era belicoso” (*Discursos*, III, 30, p. 413). Aliás, a estrutura metodológica das tropas visadas por Maquiavel fundava-se naquelas tropas romanas em que “num exército [...] comum [*ordinario*], chamado exército consular, não havia mais que duas legiões de cidadãos” (*Arte da Guerra*, III, p. 90). O mesmo recurso ao elemento linguístico reaparecia como adjetivação na engenharia mecânica das carretas da artilharia francesa: diferentemente das carretas com rodas de raio reto, que dependiam de uma distribuição nivelada da carga em seu interior para não comprometer seu trabalho, os veículos da França podiam operar satisfatoriamente sem uma arrumação adequada do carregamento, pois contavam com raios tortos, que caracterizavam esse modelo. Essas carretas são mais eficientes pois, pondera Fabrizio, quando “pendendo para um lado, pesa sobre os raios, estes, que, de ordinário são tortos [*per essere ordinariamente torti*], passam então a ser retos e podem sustentar com robusteza todo o peso (VII, p. 203). Para outras passagens com o mesmo valor sinônimo cf. *Arte da Guerra*, II, p. 44; II, p. 57; II, p. 66; II, p. 70; II, p. 71; IV, p. 123; V, p. 139; V, p. 144, V, p. 150; VI, 173; VI, p. 174; VII, p. 202; VII, p. 205-206; VII, p. 211; VII, p. 215; nos *Discursos*, I, 48, p. 143; III, 6, p. 330; 37, III, 37, p. 432-3, III, 42, p. 444; III, 44, p. 447; em *O Príncipe*, II, p. 5; III, p. 15; XIX, p. 89.

esfacelamento dos organismos políticos diante do alvorecer das “vias extraordinárias”⁵⁸.

Em terceiro e último lugar, identificamos outro correlato ao termo: o “ordinário” como consequência do fluxo “natural” da “natureza”. A associação, realizada pela própria edição brasileira e sua tradução para o português, surge em ao menos duas oportunidades específicas, sempre em conexão com o desfecho natural das vidas dos indivíduos, isto é, com a morte⁵⁹. Nesse sentido, o aspecto comum do ordinário é arraigado dentro da naturalidade. A morte, evento inescapável de todos os organismos – sejam os corpos individuais, ou coletivos – é natural pois está envolta pela ação do curso inevitável dos acontecimentos humanos.

⁵⁸ A preleção do Capítulo 7 do Livro I dos *Discursos* sobre a “necessidade das acusações para conservar a liberdade numa república”, era fundada na importante diferença entre os acontecimentos ordinários e aqueles que eram sua negação. Conforme expunha Maquiavel, um dos efeitos das “acusações públicas” seria o de permitir o desafogo dos humores “que de algum modo cresçam nas cidades contra qualquer cidadão: e, quando tais humores não têm como desafogar-se por modos ordinários, recorre-se a modos extraordinários, que levam toda a república à ruína” (*Discursos*, I, 7, p. 33). Aliás, até mesmo as punições, quando realizadas “ordinariamente”, ainda que de modo injusto, “segue-se pouca ou nenhuma desordem na república”. Pois, as execuções, que são o desfecho dessas condenações, não são realizadas com “forças privadas e forças estrangeiras, que são as que arruinam a vida livre, mas sim com forças e ordens públicas, dentro de seus próprios termos” (*Discursos*, I, 7, p. 34). O atrelamento entre ordinário e o aspecto legal era explicitado pelo Secretário florentino no Capítulo 22 do Livro III dos *Discursos*, onde afirmava que “[...] para comandar as coisas fortes, é preciso ser forte”: “quem não tem tal força de ânimo deve abster-se dos comandos extraordinários e, nos ordinários, pode usar de humanidade”, porque “as punições ordinárias não são imputadas ao príncipe, mas sim às leis e às ordenações” (*Discursos*, III, 22, p. 390). Do mesmo modo, à súplica dos Grandes florentinos para a restituição de seus privilégios políticos, em detrimento do papel da plebe, Cosimo de Medici respondia que “gostaria muito de fazê-lo, mas que a lei deveria ser executada por vias ordinárias [*la legge si facesse ordinariamente*] e segundo a vontade do povo, e não pela força” (*História de Florença*, VII, 3, p. 425). A mesma distinção perpassava o discurso dos Senhores florentinos a Carlos d’Angiò, duque da Calábria, situação na qual, narra Maquiavel, diziam-no que “[...] nos parece claro que quereis obter por meios extraordinários aquilo que pelos meios ordinários não vos concedemos” (*História de Florença*, II, 34, p. 135). Sobre a distinção entre ordinário e extraordinário, cf. também *Discursos*, I, 34, p. 106; I, 49, p. 145; III, 2, p. 160.

⁵⁹ No Capítulo 10 do Livro I dos *Discursos*, Maquiavel pondera que dos vinte e seis imperadores que houve em Roma [...] de César a Maximino, dezesseis foram mortos [e] dez morreram de morte natural [*morirono ordinariamente*] [...]” (*Discursos*, I, 10, p. 46). No Capítulo 30 do Livro III o mesmo contorno despontava, pois para vencer a inveja “não há outro remédio senão a morte daqueles que a nutrem”: [...] e, quando a fortuna é tão propícia ao homem virtuoso que tais invejosos morrem por vias naturais [*muoiano ordinariamente*], aquele atinge a glória sem escândalos, quando pode mostrar sua *virtù* sem obstáculos e sem injúrias; mas, quando não tem essa felicidade, precisa pensar em todos os meios de livrar-se deles e, antes de fazer qualquer coisa, precisa pensar nos modos de vencer essa dificuldade (*Discursos*, III, 30, p. 411).

Com isso, formamos uma imagem um tanto ampla sobre o significado desse adjetivo/substantivo. O ordinário, no final, é o elemento comum, habitual, de certo modo natural, corriqueiro, que também pode surgir como expressão das estruturas institucionais. E é justamente nesse sentido que podemos nos perguntar sobre a relação que a guerra estabelece com essa noção, uma vez que os conflitos armados acabam inscritos no âmbito das relações regulares da política.

Conforme explica Luigi Zanzi (2009, p. 90, tradução nossa), a consideração do “estado de guerra” como “ordinário” e “normal”, e não mais o “estado de paz”, teria sido um aspecto “*revolucionário*” da concepção maquiaveliana sobre as atividades militares. De acordo com o intérprete italiano, nesse caso, o posicionamento do Secretário florentino acerca da atividade militar seria uma decorrência direta de sua *metodologia*, empregada para a compreensão do universo político. Esse modelo de organização metodológica – responsável por atribuir o sinal de “inovação” para a “filosofia da guerra” – seria fundado pela conjugação sistemática de dois “códigos interpretativos” da realidade: a “naturalização [*naturalizzazione*]” e a “historicização [*storicizzazione*]” (ZANZI, 2009, p. 23).

Essa estratégia de pensamento, prossegue, “consiste principalmente na tentativa de considerar um objeto qualquer do conhecimento na chave de algumas características de “pensabilidade [*pensabilità*]”” (ZANZI, 2009, p. 23) – ou, como diria no Proêmio do Livro I dos *Discursos*, “*per maggiore intelligenza d’essi*”. Então, Maquiavel teria se servido do mecanismo da “história” para realizar uma análise “processual” dos casos das “coisas naturais”. As “coisas naturais” se revelam nos acontecimentos factuais ocorridos em tempos diversos, em situações ocasionais diversas, com variações acidentais diversas. Todavia, esses processos poderiam ser “comparáveis entre eles ao ponto de revelar uma relação de “similaridade”, articulável com cotejos de “exemplaridade” nos confrontos com o passado, e de “imitabilidade” voltados para o futuro” (ZANZI, 2009, p. 23-24).

Em síntese, estaríamos diante de um movimento de “historicização da natureza”, cujo ponto crucial seria o “confronto das coisas, de qualquer coisa, no tempo, com o intuito de revelar algumas permanências duráveis”, certos “pontos

estruturais (“*ordini*”) que são encontrados dentro do variar das coisas “naturais”: na concepção maquiaveliana a “natureza” está aventurada no tempo, desenvolvendo-se em “processos factuais”. Ela se faz e se desfaz em múltiplas manifestações, pois apenas “no tempo pode encontrar-se um parâmetro adequado para destacar a “naturalidade” da “natureza”, isto é, o seu fazer-se e desfazer-se em incessantes acontecimentos metamórficos dentro da continuidade do mundo” (ZANZI, 2009, p. 24).

É exatamente o exame “processual” das coisas, como revisitará Zanzi em seu trabalho mais extenso (2013, p. 43, tradução nossa), isto é, a “crítica historiográfica” maquiaveliana (“*pensando come queste cose procedino*”, como pondera o Secretário florentino no Proêmio do Livro II dos *Discursos*), o aspecto que permitirá a reconstrução de um “juízo de indiferença”: o juízo que estabelece as semelhanças entre os desdobramentos dos acontecimentos. No incessante movimento da história, uma “ordem” pode ser identificada através de elementos permanentes. Ou melhor, é nesse “laboratório da história” o lugar em que se manifestam, através das variações de casos, e estão depositados os “paradigmas da natureza”. Assim, o olhar do observador que souber “com perspicácia superar os véus [*velam*] de uma acidentalidade contrastante, encontrará, no fundo da história, a sua natureza: sua urdidura, seus vínculos, seus equilíbrios de força, seu acontecimento de energias vitais” (ZANZI, 2013, p. 45).

Portanto, o “juízo historiográfico” é capaz de “entrelaçar algumas “formas” na história”, que são paradigmáticas ao ponto de que, embora em contextos variados, possam ser valiosas para a imitação de ações que no passado tenham tido sucesso. Enfim, a elaboração dessas “formas”, que podem ser “demonstradas” pelos “processos”, frutos desse juízo, constituem a única “raiz daqueles princípios de limitada constância, de parcial repetibilidade, de substância natural invariável que, através da casuística da história, podemos arriscar a formular” (ZANZI, 2013, p. 46)⁶⁰.

⁶⁰ Conforme explica Marchand (1975, p. 324-325), já em *Del modo di trattare i popoli della Valdichiana ribellati*, Maquiavel teria determinado o específico lugar que a história desempenha em seus escritos: “os eventos históricos não são mais uma simples indicação para o presente e o futuro, mas são agora o modelo” daquilo que se “desenvolverá em circunstâncias similares. É um ensinamento que tem um valor de lei: baseando-se [...] sobre

Essa digressão sobre a metodologia maquiaveliana, que pressupõe dois esteios interpretativos e cuja consubstanciação tem por objetivo identificar elementos de permanência no alterar-se constante do mundo, é imprescindível, pois, através dela, Maquiavel se debruça sobre a questão militar, desenvolvendo um novo – e importante – pensamento sobre a função da guerra no quadro histórico da política. Isto é, a naturalização e a historicização permitem ao Secretário florentino operar o movimento de reconhecimento das atividades militares em eventos cotidianos da práxis governamental.

Em primeiro lugar, observa Zanzi (2009, p. 89), deveríamos considerar a guerra como um “processo” que possui seus “modos” e “ordens [*ordini*]” que podem ser caracterizados como “naturais”, mesmo embora existam diferenças específicas segundo as várias tendências históricas. Tal caracterização, que é peculiar para cada conflito armado considerado em uma perspectiva histórica, em que o aspecto “natural” é extrapolado por condições específicas de cada evento particular – que revela particularidades além dos elementos de permanência que haviam permitido colher os pontos de pensabilidade acerca da guerra – não são provenientes apenas das condições de nascimento, crescimento e ruína dessas sociedades políticas, na irreversível evolução dos corpos orgânicos; nem também pelos vínculos de poder que de modo distinto intercorrem dentro dessas sociedades; mas, acima de tudo, pelas próprias relações que a organização dos corpos armados mantém com o território e com as situações dos discursos disponíveis (ZANZI, 2009, p. 89)⁶¹. A guerra,

a constância dos fenômenos para ele imutáveis (os homens, as paixões, as relações sociais e os comportamentos humanos), Maquiavel cria uma ciência da política em que certas causas conduzem a certas consequências”.

⁶¹ Segundo Zanzi (2013, p. 37), o conhecimento “observativo” não pode ser a contemplação de uma realidade imóvel, sem perturbação. Mas é, ao contrário, a “elaboração de uma capacidade “visível””, que cultiva o “ideal da objetividade científica através da consciência que as coisas evoluem “processualmente””. Seria justamente nessa situação que poderíamos inserir a clássica declaração do princípio de “*andare dietro alla verità effettuale della cosa*”. Além da refutação de toda “imaginação” das coisas, devemos levar em consideração aquilo que existe de implícito nas questões gnosiológicas: isto é, “que a “verdade” de uma coisa faz referência à sua “efetividade””. Assim, a “ontologia que aqui tacitamente se envolve não é aquela de uma substância “essencialística”, mas aquela de uma matéria que se envolve em um processo, que se revela em seus “efeitos”, que é sopesada conforme incide no curso dos eventos: deixando cair toda outra aparência, porque essa evolução concreta no tempo é a única realidade além da imóvel idealização. Nenhuma coisa, portanto, pode fixar-se fora do curso histórico: *o “observar” consiste, antes de tudo, em um imergir-se no rio da história, em uma caça às coisas para segui-las em seu desenvolvimento*” (ZANZI, 2013, p. 38, grifo nosso).

portanto, enquanto processo, pode interagir de maneira diversa segundo o contexto em que o conflito armado emana. A resposta dada pelo conjunto sociopolítico às questões militares, da mesma forma, é variável de acordo com a situação.

Entretanto, aqui tocamos o sentido da *guerra ordinária* para Maquiavel: ao confrontar historicamente os eventos belicistas, ao despir as características acidentais, a guerra permanece como um dado *constante, normal* e, desse modo, *natural* entre os corpos políticos. Ao entrar naquele “laboratório da história”, Maquiavel não é capaz – pela força desempenhada pelo percurso histórico da guerra – de identificar outro modo de condução para as “relações internacionais” senão o da constância do recurso às armas⁶².

Devemos reconhecer a pertinência desse percurso analítico desenvolvido por Zanzi, até mesmo porque o movimento operado pelo Secretário florentino não é singelo. Em toda a obra maquiaveliana colhemos indícios dessa “passagem” de uma consideração da guerra como *acontecimento ocasional*, isto é, como evento *extraordinário*, para a consideração da guerra como uma “*situação permanente* nas relações entre estados”, mesmo que os “confrontos bélicos aconteçam, de fato, somente em algumas ocasiões e sempre relativamente momentâneas” (ZANZI, 2009, p. 90, grifo nosso).

Ora, o sentido geral dessa asserção perpassa de modo transversal o pensamento de Maquiavel. Como toda cidade “*debbe reputare inimici tutti coloro che possono sperare di poterne occupare*”, é a relação de inimizade, considerada não só na “atualidade de eventuais confrontos de frentes bélicas [*fronti guerreschi*], mas também na mera virtualidade da ameaça latente”, que deve ser “considerada “ordinária” e “normal” no lugar da relação de “amizade” que habitualmente é pressuposta como estado “natural” que seria perturbado pela intervenção turbativa da guerra” (ZANZI, 2009, p. 90).

⁶² Também Raimondi (2009, p. 35), quando reflete sobre o conceito de necessidade em *O Príncipe* e nos *Discursos*, aparenta inclinar-se para uma interpretação análoga. Para Maquiavel, afirma, existe a urgência de “encontrar, no interior do contínuo fluir das coisas, pontos firmes, na forma de leis *necessárias*, que permitem ao homem político agir, baseando-se tanto sobre seu conhecimento das leis naturais, como sobre sua capacidade de ler as situações e discriminar como resultado quais instrumentos utilizar”. Nesse caso, a guerra, envolta por sua sombra de iminência, constituir-se-ia como um ponto necessário da dinâmica política.

Nessa situação, a “natureza” à qual Maquiavel recorre não é aquela “pensada idealisticamente por quem inventa fábulas sobre presuntivos estados “naturais”, nos quais se opina reinar uma espécie de paz “espontânea””. Mas, aquela oriunda de uma “concepção “naturalística” aplicada ao estudo das relações de poder entre os homens”. Em outros termos, é a “natureza” específica das relações de poder que intercorrem entre aqueles que exercem de fato uma forma de “*signoria*”, ou, de domínio indireto, “sobre uma porção de território e sobre um grupo de homens sujeitos de fato a tal relação de poder, no contexto de outros grupos humanos radicados em outros territórios” (ZANZI, 2009, p. 90). Em resumo, na sutil análise conduzida por Maquiavel é evidenciado o fato de que “entre os “senhores” rivais no exercício do poder sobre zonas territoriais contíguas ou até mesmo estrategicamente conectadas, *não pode existir outra relação “natural” do que aquela da guerra*” (ZANZI, 2009, p. 91, grifo nosso).

Enfim, estamos aqui diante de um movimento que, por isso, naturaliza o “estado de guerra”. A existência desses conflitos é independente do arbítrio do homem. Ou melhor, a guerra é reconhecida como uma condição natural porque seu irromper não está sujeito à interferência humana. A predisposição para a guerra é uma condição *sine qua non* em um mundo onde o conflito se revelou como regra, e não exceção, nas relações entre potências. É, assim, através deste “olhar para a história” com o propósito de “naturalizá-la”, isto é, de encontrar pontos de permanência dentro de ininterrupto alterar-se, que Maquiavel pode reconhecer a guerra como um evento permanente das relações interestatais.

De modo geral, no pensamento maquiaveliano, que procura analisar o fenômeno da guerra e suas relações com o organismo político, podemos notar um elemento familiar em seu posicionamento: o reconhecimento do conflito como princípio e como ponto fundamental para o desenvolvimento “natural” das situações políticas dos estados. Sob essa ótica, pode ser evidenciado tanto a “incidência da atenta lição por parte de Maquiavel de uma das maiores heranças da historiografia antiga” – com Tucídides, Lívio, Tácito –, que consiste “no reconhecimento da guerra (seja “exterior”, nas relações entre estados, seja no “interior”, como a guerra “civil”) como acontecimento crucial da história da civilização”, ou seja, como matriz de múltiplos aspectos da vida social; assim

como a incidência de heranças “filosóficas” inspiradas em Heráclito, entre as quais “reconhecimento do princípio do dissenso como matriz de todas as coisas” (ZANZI, 2009, p. 92-93)⁶³.

De todos os modos, considerando as reincidências do conceito, o agrupamento analítico das acepções e a pertinência da explicação de Zanzi e de sua proposta interpretativa, podemos destacar que a guerra é ordinária pelo fato de ter se mostrado como um dado constante e inabalável na história, ao ponto de Maquiavel situar o desejo de expansão como um fator simplesmente natural. A ordinariedade possibilita o conhecimento processual dos acontecimentos, permitindo critérios conjecturais para a repetição/imitação. Do mesmo modo que a perda da Lombardia por Luís XII não era “milagre”, mas algo “normal [*ordinario*] e razoável”, por “não ter cumprido nenhum dos termos observados por outros que tomaram províncias e as conservaram” (*O Príncipe*, III, p. 15), também a eventualidade da guerra se inscreve nesse solo da observação analítica da história, a identificação de elementos de fixidez, e a possibilidade de repetição e imitação. Ou melhor, a guerra ordinária funda-se sobre a constância histórica no curso da dinâmica “diplomática” entre potências, natural, portanto, enquanto estão presentes os elementos de permanência.

1.3.3.2 A guerra “natural”

Com a argumentação anterior temos um panorama relativamente amplo do primeiro termo que caracterizava o “desejo de conquista”. Quanto ao segundo, contudo, a questão tende a tornar-se mais intrincada. De certo modo, o exame sobre o “ordinário” havia possibilitado entrar de modo transversal na concepção do “natural”. Até o momento, a guerra seria “natural” por dois motivos

⁶³ Sobre Maquiavel e Tucídides, cf., por exemplo, CANFORA, L. Tucídide e Machiavelli. *Rinascimento*, v. 37, p. 29-44, 1997. FORDE, S. Varieties of Realism: Thucydides and Machiavelli. *The Journal of Politics*, v. 54, n. 2, p. 372-393, 1992. PALMER, M. Machiavellian *virtù* and Thucydidean *arete*: traditional virtue and political wisdom in Thucydides. *Review of Politics*, v. 51, n. 3, p. 365-85, 1989. SIMONETTA, M. Machiavelli lettore di Tucídide. *Esperienze Letterarie*, v. 22, p. 53-68, 1997. Sobre Maquiavel e Tácito cf. SCHELLHASE, K. C. Tacitus in the political thought of Machiavelli. *Il pensiero politico*, v. 4, p. 381-391, 1971. cf. também SALIMBENI, F. Machiavellismo e tacitismo: note sulla ristampa di un classico. *Nuova rivista storica*, v. 58, p. 637-653, 1974,

complementares: por seu enraizamento profundo no curso da relação entre potências e como consequência da análise histórica dessa mesma dinâmica.

O desdobramento, porém, do “natural” no interior do “ordinário”, soa como uma saída simplória, sobretudo quando consideramos a complexidade dessas noções no pensamento de Maquiavel⁶⁴. Desse modo, transformar o “natural” em simples produto correlato ao “ordinário” não parece esgotar nossas possibilidades argumentativas. É verdade que, dentro de seu alcance significativo, parece razoável admitirmos que a guerra seja um evento natural por revelar-se intrínseca à política, como a ordem espontânea da dinâmica interestatal; ou, que seja um acontecimento natural por sua probabilidade real e latente de acontecer. Mas, também poderíamos considerar a guerra como um fenômeno natural por se apresentar como uma criação da “natureza”? E, se sim, que espécie de natureza seria essa que imprime sua marca nas atividades militares?

Para Maquiavel, a condição de coexistência das cidades é determinada por um fator que dita o tom para o contato entre os organismos políticos: os *ódios naturais*. Como expõe no Capítulo 12 do Livro III dos *Discursos*, “quem desejar que uma cidade se defenda obstinadamente, ou que um exército em campanha combata com obstinação”, deve, antes de qualquer coisa, empenhar-se para “pôr tal necessidade no peito de quem tem de combater”. Todavia, o surgimento dessa obstinação – entendida como um estímulo para os combatentes – não aparece condicionado à criação dessas necessidades, mas a “obstinação também nasce de *ódios naturais* entre príncipes vizinhos e repúblicas vizinhas,

⁶⁴ Como bem nota Paolo Vincieri (2015, p. 219, tradução nossa), a dificuldade dessa matéria é implícita ao modo hesitante com que o pensamento maquiaveliano examina a questão, pois quando se debruça sobre o modo de constituição da natureza – seja enquanto “natureza humana”, ou, mais amplamente considerada, como “em si” – acaba não procedendo de modo sistemático, mas apenas através de referências mais ou menos detalhadas, espalhadas no curso de sua obra. Sobre o significado da “natureza” em Maquiavel e seu influxo na política, por meio da “sociedade”, cf. a interpretação de Nicola Badaloni em *Natura e società in Machiavelli (Studi Storici, v. 10, n. 4, p. 675-708, 1969)*. Sobre as manifestações do “naturalismo” no pensamento do Secretário, cf. o Capítulo 6, “In tema di naturalismo machiavelliano, de Sasso em *Studi su Machiavelli* (Napoli: Morano, 1967, p. 281-358). Para uma análise mais direcionada, especialmente referente aos conceitos colados ao universo “astrológico” maquiaveliano, cf. de Anthony J. Parel, *The Machiavellian cosmos* (New Haven/London: Yale University Press, 1992).

o que provém da *ambição de dominar* e da cobiça por seu estado, sobretudo se forem repúblicas” (*Discursos*, III, 12, p. 362, grifos nossos).

Notemos: a “ambição de dominar” é geradora dos “ódios naturais”. A questão da naturalidade da guerra indica orbitar em torno dessa preposição. Como ressalta Inglese (2015, p. 606, nota 8), esses “ódios” são “naturais” simplesmente porque são “necessários”, isto é, são causados pela “natural” e irrefreável ambição dos homens.

Por certo, afirma Maquiavel, “a intenção de quem trava guerra por escolha, ou seja, por ambição, é conquistar e conservar o que foi conquistado” (*Discursos*, II, 6, p. 203). O substrato dessa asserção está na diferença existente entre os “dois tipos de guerra que podem ser travadas”: uma, “por ambição de príncipes e repúblicas, que procuram propagar seu império”, como as guerras levadas a efeito por Alexandre Magno e pelos romanos, “bem como as que são travadas todos os dias entre uma potência e outra [*e quelle che fanno, ciascuno di, l’una potenza con l’altra*]” (*Discursos*, II, 8, p. 206-207); a outra, em que “um povo inteiro, com todas as suas famílias, sai de um lugar, pela necessidade da fome ou da guerra, e vai procurar nova sede e novas terras, não para governá-las [...], mas para apoderar-se de tudo” (*Discursos*, II, 8, p. 207).

Diferente das guerras originadas por necessidades extrínsecas, como os povos que motivados pela fome ou por outros conflitos se lançavam em uma batalha de vida ou morte com outros povos, a guerra por *elezione* encontra sua origem na ambição. Na verdade, estaríamos aqui diante de outra espécie, ou manifestação, da “necessidade”, embora menos dramática do que a anterior: o movimento expansionista revela-se sob o véu da inevitabilidade – como antes delineávamos.

Sobre isso, Geuna (2005, p. 32-33) nos explica que a motivação para a expansão territorial e política dos estados não pode ser depositada somente na dinâmica regular dos corpos políticos, nas relações interestatais consideradas como ordinárias, mas também – e, talvez, sobretudo – na concepção do próprio *comportamento humano*, em suas “assunções antropológicas”. A conduta habitual dos indivíduos no interior das cidades, enraizada na “ambição” – essa

sim, natural –, de certo modo, ecoaria na conduta das potências sob o ponto de vista externo⁶⁵.

De fato, para o Secretário, se “os homens se contentassem em viver do que é seu e não quisessem mandar nos outros” (*Discursos*, I, 1, p. 10), o

⁶⁵ Markus Fischer, tanto em seu artigo *Machiavelli's theory of Foreign Politics*, de 1995, como no livro *Well-ordered license: on the unity of Machiavelli's thought*, de 2000, elabora uma complexa figura da “natureza humana” no pensamento de Maquiavel, servindo-se dela para justificar a existência dos conflitos entre estados. Isto é, propõe que a compreensão da dinâmica do cenário “internacional” dependeria do entendimento sobre as características antropológicas dos homens, afinal, os estados nada mais são do que uma aglutinação desses indivíduos. Para o intérprete, a “natureza humana” maquiaveliana seria composta por duas espécies de propriedades: as necessárias, responsáveis pelas características essenciais, e as contingentes, voltadas aos atributos acidentais. As propriedades necessárias seriam aquelas inatas: [a] o espírito [*anima*] (2000, p. 52-54); [b] a mente [*mente*] (2000, p. 54-58), dividida de acordo com suas faculdades em “imaginação [*imaginazione, fantasia*]”, “engenho [*ingegno*]” e “memória [*memoria*]”; [c] os desejos (2000, p. 58-60); [d] os humores [*umor*] (2000, p. 60-62.); e, por fim, a [e] ambição [*ambizione*] (2000, p. 62-66): responsável por atribuir dinamicidade à natureza humana. Nesse esquema, a ambição revela-se ilimitada, pois a imaginação pode sempre expandir os desejos quando alcançado certo nível de satisfação (2000, p. 63). Ao considerarmos essa primeira natureza, devemos reconhecer seu aspecto “licencioso”. As qualidades inerentes aos indivíduos revelam um comportamento profundamente *conflictual*. A ambição humana, insaciável, muda de objeto de desejo impelida pela formação da imagem de que os bens conquistados estão em contínua ameaça, devido, sobretudo, à ambição ilimitada dos outros indivíduos que compõem uma organização social. Todavia, a licenciosidade da primeira natureza poderia ser mitigada pela aquisição de uma “segunda natureza”, isto é, da formação de “hábitos” que tornam possível a cooperação estratégica (FISCHER, 1995, p. 254). Esses hábitos cooperativos, que adicionam à primeira natureza um controle para as ambições licenciosas, seriam inseridos por meio da *construção autocrática* (FISCHER, 1995, p. 254). A linha de pensamento desenvolvida por Fischer, baseada na dualidade de posicionamentos de Maquiavel sobre a natureza humana – a primeira, de ambição voraz e a segunda de hábitos cooperativos –, permite ao intérprete extrair dois tipos de políticas externas. Correspondente à primeira, as ordenações políticas são estrangidas a se envolverem em uma luta violenta por dominação, que somente pode acabar pela imposição de um império. Correspondente à segunda natureza, os estados sucessores de tal império podem, por algum tempo, manter instituições externas que mitigam o conflito sobre as bases de hábitos cooperativos (1995, p. 256). Os assuntos externos “estão por natureza em um estado de licença pelo simples fato de que a licença que prevalecia entre os primeiros humanos – que viviam isolados e estavam expostos à rapina dos outros – continua a existir entre as cidades que foram construídas para proteger os indivíduos dentro delas”. No quadro das relações internacionais podemos identificar uma situação semelhante àquela dos indivíduos na condição de licenciosidade proveniente da primeira natureza humana. Os principados e as repúblicas vão para a guerra pelas mesmas razões que os indivíduos se entrecrocaram: *a ambição e o medo por preservação* (1995, p. 257). Todavia, as premissas teóricas que Fischer utiliza para escorar sua interpretação – a natureza humana e a caracterização dos indivíduos – são colocadas em um solo extremamente frágil. Uma argumentação que se assenta sobre os aspectos “antropológicos” tende a não ser bem-sucedida no árido terreno da proposta política de Maquiavel. Ainda que falar de uma “natureza humana” possa ser um passo legítimo dentro de sua estrutura argumentativa, convertê-lo em pináculo de uma teoria é algo incerto. Ao Secretário não importa um estudo pormenorizado sobre os hábitos e comportamentos humanos. Com efeito, a construção de uma constante “comportamental” é um recurso importante para a elaboração de sua teoria política. Porém, enquadrá-la na condição de uma “Antropologia”, com as implicações inerentes à matéria enquanto ciência, parece atribuir uma importância à questão que não podemos sustentar a partir da leitura do próprio Maquiavel.

problema do expansionismo “natural” sequer existiria. Mas, os homens são maus e “sobem de uma ambição a outra”: “antes procuram não ser ofendidos, depois ofendem” (*Discursos*, I, 46, p. 136). Nesse caso, pondera Geuna (2005, p. 33) fiando-se na letra maquiaveliana, entre estados, assim como entre indivíduos, é como “se fosse necessário ofender ou ser ofendido”, pois os “homens procuram vencer o medo fazendo medo aos outros”, esquivando-se da “injúria lançando-a sobre outro” (*Discursos*, I, 46, p. 137)⁶⁶. Por fim, as repúblicas não podem sobreviver se não ampliando continuamente os seus domínios, pois a potência parece ser a única chave de sobrevivência. Assim, “*offendere o essere offeso*”: estaríamos diante, como corrobora Inglese (2015, p. 266, nota 7), de um estado de necessidade diante do qual toda república ou todo principado se encontra nos confrontos com outros organismos políticos.

Esses elementos textuais denunciam um aspecto ainda mais sagaz da teoria maquiaveliana. A relação entre estados, como marca de uma ampliação da relação entre os indivíduos no interior das ordenações políticas, mostra outra dimensão do problema. Ao situar a *ratio* dos conflitos externos como enraizada na própria expressão de um dos desejos humanos, a ambição, Maquiavel move-se com sutileza entre a “natureza humana” e a natureza “internacional”.

A humanidade, malgrado diferenças específicas provenientes de costumes diversos, compartilhava dessa mesma característica. Como pondera o célebre discurso em razão do Tumulto dos Ciompi, “todos os homens tiveram o mesmo princípio e são, por isso, igualmente antigos, e foram feitos de um mesmo modo pela natureza” (*História de Florença*, III, 13, p. 185). Ou ainda, a variação do modo de proceder dos indivíduos não pode ser oriunda de “diferenças de natureza, porque esta em todos é de um só modo” (*Discursos*, I, 58, p. 169). Nesse caso, explica Vincieri (2015, p. 221), a natureza humana é sempre idêntica, “ao menos enquanto espécie”. Não é possível “conceber que o homem não tenha os apetites e que não os tenha na forma em que a natureza há fornecido para ele”.

⁶⁶ Como ratificaria em *O Príncipe* (VII, p. 34), “os homens ferem ou por medo ou por ódio”. Na arena internacional imperaria aquilo que na Teoria Econômica chamaríamos de “jogo de soma zero”, onde o ganho de um “jogador” representa a perda para outro.

É nesse contexto, de um atributo presente em todos os homens, que o Secretário florentino faria referência a um modo de conduta fortemente marcado pela intensidade da *ambição*. Pois, “a *natureza dos homens é ambiciosa e suspeitosa e não sabe impor limites à fortuna*” (*Discursos*, I, 29, p. 93, grifo nosso). Mesma constatação que chegava Piero de’ Medici, que, “por conhecer pouco a *ambição natural de todos os homens*”, havia se enganado “muitíssimo” (*História de Florença*, VII, 23, p. 463, grifo nosso). De fato, como nos ensinava na célebre sentença do Capítulo 37 do Livro I dos *Discursos* – recordemos – de que “há uma sentença dos escritores antigos”, de acordo com a qual os homens costumam “afligir-se no mal e enfadar-se no bem, nascendo dessas duas paixões os mesmos efeitos”, considerando que “sempre que os homens não precisam combater por necessidade, combater por ambição”, e “*esta é tão poderosa no peito humano que nunca, seja qual for a posição atingida, o homem a abandona*”. A razão disso, explica,

[...] é que a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo, e, assim sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surgem o tédio e a pouca satisfação com o que se possui (*Discursos*, I, 37, p. 113, grifo nosso).

Agora internamente aos organismos políticos, retorna a imagem a pouco trabalhada sobre a oposição de necessidade e ambição. Para Inglese (2015, p. 249, nota 3), nesse caso específico os homens são impelidos à luta pelo desejo de conquistar, quando não são mais constrangidos a lutar pela necessidade de sobreviver. Todavia, a contraposição entre “necessidade” e “ambição” corre o risco de desviar-se: “dentro da “necessidade”, de fato, a ambição já vive, embora disciplinada e suas “escandalosas” e “desordenadoras” manifestações, impedidas”. Portanto, “a ambição também é, por sua radical inerência na natureza humana, uma forma de “necessidade”, um objetivo fator histórico”.

Com efeito, replicaria Maquiavel, “visto que os apetites humanos são insaciáveis, porque, tendo os homens sido dotados pela natureza do poder e da vontade de desejar todas as coisas e pela fortuna de poder conseguir poucas”, resultou-se “o contínuo descontentamento nas mentes humanas e o fastio das coisas possuídas” (*Discursos*, II, Proêmio, p. 180). Um desejo cego ou até certo ponto inconsequente, porque os homens “muitas vezes são como certas

pequenas aves de rapina, que têm tanto desejo de agarrar a presa – coisa a que a natureza as incita –, que não pressentem outra ave maior, acima delas, prestes a matá-la” (*Discursos*, I, 40, p. 130).

Aliás, seria um erro grosseiro se acreditássemos na possibilidade de que os indivíduos, e também os estados, pudessem saciar de maneira plena a ambição de seus desejos. Era nesse sentido que Maquiavel, no Capítulo 5 do Livro 1 dos *Discursos*, considerando as categorias de “grandes e povo” dentro da análise sobre a questão da “guarda da liberdade”, desconstruía a imagem de que a posse de bens atuais pudesse aplacar a ambição de novos propósitos. A partir de uma calúnia fomentada pelos nobres envolvendo o ditador plebeu Marcos Menênio – que difamava-o dizendo que havia sido alçado a tal posto por vias extraordinárias –, levando-o à renúncia da ditadura e à submissão voluntária ao julgamento do povo, “muito se discutiu sobre quem seria mais ambicioso, se aquele que quer manter ou aquele que quer conquistar; porque facilmente ambos os desejos podem dar razão a enormes tumultos”. Porém, esses mesmos tumultos “são causados por aqueles que mais possuem, porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar”, pois “os homens só acham que possuem com segurança o que têm quando acabam de conquistá-lo do outro” (*Discursos*, I, 5, p. 26).

Ambição e medo, assim, operam como fatores com igual capacidade de mote à ação. Ou melhor, o Secretário florentino traça um grau de equiparação entre a ambição de quem deseja conquistar e o medo de perder daquele que possui, instalando o leitor diante da constatação de que o movimento de conquistas não pode ser interrompido. Embora a ambição seja uma característica congênita, seu objeto é sempre móvel, deslocando-se quando algum nível de satisfação é alcançado.

Nesse momento, um grau de paralelismo entre a natureza dos indivíduos e a dos estados é traçado, considerando que “são duas as razões pelas quais se trava uma guerra contra uma república: uma é querer assenhorear-se dela; a outra é ter medo de ser dominado por ela” (*Discursos*, I, 6, p. 31). A ação individual é motivada por esse duplo desdobramento da ambição: a conquista ou o temor de perder o conquistado, que, por sua vez, também leva a um movimento similar de novas conquistas. Entre estados, a dinâmica é replicada. As atividades

militares são realizadas, em parte, pelo desejo de apoderar-se de novos territórios, mas também pelo temor de perder aquilo que já se possui, o que leva a um movimento de similar intensidade.

Nessa instância, testemunhamos a questão das guerras externas, das guerras internas e das discórdias civis se entrelaçarem. Os limites entre a ambição interna e a ambição externa são complementares. Internamente, o desejo, sem objeto, é nocivo e corrosivo ao tecido social e político. Para evitar que a ação da ambição individual aos poucos carcoma a saúde, sempre precária, do estado, ela deve ser direcionada externamente. A imagem de um inimigo, que ameaça e coloca em risco a existência, ao menos virtual, dos indivíduos e da própria cidade, traz de volta a pertinência da luta pela necessidade.

A dimensão da ambição interna no comportamento humano, bem como sua face danosa, e a subsequente conveniência da dimensão externa – ou, na pior das hipóteses, menos destrutiva – transformar-se-ia na “noção central” de todo o poema *Dell’Ambizione*⁶⁷. Na parte introdutória desse *Capitoli* – que citamos quase na íntegra, por considerarmos de singular valor à tese que buscamos defender – lemos que:

Qual região ou cidade delas é privada?
Qual burgo, qual casebre? Em todos os lados
chegam a Ambição e a Avareza [*l’Ambizione e l’Avarizia*].

Estas, no mundo, quando o homem nasceu,
também nasceram; e, se não existissem,
a nossa condição [*il nostro stato*] seria muito feliz.
(MACHIAVELLI, 1971, p. 983, versos 10-15).

Nesse momento, Maquiavel começa concedendo, claramente, à ambição não apenas sua face negativa, conquanto sua inexistência fosse o motivo da felicidade para a condição humana, mas também sua raiz “natural”. Os homens, em geral, nascem com esse signo impresso. O “processo” de naturalização seria explicado recorrendo à narrativa bíblica, onde afirma que:

⁶⁷ Realizamos a tradução, por fidelidade ao texto, de forma literal. Para isso, servimo-nos de duas traduções suplementares, que nos auxiliaram como parâmetro: a tradução para o inglês de Allan Gilbert (1989) e a tradução francesa de Christian Bec (1996). Para uma reflexão sistemática sobre o poema *Dell’Ambizione*, remetemos ao artigo de Luca Sartorello, L’«urna senza fondo» machiavelliana e l’«origine» della politica (In: DEL LUCCHESI, Filippo; SARTORELLO, Luca; VISENTIN, Stefano. *Machiavelli: immaginazione e contingenza*. Pisa: ETS, 2006, p. 185-216).

Mal Deus havia criado as estrelas,
o céu, a luz, os elementos e o homem,
mestre [*dominator*] de tantas coisas belas,

E domada a soberba dos Anjos,
do paraíso baniu [*fatto ribello*] Adão
com sua mulher, por terem experimentado a maçã;

Quando, nascidos Caim e Abel,
com seu pai e de seu trabalho
vivendo alegres em uma pobre morada,

Uma potência oculta que se nutre no céu,
entre as estrelas em torno das quais o céu gira,
à natureza humana pouca amiga,

Para privar-nos da paz e colocar-nos em guerra,
para afastar-nos de toda tranquilidade e de todo bem,
mandou duas fúrias para habitar na terra
(MACHIAVELLI, 1971, p. 984, versos 16-30).

A queda do homem e a expulsão do paraíso não haviam sido suficientes para colocar nos homens essa natureza inclinada à malevolência. Foi necessária a ação de uma “potência oculta” para incutir o germe das “fúrias” da “ambição” e da “avareza”, o que privou o mundo de paz e quietação, lançando-o em um caótico estado de guerra. Sobre isso, Maquiavel prossegue os tercetos caracterizando os substantivos decorrentes dessa natureza em um sentido quase antropomorfizado.

Nuas, cada uma delas surge
tão graciosamente que, aos olhos de muitos
parecem cheias de graça e de deleite.

Cada uma tem quatro rostos
e oito mãos; o que permite que elas
te peguem e enxerguem em qualquer direção à qual se voltem.

Elas são acompanhadas pela Inveja [*Invidia*], pela Preguiça [*Accidia*] e pelo Ódio [*Odio*], que,
com sua pestilência, inundam o mundo,
e, com estes, vêm a Crueldade [*Crudeltà*], a Soberba [*Superbia*] e o Logro [*Inganno*].

Por todos, a Concórdia [*Concordia*] é profundamente
perseguida;
e, para mostrar o seu desejo infinito,
levam na mão uma urna sem fundo [*urna sanza fondo*]
(MACHIAVELLI, 1971, p. 984, versos 31-42).

A ação da ambição e da avareza, que arrasta o mundo para a condição de desordem, não se encerra em si mesma. Isto é, outras inclinações humanas são derivadas desses “males originais”, como a inveja, a preguiça, o ódio, a crueldade, a soberba e o engano. Agora, a força desses elementos é aplicada ao contexto bíblico, reentrando o caso de Caim e Abel.

Por causa deles, a vida tranquila e pacífica,
da qual a morada de Adão era repleta.
fugiu com a Paz [*Pace*] e a Caridade [*Carità*];

Estas [os produtos da Ambição e da Avareza], com seu
pestilento veneno,
armaram Caim contra seu bom irmão,
enchendo-lhe o peito [*grembo*], o coração [*petto*] e o ânimo
[*seno*].

E demonstraram toda a sua potência
porque no início dos tempos [do mundo] criaram
um coração ambicioso, um coração avaro,

quando os homens viviam nus e destituídos
de toda fortuna, e quando ainda não existiam
exemplos de pobreza e riqueza.
(MACHIAVELLI, 1971, p. 984, versos 43-54).

Esclarece-se, com isso, que a ambição e a avareza foram imprescindíveis para o infame fratricídio de Caim contra Abel. Houve um ponto de viragem, a partir do qual as duas “fúrias” motivaram a ação criminosa de Caim. Nesse ato:

Oh espírito humano insaciável, orgulhoso
astucioso, variável e, acima de tudo,
maligno, iníquo, impetuoso e feroz,

pois, por seu desejo ambicioso [*voglia ambiziosa*],
no mundo cometeu-se a primeira morte violenta,
cobrindo, pela primeira vez, a relva de sangue!
(MACHIAVELLI, 1971, p. 984, versos 55-60).

O primeiro assassinato, o primeiro crime, da humanidade, enfim, tem sua causa revelada: o “desejo ambicioso” do “espírito humano insaciável”. Após o homicídio, a ambição encontra seu lugar histórico: agora, em todas as ações individuais estará presente. Porém, como aquilo que nos importa com o recurso maquiaveliano ao relato bíblico é a dimensão política que dele é extraída, devemos notar que a ambição humana, com isso, está plenamente naturalizada. Isto é, a ambição fora transformada em uma característica compartilhada

universalmente entre os homens, cuja possibilidade destrutiva está sempre latente.

Crescida essa semente perversa,
multiplicada a causa do mal,
não há razão para arrepender-se de fazer o mal.

Disso nasce que um suba e outro desça;
disso depende, sem lei ou pacto
a variação de toda condição mortal.

Essa, para a França, muitas vezes trouxe o rei;
essa desorganizou os estados
do rei Alfonso e Lodovico e de San Marco.

Não somente aquilo que tem de bom o seu inimigo,
mas, aparentemente, aquilo que (e assim sempre foi
o mundo, moderno e antigo)

todo homem estima, todo homem espera é
vencer, oprimindo este ou aquele,
ao invés de usar sua própria virtude.

O bem alheio a todos é sempre incômodo;
e, portanto, sempre com angústia e sofrimento
ao mal dos outros é vigilante e cuidadoso.

A isso, o instinto natural nos arrasta [*ci mena*]
por movimento próprio e paixão própria,
se lei ou força maior não nos freia [*se legge o maggior forza
non ci affrena*]

(MACHIAVELLI, 1971, p. 984-985, versos 61-81).

A natureza humana, o “instinto natural”, é retratado sob uma forte marca negativa. Na verdade, arrasta-nos para uma forma de conduta que é prejudicial. Contudo, no último terceto, abre-se a possibilidade de contenção desse *modus operandi* natural: a lei ou “força maior”. De qualquer maneira, devemos-nos perguntar: se a ambição é onipresente, e a potencialidade cáustica é identificável em todos os indivíduos, por que os estados sofrem de forma diversa desse mal?

Mas, se quisesses saber a razão,
porque um povo impera e outro chora,
se em todos os lugares reina a Ambição;

e porque a França permanece vitoriosa;
e, por outro lado, porque a Itália é
destroçada por um turbulento mar de problemas;

e porque à ela seja reservada
a penitência daquela malvada semente

frutificada pela Ambição e pela Avareza;

se unida com a Ambição e junto a um
coração feroz, uma virtude armada,
ali do próprio mal raramente se teme
(MACHIAVELLI, 1971, p. 985, versos 82-93).

Enfim chegamos à medular dimensão política da questão. A ambição, deixada descontrolada, pelas instituições, é fatal. Nada impede que o impulso que, por exemplo, Caim tomou para assassinar seu irmão, seja usado entre cidadãos ou súditos de um mesmo domínio. A regulação, através de ordenações, dá *sfogo* institucional ao desejo inato e corrosivo. Mas, esse *sfogo* passa, invariavelmente, por um redimensionamento do desejo: aplicar a ambição contra a “*gente externa*” impede que seu furor seja usado “*infra se stessa*”:

Quando uma região vive sem freio
por sua natureza, e, depois, por acidente,
é instruída e ordenada por boas leis;

a Ambição contra o povo externo [*esterna gente*]
usa o furor que usar dentro de si mesma [*infra se stessa*]
nem a lei nem o rei lhe consentem;

onde o mal quase sempre cessa.
vai, então, perturbar outras habitações,
onde aquele seu furor plantou a insígnia.

Ao contrário, aquele lugar servil,
está exposto a todo tipo de dano, a todo tipo de injúria,
onde o povo é ambicioso e vil.
(MACHIAVELLI, 1971, p. 985, versos 94-105).

O interno e o externo unem-se estruturalmente. Como temos defendido, a natureza “má” dos indivíduos, assinalada pela ambição, pode ser contida por mecanismos institucionais e ordenatórios. A contenção, como o poema permite-nos assinalar, passa, invariavelmente, pelo movimento de conquista. Com isso, testemunhamos uma perspectiva ambígua acerca da ambição. Como marca da “natureza humana”, é um aspecto inextinguível do comportamento dos indivíduos, podendo ser em parte controlado, sob o risco de revelar sua face destrutiva nas guerras civis. O “controle” passa pela canalização da ambição dos indivíduos através de mecanismos institucionais, quando, em especial, é direcionada a um objeto externo, a um mote que impele à luta sob o imperativo

da necessidade – isto é, as guerras expansionistas. Nesse caso, a guerra é natural por ser um simples *desdobramento* da *ambição natural* dos indivíduos.

Enfim, a guerra de Maquiavel pode ser compreendida diante do seguinte quadro de implicações: como relação corriqueira e habitual entre os organismos políticos, fato que, ao ser atestado pela história, resulta na naturalização de sua existência. Mas, também natural, por ser uma decorrência da “ambição” presente na “natureza humana”, entendida como características compartilhadas pela universalidade dos indivíduos. Essa ambição, como dado natural de cidadãos e súditos, apenas pode ser mitigada por ordenações e instituições que se preparam para a guerra.

1.3.4 A paz como pressuposição da guerra

A guerra, então, essa realidade inexorável, que aparece como uma força arrasadora que constantemente coloca a integridade dos estados sob ameaça, mas que também configura como uma alternativa para que as cidades não se desmanchem motivadas pela ambição de seus habitantes em uma guerra civil, encontra seu lugar na política.

Porém, Maquiavel estende sua interpretação sobre esse fenômeno. Os conflitos armados portam consigo o problema da “paz”, que não pode ser desvincilhada dos episódios de combate. Todavia, diante da centralidade da temática anterior, testemunhamos o pensamento político-militar maquiaveliano realocar *subversivamente* o significado desse conceito. Ao Secretário, a paz não pode mais significar a ausência de conflitos, mas, tão só, a preparação para eles: a tranquilidade entre potências não pode ser apreendida como um estado pleno e permanente, uma condição natural da humanidade que seria perturbada por eventos armados. Antes disso, revela-se como uma circunstância muito específica, propiciada pelo prelúdio para a guerra. Em síntese, a organização e a disposição militar durante os períodos de não agressão são elementos que proporcionam a *possibilidade* para a paz⁶⁸.

⁶⁸ Como argumentam Fournel e Zancarini (2015, p. 675), para o Secretário a paz é desejável somente se, durante ela, subsistir da preparação contínua para a guerra.

Dessa forma, buscaremos examinar o desdobramento da argumentação sobre o binômio guerra-paz por dois caminhos: por um lado, uma hipotética “concórdia internacional” revela-se atrelada à capacidade militar dos estados, ou seja, a possibilidade da paz é estruturalmente conectada à predisposição para a guerra; por outro lado, um estado de paz plena representa um risco cáustico para os organismos políticos, sendo responsável pela corrupção interna das cidades que procuram abdicar dos conflitos.

1.3.4.1 “*Si vis pacem, para bellum*”

Sobre a questão da paz, o pensamento maquiaveliano parece ter absorvido e desenvolvido a célebre sentença latina que, embora anônima, ecoava sob diversas formulações em autores com os quais o Secretário florentino havia tido contato, direto ou indireto: “*si vis pacem, para bellum*”. Segundo o adágio, a garantia da paz residia no armamento e na preparação das condições de defesa para desencorajar eventuais propósitos agressivos de inimigos. Essa noção pode ser encontrada, por exemplo, no *Epitoma rei militaris*, de Publio Flavio Vegezio Renato que teria servido como guia para a escritura do diálogo d’*Arte da Guerra* de Maquiavel⁶⁹:

Portanto – afirma o romano – quem aspira à paz, deve preparar-se para a guerra [*qui desiderat pacem, praeparet bellum*]. Quem deseja a vitória, [que] treine diligentemente os soldados. Quem pretende eventos favoráveis, combate com arte e não ao acaso (VEGEZIO, 1984, p. 80, tradução nossa).

A mesma premissa pode ser identificada na *Settima Filippica* de Cícero, em que o orador romano sustenta que

[...] não é a paz que eu refuto, mas é uma guerra escondida sob o nome de paz que eu tenho um grande medo. Por consequência, se queremos gozar da paz, é necessário fazer a guerra [*si pace frui volumus, bellum gerendum est*]; se interrompermos a guerra, não gozaremos nunca da paz (CICERONE, 1978, p. 451-453, tradução nossa).

⁶⁹ Essa tese é apresentada, por exemplo, por Arthur Burd em *Le fonti letterarie di Machiavelli nell’Arte della Guerra (Atti della Accademia dei Lincei, v. 5, n. 4, p. 187-261, 1896)*. Sobre a relação entre Maquiavel e Vegezio, cf. de Marco Formisano, *Strategie da manuale: l’arte della guerra, Vegezio e Machiavelli (Quaderni di Storia, v. 55, p. 99-127, 2002)*.

Da mesma forma, em Cornelio Nepote, contemporâneo a Cícero, recuperamos a afirmação: “A paz nasce da guerra [*nam paritur pax bello*]: quem dessa deseja gozar longamente deve manter-se em exercício para a guerra” (NEPOTE, 1977, p. 212-213, tradução nossa).

Acerca desse contexto, no Capítulo XIV de *O Príncipe*, podemos notar Maquiavel substancializar a importância da não desconsideração pela atividade militar durante os períodos de calmaria nas relações entre os estados. Assim, em um tom insuflado, afirma que um príncipe deve “não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque *esta é a única arte que compete a quem comanda*”. Na verdade, “é de tanta *virtù*” ser versado nos assuntos militares que isso “não só mantém aqueles que já nasceram príncipes, como também muitas vezes permite que homens de condição privada ascendam ao principado”. Ao contrário, “vê-se que os príncipes que pensam mais em refinamento do que nas armas perdem o seu estado [*piú alle delicatezze che alle arme, hanno perso lo stato loro*]”. E, o primeiro motivo que “te leva a perder teu estado é negligenciar essa arte, e a razão que te faz conquistá-lo” é “*essere professo di questa arte*” (*O Príncipe*, XIV, p. 69). Nesse sentido, “um príncipe não deve jamais afastar o pensamento do exercício da guerra e, *durante a paz, deve praticá-la ainda mais do que durante a guerra*” (*O Príncipe*, XIV, p. 70)⁷⁰. Por isso, “aquele que despreza esses pensamentos, se for príncipe, estará desprezando o seu principado; se for cidadão, a sua cidade” (*Arte da Guerra*, VII, p. 225)⁷¹.

⁷⁰ Na ocasião do discurso, Maquiavel segue argumentando sobre os modos como os príncipes devem exercitar-se militarmente em períodos de paz: “Isto pode ser feito de duas maneiras, com obras e com a mente”. Quanto às obras, “além de conservar bem organizados e treinados os seus exércitos, deve realizar caçadas e, através delas, acostumar o corpo aos desconfortos e, também, aprender a natureza dos lugares, a conhecer como se elevam os montes, como descem os vales, como jazem as planícies e a compreender a natureza dos rios e dos pântanos, colocando nisto um grande empenho”. Quanto aos exercícios da mente, “deve o príncipe ler as histórias e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinar as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas. Mas, sobretudo, deve agir como antes agiram alguns homens excelentes que se espelharam no exemplo de outros que, antes deles, haviam sido louvados e glorificados, e cujos gestos e ações procuravam ter sempre em mente” (*O Príncipe*, XIV, p. 70-71).

⁷¹ Para as citações da *Arte da Guerra*, utilizamos como referência a edição organizada por Corrado Vivanti na coletânea *Opere* (Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 529-705), cotejando com a tradução proposta pela editora Martins Fontes (São Paulo: Martins Fontes, 2006). Para referenciar as citações desse diálogo, utilizamos o seguinte sistema: título, livro e, para facilitar a localização das passagens pelo leitor brasileiro, a página da edição nacional.

Convém notarmos que era fundando-se nessa desconsideração pelos assuntos militares, acima de tudo nos períodos de ausência de conflitos, que Maquiavel construía uma das críticas mais severas aos governantes do *Cinquecento*. No encerramento de a *Arte da Guerra* lemos que “os nossos príncipes italianos [*principi italiani*]” acreditavam, “antes de experimentarem os golpes das guerras ultramontanas”, isto é, da incursão de Carlos VIII em 1494 na península, que

[...] a um príncipe basta estar no gabinete a encontrar respostas agudas, escrever belas cartas, mostrar argúcia e sagacidade em ditos e frases, urdir fraudes, ornar-se de gemas e ouro, dormir e comer com mais esplendor que os outros, comportar-se com ganância e soberba diante dos súditos, apodrecer [*marcirsi*] no ócio, conceder graus militares de graça, desprezar quem lhes mostre alguma saída louvável, querer que suas palavras sejam respostas de oráculos (*Arte da Guerra*, VII, p. 223).

Contudo, “nem desconfiavam, os coitados [*meschini*], que se preparavam para ser presa de qualquer um que os atacasse”. Essa foi, prossegue o Secretário florentino, a “origem dos grandes sustos, das súbitas fugas e das miraculosas perdas”, de modo que “três poderosíssimos estados que pertenciam à Itália”, Milão, Veneza e Florença, “foram várias vezes saqueados e devastados”.

Lamentavelmente, os governantes remanescentes “incidem no mesmo erro e vivem na mesma desordem”, pois desconsideram que “aqueles que antigamente queriam manter o estado faziam e mandavam fazer todas as coisas de que discorri”, a saber, os modos de preparação para a guerra, e que tinham por preocupação “preparar o corpo para o desconforto e o ânimo para o destemor diante dos inimigos” (*Arte da Guerra*, VII, p. 223-224).

A mesma afirmação havia sido engendrada no Capítulo XXIV de *O Príncipe* (p. 117), quando Maquiavel ponderava que “considerando aqueles senhores que, na Itália, em nossos tempos, perderam seus estados [...] encontraremos nele, primeiro, um erro comum quanto aos exércitos”. De todos os modos, a desconsideração pela guerra, ou ainda, a compreensão equivocada de sua dinâmica, nos períodos de paz, constituía uma das causas da ruína dos estados italianos e da ameaça – sem contraposição – constante que os estados sofriam diante das potências estrangeiras.

Dessa forma, a imposição da guerra como *instrumento para a viabilidade da paz* reapareceria no Capítulo 19 do Livro I dos *Discursos*. Na ocasião, Maquiavel realiza uma análise acerca do argumento de que “Depois de um príncipe excelente pode-se manter um príncipe fraco; mas, depois de um fraco, não se pode manter reino algum com outro príncipe fraco”. Considerando a “*virtù* e o modo de proceder” dos três primeiros reis romanos, Rômulo, Numa e Tulo Hostílio, “vê-se que Roma foi sorteada com uma fortuna imensa, pois o primeiro rei foi ferocíssimo e belicoso, enquanto o segundo foi tranquilo e religioso, ao passo que o terceiro se assemelhou em ferocidade a Rômulo, sendo mais amante da guerra que da paz” (*Discursos*, I, 19, p. 76).

Diante das qualidades dessa tríade de governantes romanos, “era necessário que nos primórdios de Roma surgisse um ordenador da vida civil”, mas, depois, “era necessário que outros reis retomassem a *virtù* de Rômulo”: “se isso não ocorresse a cidade se tornaria *efeminada e presa fácil* dos vizinhos”. A conclusão que emana desse quadro é a da que “um sucessor que não tenha tanta *virtù* quanto o primeiro pode manter um estado graças à *virtù* daquele que o governou antes, sendo possível gozar os frutos de seu trabalho”, porém, “se ocorrer que sua vida seja longa ou que depois dele não surja outro que retome a *virtù* do primeiro, é necessário que tal reino se arruíne” (*Discursos*, I, 19, p. 77).

A “fraqueza”, portanto, do rei intermitente entre Rômulo e Tulo Hostílio, Numa, é rearranjada sob o signo da desconsideração crucial pela guerra⁷². Um estado que, pela ação da Fortuna, seja capaz de oscilar entre os termos de guerra e paz poderia conservar-se longamente, porque o trabalho de um governante belicoso é desfrutado por outro amante da paz. Contudo, a sucessão não é garantida. Outra vez, a excelência nas armas e a preparação do corpo político para a guerra se torna o ensejo para paz: paz que é propiciada pelo

⁷² Todavia, Numa realizou outras ações que serviram como fundamento para a estruturação da força militar romana, como a organização religiosa. Acerca da eleição de Numa para o Senado, afirma Maquiavel no Capítulo 11 do Livro I dos *Discursos*, que “[...] julgando que as ordenações de Rômulo não bastavam a tanto império, inspiraram no peito do Senado romano a eleição de Numa Pompílio como sucessor de Rômulo, para que as coisas que Rômulo deixara sem fazer fossem ordenadas por Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo à obediência civil com as *artes da paz*, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [*civiltà*]” (*Discursos*, I, 11, p. 48-49, grifo nosso).

engenho de um ordenador político-militar pregresso, mas que é fragilizada pelo atual estado de inércia militar dos governantes.

Portanto, a paz é momentaneamente possível por ser consequência do amplo envolvimento do governo anterior nas coisas da guerra. Dessa situação, conclui Maquiavel, “quero [...] dizer [...] que, depois de um príncipe excelente, um príncipe fraco pode manter-se”, mas “depois de um príncipe fraco, nenhum reino pode manter-se com outro príncipe fraco”: “e são fracos os príncipes que não se ocupam da guerra” (*Discursos*, I, 19, p. 78).

O caso de Roma, nessa instância, é paradigmático: “a *virtù* de Rômulo foi tão grande que deu a Numa Pompílio a possibilidade de governar Roma durante muitos anos com a *arte da paz*”. Depois dele, veio “Tulo, que com sua ferocidade recuperou a fama de Rômulo”. Em seguida, “veio Anco, dotado pela natureza de tal modo que podia usar a paz e suportar a guerra”. De fato, “começou por desejar manter a vida da paz, mas logo percebeu que os vizinhos, considerando-o efeminado, o menosprezavam, e assim achou que, para manter Roma, precisava voltar-se para a guerra” (*Discursos*, I, 19, p. 78). Dessa forma, uma cidade “bem ordenada” é aquela que “em tempos de paz não negligencia as ordenações da guerra” (*Discursos*, I, 21, p. 80).

Com efeito, essa visão sobre a paz, como um período transitório dentro das relações entre estados, acaba por se encaixar no projeto de milícia própria por ele esboçado⁷³. Em sua concepção, os “soldados cidadãos”, eixo da proposta político-militar maquiaveliana, diferente dos soldados mercenários, deveriam prestar serviço militar apenas em *tempo parcial* ao estado. Tal proposta permite entrever que os movimentos implícitos na guerra não devem representar uma constante para o conjunto político: uma guerra permanente não apenas não é priorizada, mas também implica em riscos.

Os soldados cidadãos, nos tempos de paz, deveriam suspender as qualidades militares, retornando, assim, às atividades civis quotidianas. Conforme afirma em a *Arte da Guerra*, “devem os reis, se quiserem viver seguros, ter suas infantarias compostas de homens que, chegando o tempo de

⁷³ Desenvolveremos esse argumento em 3.3.1.1. A Ordenança e o serviço militar em tempo parcial.

fazer guerra, a façam de bom grado, por amor ao rei, e, chegada a paz, com mais gosto retornem ao lar”. Ao obter o “estado de paz”, a militarização estatal resume-se aos exercícios periódicos de treinamento, pois nesse caso, “o rei deve querer que, chegada a paz, os príncipes voltem a governar seus povos, os gentis homens voltem ao cultivo de suas propriedades, e os infantes voltem a sua arte particular”. Assim, “todos eles farão a guerra para ter paz, e não procurarão perturbar a paz para ter guerra” (*Arte da Guerra*, I, p. 18).

Nesse caso, o argumento maquiaveliano é consoante com a ideia de que o “estado de guerra” não pode significar um mundo em que a violência reina incessante. Significa, ao contrário, uma relação entre ordens estatais de poder que, no controle ordinário do território que é indispensável para sua subsistência, não pode deixar de recorrer à preparação dos exércitos para a constituição de uma potência ofensiva ou defensiva. Em outras palavras, a “capacidade de fazer guerra” é reconhecida como um dos recursos vitais do estado, inclusive daqueles cujo propósito é manter eficazmente uma ordenação de paz (ZANZI, 2009, p. 94). Ou, como notam Fournel e Zancarini (2015, p. 678), a paz pode ser procurada, “mas é necessário saber que a guerra é mais do que provável, e talvez também necessária para obter a paz”. Guerra e paz funcionam como um “binômio no qual os dois termos são indissociáveis, cada um dos dois sendo útil para pensar o outro”, mesmo porque a “qualidade dos tempos” faz com que “se possa passar rapidamente de uma situação para outra”.

O “estado de paz”, então, surge como um equilíbrio transitório de forças que estão sempre prontas para a guerra. Assim, a paz não é apresentada como uma *antítese* da guerra. Mas, é justamente a predisposição para a guerra aquilo que seria a *condição de possibilidade* para um estado de paz⁷⁴.

⁷⁴ Para Maurizio Viroli (1992, p. 164), a guerra, de fato, é “um martírio cruel, uma longa devastação, uma ruína irreparável”, muitas vezes “inescapável”. Todavia, para o intérprete, o ponto que “Maquiavel enfatiza é que uma cidade deve estar em uma posição de lutar para proteger sua liberdade”, e que “deve ir para a guerra com o intuito de ter paz”. O objetivo “é viver em paz na cidade e cultivar as artes da paz”. Se há guerra, “fazer o possível para findá-la o mais rapidamente”. No final, o Secretário teria recomendado o “cultivo da arte da guerra, mas como um componente, não como um objetivo último da arte política”. Nesse caso, diferente do que propõe Viroli, a “paz” também não aparenta figurar como um *télos* que norteia as ações de governo. As constantes ameaças e o ambiente hostil inviabilizam a possibilidade de alcançar uma condição pacífica. Mas, mais do que isso, o Secretário parece *denunciar* uma feição altamente corrosiva que o estado de “paz” gera no interior dos organismos políticos, como buscaremos elucidar no próximo tópico.

1.3.4.2 A ruína política através da paz: da tranquilidade ao ócio

Com a argumentação anterior, Maquiavel nos conduz para uma direção desconfortável, que aponta não para a malignidade da guerra, mas, ao contrário, para uma certa *inconveniência da paz*. Com a inevitabilidade dos conflitos, não é a guerra que deve ser vista como prejudicial ao corpo político, mas as ações que, durante os períodos de paz, desconsiderem sua iminência.

Referente à essa “danosidade”, em primeiro lugar, de modo mais evidente, podemos notar que a ausência de conflitos é responsável por criar uma imagem enganosa de que o período belicoso possa ter alcançado um desfecho permanente⁷⁵. Se compreendida desse modo, a paz pode espalhar a inércia militar pelo estado, paralisando a reação diante de uma agressão. Quando alterada a conjuntura externa, tal paralisia mostra-se fatal para o organismo político.

Em segundo lugar, a “paz plena” comporta ainda uma consequência mais profunda. A condição de uma pretensa “harmonia” é responsável pela introdução, nos corpos políticos, de um estado de “ócio”, que seria a causa da corrupção dos “povos” e das “cidades”. Nesse caso, a ruína do estado seria decretada a partir de uma causa interna, onde a ação do *ozio* fragilizaria seus mecanismos de defesa e sua vitalidade.

Acerca da ação cáustica do ócio, no Capítulo 1 do Livro V da *História de Florença*, Maquiavel afirmava que “as províncias, na maioria das mudanças que sofrem, costumam sair da ordem e entrar na desordem, para depois passarem de novo da desordem à ordem [*dall'ordine venire al disordine, e di nuovo di poi dal disordine all'ordine trapassare*]”. Pois, explica, “não permitindo a natureza humana que as coisas mundanas tenham parada, quando elas chegam à sua máxima perfeição, não podendo subir mais, é mister que desçam”. Do mesmo modo, “depois de descer, haverão necessariamente de subir, e, assim, sempre se desce do bem ao mal, e do mal se sobe ao bem” [*e così sempre da il bene si*

⁷⁵ Assim como os cidadãos florentinos que, “quando veem o sol, não acreditam nunca que possa voltar a chover” (MACHIAVELLI, 1997, p. 15-16).

scende al male, e da il male si sale al bene]. Esse quadro é oriundo do fato de que

a *virtù* gera a tranquilidade, a tranquilidade gera o ócio; o ócio, a desordem, e a desordem, ruína; de modo semelhante, da ruína nasce a ordem; da ordem, a *virtù*, desta, a glória e a boa fortuna” (*História de Florença*, V, 1, p. 281)⁷⁶.

Consideração semelhante é aquela encontrada na célebre passagem do Capítulo V do poema *L'Asino*, onde o Secretário florentino afirma que

A *virtù* torna as regiões tranquilas:
e da tranquilidade emerge
o ócio: e o ócio destrói as cidades e as vilas.

Então, após uma província estar envolvida
por muito na desordem,
a *virtù* volta a habitá-la.

Essa ordem é imposta e exigida
àqueles que governam, até que nada esteja
ou possa estar firme sob o Sol.

E é, e sempre foi, e sempre será
que o mal suceda ao bem, e o bem ao mal,
e um seja sempre a razão do outro.
(MACHIAVELLI, 1971, p. 967, versos 94-105).

Dessa forma, devemos-nos perguntar: *como* o “ócio” poderia representar um perigo para a coesão do estado, ao ponto de propiciar seu ocaso? Ou melhor, quais seriam os elementos de “corruptibilidade” introduzidos pelo ócio para solapar as instituições e as ordenações?

A resposta para essas questões pode ser encontrada no encerramento da reflexão do Capítulo 6 do Livro I dos *Discursos*, onde Maquiavel ponderava acerca da necessidade de movimentos expansionistas por parte dos regimes republicanos – colocando sob exame os casos de Esparta, Veneza e Roma. Contornado por traços hipotéticos, afirmava que se o “Céu lhe fosse tão benévolo que não lhe cumprisse guerrear, o ócio a tornaria [a cidade] *efeminada* ou

⁷⁶ Como observa Mikael Hörnqvist (2004, p. 91-92), se um príncipe ou uma república tomarem a coexistência pacífica entre estados como seu princípio orientador, eles não apenas estão “condenados a cair no círculo vicioso do ócio [*laziness*], discórdia, corrupção e destruição, mas também destinados a serem superados e derrotados por vizinhos menos escrupulosos. A escolha fundamental no mundo de Maquiavel é simples: está entre subir e descer, entre enganar ou ser enganado, entre devorar ou ser devorado”.

dividida; coisas que, juntas, ou cada uma por si, seriam a razão para sua ruína” (*Discursos*, I, 6, p. 32).

A ruína, então, não é apenas efeito do domínio de um estado estrangeiro pelas vias armadas, mas o ócio a torna possível internamente, espalhando a paralisia da preparação para a guerra, mas, também, fomentando a divisão ou a debilidade. Todavia, sob a chave de leitura político-militar maquiaveliana, “[a] *effeminata* o [b] *divisa*” possuem outras implicações específicas.

[a] Efeminada, em sua terminologia depreciativa⁷⁷, opondo-se à ferocidade⁷⁸ ou à dureza⁷⁹, refere-se ao enfraquecimento e à frivolidade dos estados que sucumbem ao ócio: debilidade causada pela ausência de uma potência de guerra, em uma organização política que é vista como presa fácil para a conquista estrangeira. Ressurge aqui a imagem da linha de sucessão na origem romana – a pouco citada –, em que o comportamento belicoso de Anco revelou-se indispensável, uma vez que foi capaz que “*ripigliassero la virtù di Romulo*”, pois, ao contrário, “*quella città sarebbe diventata effeminata, e preda de' suoi vicini*” (*Discursos*, I, 19, p. 77).

Nessa esteira argumentativa, podemos situar a consideração sobre o modo de ação dos romanos, que eliminava as razões para transparecer-se como um organismo político debilitado. Como propõe Maquiavel, quem considerar a ordenação das guerras e o procedimento dos latinos, verá que à sua “fortuna se uniram a *virtù* e grande prudência”, de modo que quem examinar a razão de tal “fortuna a encontrará facilmente: pois é certo que, se um príncipe e um povo angariarem tanta *reputação*, que outros príncipes e povos dos arredores terão *medo de atacá-lo* e os respeitem”. Disso resulta que, “nenhum deles o atacará, a não ser por necessidade”. Por consequência, “é como se só a tal poderoso

⁷⁷ Sobre o modo como Maquiavel utiliza-se das atribuições de gênero em seu pensamento político, cf. o importante ensaio de Hanna Fenichel Pitkin, *Fortune is a woman: gender & politics in the thought of Niccolò Machiavelli* (Chicago/London: The University of Chicago Press, 1999). Sobre o uso do adjetivo “efeminado”, cf. especificamente o Capítulo 5, “...because of women”, p. 109-137.

⁷⁸ No Capítulo XV de *O Príncipe* lemos a seguinte contraposição: “[...] um [príncipe é considerado por qualidades reprováveis ou louváveis] *efeminado* e pusilânime e outro *feroz* e corajoso [*l'uno effeminato e pusillanime, l'altro feroce e animoso*]” (p. 74, grifo nosso).

⁷⁹ No Capítulo 46 do Livro III dos *Discursos*, por sua vez, lemos que “parece que entre uma cidade e outra certos modos e instituições diferem, criando homens mais *duros* ou mais *efeminados* [*e procrei uomini o più duri o più effeminati*]” (p. 450, grifo nosso).

coubesse escolher com qual de seus vizinhos quer travar guerra, aquietando os outros com a sua habilidade” (*Discursos*, II, 1, p. 183-184).

Para Inglese (2014a, p. 36, nota 27), o mesmo sistema interpretativo – de que a *virtù* dá lugar à conquista, a conquista à paz e a paz à corrupção da *virtù* na forma da “*effeminatezza*” – pode ser notado na reflexão maquiaveliana sobre a relação entre *virtù*-fortuna-ocasião dos célebres fundadores de principados inteiramente novos no Capítulo VI d’*O Príncipe*. Nesse sentido, para a fundação era necessário que Moisés encontrasse o povo de Israel escravizado, que Rômulo não se contentasse com Alba, Teseu encontrasse os atenienses dispersos e “era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos Medas e estes *debilitados e afeminados [molli et effeminati]* pela *longa paz*” (*O Príncipe*, VI, p. 24).

[b] Dividida, pois sem um inimigo em comum para congregar a coletividade dos indivíduos perante uma causa compartilhada, a potencialidade de uma guerra civil entre eles próprios aumenta. A divisão do tecido social em facções apresenta um aspecto implicitamente danoso. Como afirma no Capítulo XX de *O Príncipe* (p. 100), “não creio que as divisões tragam jamais algum bem. Aliás, quando o inimigo se aproxima, as cidades divididas costumam render-se logo”, porque “sempre a parte mais fraca se alia às forças externas e a outra não pode governar”. Nos *Discursos*, a tese era reapresentada sob a premissa de “como se deve unir uma cidade dividida; e de como não é verdadeira a opinião de que, para governar as cidades, é preciso mantê-las divididas” (*Discursos*, III, 27, p. 402). Pois, assevera o Secretário florentino “é impossível manter a amizade das duas facções que nela existam, sem elas governadas por um príncipe ou por uma república”: “por natureza, os homens tomam partido sempre que haja alguma divisão, pois lhes agrada mais uma parte que outra”. Assim, “se uma parte daquela cidade estiver descontente, na primeira guerra que sobrevier, perderás a cidade; porque é impossível guardar uma cidade que tenha inimigos fora e dentro” (*Discursos*, III, 27, p. 404)⁸⁰.

⁸⁰ Sobre a negatividade das divisões, afirma Maquiavel no Capítulo XX de *O Príncipe* que “não creio que as divisões tragam jamais algum bem. Aliás, quando o inimigo se aproxima, as cidades divididas costumam render-se logo, porque sempre a parte mais fraca se alia às forças externas e a outra não pode governar” (*O Príncipe*, XX, p. 100). Ou, ainda, “De como

Em resumo, portanto, estamos aqui diante de um estado “efeminado” ou “dividido”, de um organismo político vil ou discorde. Ou melhor, como propõe em nota Inglesse (2015, p. 210, nota 35), a belicosidade se extingue ou é pervertida em luta intestina. Perante uma “menor necessidade de lutar para sobreviver”, isto é, de firmar-se contra potências externas, “o ócio prova o enfraquecimento e a corrupção” internamente.

Como Maquiavel reforçaria no Capítulo 25 do Livro II dos *Discursos* – cujo argumento central é apresentado já no título, segundo o qual “atacar uma cidade desunida, para ocupá-la tirando proveito de sua desunião é decisão errônea” – em comentário à história de Roma, “os veientes acreditaram que, atacando os romanos desunidos, os venceria; e o ataque foi a *razão da união* destes e da ruína daqueles. Porque o motivo da desunião das repúblicas, no mais das vezes, são o *ócio e a paz*, e a razão da união são o *medo e a guerra*” (p. 278, grifo nosso).

A mesma relação entre desunião e ócio pode ser identificada, também, no final do Livro I de a *Arte da Guerra*. Em resposta a Cosimo, que interpelava acerca da possível “confusão, escândalo e desordem” que uma “multidão de armados” poderia causar em um território que houvesse concedido armas aos seus habitantes, Fabrizio ponderava que

Se o lugar onde são ordenados é tão imbele que entre seus homens não haja armas, e tão unido que não haja capitães, esse tipo de ordenação os tornará mais ferozes contra o estrangeiro, *mas não os tornará de modo algum mais desunidos*, porque os homens bem-ordenados temem as leis, armados ou desarmados [...] (*Arte da Guerra*, I, p. 37).

Todavia, se o lugar onde “os ordenais for belicoso e desunido, essa ordenação só será motivo de união”, porque

[...] por si mesmos já terão antes armas e capitães, mas tais armas serão inúteis para a guerra, e os comandantes serão alimentadores de escândalos. E essa ordenação dá-lhes armas úteis para a guerra e comandantes eliminadores de escândalos; porque nessas terras, assim que alguém é ofendido, recorre ao comandante de sua facção particular, e este, para manter a

se deve unir uma cidade dividida; e de como não é verdadeira a opinião de que, para governar as cidades, é preciso mantê-las divididas” (*Discursos*, III, 27, p. 402).

reputação, incita-o à vingança, e não à paz (*Arte da Guerra*, I, p. 37).

É justamente o contrário aquilo que realiza um “comandante público”, porque este “elimina a ocasião para escândalos e dá-se ensejo à união”: as províncias “unidas e menos aguerridas [*unite e effeminate*] perdem covardia e mantêm a união”; as “desunidas e escandalosas unem-se, e a ferocidade que costumam empregar desordenadamente converte-se em utilidade pública [*publica utilità*]” (*Arte da Guerra*, I, p. 37).

Nesse sentido, caberia perguntar-nos: como seria, então, possível evitar o alastramento do ócio no seio de um corpo político? Outra vez mais, a saída argumentativa para essa questão parece apresentar as ordenações de guerra como a forma principal para contornar tal problema.

No Capítulo 1 do Livro I dos *Discursos*, escrevendo sobre os “*principii di qualunque città*” e, em especial, das condições de fundação de Roma, Maquiavel colocava em análise o argumento sobre a conveniência do estabelecimento de uma cidade em terreno infértil e estéril para que as condições do local pudessem ser capazes de afastar os homens do ócio, mantendo-os “*constretti a industriarsi*”. Em outras palavras, quanto maior fossem a pobreza do local e a precariedade as condições do solo, menores seriam as razões para a emergência de discórdias, pois “os homens agem por necessidade ou por escolha, e [...] se vê que é maior a *virtù* onde haja menos escolhas”.

Todavia, a conveniência dessa opção esfacela-se diante de um pressuposto condicional: a edificação de uma cidade em lugar árido seria uma decisão “mais sábia e mais útil, *desde que* os homens se contentassem em viver do que é seu e não quisessem mandar nos outros” (*Discursos*, I, 1, p. 10). A tese da manutenção da unidade interna pela via de um esforço causado pela improdutividade do solo seria pertinente caso os homens e os organismos políticos não trouxessem consigo o desejo de ingerência sobre os domínios alheios. Indivíduos ou potências são movidos por um mesmo sentimento – ou sentimentos – que torna inviável inscrever seus comportamentos no quadro da estabilidade.

Diante disso, “como só o poder dá segurança aos homens [*non potendo gli uomini assicurarsi se non con la potenza*]” é necessário “fugir a essa

esterilidade da terra e pôr-se em lugares fertilíssimos, onde, podendo a população ampliar-se graças à uberdade do solo”, os homens possam ser capazes de “defender-se de quem os ataque e oprimir quem quer se oponha à sua grandeza”.

Desse modo, para escapar do ócio, ressurgiu aqui, explicitamente, o limite externo-militar. Para evitá-lo, afirma o Secretário florentino, “devem-se criar ordenações para que as leis” obriguem os homens às necessidades que embarquem as divisões, caso o lugar não o faça, imitando aqueles que

[...] foram sábios porque, morando em terras amenas e férteis, aptas a produzir homens ociosos e inábeis para toda e qualquer ação virtuosa, para obviar aos danos porventura causados pela amenidade da terra por meio do ócio, *impuseram a necessidade de exercícios aos que tivessem de ser soldados*; de tal modo que, com tal ordem, eles se tornaram melhores soldados do que os das terras naturalmente ásperas e estéreis (*Discursos*, I, 1, p. 10, grifo nosso).

Ora, a lei surge como uma *necessidade artificial* criada para amenizar a ação do ócio causado pela fertilidade do território. Se em lugares áridos o ócio era dissipado pela necessidade natural, nos produtivos outra saída deveria ser encontrada. É nessa instância que a dimensão bélica de novo se sobressai. Evitar a ociosidade, nesse caso, significa criar leis que envolvam os indivíduos nas coisas da guerra. Os “dispositivos legais”, como aqueles romanos, atuam duplamente: por um lado, desmotivam as divisões que operam como ensejo para as guerras civis; por outro, criam uma potência militar apta a posicionar o corpo político diante da instabilidade “internacional”.

Diante disso, qual seria, afinal, a importância e o posicionamento da compreensão da paz no pensamento político-militar maquiaveliano?

Em primeiro lugar, se a paz apresenta uma dimensão que é corrosiva – seja por debilitar a imagem do estado diante de um contexto predatório, seja por promover o ócio que está na base da degeneração societária e no princípio da guerra civil – então estamos diante de um modelo de pensamento político invariavelmente voltado para a expansão. Isso significa afirmar que as teses sobre governo, de Maquiavel, possuem em seu fundamento a constatação de uma espécie de *necessidade* de conquista.

Em segundo lugar, tal entendimento representa um deslocamento semântico acerca da noção de paz, que não pode ser vista enquanto *antítese* da guerra, ou como estado de total negação dos conflitos, mas a predisposição para a guerra transformar-se-ia na *condição de possibilidade* para uma circunstância, mesmo que transitória, para a paz. Ou seja, a paz, nesse momento, é vista não enquanto período antinômico à guerra, mas apenas como um estágio preparatório.

Em terceiro lugar, essa estrutura teórica alinha-se ao projeto político-militar maquiaveliano das milícias próprias, fundado na idealização de soldados com “dedicação parcial” aos interesses pátrios. Os exércitos próprios, a espinha dorsal de todo o pensamento do Secretário florentino, condizem com a fuga da ociosidade militar e social, propiciando uma unidade política interior: as armas, ao invés de serem utilizadas em guerras entre os próprios cidadãos, são direcionadas para um inimigo externo. A ordenação desse aparato cumpre, portanto, uma dupla função, embaraçando a imagem de debilidade do estado, que seria alvo fácil para qualquer dominação, e evitando a guerra civil que dilacera as instituições públicas.

1.3.5 A guerra justa quando necessária

A premissa da guerra como expediente natural implica ainda em uma importante abertura argumentativa para o pensamento maquiaveliano: a questão da guerra justa e do juízo sobre os recursos lícitos, ou legítimos, para a condução dos conflitos.

Aparentemente descolada de qualquer preocupação de cunho moral, a inscrição da “guerra inevitável” influencia a posição adotada pelo Secretário acerca dos aspectos de sua justificação. Isto é, no pensamento de Maquiavel testemunhamos a dimensão “necessária” dos conflitos edificar-se como o alicerce que fundamenta o recurso às armas. Seja, por um lado, para a deflagração e a condução de uma guerra, elemento que poderíamos sintetizar servindo-se da sentença latina do “*jus ad bellum*”, ou, modernamente, aquilo que enquadraríamos como a “legitimidade” de um movimento bélico; seja o estabelecimento das regras de conduta e dos comportamentos aceitáveis

durante o desenrolar dos teatros de operação, também situável sob a égide do “*jus in bello*”, ou nossa coetânea “legalidade”.

A teoria político-militar maquiaveliana aborda o problema de justificação para as guerras de maneira indireta. Sem embaraço, o autor ignora as teses que o circundavam e que eram apresentadas para esse propósito⁸¹. Não é descabido notarmos que o ambiente teórico a ele contemporâneo ainda sentia a exigência de postular causas aceitáveis para as hostilidades. Sobretudo nos escritores ligados a religião católica, perdurava – e ainda perdurará, nos decênios posteriores – a tentativa de tornar legítimo o uso de armas em nome da Igreja. Diferente de um distanciamento argumentativo declarado, como Maquiavel havia assumido em outras ocasiões de sua obra, no campo da justificação dos conflitos o Secretário florentino sente-se confortável para afastar-se das discussões que orbitavam as discussões sobre a guerra justa e suas implicações.

Em certa medida, a potencialidade da guerra dentro da política desloca o núcleo justificativo das causas transcendentais (como aquelas que os teólogos buscavam para legitimar as guerras travadas em nome de Deus) para motivações implícitas à dinâmica do estado, que, por sua vez, encontra seu fundamento na própria lógica do caos “internacional”.

Como pondera Vincenzo Lavenia (2009, p. 30, tradução nossa), no esforço de delinear as formas de legitimações dos conflitos durante a Idade Moderna, lendo Maquiavel poderíamos nos perguntar: por que “as guerras deveriam ser justas se são simples atos de afirmação política?”. As guerras “são um *fato*”: são a “vontade de potência” dos príncipes e dos estados, “das repúblicas bem

⁸¹ Para Geuna (2005, p. 34), por exemplo, nas reflexões maquiavelianas “não existe espaço para pensamento sobre a legitimidade ou a legalidade da guerra. Isto é, Maquiavel é totalmente estranho às preocupações e às coordenadas conceituais da tradição da guerra justa: àquelas conceituações sistematizadas por Tomás [de Aquino] na célebre *quaestio* 40, *De bello*, da *Illa Ilae* da *Summa Theologiae*, conceituações que seriam retomadas e reformuladas dali a alguns anos por Vitoria no *De iure belli*”. Para Parel (1990, p. 535), ao contrário, a noção de *bellum justum* parece ter fascinado Maquiavel, pois sua menção aparece tanto em *O Príncipe*, como nos *Discursos* e na *História de Florença*. Um olhar atento para esses exemplos lança alguma luz sobre o que ele pensava acerca da relação entre justiça e guerra. O traço comum que os conecta é a ideia da *necessidade*: onde há um caso de necessidade, pode-se *com justiça entrar em guerra*. E a autopreservação é tomada por Maquiavel como uma questão de necessidade. Diante dessa visão de autopreservação, uma guerra travada em sua defesa é considerada uma guerra justa. Mas, uma vez que não existe uma autoridade imparcial que possa declarar o que constitui a necessidade, a aplicação do conceito de necessidade permanece sempre subjetiva.

ordenadas que com os conflitos (internos e externos) evitam a morte civil e o ocaso quase inevitável, a sujeição ao estrangeiro”.

No discurso de Maquiavel, a guerra “era uma realidade inevitável que tinha uma necessidade histórica totalmente *mundana*”. Como ilustra o intérprete (2009, p. 30), foi este o “núcleo mais indigerível das páginas sobre a guerra de Maquiavel: o dedo que ele havia apontado para a relação, nunca resolvida, entre as armas e a religião dos cristãos”. Para o Secretário florentino, a culpa do cristianismo havia sido a ter “enfraquecido os ânimos; de não saber ser uma religião totalmente capaz de mobilizar as armas”. À Igreja caberia a culpa pela “decadência italiana [*decadenza italiana*]”, pelo “declínio de uma península tornada imbele por muita cultura e pela culpa dos papas, padres e dos mestres do humanismo que não sabiam ver o novo mundo dos estados territoriais e da guerra pela hegemonia na Europa”.

1.3.5.1 Entre a justiça e a necessidade: *lustum est bellum [...] quibus necessarium*

Sob esse pano de fundo, Maquiavel é categórico, se não um tanto simplista, quando menciona aquilo que entende por uma guerra justa.

No capítulo final de *O Príncipe*, ao tecer a exortação para a casa dos Médici “tomar a [defesa] da Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros”, o autor recobrava os exemplos de indivíduos de *virtù*, citados no Capítulo VIII, afirmando que “se foi necessário [...] que o povo de Israel estivesse escravizado no Egito para reconhecer a virtude de Moisés”, que os persas “estivessem oprimidos pelos medas para saber a grandeza de ânimo de Ciro”, que os atenienses “estivessem dispersos para ver a excelência de Teseu”, também foi necessário à Itália, para revelar a *virtù* de um espírito italiano, que fosse “mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína” (*O Príncipe*, XXVI, p. 123).

Nesse quadro catastrófico, “vê-se que a Itália roga a Deus que lhe envie alguém para redimi-la da crueldade e insolência dos bárbaros”. Esses modelos de ação política, prossegue o Secretário florentino, não encontraram “ocasião

melhor” para a intervenção “do que a atual, pois sua empresa não foi mais *justa* do que esta”. Enfim, a sublevação armada contra os estrangeiros permite afirmar que “aqui, é grande a justiça”: “*iustum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est* [a guerra é justa quando necessária, e piedosa as armas, quando só nelas reside a esperança]” (*O Príncipe*, XXVI, p. 124).

Nessa instância, presenciamos Maquiavel tomar de empréstimo uma máxima exposta por Tito Lívio no Capítulo I do Livro IX da *Storia di Roma* – “*iustum est bellum [...] quibus necessarium, et pia arma, quibus nulla nisi in armis relinquitur spes*”⁸² – e transformá-la no fundamento de uma guerra justa. Em outras palavras, a *necessidade* é a pedra de toque para a legitimidade de um engajamento militar.

Nos *Discursos*, o mesmo imperativo é desdobrado. A guerra não apenas encontra seu suporte na necessidade, mas esse elemento é também convertido em um motivacional único para os campos de batalha. É, de fato, este o tema central do Capítulo 12 do Livro III da obra sobre as repúblicas: “de como um comandante prudente deve impor a necessidade de combater aos seus soldados e subtraí-la aos inimigos”⁸³.

É diante da perspectiva dessa dupla operacionalidade – como motivo, mas também como instrumental militar – que Maquiavel reintroduz o posicionamento assimilado de Lívio, citando-o quase *ipsis litteris*. Inserindo a passagem no mesmo contexto relatado na obra do historiador romano, asseverava que “Cláudio Pôncio, então comandante do exército dos samnitas”,

⁸² No Capítulo I do Livro IX da *Storia di Roma*, lemos “É justa a guerra [...] para aqueles aos quais é necessária, e são pias as armas para aqueles cuja nenhuma esperança existe senão nas armas [*iustum est bellum [...] quibus necessarium, et pia arma, quibus nulla nisi in armis relinquitur spes*]” (LIVIO, Tito. 1979, p. 415).

⁸³ A “necessidade” já havia sido o tema de certos argumentos nas páginas precedentes dos *Discursos*. No Capítulo 3 do Livro I, por exemplo, Maquiavel afirmava que “os homens nunca fazem bem algum, a não ser por necessidade” (p. 20). No Capítulo 12 do Livro II, por sua vez, ponderava que “os soldados que se encontram em terras alheias têm mais necessidade de combater, e essa necessidade gera *virtù*” (p. 221). E, enfim, nas linhas iniciais do Capítulo 12 do Livro III, ratificava que “Doutras vezes, dissemos quanto é útil a necessidade às ações humanas e da grande glória a que, graças a ela, estas foram levadas; e, conforme escreveram alguns filósofos morais, as mãos e a língua dos homens, dois nobilíssimos instrumento, capazes de enobrecê-los, não teriam operado com perfeição nem teriam conduzido as obras humanas à altura a que foram levadas, se não tivessem sido impelidos pela necessidade” (p. 361).

voltando “a Sâmnio sem esperança de acordo”, “com um notável discurso [...] mostrou que os romanos queriam a guerra a qualquer custo”, e, embora eles desejassem a paz, “a *necessidade* os fazia continuar a guerra, dizendo estas palavras”: “*Iustum est bellum quibus necessarium, et pia arma quibus nisi in armis spes est* [justa é a guerra a quem ela é necessária, e pias são as armas a quem só nas armas tem esperança]”. Desse modo, “sobre tal necessidade ele alicerçou [*fondò*], para seus soldados, a esperança da vitória” (*Discursos*, III, 12, p. 364).

Em a *História de Florença*, por sua vez, uma colocação semelhante ganha tonalidades mais comoventes. Na ocasião, Maquiavel conjectura um discurso que teria sido proferido por Rinaldo degli Albizzi, exilado de Florença, com o intuito de convencer Filippo Maria Visconti, então duque de Milão, a travar uma guerra aberta contra a cidade sob o governo dos Médici. Ainda que, cabe-nos frisar, a preleção de Rinaldo possa ser considerada como hipotética, ela acaba revelando-se permeada por uma terminologia muito próxima àquela que o Secretário florentino frequentemente apresenta em suas obras. Nesse caso, sob o signo da “defesa da pátria”, o expoente dos *ottimati* operaria como um porta-voz teórico de Maquiavel.

Assim, resgatando as analogias médicas tão recorrentes no pensamento maquiaveliano, articulava sua posição ao afirmar que

[...] ninguém condene aquele que move armas contra sua pátria, porque as cidades, ainda que sejam corpos mistos, têm semelhança com os corpos simples, e, assim como nestes muitas vezes surgem enfermidades que não podem ser curadas sem fogo ou ferro, também nelas muitas vezes surgem inconvenientes tais que um cidadão piedoso e bom pecaria muito se os deixasse intocados, ainda que para tratá-los fosse necessário recorrer ao ferro [*ancora che il ferro vi fusse necessario, peccherebbe molto più a lasciarle incurate che a curarle*].

Diante disso, questionava-se:

[...] que doença pode ser pior ao corpo de uma república do que a servidão? Que remédio pode ser mais *necessário* [*quale medicina è più da usare necessaria*] do que aquele que a livre dessa enfermidade? Só são justas as guerras que são *necessárias*, e as armas são piedosas quando não há esperança alguma além delas [*sono solamente quelle guerre giuste che*

sono necessarie, e quelle armi sono pietose dove non è alcuna speranza fuori di quelle] (*História de Florença*, V, 8, p. 295)⁸⁴.

Ora, concluía Rinaldo, “não conheço necessidade maior que a nossa, nem sei de piedade alguma que possa superar a piedade de livrar a pátria da servidão: portanto, é mais que certo que nossa causa é piedosa e justa”.

Portanto, a necessidade atua como o elemento que *literalmente* justifica os movimentos militares, tornando legítimo o emprego das armas – conquanto não haja esperança se não nelas. As passagens supracitadas deixam entrever algumas implicações da relação entre ser necessário e ser justo:

[a] Em *O Príncipe*, a guerra é o expediente fundamental para alcançar a autonomia dos territórios italianos. O domínio e a influência que os bárbaros exerciam sobre a península poderia ser interrompido, sobretudo pelas vias bélicas. O recurso às armas constitui-se como justo porque somente através dele a Itália deixaria de ser o campo de batalha para os estados estrangeiros.

[b] Nos *Discursos*, a mesma necessidade é traduzida na inevitabilidade do confronto. O estado, como o exemplo dos samnitas possibilita vislumbrar, parece encontrar-se em um entroncamento político-moral: ou engajar-se em uma guerra ou tornar-se presa de uma potência política exterior. É justamente a dramaticidade dessa situação que funciona como um poderoso motivador para os soldados. A justificação, aqui, ocorre pelo viés do inevitável. A guerra é justa porque a alternativa seria catastrófica.

[c] Em a *História de Florença*, o epítome é reassumido como expressão para livrar um estado republicano da servidão das mãos “tirânicas” de um governante. Por mais paradoxal que seja – a súplica por uma intervenção estrangeira –, as armas são o remédio para a doença da servidão. Necessárias para o florescimento do *vivere libero* florentino e, ao menos no discurso de Rinaldo degli Albizzi, justas.

⁸⁴ No Capítulo 21 do Livro VIII de a *História de Florença*, Maquiavel ilustra a visita de doze embaixadores que foram até Roma para sujeitarem-se ao perdão do Papa: “Desculpam-se eles das coisas ocorridas, ora acusando a necessidade, ora a maldade alheia, ora o furor popular e sua justa ira; falaram da infelicidade daqueles que são forçados a lutar ou a morrer. E, como era preciso suportar tudo para escapar à morte, eles haviam suportado a guerra, os interditos e os outros incômodos provocados pelas coisas passadas, para que a república escapasse à servidão, que costuma ser a morte das cidades livres” (p. 526-527).

Assim, a “necessidade”, conquanto vulnerável diante da falta de elementos objetivos para sua definição⁸⁵, aparece ancorada à salvação da “pátria”. Diante da potencial ameaça de uma agressão externa, que porventura possa colocar em risco a segurança e os interesses da coletividade, a guerra encontra seu fundamento de justificação. O juízo moral cede lugar a um juízo político que é pressionado pela urgência. De certo modo, o argumento maquiaveliano é depositário de outro: a atividade militar como monopólio do estado. A avaliação da conjuntura que antecede o engajamento nas batalhas compete aos dirigentes políticos – sejam eles magistrados, em uma república, ou a figura pessoal do príncipe nos principados. Quando consideramos a sobrevivência do aparelho estatal, as guerras justas são aquelas travadas para a defesa dos interesses coletivos – como a guerra que os Medici poderiam encabeçar para livrar a Itália do assédio e da pilhagem dos bárbaros; ou que os samnitas se lançaram para defender-se da agressão irremediável dos romanos; ou uma guerra travada por um estado republicano para livrar-se de um governo que se avizinha de um regime que reduz a população a uma condição servil. As guerras injustas são aquelas em que prevalece o motivacional de um grupo específico da cidade, de uma facção – como aquelas que Florença habitualmente travava para a satisfação dos interesses particulares de seus cidadãos⁸⁶.

⁸⁵ Hannah Arendt (2011, p. 37), na introdução de *Sobre a Revolução*, chamava a atenção para essa fragilidade. De acordo com a exposição da filósofa alemã, “é à Antiguidade romana que devemos recuar para encontrar a primeira justificação da guerra, junto com a primeira noção de que existem guerras justas e injustas”. Com efeito, teria dito Lívio: “É justa a guerra que é necessária, e sagradas são as armas quando não há esperança senão nelas” (*Iustum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est*). Todavia, a “necessidade, desde a época de Lívio e no decorrer dos séculos, tem significado muitas coisas que hoje consideraríamos plenamente suficientes para qualificar uma guerra não de justa, e sim de injusta. Conquista, expansão, defesa de interesses, preservação do poder diante do surgimento de novos poderes ameaçadores, manutenção de um dado equilíbrio de poderes – todas essas conhecidas realidades da política de poder foram não só as causas concretas da eclosão de inúmeras guerras na história como também eram reconhecidas como “necessidades”, isto é, motivos legítimos para invocar uma decisão pelas armas”.

⁸⁶ Sobre a situação italiana, afirma Maquiavel em *a História de Florença*: “[...] realmente, nas cidades da Itália reúne-se tudo aquilo que pode ser corrompido e pode corromper: os jovens estão ociosos, os velhos são lascivos, e todos os sexos, em todas as idades, estão cheios de maus costumes; e nada disso remedia as boas leis, por serem estragadas pelos maus costumes. Daí provém a ganância que se vê nos cidadãos, bem como o apetite, não de verdadeira glória, mas de infamantes honras, e disso decorrem ódios, inimizades, desavenças, facções; das quais provém mortes, exílios, aflições dos bons, exaltações dos maus. [...]. Desse exemplo nascem o amor pelos partidos e o poder deles; porque os maus os seguem por ganância e ambição, e os bons, por necessidade. [...]. Por isso, as ordenações

1.3.5.2 Os recursos da guerra: a reticência da moral

O mesmo critério da necessidade ressurgiu quando procuramos analisar os recursos considerados válidos por Maquiavel para a condução dos conflitos armados. Se, por um lado, a *necessità* é o motor de justificação para a guerra, por outro, uma vez deflagrada, quais seriam os limites para a ação militar?

Nessa ocasião, o Secretário florentino, outra vez, oferece indícios de seu afastamento da Filosofia Moral tradicional. As condições de defesa da pátria, pelas vias militares, redimensionam sua argumentação para um núcleo teórico caro ao autor. Nos campos de batalha, onde a luta pela sobrevivência do estado é a urgência mais elementar e onde os indivíduos – sejam súditos ou cidadãos – estão constantemente expostos à morte, o imperativo da necessidade coloca à sombra os pressupostos de ordem moral.

Acerca disso, ponderava no Capítulo 41 do Livro III dos *Discursos* – já nessa perspectiva intitulado como “A pátria deve ser defendida com ignomínia ou com glória, e de qualquer modo está bem defendida”⁸⁷ – que “quando se delibera sobre a salvação da pátria [*salute della patria*], não se deve fazer consideração alguma sobre o que é justo ou injusto, piedoso ou cruel, louvável ou ignominioso”. Ao contrário, “desprezando-se qualquer outra consideração, deve-se adotar plenamente a medida que lhe salve a vida e mantenha a liberdade” (*Discursos*, III, 41, p. 443).

O teor dessa afirmação pode nos remeter à consideração sobre o fratricídio de Remo cometido por Rômulo, visto como medida *sine qua non* para a fundação da cidade de Roma, onde Maquiavel sustentava que “nenhum sábio engenho repreenderá ninguém por alguma ação extraordinária [*azione straordinaria*] que tenha cometido para ordenar um reino ou constituir uma república”. Pois, explica, “cumprir que, se o fato o acusa, o efeito o escuse; e

e as leis não são criadas para a utilidade pública, mas para a utilidade própria; por isso, as guerras, as pazes e as alianças não são deliberadas para a glória comum, mas para a satisfação de poucos” (*História de Florença*, III, 5, p. 165-166).

⁸⁷ “[...] *o con ignominia o con gloria*”. Os termos são autoexcludentes. Enquanto a ignomínia faz referência à desonra ou ao desprezo ao qual cai aquele que cometeu uma ação vergonhosa, a glória remete à fama, ao renome e às honras obtidas por capacidade ou méritos excepcionais.

quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar” (*Discursos*, I, 9, p. 41).

A imagem da política vinculada à violência aponta para a existência de um substrato compartilhado com a “necessidade” enquanto mote aos empreendimentos: a defesa da pátria, os interesses do “*bene comune*”, a salvação da “*comune patria*”, são os sustentáculos para a inevitabilidade da ação, sobretudo aquela violenta⁸⁸. Dentro da dinâmica pública será sempre urgente a exigência de “matar os filhos de Bruto” (*Discursos*, III, 3, p. 313)⁸⁹.

Não é sem razão que as colocações acima apresentadas são, de certo modo, análogas à teoria política maquiaveliana esboçada no [mal-]afamado conjunto de capítulos de *O Príncipe*, do XV ao XVIII. Com efeito, constatamos no opúsculo uma linguagem e um teor argumentativo muito próximo àquele que atrela a violência à necessidade. Pois, afirma o Secretário no controverso Capítulo XV (p. 73), “um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e se valer ou não disso segundo a necessidade [*imparare a potere essere non buono e usarlo e non usarlo secondo la necessità*]”. Mais adiante, no Capítulo XVIII (p. 85), ratifica o posicionamento afirmando que “é preciso entender que um príncipe, sobretudo um príncipe novo, não pode observar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, sendo-lhe frequentemente necessário [*spesso necessitato*], para manter o poder, agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião”. Pois, precisa “ter o espírito preparado para voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das

⁸⁸ No Capítulo 9 do Livro I dos *Discursos*, “De como é preciso [*Come egli è necessario*] estar só para se ordenar uma república nova ou para reformá-la inteiramente com ordenações diferentes das antigas”, Maquiavel afirmava que “[...] deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem-ordenado ou reformado inteiramente com ordenações diferentes das antigas, se não é ordenado por uma só pessoa [...]. Por isso, um ordenador prudente, que tenha a intenção de querer favorecer não a si mesmo, mas o *bem comum*, não sua própria descendência, mas a *pátria comum*, deverá empenhar-se em exercer a autoridade sozinho [...]” (*Discursos*, I, 9, p. 40-41). ”

⁸⁹ “Foi tão necessária quanto útil a severidade de Bruto para manter em Roma a liberdade que ele acabava de conquistar” (*Discursos*, III, 3, p. 313).

coisas, e [...] não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário [*necessitato*].

Logo, se o cotidiano da práxis política não pode excluir o emprego de ações marcadas pela violência – ao contrário, aliás, como o autor esforça-se para mostrar, a força é uma parte inalienável da política – a guerra, o evento violento por essência e excelência, também não poderia prescindir de determinados recursos.

É o caso, por exemplo, do Capítulo 40 do Livro III dos *Discursos*, no qual Maquiavel reconhecia “como é glorioso usar a fraude no manejo das coisas da guerra”. Na ocasião, o Secretário florentino advertia, aceitando que “ainda que o uso da fraude em qualquer ação seja detestável”, no “manejo da guerra é coisa louvável e gloriosa”. Nesse caso, “todo aquele que, com fraude, vence o inimigo é tão louvável quanto quem o vence com as forças”. Pois, esclarece, “darei apenas que eu não considero gloriosa aquela fraude que leva a romper a fé dada e os pactos feitos”, ainda que com ela “se conquiste, às vezes, estado e reino [...] nunca se conquistará a glória”. “Falo”, prossegue, “daquela fraude que uses com o inimigo que não confia em ti, que consiste exatamente no manejo da guerra” (*Discursos*, III, 40, p. 441).

Estamos diante do reconhecimento da guerra como um evento atroz. Nos campos de batalha aquilo que está em jogo é a liberdade e a existência dos estados. Nessa dialética com o inimigo, existe um cálculo de pressuposição: o opositor não tem motivos para conter suas ações por reservas ou entraves de cunho moral. A ação militar, aqui, estaria além das táticas e das estratégias técnicas empregadas durante os confrontos. Todas as estratégias são pertinentes porque sua pertinência estaria escorada na salvação do bem público. É por isso, com uma tranquilidade quase perturbadora, que Maquiavel pode afirmar que “melhor será vencer o inimigo pela fome que pela espada”, embora seja uma vitória “na qual pode muito mais a fortuna que a *virtù*” (*Arte da Guerra*, VII, p. 215).

Outra vez, o imperativo da necessidade se sobressai. Se as ações militares são necessárias para livrar o estado do jugo de outra potência, então elas podem ser convenientes. Isso não resulta, porém, na tentativa de ilibar os adjetivos tradicionalmente pejorativos que impregnam certas atividades. No

entanto, as avaliações de ordem moral não são pertinentes quando aquilo em discussão é a salvação da cidade.

O discurso hipotético de Rinaldo degli Albizzi pode, outra vez, sintetizar o posicionamento sobre a questão, pois “nenhum homem bom repreenderá jamais aquele que procure defender a pátria, seja qual for o modo como o faça” (*História de Florença*, V, 8, p. 295). Nessa esteira, como afirma Cesa (2014, p. 11, tradução nossa), quando a *vida* e a *liberdade* do país estão em jogo *todos* os meios são aceitáveis. A afirmação não se trata de uma simples justificação ou recomendação baseada na visão pessoal de Maquiavel, mas reflete uma lógica convincente: *porque* a segurança está em jogo, um certo comportamento é a resposta racional.

A argumentação de Maquiavel acaba penetrando no campo da moral apenas de maneira muito sutil e oblíqua. Em a *Arte da Guerra*, ao ponderar sobre o *delectus* para a formação dos exércitos, por intermédio de Fabrizio Colonna, líamos, considerando os critérios para a seleção dos soldados, na ausência de provas materiais sobre as virtudes dos combatentes – oriundas de uma experiência que, em uma milícia incipiente, eram inexistentes – o recrutador deveria recorrer a uma conjectura sobre essas qualidades, fundando sua avaliação em três elementos: a idade, a arte exercida e a aparência. Analisar a “aparência” dos aspirantes à combatente implicaria, sugere o *condottiero*, além dos aspectos físicos, em uma verificação dos “costumes” do futuro soldado, como a “honestidade e poder”. Pois, esclarece, “de outro modo se escolherá um instrumento de escândalo e um princípio de corrupção; pois que ninguém creia que na educação desonesta e na má índole possa habitar alguma *virtù* que seja de algum modo louvável” (*Arte da Guerra*, I, p. 31).

Aliás, era uma preocupação com os maus costumes que levava Maquiavel a desclassificar os homens que apresentavam-se para o combate de forma voluntária. Tais indivíduos, alegava, são os “piores de uma província”, pois são “indecentes, ociosos, sem freio, sem religião, esquivos à autoridade paterna, blasfemadores, jogadores, de todo mal-educados”. Nesse caso, não existe nada de “mais contrário a uma verdadeira e boa milícia do que tais costumes” (*Arte da Guerra*, I, p. 23).

Todavia, o avizinhamo de uma preocupação moral não ocupa um lugar central no pensamento maquiaveliano, nem sequer nessa situação. A questão dos costumes inscreve-se, antes disso, no problema organizacional dos exércitos. Um soldado repleto de vícios seria fonte de desordem e corrupção. Um comportamento imoral durante as batalhas é preocupante enquanto princípio de transgressão das ordens e da hierarquia de comando.

Assim, Maquiavel esquiva-se quase completamente das discussões morais quando considera os assuntos militares. Os pressupostos cristãos, que fundamentavam as hipóteses sobre a justificação e os limites para a ação militar nos campos de batalha, são esvaziados diante da crueza das relações “internacionais”. A moral acaba sendo uma bruma ofuscada pela categoria da necessidade, e a salvação do estado tornar-se a responsável por ditar o ritmo e a conveniência das ações. A face inevitável dos conflitos se não afasta a pertinência sobre as considerações morais, acaba tornando-as, ao menos, secundárias. Para Cesa (2014, p. 12), a insegurança corresponde a um fato incontestável, cuja consequência é a necessidade de assegurar-se. Portanto, “a busca por segurança deve contemplar todos os meios possíveis, incluindo aqueles que violam os padrões morais tradicionais”. Para o intérprete, essa insegurança objetiva “é o motivo com o qual Maquiavel justifica a adoção de suas medidas heterodoxas”.

Acerca disso, muito próximo à argumentação do Secretário florentino, poderíamos situar a tese de um autor como Carl von Clausewitz, segundo a qual, na guerra, apesar de os “espíritos humanitários” imaginarem a existência “de métodos técnicos para desarmar ou destruir o adversário sem que fossem necessários muitos ferimentos” e que, de fato, fosse essa a “autêntica finalidade da arte militar”, convém “destruir tal erro”. Pois, explica, “em questões tão perigosas como a guerra, são exatamente os erros advindos da bondade da alma aqueles que são mais perigosos”. Dentro das batalhas, aquele que emprega o uso máximo da força física, “sem restrição, sem economia de sangue, conquista a vantagem sobre um adversário que se abstém de usá-la”. Assim, “representa um esforço não somente em vão, mas ilógico, deixar de lado o elemento da força por aversão a ele” (CLAUSEWITZ, 1970, p. 20, tradução nossa).

Conforme explica Gilbert (1977, p. 269), nesse contexto, Maquiavel havia se dado conta da relação entre a estrutura política dos estados italianos e o caráter antiquado de todo o aparato militar. Existia, afirma o intérprete, algo de errado na raiz do espírito com o qual estes conduziam suas guerras. Se o objetivo da guerra “deve ser a completa destruição do estado inimigo”, se “a verdadeira guerra é uma luta pela existência”, então, “numa semelhante luta, tudo é permitido”. Assim, “os meios empregados na guerra devem ser julgados somente em relação à sua eficiência”. É este o aspecto que o autor aludia ao afirmar que o interesse dos comandantes não deveria limitar-se “às ações puramente militares”: ele também deveria “projetar métodos eficientes para enganar os inimigos”. Pois isto, “tais eram as premissas da ideia *revolucionária* de Maquiavel” que “queria na guerra o emprego de *todas* as forças possíveis”. Com efeito, “ele considerava o estado um ser vivo no qual todos os meios, força, inteligência e coragem devem ser postos à prova no tempo de guerra” (GILBERT, 1977, p. 270).

Enfim, Maquiavel havia, de certo modo, compreendido que os códigos morais para a condução das guerras, presentes no período Medieval dos cavaleiros, e os acordos – tácitos, ou não – entre os *condottieri* para a preservação da vida dos combatentes não tinham mais espaço nos campos de batalha moderno. Se a guerra é um horizonte inextirpável da política, a reflexão sobre as circunstâncias morais cede lugar à salvação da pátria. Guerras justas são aquelas em que a premência pela manutenção do edifício político não poderia acontecer de outro modo; como recurso para assegurar a vitória, todos os mecanismos são válidos, desde que respeitem o ponto maior da sobrevivência do corpo político.

Nesse primeiro capítulo, portanto, procuramos não apenas delimitar a importância que a “guerra” assume dentro do pensamento político maquiaveliano, mas também colher os elementos, espalhados por sua obra, que possibilitam uma imagem capaz de definição. E não qualquer definição.

Maquiavel estabelece o fenômeno militar sobre um controverso terreno. A guerra deixa de ser simples *possibilidade* dentro da inconstante dinâmica das relações entre potências, e, *ainda mais grave que inevitável*, mostra-se como *necessária*. Para os corpos políticos, os conflitos manifestam-se como uma ferida que é incatrizável: seja como discórdia, como guerra civil ou como guerra externa, esse é um dado que atravessa a reflexão maquiaveliana.

Ao estado, a composição de exércitos e as guerras de conquista não são facultativas por duas razões. Em primeiro lugar, como decorrência explícita do contexto histórico-político, a inconstância do cenário internacional não possibilita a suposição de uma pretensa harmonia interestatal. A força, e tão somente a força, é o elemento fundamental para as relações entre potências. Nesse caso, a formação dessas tropas – que, como Roma havia testemunhado e como veremos no próximo capítulo, é o pináculo da teoria militar maquiaveliana – passaria pelo *reconhecimento* da cisão universal das cidades naqueles dois grupos distintos – os grandes e o povo – e a inclusão popular dentro do jogo político. Contudo, a pertinência dos exércitos próprios, por si só, não justifica o elemento “necessário” atribuído por Maquiavel à atividade bélica.

Assim, em segundo lugar, as guerras de conquista possuem um aspecto motivacional *interno* que é desconcertante. A existência de inimigos externos possibilita que a ambição, característica natural de todos os indivíduos, seja deslocada – ou afastada – do seu núcleo interno. Ocorreria uma passagem da ambição entre concidadãos para a ambição com “estrangeiros”: ao invés de transformar em inimiga a outra categoria societária, por ambicionar seus bens e posses, o objeto de desejo é redimensionado para o exterior.

Estaríamos diante de uma espécie de *exportação do conflito*. Para evitar o conflito interno violento, a guerra surge como um aglutinador, que liga as categorias dos indivíduos em torno da *necessidade* de combater pela sobrevivência – em primeiro lugar particular, mas também coletiva.

Contudo, as “categorias” do conflito, aparecem interconectadas pela *iminência da degeneração das instituições políticas*. Isto é, a teoria maquiaveliana, aqui, nos coloca diante da obscura possibilidade, sempre latente, da destruição. Assim como qualquer organismo vivo, as instituições não estão

incólumes à ação do tempo e à consequência de decisões equivocadas, que abreviam sua vida.

A ausência de inimigos externos é cáustica para o tecido social porque duas consequências são derivadas da condição de ócio que incorre um estado imperturbado pelas guerras: ou se torna efeminado, e presa fácil aos olhos dos inimigos, ou dividido, onde grassa a ameaça da guerra civil.

As guerras de conquista, por sua vez, que poderiam impedir o dilaceramento estatal a partir de uma causa interna, também portam consigo o germe da destruição. A consequência das conquistas militares, como Roma havia deixado entrever, é o aumento das riquezas do estado. Diante do enriquecimento, retorna a imagem da guerra por ambição. Em todos os casos, e de todos os modos, em Maquiavel, a ruína está sempre à espreita.

2 O PRINCIPADO E SUAS ARMAS: GUERRA E POLÍTICA EM O PRÍNCIPE

Como vimos, a atividade militar é uma preocupação constante no pensamento de Maquiavel. Em sua argumentação, os conflitos armados aparecem de modo regular e como um horizonte inevitável na dinâmica entre potências. O corpus maquiaveliano é inteiramente construído equacionando a importância que a guerra acaba exercendo sobre a política. Estamos diante de um postulado de alcance universal: aos estados, esses confrontos não são uma possibilidade vazia, mas uma ameaça concreta e irrevogável.

Por consequência, para o Secretário florentino, todas as formas de governo estariam diante de uma mesma e inexorável exigência histórica. Isto é, tanto as repúblicas quanto os principados seriam afetados por esse aspecto de iminência. Todavia, o mérito dessa questão ecoa, sob certos aspectos, de modo diverso dentro de suas considerações sobre as ordenações políticas. Se, por um lado, a premissa da guerra encontra nas reflexões republicanas de Maquiavel um rico subsídio teórico, com os *Discursos* e, em especial, com a *Arte da Guerra*, por outro, quando pondera sobre os principados, a discussão se torna menos clara. Embora as considerações militares apareçam reincidentemente em *O Príncipe*, a elas não é reservado um estudo sistemático⁹⁰.

Com isso em vista, o presente capítulo possui como propósito buscar compreender o papel que a guerra desempenha na teoria sobre os *regimes principescos*, delineando sua importância e sua interatividade com outras temáticas do opúsculo. Ou melhor, tentaremos assimilar como a guerra e o conjunto conceitual a ela colado (como as armas, a força, a violência) se manifestam na economia da obra. Para isso, acompanhando o percurso expositivo de Maquiavel, dividimos nossa análise em dois momentos. No primeiro, consideraremos a função dessa temática enquanto elemento indispensável à *conquista* de um novo principado, onde atua como recurso para sua formação ou expansão. No segundo, examinaremos como a questão militar, diante da realidade que se estabelece entre potências, como indicamos no

⁹⁰ Sobre isso, seguimos a interpretação de John Pocock (1975, p. 177, tradução nossa), quando relaciona a *Arte da Guerra* aos regimes republicanos: “as grandes análises [explorations] de Maquiavel sobre a política e a organização militar, nos *Discursos* e na *Arte da Guerra*, pressupõem a república como norma política”.

capítulo anterior, desponta como um meio necessário à *manutenção* dos organismos políticos. Esse imperativo coloca o poder principesco em contato direto com os súditos que passa a governar, de modo que, a composição de seus exércitos exige um comportamento específico com o povo que agora é o sustentáculo de seu governo – argumento ao qual dedicaremos particular atenção.

2.1 A guerra, as armas e a conquista: entre a expansão e a formação

Em *O Príncipe*, a questão da guerra e das armas aparece, de início, indissociavelmente relacionada ao problema da *conquista*. Em suas linhas inaugurais, que, de modo geral, apresentam um desenho estrutural de todo o livro, podemos sentir o alcance dessa relação. Assim, no Capítulo I, que traça a esquematização acerca de “quantos tipos são os principados e de que modo se *adquirem* [*modis acquirantur*, isto é, são *conquistados*]”, Maquiavel afirma:

Todos os estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens [*dominii che hanno avuto e hanno imperio sopra gli uomini*] foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários [...] ou são novos. Os novos ou são inteiramente novos [...] ou são como membros anexos ao estado hereditário do príncipe que os adquire [*principe che gli acquista*] [...]. Os domínios assim formados [*sono questi dominii così acquistati*] estão habituados ou a viver sob um príncipe ou a ser livres. E se adquirem ou com armas de outrem ou com armas próprias [*e acquistansi o con arme d'altri o con le proprie*], graças à fortuna ou à *virtù* [*o per fortuna o per virtù*] (*O Príncipe*, I, p. 3)⁹¹.

⁹¹ Na célebre carta que Maquiavel enviaria para Francesco Vettori em 10 de dezembro de 1513, anunciando a composição d’*O Príncipe*, essa espécie de “conteúdo programático” já estava presente: “E porque Dante disse que não é possível produzir sabedoria [*scienza*] sem lembrar aquilo que ouvimos, eu notei tudo aquilo que em sua conversa pude aproveitar [com os *antiqui uomini*, com os quais “dialoga” em seu escritório], e compus um opúsculo *De principatibus*, onde eu me aprofundo o quanto posso nas considerações sobre essa matéria, discutindo [a] o que é principado, [b] de quais espécies são, [c] como são conquistados, [d] como são mantidos, [e] e porque são perdidos” (MACHIAVELLI, 1999, p. 296). Sobre a relação entre Maquiavel e Vettori, cf. de John M. Najemy, *Between friends. Discourses of power and desire in Machiavelli-Vettori letters of 1513-1515* (Princeton: Princeton University Press, 1993).

A lógica é linear⁹². Os principados são uma das formas de domínio político sobre os homens, assimétrico às repúblicas, que se encaixam dentro do seguinte quadro tipológico: *hereditários*, onde o poder é transferido entre gerações de príncipes (Capítulo II); *parcialmente novos*, enquanto membro agregado por um movimento de expansão por um príncipe já detentor de um *stato* (Capítulos III, IV e V); *inteiramente novos*, como fruto da conquista ou da fundação de um governo por parte de um indivíduo privado que, antes disso, não possuía a prerrogativa principesca (Capítulos VI-IX).

Com isso, o *acquistare* (“*gli acquista*”; “*così acquistati*”; “*acquistonsi*”) se revela como a temática que será a tônica da primeira parte do opúsculo (entre os Capítulos I e IX), manifestando-se de duas maneiras. Primeiro, como *processo de expansão*, onde um príncipe hereditário submete outros corpos políticos que, antes disso, viviam sob um principado ou uma república, anexando-os ao estado territorial já existente. Segundo, como *processo de formação* de um domínio *ex novo*, o que pode ocorrer por quatro modos – dois dos quais, convém notarmos, Maquiavel apresentaria apenas no desenvolvimento argumentativo dos capítulos: [a] por meio das armas próprias e *virtù*; [b] por meio de armas alheias e por fortuna; [c] por meio de atos criminosos; [d] por meio do apoio dos concidadãos.

Então, a *conquista* e as *armas*, além de todos os seus aspectos correlativos, assumem, desde esse momento “introdutório”, certo grau de importância. Na verdade, nessa instância, como buscaremos apresentar a partir de agora, tanto a expansão territorial, que é conduzida por um príncipe hereditário, quanto a formação de um domínio, por parte de um príncipe novo, desnudam, por um lado, a crua relação da política com a guerra e as instituições

⁹² Para Lefort (1972, p. 340), deveríamos renunciar a ideia de que este capítulo introdutório conteria um plano para a obra. Antes disso, forneceria uma espécie de substituto, onde deveríamos buscar um sentido na linha daquilo que está indicado e, também, para além dela, em uma região indeterminada que está apenas delineada. A colocação é pertinente. O Capítulo I não corresponde à nossa expectativa de um preâmbulo, anunciando os passos metodológicos e estabelecendo, ainda que minimamente, um roteiro argumentativo inalterado. Todavia, não podemos negar que o tópico obedece a uma lógica discursiva *própria* de Maquiavel. A estrutura de *O Príncipe* incorpora seu modelo disjuntivo: diante das tipologias de principados, o Secretário passa em exame até atingir o núcleo duro e específico sobre o qual pretende se debruçar, os principados novos. Existe um nexos que supera a pura indeterminação: o que são os principados? Quais são os tipos desses principados? Como um principado novo pode ser conquistado? Como um principado novo pode ser mantido? Por qual motivo os principados são perdidos?

militares, e, por outro, sua íntima dependência da violência e das demonstrações de força.

2.1.1 Os principados mistos: as armas no processo de conquista enquanto expansão

No Capítulo II, Maquiavel apressadamente observa o caso dos principados *puramente* hereditários, onde a conquista, à primeira vista, redundava em uma *simples transferência do poder* através de vínculos de consanguinidade. Diferente dos príncipes novos, que enfrentam inúmeras dificuldades durante a tomada ou a formação de seus domínios – argumento que o autor nos faz aguardar –, o príncipe herdeiro encontra-se em uma posição mais cômoda, uma vez que ali “são menores as dificuldades para se governar”, pois basta “não descuidar *da ordem instituída pelos seus antepassados* e, depois, saber contemporizar os acidentes” (*O Príncipe*, II, p. 5, grifo nosso).

Nisso, a conquista *efetiva*, que traz consigo a marca da guerra e da violência, não está ausente, mas deslocada: sua importância acaba mascarada pelo aspecto *temporal* do poder. O novo príncipe, que é alçado ao posto pela sucessão dinástica – e, por isso, *adquire* um principado – é beneficiário dos empreendimentos de seus “antepassados”. Ou seja, desfruta do sucesso das ações de um príncipe novo que foi capaz de conquistar um domínio (via *virtù*, fortuna, crueldade ou apoio de concidadãos) e promover sua estabilização, *justamente* por ter sabido recorrer, como veremos, às manifestações da força.

Em todos os casos, com a “antiguidade e continuidade do poder [*domínio*]” a dramaticidade que envolve a instituição de um novo domínio é, se não apagada da memória dos súditos, ao menos abrandada. Como bem nota Lefort (1972, p. 350), o príncipe hereditário é favorecido por uma espécie de “habituação à opressão”: “a permanência do dominante enfraquece a resistência dos dominados, de tal modo que sua submissão se obtém com menor esforço”. É por isso que o “príncipe natural [*príncipe naturale*]”⁹³ possui “menos motivos e

⁹³ “Natural” não por estar em conformidade com a “natureza”, em termos de legitimidade do poder. Mas, ao contrário, pelos súditos terem se *habitado* ao domínio, ao ponto de ele ser

menos necessidade de ofender” os próprios súditos. E disso “resulta que seja mais amado; e, se vícios excepcionais não o tornarem odioso, é compreensível que seja naturalmente benquisto” (*O Príncipe*, II, p. 5).

Então, a estabilidade do principado hereditário, motivo pelo qual o Secretário florentino o aborda *en passant*, deve ser pensada em função de uma “instabilidade e de uma violência primeiras”, onde o “príncipe antigo” tem o privilégio “de explorar o êxito alcançado outrora na luta por um “príncipe novo”” (LEFORT, 1972, p. 351). A brutalidade implícita aos episódios de tomada do poder, que fragiliza e ameaça arruinar esse projeto político, é mitigada pela ação do tempo. Essa violência que o príncipe novo experimentará em sua relação com os novos governados – e que não poderia deixar de fazê-lo –, aos súditos do príncipe hereditário se transforma em uma singela recordação opaca.

Mas, é a partir do Capítulo III que o problema da conquista adquire um *status* mais notório, agora como norte argumentativo para a reflexão maquiaveliana. Nesse momento, a atenção está voltada ao “principado misto”, que é o resultado da ação dos príncipes hereditários que *estendem* seus domínios através das *conquistas estrangeiras*⁹⁴. Nessa sorte de estado, que opera como um intermediário entre os principados antigos e os inteiramente novos, o território adquirido é somado a um corpo principesco já constituído.

Nesse caso, desde o início somos advertidos acerca da instabilidade que circunda o terreno da inovação, pois “é no principado novo que estão as dificuldades” (*O Príncipe*, III, p. 7). Antes de tudo, o príncipe, em sua busca pelo “novo”, possui diante de si uma dificuldade *natural*, que está enraizada no comportamento daqueles sobre os quais ele exerceria seu domínio: em geral, os homens criam a expectativa de que a mudança de um “senhor”, ou de um governo, pudesse proporcionar melhores condições para suas vidas. Tal crença “os faz tomar armas contra o senhor atual” (*O Príncipe*, III, p. 7). Porém, ao perceberem o “engano”, pela “própria experiência de ter piorado”, começam, por

considerado como uma realidade ordinária, seguindo a tipificação que apresentamos no capítulo anterior.

⁹⁴ Para Inglese (2014b, p. 354), aqui estaria “implícito” o mesmo argumento apresentado no Capítulo 6 do Livro I dos *Discursos* “acerca da estreita “necessidade”, para um Estado, de ordenar-se à conquista e de efetivá-la”. Ou seja, também os principados obedecem a mesma exigência de expansão de seus territórios.

“outra necessidade natural e ordinária”, a “ofender aqueles a quem se passa a governar, tanto com homens em armas quanto com outras infinitas injúrias” (*O Príncipe*, III, p. 7). A mesma inclinação humana que pode servir aos propósitos do príncipe conquistador, que adentra em um domínio amparado pela disposição dos descontentes que desejam a mudança, logo cria empecilhos para sua consolidação.

No final, como expressão da precária situação em que se encontra ao incorporar um estado, “tens como inimigos todos os que ofendeste ao ocupar aquele principado, além de não poderes continuar amigo dos que te apoiaram”, considerando a “impossibilidade tanto de atendê-los conforme esperavam como de usar contra eles um remédio forte, uma vez que lhes debes obrigações” (*O Príncipe*, III, p. 7). De todos os modos, “por mais que alguém disponha de *exércitos fortes*, sempre precisará do *apoio dos habitantes* para penetrar numa província” (*O Príncipe*, III, p. 7, grifo nosso).

Por consequência, o movimento de conquista por parte de um príncipe hereditário aparecerá atrelado a dois fatores muito específicos. Primeiro, à pressuposição do controle de um “exército forte” para as campanhas de expansão. Em termos anacrônicos, diríamos que o governante amplia seu território servindo-se de um *exército de ocupação* sob seu comando pessoal – matéria que irromperá a partir do Capítulo X. Segundo, à capacidade de estabilização do poder no novo estado, onde o dominador deve inscrever-se em um plano de relações de força dado, o que o coloca em contato direto com atores internos, inimigos declarados e antigos partidários que não tiveram suas expectativas correspondidas, e atores externos, as potências circunvizinhas constituídas que agem em uma mesma área de interesse.

Diante disso, ao Secretário florentino importa ponderar as premissas da atividade de ampliação armada e as variáveis que envolvem o processo de absorção do novo domínio pelo príncipe conquistador. Isto é, trata-se de avaliar as ações de um governante hereditário que destoa daquele do capítulo anterior por sua disposição de recorrer à guerra como mecanismo para a expansão territorial. Para isso, a partir do Capítulo III, o autor nos apresenta um *estudo programático* acerca das condições de factibilidade para a conquista. Nisso, dois aspectos deveriam ser observados: a proximidade *linguística-cultural* entre os

domínios; e, como será elucidado nos Capítulos IV e V, a *natureza do poder vigente* no estado conquistado.

2.1.1.1 As condições da conquista: os aspectos linguístico-culturais e as relações de força

Para ilustrar os percalços da dinâmica de expansão por parte de um príncipe hereditário, Maquiavel recorre ao exemplo de Luís XII⁹⁵, rei da França, cuja incursão no ducado de Milão – desde seu sucesso até o desventurado abandono da Lombardia – opera como referência expositiva para apontar a fragilidade que envolve a conquista e demarcar as condições para sua assimilação.

Historicamente, Luís XII, ao suceder a Carlos VIII no reino da França em 1498, de súbito reivindicou o ducado de Milão sob uma alegação de parentesco: sendo neto de Valentina Visconti, filha de Gian Galeazzo, teria o direito de controlar a cidade que havia sido tomada por Francesco Sforza, e que, no momento, estava sob a autoridade de seu filho, Ludovico, o Mouro. Aliando-se com Veneza, enviou para a Itália um exército, conquistando Milão em setembro de 1499 e expulsando Ludovico Sforza, que se refugiou junto ao imperador Maximiliano. Ludovico, porém, “aproveitando do descontentamento suscitado nos milaneses pelas vexações dos novos governantes”, retoma a cidade em 5 de fevereiro de 1500, perdendo-a outra vez dois meses depois (VIVANTI, 1997, p. 834-835, nota 5)⁹⁶.

⁹⁵ Como contextualiza Inglese (2006, p. 59), o caso de Luís XII se cruza com o destino não só de Florença, mas com o do próprio Maquiavel: “a primeira grande análise de *O Príncipe* é a análise de uma derrota. O primeiro grande exemplo moderno é um exemplo negativo: a conduta de Luís XII na Itália, entre o ingresso dos franceses em Milão, em setembro de 1499, e o abandono inglório da Lombardia, em junho de 1512. Quando se coloca a discussão dos principados mistos, Maquiavel não pode deixar de se voltar para a política italiana do rei da França, no horizonte de cujo acontecimento a ação política do Secretário havia se desenvolvido: não somente porque Florença havia sido a mais fiel aliada de Luís, mas porque em virtude dessa aliança a república florentina viveu e pereceu. A descrição objetiva e impiedosa dos “erros” de Luís nasce dessa raiz”.

⁹⁶ De acordo com Ugo Dotti (2003, p. 46, grifo nosso), “a expedição francesa sobre Milão não foi mais que um passeio. Nos primeiros dias de agosto de 1499 começaram as operações militares e já em 17 de setembro, com a rendição da cidadela de Milão, a empresa havia substancialmente terminada [...]. É verdade que Ludovico Sforza, refugiado em Bressanone, território austríaco, mas encorajado pelas notícias de descontentamento da população milanesa com o regime francês, tentou reconquistar seu domínio – algo que foi bem sucedido, entre fevereiro e março de 1500 –, mas também é verdade que essa reconquista,

Se, por um lado, Luís XII havia sido capaz de ocupar Milão sem muitos empecilhos, contando com o apoio dos próprios milaneses, por outro, com a mesma rapidez, havia sido despojado. Nessa primeira ocasião, as próprias forças de Ludovico foram suficientes para retomá-la, pois “o mesmo povo que lhe havia aberto as portas”, ao perceberem o equívoco “em sua opinião sobre ele e sobre os futuros benefícios esperados, não pôde suportar os aborrecimentos provocados pelo novo príncipe” (*O Príncipe*, III, p. 8).

Contudo, reconhece o Secretário florentino que, quando esses “países rebelados” são conquistados pela segunda vez, eles “se perdem com mais dificuldade”, pois “diante de uma rebelião, o senhor agirá com menos timidez para determinar a punição dos traidores, identificar os suspeitos e reforçar seus pontos mais fracos”. Enquanto, da primeira vez, bastou que o duque Ludovico fizesse “barulho nas fronteiras para que a França perdesse Milão”, da segunda vez foi necessário que “todo o mundo se unisse contra ela, e que seus exércitos fossem aniquilados ou expulsos da Itália”⁹⁷. Ou seja, nessa ocasião foi preciso que o papa Júlio II, a Espanha e Veneza formassem a aliança da Liga Santa para que fosse possível caçar os franceses da península. Todavia, “a primeira e a segunda vez Milão lhe foi tirada” (*O Príncipe*, III, p. 8).

Estamos, assim, diante de duas etapas argumentativas edificadas sobre a temática da conquista. Na primeira, a captura do ducado empreendida pela coroa francesa oferecia suporte à tese maquiaveliana acerca da disposição voluntariosa dos governados para a mudança de governo, já que a entrada em Milão havia sido facilitada pelos próprios milaneses. Do mesmo modo, a insurgência contra o reino, em favor do regresso de Ludovico, confirmava a

exclusivamente devida à inferioridade numérica das tropas deixadas em guarnição pelos franceses, não pode durar, tanto que, graças a um forte contingente de mercenários suíços, muitos cavaleiros e a melhor das artilharias, a França, em abril de 1500, capturou Ludovico e o levou para o castelo de Lys Saint-Georges, em Bourges, na França”. Diferente do que Maquiavel nos deixa acreditar, a retomada de Milão se deve mais ao demérito francês de subestimar as forças necessárias para proteção da nova conquista do que, ao contrário, da capacidade político-militar de Ludovico.

⁹⁷ “Todo o mundo”: conforme explica Chabod (1964, p. 366-367), contra os franceses, em outubro de 1511, era proclamada a Liga Santa, entre o Papa, Veneza e Fernando o Católico, de Aragão. Em 11 de abril de 1512, em Ravenna, o exército francês venciu aquele dos confederados (essencialmente espanhóis), mas, a morte do comandante francês Gastão de Foix no campo de batalha, a incursão de infantarias suíças assoldadas pelo Papa, a declaração também do Imperador e do rei da Inglaterra contra a França, que vinha, assim, a ser atacada por uma coalizão europeia, produziram uma reviravolta completa na situação.

ambiguidade dessa disposição e a instabilidade dessa espécie de domínio. Na segunda, a retomada da cidade pelos franceses, a escalada de violência dos dominadores contra os insurgentes e, outra vez, a derrocada, agora com a formação da Liga Santa, conduz Maquiavel para uma *reflexão sistemática* sobre as peculiaridades da expansão e da consolidação do poder de um príncipe hereditário.

Afinal, como a França, ou qualquer outro estado em situação semelhante, poderia ter conservado seu domínio sobre o ducado de Milão?

Nesse sentido, a possibilidade de êxito está, antes de tudo, ligada ao grau de correspondência política, linguística e cultural entre o domínio antigo e o novo, fator que implicará em uma série de ações específicas que devem ser observadas pelo conquistador. De acordo com a organização de Maquiavel: “afirmo [...] que os estados que, depois de conquistados, são anexados a um antigo estado de quem o conquistou ou [a] são da mesma província e língua deste ou [b] não o são” (*O Príncipe*, III, p. 8).

[a] No primeiro cenário, caso comunguem da “província e língua”, isto é, de uma mesma “área geográfica em que é vigente, mais ou menos, as mesmas ordenações e costumes” (INGLESE, 2014a, p. 13, nota 37) e o mesmo idioma, “será fácil conservá-los, principalmente se não estiverem habituados a viver livres” (*O Príncipe*, III, p. 8). O sucesso da efetivação da conquista, assim, é facilitado por essa característica compartilhada, em especial, se forem principados, e não repúblicas, cuja subjugação, como veremos, é repleta de dificuldades.

Isto posto, “quem deseja conservar suas conquistas”, “deve ter em mente duas precauções”: “[a.1] uma é extinguir o sangue do antigo príncipe” (*O Príncipe*, III, p. 9); a outra, é “[a.2] não alterar suas leis e impostos” (*O Príncipe*, III, p. 9). Ao dismantelar a linhagem dinástica, eliminando – inclusive, no sentido físico – o poder ao qual os governados estavam habituados, e ao preservar certos aspectos do aparato legislativo e tributário, essas cidades “em tempo muito breve” se “integrarão ao principado antigo, formando um único corpo” (*O Príncipe*, III, p. 9). Em outras palavras, trata-se de uma substituição *tout court* de um governante por outro.

[b] No segundo cenário, porém, na “conquista de domínios em regiões totalmente diferentes quanto à língua, costumes e instituições [*di lingua, di costumi e di ordini*]”, as “dificuldades” se manifestam, “sendo necessário ser muito afortunado [*avere gran fortuna*] e ter muita habilidade para conservá-los” (*O Príncipe*, III, p. 9).

Para isso, Maquiavel elenca possíveis medidas auxiliares ao processo de estabilização. Com efeito, sustenta, “[b.1] um dos maiores e eficazes recursos [*maggiori rimedi*] para este fim é que o conquistador vá *residir no lugar*”. Esse artifício torna a “possessão mais segura e durável”, pois, “estando presente, vê nascerem as desordens, e logo pode contorná-las, enquanto, estando ausente, delas só tem notícias quando já estão grandes e irremediáveis (*O Príncipe*, III, p. 9, grifo nosso).

Para o mesmo propósito, “[b.2] o segundo melhor meio é *fundar colônias* em um ou dois lugares que atuem como entraves àquele estado [...]” (*O Príncipe*, III, p. 9, grifo nosso). Com a instalação de colônias, “não se gasta muito”, com “pouca ou nenhuma despesa elas são enviadas ou mantidas, prejudicando somente à minoria cujos campos e casas são confiscados para serem dados aos novos habitantes” (*O Príncipe*, III, p. 10). Além disso, “quem domina uma província diferente” deve ainda fazer-se “[b.3] chefe e *defensor dos vizinhos* mais fracos”, “[b.4] empenhar-se em *enfraquecer os poderosos* de sua província” e “[b.5] cuidar para que em hipótese alguma entre ali um forasteiro tão poderoso quanto ele” (*O Príncipe*, III, p. 10-11, grifos nossos)⁹⁸.

Considerando esses “preceitos”, quando retornamos ao caso de Luís XII, constatamos que o monarca francês agiu na contramão “do que se deve fazer

⁹⁸ Esquemáticamente, para resumir as opções de ação para um príncipe em processo de anexação, temos:

[a] Mesma província e língua do conquistador.

[a.1] Extinção do sangue do antigo príncipe;

[a.2] Não alteração das leis e impostos.

[b] Língua e província diversas às do conquistador.

[b.1] Residência no domínio;

[b.2] Fundação de colônias;

[b.3] Defesa dos vizinhos mais fracos;

[b.4] Enfraquecimento dos poderosos;

[b.5] Veto à entrada de forasteiros poderosos.

para manter o domínio sobre uma província de língua e costumes diferentes” (*O Príncipe*, III, p. 13).

Chamado à Itália “pela ambição dos venezianos, que queriam ganhar metade do estado da Lombardia com sua vinda”, ou seja, Cremona e toda a Ghiara d’Adda, Luís XII, ao conquistá-la, “logo recuperou a reputação” da coroa francesa (*O Príncipe*, III, p. 13), que havia sido manchada pela “invasão” de Carlos VIII em 1494. Essa incursão introduziu na península um forte poder estrangeiro – perigo que os próprios venezianos perceberam, pois avaliando a “temeridade do partido que haviam tomado” se deram conta de que “para conseguir duas terras na Lombardia, tornaram o rei de França senhor de um terço da Itália” (*O Príncipe*, III, p. 13). Então, graças à aliança com os venezianos, o rei da França havia podido orquestrar seu domínio sobre Milão e criar uma importante hegemonia sobre a península⁹⁹.

Como contextualiza Maquiavel, em pouco tempo Luís XII foi capaz de colocar sob sua influência importantes cidades: angariou a amizade dos florentinos, do marquês de Mântua, do duque de Ferrara, dos Bentivogli em Bolonha, da senhora de Forlì, do senhor de Faenza, de Pesaro, Rimino, Camerino, Piombino, os habitantes de Lucca, Pisa e de Siena (*O Príncipe*, III, p. 13). Ou seja, o prestígio da coroa e a autoridade oriunda das ações político-militares inclinaram diversas cidades para uma zona francesa de proteção.

Contudo, apesar do ambiente favorável, o monarca deixou seu domínio desmoronar. Para o Secretário florentino, a França poderia ter garantido sua reputação dentro da Itália se, por um lado, tivesse observado as “normas” de conduta acima elencadas, convenientes a um príncipe conquistador de um estado díspar ao seu, mas, de modo especial, se tivesse assegurado e protegido “todos os seus amigos que, por serem em grande parte fracos e temerosos, uns da Igreja e outros dos venezianos, precisavam sempre estar ao seu lado” (*O Príncipe*, III, p. 14).

⁹⁹ No final das contas, como observa Inglese (2006, p. 59), os venezianos foram, ao menos em parte, responsáveis pela quebra do delicado equilíbrio estabelecido entre as potências italianas (“governo do papa, dos venezianos, do rei de Nápoles, do duque de Milão e dos florentinos”), ao violarem, de uma só vez, seus dois princípios fundamentais: “primeiro, que estrangeiro algum entrasse na Itália com exército; segundo, que nenhum dentre eles alargasse seus domínios” (*O Príncipe*, IX, p. 54).

Porém, “mal chegado a Milão” o rei fez justamente o contrário, auxiliando o papa Alexandre VI, por meio das ações de seu filho, Cesare Borgia, a ocupar o território da Romanha. Com isso, foi incapaz de dar-se conta que essa decisão “enfraquecia a si próprio, eliminando os amigos e aqueles que se haviam lançado aos seus braços” – como os aliados que compunham a Romanha, como Ferrara, Bolonha, Forlì, Faenza, Pesaro, Rimino, que sucumbem sob o domínio de Borgia –, e “fortalecia a Igreja, acrescentando ao poder espiritual, que tanta autoridade lhe dá, um tão grande poder temporal” (*O Príncipe*, III, p. 14).

De todos os modos, acrescenta, “não lhe bastou ter fortalecido a Igreja e ter perdido seus próprios amigos”. Ainda, por desejar o reino de Nápoles, aceitou dividi-lo com o rei da Espanha, Fernando de Aragão, na aliança firmada com o tratado de Granada em 1500. Então, “de árbitro da Itália que era, arrumou um parceiro, para que os ambiciosos daquela província, descontentes com ele, tivessem a quem recorrer”. Ao invés de manter um “rei que lhe fosse caudatário”, no caso Frederico de Aragão [Federico d’Aragona], de Nápoles, “tirou-o dali, para pôr em seu lugar um outro capaz de expulsá-lo” (*O Príncipe*, III, p. 13)¹⁰⁰.

Portanto, contrariando aquelas “regras gerais” que o Secretário indicava, a série de equívocos cometidos por Luís XII pode assim ser sintetizada: “aniquilou os menos poderosos”¹⁰¹, isto é, permitiu que as cidades que ofereciam sua amizade fossem ameaçadas; “aumentou, na Itália, o poder de um poderoso”¹⁰², ou seja, o poder do papa e sua respectiva empresa temporal pelas mãos de Borgia; “introduziu ali um estrangeiro poderosíssimo”¹⁰³, a saber, a

¹⁰⁰ O tratado secreto de Granada, de 11 de novembro de 1500, dava a Luís o título de rei de Nápoles e a posse da Campania e de Abbruzzi. Em julho de 1501, o reino foi assaltado do norte e do sul; Frederico I de Aragão, rei desde 1496, renunciou quase subitamente à luta e se entregou a Luís (em 6 de setembro). Em junho de 1502 o contraste entre espanhóis e franceses pela definição das zonas de competência desembocou em guerra aberta; no final do ano seguinte os franceses foram derrotados em Garigliano (INGLESE, 2014a, p. 22, nota 139). Para Cadoni (1974, p. 60), a Luís XII todo e qualquer atenuante é negado. As concessões feitas ao Papa e ao rei da Espanha não merecem desculpas: nem a vontade de manter a palavra dada nem o desejo de evitar uma guerra são, para um chefe de estado, justificações válidas.

¹⁰¹ Transgressão da prescrição [b.3].

¹⁰² Transgressão da prescrição [b.4].

¹⁰³ Transgressão da prescrição [b.5].

coroa espanhola; “não veio habitar no lugar”¹⁰⁴; e “não instalou colônias”¹⁰⁵ (*O Príncipe*, III, p. 15).

Além disso, o rei cometeu ainda um “sexto” erro, que determinou seu ocaso dentro da Itália: “o de apoderar-se dos territórios venezianos”, com a participação na Liga de Cambrai¹⁰⁶. Como, antes, havia fortalecido a Igreja e inserido a Espanha na Itália, Luís XII não deveria ter auxiliado na “ruína dos venezianos”, porque “enquanto estes continuassem poderosos, teriam sempre mantido os demais afastados da Lombardia”, seja por não consentir com essa empresa sem que, com isso, ela própria se assenhorasse Milão, seja porque a Espanha e o Papa não tentariam tomar a Lombardia da França para atribuí-la para Veneza, nem sequer teriam “disposição para lutar contra ambas” (*O Príncipe*, III, p. 15). A vitória francesa contra Veneza, nos campos de batalha de Agnadello, contribuiu não só para o enfraquecimento da República de São Marcos, mas também para seu próprio colapso.

No final, devemos notar que a causa fundamental do insucesso francês se deve à *incompreensão da dinâmica* dentro da qual os episódios de conquista se desenrolam. No Capítulo III, mais do que considerações sobre a política interna e o modo como o príncipe poderia relacionar-se com os novos súditos, temos uma análise do delicado arranjar-se de relações de força que marcam o “quebra-cabeça internacional”. De fato, dentre os seis motivos para a ruína de Luís XII, ao menos quatro fazem referência direta à sua incapacidade de interpretar essa disposição.

¹⁰⁴ Transgressão da prescrição [b.1].

¹⁰⁵ Transgressão da prescrição [b.2].

¹⁰⁶ Segundo Dotti (2003, p. 189), de todos os estados italianos, desde quando as grandes potências tinham estendido sua política de conquista sobre a Itália, somente Veneza havia sido capaz de afirmar-se como potência independente. Nada, assim, de extraordinário se entre os grandes estados, depois que entre eles foi estabelecido um certo equilíbrio, aparecessem inclinações voltadas a enfraquecer a República de São Marcos para anular não só os sucessos obtidos, mas para atenuar aqueles futuros. Desse ponto de vista, a Liga pode ser considerada como a união de todos os territórios assim livres, como aqueles que se encontravam em posse da França e Espanha, prejudicados pelas precedentes conquistas venezianas; isso também nos permite compreender porque Florença, que não se encontrava nessas condições, se obrigava a permanecer neutra, diferente de Ferrara, Mantova e, sobretudo, do Império e do estado pontifício, que, seguramente, era os mais interessados na “reconquista”.

Sob o ponto de vista historiográfico, Inglese (2006, p. 60) pondera que após a conquista de Milão, em torno da França “se reuniram todos os estados que tinham motivo para temer os dois maiores potentados, Roma e Veneza”. Ao invés de conservar “essa relação de forças” como meio de proteção à posse milanesa, “Luís a alterou”: primeiro, “para vantagem de Roma e à custa dos próprios aliados, favorecendo as conquistas borgianas na Itália central”; segundo, subvertendo essa relação “ao chamar à Itália outra potência estrangeira: a Espanha”. No último erro, de uma mesma matriz, ao invés de procurar a manutenção do equilíbrio entre as potências, novamente a modificou, expondo-se como vítima futura.

Também Lefort (1972, p. 352) parece inclinar-se para essa interpretação. Para o exegeta, Maquiavel nos leva a imaginar o campo da política como um campo de forças em que o poder deve encontrar as condições de um equilíbrio. Para demonstrar isso, o caso da conquista é privilegiado, “pois torna imediatamente perceptível o problema para o qual o príncipe precisa encontrar a solução, se quiser manter-se no Estado”: trata-se de “resistir aos adversários que seu empreendimento fez nascer, de se inscrever o mais rapidamente possível no sistema de forças que sua própria ação modificou”. Ou seja, suas ações “são determinadas pelo estado de guerra no qual se encontra, ao mesmo tempo face aos outros príncipes e face aos seus súditos”.

Todavia, o arco situacional oferecido pelo percurso francês conduz Maquiavel a realizar, nesse momento, uma crítica que é *puramente política*. A conquista não é analisada sob os aspectos técnicos da arte da guerra, nem a derrota francesa é explicada pelo viés organizacional dos exércitos de ocupação. É curioso notarmos que o Secretário florentino estava ciente de que também por essa perspectiva as desventuras de Luís XII poderiam ser justificadas, ao menos de forma complementar. Afinal, as armas francesas que entraram na península eram aquelas que mesclavam os súditos com soldados mercenários (como resultado da intransigência de Luís XI ao dismantelar a ordenança instituída por Carlos VII, conforme lemos no Capítulo XIII¹⁰⁷): inferiores, portanto, às milícias próprias.

¹⁰⁷ “Carlos VII, pai do rei Luís XI, tendo com sua fortuna e *virtù* liberado a França dos ingleses, sentiu necessidade de armar-se de exércitos próprios e criou em seu reino a ordenança de

Dessa forma, a conquista e a experiência expansionista são avaliadas pelo viés *estritamente político*. Embora a tomada e a estabilização de um território com costumes e ordenações distintas daquelas do invasor partisse do pressuposto da existência de um expressivo aparato militar, seja qual fosse sua natureza, aquilo que estava em questão era a importância da avaliação das relações de força e a observância de certas prerrogativas fundamentais da política – que convergem para o mesmo propósito.

A ambição desmedida e a ignorância nos assuntos *dello stato*¹⁰⁸ revelaram a dimensão programática e frágil daquela invasão. De fato, “o rei Luís perdeu a Lombardia por não ter cumprido nenhum dos termos observados por outros que tomaram províncias e as conservaram”: “não é milagre isto, mas coisa normal e razoável” (*O Príncipe*, III, p. 15).

2.1.1.2 O objeto da conquista: os principados e as repúblicas

Se, por um lado, o Capítulo III se firmava sobre a problemática da política externa, das relações estabelecidas com outras potências que agiam em uma mesma área de interesse, agora, por outro, a questão da conquista será considerada a partir da *lógica política interna*, isto é, da natureza do poder vigente no domínio conquistado, se principado ou república. Nos Capítulos IV e V Maquiavel elucidará as dificuldades particulares que os príncipes hereditários enfrentam no processo de incorporação: cada constituição política colocará o agente diante de situações particulares.

No caso da conquista dos principados, diz Maquiavel, devemos considerar, antes de tudo, que eles “são governados de dois modos diversos”:

guardas e infantas. Mais tarde, o rei Luís, seu filho, extinguiu a infantaria e começou a contratar suíços a soldo, erro que, continuado pelos outros, é a razão, como se vê agora de fato, dos perigos que corre aquele reino. Tendo dado reputação aos suíços, depreciou todo o seu exército pois extinguiu inteiramente a infantaria e subordinou seus guardas aos exércitos alheios, já que, estando acostumados a guerrear junto com os suíços, passaram a acreditar que não podiam vencer sem eles. Disso resulta que os franceses não podem contra os suíços e, sem os suíços, não podem contra os outros. Os exércitos franceses têm sido, portanto, mistos, parte mercenários e parte próprios; exércitos esses que, em conjunto, são muito melhores do que os exclusivamente auxiliares ou exclusivamente mercenários, mas muito inferiores aos exércitos próprios” (*O Príncipe*, XIII, p. 65-66).

¹⁰⁸ “Dizendo-me o cardeal [de Ruão] que os italianos não entendiam de guerra, respondi-lhe que os franceses não entendiam de estado [*intendevano dello stato*]” (*O Príncipe*, III, p. 16).

ou por um príncipe de quem “são servidores todos os outros, que, na qualidade de ministros por sua graça ou concessão, o ajudam a governar aquele reino”, ou “por um príncipe e barões que detêm a sua posição não pela graça do senhor, mas pela antiguidade do sangue” (*O Príncipe*, IV, p. 17).

Na primeira situação, estamos diante de uma organização principesca com uma espécie *poder concentracionário*. O monarca, governando por meio de ministros, que são seus servidores, “tem maior autoridade”, pois, em “toda a província”, “não há ninguém que se reconheça como superior a ele” (*O Príncipe*, IV, p. 17). O príncipe conta com um corpo de funcionários que, apenas com muita dificuldade, poderá estabelecer uma relação de afeição com os súditos do principado. As decisões e o vínculo com os governados, em última instância, competem de maneira exclusiva ao príncipe. Na segunda situação, ao contrário, temos um *poder baronal*, onde o príncipe compartilha sua autoridade. Cercado por barões, que “possuem estados e súditos próprios que os reconhecem como senhores e nutrem por eles natural afeição” (*O Príncipe*, IV, p. 17), o monarca precisa dialogar o tempo todo com essas “células de poder político”.

Para exemplificar essas duas modalidades de governo, o Secretário recorre a dois casos “modernos”: a monarquia turca e o reino da França. A primeira é governada “por um só senhor, sendo os demais seus vassalos”, que, “dividindo o seu reino em *sandjaques*”, para lá “envia administradores diversos, que substitui ou demite como bem lhe apraz”. No segundo, o rei se encontra “cercado” por uma quantidade “de antigas famílias de senhores, reconhecidas e amadas por seus súditos em seus próprios estados, e detentoras de privilégios que o rei não lhes pode arrebatá-los sem perigo” (*O Príncipe*, IV, p. 18).

Para a conquista, essa conjuntura reflete da seguinte forma: “[...] quem considerar esses dois estados encontrará dificuldade em conquistar o estado do grão-turco, porém, vencendo-o, terá grande facilidade em conservá-lo”. De modo diverso, “encontrará também maior facilidade em ocupar a França, porém grande dificuldade em mantê-la” (*O Príncipe*, IV, p. 18).

A razão da dificuldade para ocupar um domínio organizado como aquele turco, explica Maquiavel, se deve ao fato de não ser realista a possibilidade de “ser chamado pelos príncipes [dignitários] daquele reino, nem esperar que, das rebeliões dos que estão próximos a ele, surjam facilidades para esse intento”.

Com efeito, “sendo todos servidores e dependentes, dificilmente podem ser corrompidos e, ainda que o fossem, pouco se poderia esperar de útil da parte deles, pois [...] não atrairiam o povo”. Nesse caso, a conquista de um domínio dessa natureza pressupõe mais confiança nas “próprias forças” do que na esperança de uma desordem por parte deles. Porém, “uma vez vencido e derrotado numa batalha campal, a ponto de não poder reorganizar os seus exércitos, nada mais se deve temer, salvo o sangue do príncipe”: se este for extinto, “não restará ninguém a temer, pois os demais não terão crédito junto ao povo” (*O Príncipe*, IV, p. 18).

A situação inverte-se quando consideramos os reinos governados como a monarquia francesa. A entrada, nessa situação, é facilmente possível através da “aliança” com “algum barão do reino”, pois “sempre se encontram descontentes e pessoas com desejo de inovar, que poderão abrir-te caminho para dentro do estado e facilitar a tua vitória”. Para a conservação, no entanto, “enfrentarás infinitas dificuldades, tanto em relação aos que te ajudaram na empresa como diante dos que oprimiste”. Pois, não será suficiente “extinguir o sangue do príncipe”, já que “restarão outros senhores para se fazerem chefes de novas mudanças e, não podendo nem contentá-los nem eliminá-los, perderás o estado na primeira ocasião” (*O Príncipe*, IV, p. 19).

Portanto, a dificuldade da conquista é disposta de modo diverso. Na ausência da hostilidade de barões, penetrar em um estado como aquele turco é mais complexo, mas a manutenção do poder é mais simples. Pelo contrário, entrar em um principado ordenado como a monarquia francesa é mais fácil, embora a manutenção seja mais difícil. Logo, a *distribuição interna do poder* se revela como um fator decisivo para o estabelecimento de uma espécie de “metodologia da conquista”. A estrutura de governo influencia no grau de dificuldade que o príncipe hereditário irá encontrar.

Essa relação fica ainda mais evidente quando consideramos a manutenção das conquistas sobre províncias republicanas, isto é, sobre cidades em condição de liberdade política, onde a situação para o príncipe expansionista torna-se ainda mais delicada. Nessa circunstância, afirma Maquiavel, “quando os estados conquistados [*stati che si acquistano*] [...] estão habituados a [*sono consueti a*] viver sob suas próprias leis e em liberdade, existem três maneiras de

conservá-los”. [a] A primeira, “é destruí-los [*ruinarle*]”; [b] a segunda é “ir residir pessoalmente neles”; [c] e a terceira é “deixá-los viver sob suas próprias leis, impondo-lhes um tributo e criando dentro deles um governo de poucos, que se conserve teu amigo” (*O Príncipe*, V, p. 21).

Nesse interessante recurso ao tema republicano dentro do opúsculo, a liberdade, que emana de suas ordenações, opera como um elemento que *impossibilita* a estabilização da conquista. O valor da liberdade, ao permanecer latente no estado conquistado, impede que uma república possa ser subjugada de modo tranquilo e pacífico¹⁰⁹.

Como adverte o Secretário florentino, “na verdade, não existe modo seguro de possuí-las, exceto a ruína”. Assim, “quem se torna senhor [*patrone*] de uma cidade habituada a viver livre e não a destrói, será destruído por ela [*e non la disfaccia, aspetti di essere disfatto da quella*]”, pois “ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer” (*O Príncipe*, V, p. 21-22). Tanto as ações para contenção como as precauções adotadas são inúteis, caso os habitantes não forem dispersos, dado que “não esquecerão aquele nome e aquela ordem” e, “ao menor incidente”, “os recordarão” (*O Príncipe*, V, p. 22).

Enquanto que em um principado – do tipo exemplificado pela monarquia turca – a consolidação da conquista pode ser alcançada pela extinção do sangue do soberano, visto que os súditos já estão “acostumados a obedecer” e “não tendo mais esse antigo príncipe” não conseguem chegar a “um acordo para eleger outro”, sendo incapazes de “viver em liberdade” e, também por isso, “são mais lentos em tomar armas e com mais facilidade poderá um príncipe

¹⁰⁹ No Capítulo 34 do Livro II da *História de Florença*, em um discurso dentro do qual encontramos várias correspondências com a obra maquiaveliana, lemos que: “Não é nossa intenção opor-nos com a força aos vossos desígnios, mas apenas queremos mostrar-vos como será pesado o fardo que vos pondeis sobre os ombros e quão perigosa é a decisão que tomais, para que sempre vos possais lembrar dos nossos conselhos e dos conselhos daqueles que vos aconselham de outro modo, não para vossa utilidade, mas para desabafar a raiva que sentem. Procurais submeter uma cidade que sempre viveu livre; porque a senhoria que concedemos já aos reis de Nápoles foi aliança, e não servidão: porventura já considerastes, numa cidade semelhante a esta, quanto importa e quanto vale a palavra liberdade, que força nenhuma doma, tempo nenhum consome e mérito nenhum compensa? Pensai, Senhor, quantas forças são necessárias para conservar em servidão tal cidade (p. 135-136, grifo nosso).

conquistá-las e conservá-las em seu poder”, nas repúblicas, afirma Maquiavel, quase efusivamente, “há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança”. Ali, “a recordação da antiga liberdade” não pode deixar essas cidades em paz, e, por isso, “o meio seguro para possuí-las é ou destruí-las ou ir habitá-las” (*O Príncipe*, V, p. 22).

No final, aquilo que está implícito na argumentação maquiaveliana é o alerta para a extrema fragilidade de uma conquista sobre um estado republicano. As medidas envolvidas para a estabilização de um domínio dessa natureza são não apenas restritas, mas também constrangedoras: ou a destruição, que significa a ruína das ordenações políticas, a demolição de casas e edifícios destinados à gestão pública, o assassinato da população, enfim, a redução da vida civil aos escombros, para que a reconstrução física da cidade seja também sua reconstrução política; ou a transferência do monarca para o novo domínio, o que representa, além de toda confusão que acompanharia a mudança da sede de um principado, apenas um entrave temporário até que a liberdade novamente fosse despertada e a integridade do príncipe fosse colocada em risco. Em ambos os cenários, o teor da tese é antes de contraindicação: o apreço à liberdade e os benefícios das instituições republicanas são muito altos para que possam ser esquecidos.

Enfim, o bloco de Capítulos II-V é estruturado em torno do *príncipe hereditário*. Mais do que isso, do príncipe hereditário que não se limita ao domínio a ele atribuído pela linha sucessória, mas àquele que se lança em *campanhas expansionistas*. Nesse caso, a questão da conquista rapidamente se apresenta como o *leitmotiv* da exposição maquiaveliana. Com efeito, estamos diante de uma *conquista armada*, militarizada, que coloca em ação exércitos de “ocupação” como meio para efetivá-la.

Todavia, nesse roteiro programático desenvolvido, o problema militar, íntimo àquele das campanhas de ampliação de território, aparece apenas como pressuposto essencial. O ator político que se arrisca em novas províncias é um estado já constituído e organizado, onde o príncipe antigo é aquele que foi capaz de ordenar uma estrutura dedicada ao exercício da guerra e de utilizá-la para o propósito de expansão. O recurso ao exemplo de Luís XII, nessa instância, é relevante. Apesar do malogrado empreendimento em solo italiano, a monarquia

era uma inquestionável potência militar, cujo rei controlava, de modo independente, o emprego das tropas francesas para aumentar os territórios e a área de influência da coroa.

Em outras palavras, a tomada de um novo poder político depende do controle e da gestão de um exército. Exército que, nesse momento, é trazido ao discurso de maneira muito genérica. Pouco ou nada sabemos sobre as diferenças qualitativas existentes entre os exércitos próprios, auxiliares, mistos e mercenários. Para isso, precisaremos avançar cuidadosamente entre os tópicos iniciais d'*O Príncipe*, aguardando as reflexões dos capítulos militares – muito embora possamos colher elementos que as antecipem. As características dessa organização são, aqui, de importância secundária. O que está em análise é o contexto do movimento expansionista e o papel político, mas também militar, uma vez que implica em tomadas de decisões sobre a guerra, do príncipe que, amparado por soldados sob seu comando, nisso se aventura.

A relação entre armas e política é desvelada tendo a *conquista* como seu ponto de confluência. De todos os modos, a abordagem precedente opera como uma etapa metodológica que nos coloca diante de outro objeto teórico: os principados inteiramente novos. Agora, o Secretário florentino se debruçará sobre as condições, as peculiaridades e as dificuldades que acompanham o acesso ao poder de um indivíduo privado que, antes do ato de conquista de seu poder, não era detentor de prerrogativas políticas. Ou melhor, se concentrará sobre as particularidades que acompanham a formação de um principado *ex novo*, avaliando as possibilidades e os modos dessa instituição, além das implicações necessárias para a manutenção do poder recém-instituído.

Com esse passo, a impressão é a de que o pensamento maquiaveliano acerca dos regimes principescos se completa de forma coerente. Se o príncipe antigo, no final das contas, é aquele que desfruta do projeto político de um príncipe novo que fora bem-sucedido na conquista e na estabilização de seu principado, então, a partir de agora, a reflexão se direciona para os modos através dos quais esse particular poderia ter ascendido à condição principesca e às medidas que estariam imediatamente envolvidas nesse processo de

consolidação¹¹⁰. De novo, veremos o universo conceitual que orbita ao redor das armas ressurgir, e a importância da força e da violência tornarem-se mais explícitas.

2.1.2 Os principados novos: as armas no processo de conquista enquanto formação de um domínio

Como dito, entre os Capítulos VI e IX Maquiavel analisa os meios através dos quais um indivíduo pode deslocar-se da condição de *privado* àquela de *personalidade política*¹¹¹. Recordando do roteiro estabelecido no Capítulo I, as principais vias desse acesso ao poder remetem à clássica díade maquiaveliana de *virtù* e fortuna, aqui em associação com um elemento que, ao menos, nos remete à dimensão militar: enquanto o Capítulo VI se refere aos “principados novos que se conquistam com *armas próprias* e com *virtù*”, o Capítulo VII é dedicado àqueles que “se conquistam com as *armas* e a *Fortuna de outrem*”.

Todavia, durante esse percurso, o autor altera o itinerário proposto, por dar-se conta de que ainda existiriam “dois outros modos de se passar de simples particular a príncipe, que não se devem apenas nem à fortuna nem à *virtù*”:

¹¹⁰ Sob o viés especulativo, por qual motivo Maquiavel teria escolhido, então, começar sua reflexão pelos principados hereditários, e não pelos novos, se, nesse caso, aquele apresenta-se como o caso bem-sucedido deste? Algumas hipóteses podem ser aventadas sem que se excluam. Em primeiro lugar, por operar como uma espécie de “limpeza de terreno”, um procedimento metodológico que depura as tipologias principescas ancoradas [ou derivadas do] no principado novo, para tocá-lo em seu núcleo fundamental, como um *prius* de toda forma de principado. Em segundo lugar, por uma questão de complexidade da conquista, onde o percurso discursivo vai dos casos mais fáceis àqueles mais difíceis. Em terceiro, para Lefort (1972, p. 349, grifo nosso), por um afastamento espontâneo de um exemplo que os pensadores políticos durante a Idade Média haviam privilegiado: “aos seus olhos, o príncipe hereditário é, efetivamente, aquele cuja autoridade é considerada *legítima* e que sobe ao poder por *meios pacíficos*”. Ao exemplificar essa situação com o caso de Luís XII, “ele mesmo príncipe hereditário que decide engrandecer seu Estado”, Maquiavel “liga imediatamente o problema da paz ao da guerra”.

¹¹¹ Nesse caso, a conquista do poder político, se comparada àquela dos príncipes hereditários, se revela muito mais dramática, da mesma forma que as ordenações voltadas à manutenção do novo regime, mais urgentes. “Devemos convir que não há coisa mais difícil de se fazer, mais duvidosa de se alcançar ou mais perigosa de se manejar [*maneggiare*]” do que “ser o introdutor de uma nova ordem [*nuovi ordini*]”. Pois, quem realiza uma ação dessa natureza “tem por inimigos todos aqueles que se beneficiam com a antiga ordem, e como tímidos defensores todos aqueles a quem as novas instituições beneficiariam”. Timidez que nasce do “medo aos adversários” e da “incredulidade dos homens, que só creem na verdade das coisas novas depois de comprovadas por uma firme experiência”. Por consequência, “à primeira ocasião, os inimigos atacam de modo feroz, enquanto os outros se defendem timidamente, de modo que se corre perigo a seu lado” (*O Príncipe*, VI, p. 25).

assim, o Capítulo VIII trata da ascensão “ao principado por *via criminosa e nefanda*”, e o Capítulo IX do caso de “um cidadão particular tornar-se príncipe de sua pátria com o *favor de seus concidadãos*” (*O Príncipe*, VIII, p. 37, grifos nossos).

O desenho desse bloco temático, então, será o seguinte: um indivíduo que se torna príncipe através de suas próprias armas e *virtù*; o que se torna príncipe pelas armas e pela fortuna de outros atores políticos; o que se torna príncipe por meio de atos criminosos, que não poderão ser considerados nem como *virtù* nem como fortuna; o que se torna príncipe pelo apoio de seus concidadãos, o que exige, antes, uma astúcia afortunada, também anômala à díade. Em todos eles, como buscaremos a partir de agora analisar, a conquista aparecerá, de algum modo, ligada à violência e ao problema das armas. Ou seja, o tornar-se príncipe estará indissociavelmente conectado à capacidade de recorrer à força, militarizada ou não, como mecanismo para a constituição de um novo principado.

2.1.2.1 O principado e o príncipe novo: a conquista por armas e *virtù* própria

Nos *principati tutti nuovi*, onde a instabilidade da conquista e a fragilidade da conservação operam como fatores que os situam no terreno de uma grave incerteza, a “maior ou menor dificuldade” para mantê-los está atrelada à “maior ou menor [...] *virtù*” daquele que os conquistou [*secondo che più o meno è virtuoso colui che gli acquista*]” (*O Príncipe*, VI, p. 23). Nesse caso, a “passagem de simples cidadão a príncipe [*questo evento di diventare di privato principe*]” pode pressupor tanto a *virtù* quanto a *fortuna* como atenuantes para as “muitas das dificuldades” que são implícitas à ação.

Para exemplificar a via de ascensão “com armas próprias e com *virtù*” (*O Príncipe*, VI, p. 23) e substanciar seu argumento, Maquiavel recorre aos casos de “Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu”, todos eles “*conquistadores ou fundadores de reinos* [*hanno acquistato o fondati regni*]” (*O Príncipe*, VI, p. 24). Sem levantar qualquer dúvida acerca da historicidade factual desses personagens, o autor pondera que, ao examinarmos “suas ações e suas vidas”, veremos que “não receberam da fortuna mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para

introduzirem a forma que lhes aprouvesse”. Sem a “ocasião” a “*virtù* de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a *virtù*, a ocasião teria seguido em vão” (*O Príncipe*, VI, p. 24).

Dentro da intersecção entre *virtù* e ocasião, era necessário que “Moisés encontrasse no Egito o povo de Israel escravizado e que este se dispusesse a segui-lo”; “era preciso que Rômulo não se contentasse com Alba e tivesse sido abandonado ao nascer, para que se tornasse rei de Roma e fundador daquela pátria”; “Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos medas e estes debilitados e afeminados pela longa paz”; que Teseu encontrasse “os atenienses dispersos” (*O Príncipe*, VI, p. 25). Embora a “ocasião” para a ação tenha sido uma concessão da fortuna, a efetivação do principado apenas ocorre por meio da “excelente *virtù*” desses atores, que foram responsáveis por reconhecê-la e agir em consonância com as exigências do contexto.

Porém, o reconhecimento da ocasião é apenas *parte* do processo. Rômulo, Ciro, Moisés e Teseu, que, de modo diverso dos príncipes hereditários, não são apenas *conquistadores* de um principado, mas *fundadores* de uma nova ordem política, não se tornaram príncipes somente porque tiveram a *virtù* da percepção do momento adequado à ação, mas também porque escoraram seu comportamento em outro elemento essencial: as armas próprias, o uso racional, arrazoado e *pessoal* da violência.

Os termos como esse recurso aparece nas ações desses agentes, contudo, não são claros. O próprio Maquiavel deixa-nos em desamparo ao omitir as especificidades históricas desses atos de instauração dos novos organismos estatais. Para que possamos compreender adequadamente a relevância que as “armas próprias” desempenham nessa formação é necessário que extrapolemos a letra maquiaveliana¹¹².

¹¹² Para Frosini (2005, p. 218), o uso impreciso de termos fundamentais como a “*virtù*” e as “armas próprias”, além da falha correspondência, em lugares decisivos, entre o “exemplo” e a “regra” que deveria corroborar, constituem-se como uma “singular aporia”. De fato, essa hesitação em apresentar os termos do discurso dificulta a compreensão dos argumentos. Ao extrapolarmos o texto maquiaveliano, recorrendo, com dificuldade, à uma contextualização histórica dos exemplos apresentados, a proposta se esclarece. Se não apresentando uma aporia propriamente dita, calculada, Maquiavel nos deixa em um terreno arenoso e, embora não contraditório, ao menos complexo.

Teseu, como lemos no *Vidas Paralelas*, de Plutarco, após a morte de Egeu, seu pai, promoveu o sinecismo responsável por congregar os habitantes de Ática “numa só cidade e declarou um único estado, correspondente a um só povo”. Até então, “a população vivia dispersa pelo território e era difícil reuni-la em função do bem comum a todos os seus elementos”. Aliás, “acontecia” de “entrarem em dissensões e guerras entre eles”. Nesse caso, Teseu “foi ter com eles pessoalmente e foi persuadindo comunidade a comunidade, família a família, a fim de a todos conquistar para este seu projeto”.

Enquanto os “homens comuns” e os “pobres” logo acolheram seu apelo, os “poderosos” – aos quais propunha um “sistema de governo sem rei e uma democracia que viesse a recorrer à sua própria pessoa apenas como chefe militar e guardião das leis” – ou foram persuadidos ou, “com receio do seu poder, que já era grande, e da sua audácia, entenderam ser preferível anuir a ter de ceder pela força” (PLUTARCO, 2008, p. 70-71)¹¹³.

Ciro¹¹⁴, como relata Heródoto em *Le Storie*, para incitar os persas contra o domínio dos medas, reuniu um número expressivo de “tribos persas”, levando-as a uma “região da Pérsia coberta de sarças, que se estendia por dezoito ou vinte estádios”, ordenando-lhes que a limpassem em um só dia. Tão logo terminaram, “Ciro deu uma segunda ordem: que se apresentassem no dia

¹¹³ Essa “força” fica mais clara quando consideramos o mito que envolve a figura de Teseu, filho de Egeu, rei de Atenas, e de Etra, filha de Piteu, rei de Trezena. Egeu, após a concepção de Teseu, abandonou a mulher e, antes de retornar para Ática, enterrou sob uma enorme pedra uma sandália e uma espada: caso o nascituro fosse capaz de recuperar os objetos do pai teria demonstrado sua descendência real. Tornando-se adulto e informado por sua mãe de sua identidade, Teseu recuperou aquilo que Egeu havia escondido; assim, colocou-se em viagem para Atenas para reclamar seu direito ao trono. Durante o percurso enfrentou e matou diversas criaturas monstruosas e demoníacas e, tendo chegado a Ática, antes de ser reconhecido por Egeu, precisou esquivar-se das tramas de sua mulher, Medeia, que via nele um rival para os próprios filhos. Reconciliando-se com o pai, Teseu decide partir junto aos jovens atenienses destinados a serem enviados como tributo a Creta, onde seriam devorados pelo Minotauro; com a ajuda de Ariadne, filha de Minos, rei de Creta, conseguiu matar Minotauro e conduzir em segurança seus companheiros (PINCELLI, 2014, p. 608).

¹¹⁴ Ciro, rei de Ansum (558 a.C.), se assenhoreou da Média (550 a.C.) e da Babilônia (539 a.C.), dando vida ao primeiro grande império persa. Conforme explica Biasiori (2014a, p. 319), Ciro, que era revalorizado pelos humanistas, exerce também sobre Maquiavel uma atração muito forte, baseada em duas interpretações contrastantes. Por um lado, Ciro é visto pelo Secretário como um exemplo de “humanidade”, como em *O Príncipe*, XIV; por outro, como um aguerrido fundador de reinos, no caso, *O Príncipe*, VI. Para Christopher Nadon (2001), a imagem de Ciro como “benigno” seria proveniente do *Ciropedia* de Xenofone (I, 4, 10), a outra derivaria propriamente de Heródoto (*Le Storie*, I, 123-130). De fato, enquanto Heródoto o apresenta como adversário dos medas, em Xenofonte eles são seus aliados. O Ciro de Heródoto seria, assim, ao menos em *O Príncipe*, a fonte da qual Maquiavel teria se servido.

seguinte, após terem se banhado”. Ao mesmo tempo, mandou conduzir ao lugar “os rebanhos de cabra, ovelhas e bois de seu pai, e fez que os matassem e cozinhassem para acolher a massa dos persas, trazendo também vinho e outras iguarias”. No dia seguinte, quando os persas chegaram, Ciro fez com que se acomodassem e lhes ofereceu um banquete. Ao terminarem o repasto, perguntou “se preferiam o tratamento do dia anterior ou aquele atual”. Eles responderam que “existia uma grande diferença”: no dia anterior, haviam sofrido, enquanto naquele momento usufruíam de momentos agradáveis.

Diante disso, Ciro aproveitou para revelar seus planos: “Persas, eis qual é a vossa situação: se quiserdes escutar-me, gozareis desses bens e de infinitos outros, sem sujeitar-se a nenhum trabalho de escravos; se, ao contrário, não quiserdes seguir os meus conselhos, deveis esperar inúmeros trabalhos iguais aos de ontem. Portanto, obedeçam-se e conquistais a vossa liberdade. Quanto a mim, acredito ter nascido, por um desígnio dos deuses, para realizar essa ação; quanto a vós, não vos considero em nada inferiores aos medas, nem na guerra nem em qualquer outra coisa”. Assim, os persas, tendo encontrado um líder, voluntariamente *lutaram* por sua liberdade, já que “há tempos mal suportavam ser dominados pelos medas” (ERODOTO, 1996a, p. 191-195, tradução e grifo nossos)¹¹⁵.

A ação de Moisés, por sua vez, parece remeter não só ao relato bíblico, em específico àquele do *Êxodo*, mas também ao lugar que a figura do libertador dos israelitas ocupava dentro do imaginário florentino do *Cinquecento*¹¹⁶. O

¹¹⁵ Astíages, rei de Media, ao ser informado dos preparativos de Ciro, enviou um mensageiro para chamá-lo. Ciro ordenou que o mensageiro dissesse que “iria ter com ele antes mesmo do que o próprio Astíages desejava. Astíages, ao ouvir essa resposta, armou todos os medas e, cego pelos deuses como era, designou Hárpago [anteriormente, Hárpago havia descumprido a ordem de assassinar Ciro, neto de Astíages, quando criança. Como punição, o rei esquartejou seu filho e fez com que Hárpago, sem saber, o comesse. Cf. *Le Storie*, I, 119-120] como comandante, esquecendo daquilo que lhe havia feito. Os medas se moveram contra e os persas, entrando em combate: alguns, isto é, aqueles que não haviam tomado parte na trama [de Hárpago], combateram, outros, ao contrário, passaram para o lado dos persas, enquanto a maior parte se comportou de modo vil, fugindo. [Assim] O exército dos medas foi vergonhosamente disperso” (I, 127, 1-3, p. 195).

¹¹⁶ Como nota Biasiori (2014b, p. 201-203), Moisés era uma figura central no imaginário da Florença de Maquiavel: enquanto os teólogos escolásticos o consideravam o chefe de um governo misto, para os filósofos herméticos era uma espécie de mago e expoente da “prisca teologia”. Savonarola, por sua vez, de modo ainda mais decisivo, o considerava um legislador e um severo disciplinador: não raramente o trazia em seus sermões, dos quais, alguns, apresentavam íntima relação com as obras maquiavelianas. Por exemplo, como indica Alison Brown (1988, p. 68, nota 23), na prece sobre os Salmos de 12 de julho de 1495, Savonarola

profeta, convertido em legislador político, para consolidação de seu poderio, não se eximiu do recurso à coerção física. Pois, como o Secretário florentino reforçaria no Capítulo 30 do Livro III dos *Discursos*, “quem ler a Bíblia sensatamente verá que Moisés, para que suas leis e suas ordenações tivessem progressos, foi forçado a matar um número infinito de homens, que, movidos por inveja, se opunham a seus desígnios” (*Discursos*, III, 30, p. 411-412), como, por exemplo – conforme indica Inglese (2015, p. 632, nota 17) – com a matança dos adoradores do bezerro de ouro (no *Êxodo*, 32), ou a rebelião e a morte de Datan (em *Números*, 16).

Por fim, com Rômulo, a violência ressurgiu através de uma dimensão muito específica: no contexto da fundação da cidade de Roma, com o assassinato de seu irmão, Remo, e com o consentimento para a morte de seu companheiro de reinado, Tito Tácito Sabino. No Capítulo 9 do Livro I dos *Discursos*, Maquiavel ancorava a pertinência para as ações violentas do primeiro ordenador romano em dois pressupostos. Com o primeiro, na indispensabilidade da “solidão política” para o ato fundacional de um novo regime, já que “é necessário que um homem só dite o modo, e que de sua mente dependa qualquer dessas ordenações”¹¹⁷. Com o segundo, no reconhecimento de que a instituição de novas *ordini*, em geral, é acompanhada pela exigência de ações atreladas à violência, dado que “nenhum sábio engenho repreenderá ninguém por alguma ação extraordinária que tenha cometido para ordenar um reino ou

afirmava que “nos princípios da lei é necessário sempre uma justiça severa [...]; veja Moisés, que no princípio da lei fez com que um homem morresse apenas porque apanhava lenha no sábado [...] vós sois piedosos e não percebeis que é cruel a vossa piedade [*“nelli principii della legge bisogna sempre una severa iustizia [...] vedi Mosè nel principio della legge fece morire uno solamente perché coglieva le legne el sabato [...] voi siate pietosi e non vi accorgete che la vostra pietà crudele”*]. Sobre Moisés, Maquiavel e a política do Renascimento, cf. GEERKEN, J. H. Machiavelli’s Moses and Renaissance politics. *Journal of the History of Ideas*, v. 60. n. 4, p. 579-595, 1999.

¹¹⁷ “E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem-ordenado ou reformado inteiramente com ordenações diferentes das antigas, se não é ordenado por uma só pessoa; aliás, é necessário que um homem só dite o modo, e que de sua mente dependa qualquer dessas ordenações. Por isso, um ordenador prudente, que tenha a intenção de querer favorecer não a si mesmo, mas o bem comum, não sua própria descendência, mas a pátria comum, deverá empenhar-se em exercer a autoridade sozinho; e nenhum sábio engenho repreenderá ninguém por alguma ação extraordinária que tenha cometido para ordenar um reino ou constituir uma república. Cumpre que, se o fato o acusa, o efeito o escuse; e quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar” (*Discursos*, I, 9, p. 41).

constituir uma república”: “porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar” (*Discursos*, I, 9, p. 41).

Com isso, as “armas próprias”, um dos eixos do Capítulo VI, ganham contornos ainda mais genéricos do que acontecia na reflexão sobre os principados hereditários. Se, antes, ainda não tínhamos indicativos textuais para distinguir a *natureza* específica daquelas armas, nesse momento o argumento é tomado por uma indefinição de outro gênero, pois está afastada de sua dimensão estritamente militar. Como poderíamos, então, entender essas *arme* que foram responsáveis pelo processo formativo dos estados novos pela via da *virtù*?

A disponibilidade de recorrer *pessoalmente* a alguma forma de violência é o dado em comum entre esses príncipes novos que transitavam entre o mito e a história. Para Teseu, as demonstrações do uso da força, tanto em seus percalços para alcançar a Ática quanto na morte de Minotauro, serviram como meio de coação para a congregação dos habitantes da região. Para Ciro, a liderança para a sublevação contra o domínio dos medas e a formação do império persa nascia colada à uma organização “paramilitar”¹¹⁸ para derrotá-los através da guerra. Para Moisés, os episódios de extrema violência desempenhavam um papel central para a consolidação de seu protagonismo e o cumprimento de suas ordenações. E, para Rômulo, que incorreu em um dos crimes mais execráveis da moral cristã, o fratricídio, a fim de que, sozinho, pudesse ser o ordenador das leis fundamentais de sua cidade.

No caso do príncipe fundador, as “armas próprias” são distintas do significado que a elas será atribuído nos capítulos posteriores, de um exército sob o direto controle principesco. Também diverso do que ocorria com o príncipe conquistador, que podia contar com essa forma de organização militar, o príncipe novo usa de suas armas quando *pessoalmente* recorre a alguma manifestação de força como expediente *necessário* ao processo formativo de seu novo estado. Isto é, quando *in persona* e sem intermediários age, aplicando a violência, naquela instituição. Esse recurso, em ações específicas para a consolidação do poder, aparecerá, então, como parte constituinte da *virtù*. De fato, o

¹¹⁸ Usamos “paramilitar”, de modo anacrônico, para designarmos uma tropa de homens armados, aos moldes de um exército “estatal”, mas, ainda, desprovidos de um domínio político constituído.

reconhecimento da ocasião adequada para a intervenção terá seu sucesso atrelado à disposição para o uso da força¹¹⁹.

2.1.2.2 O principado e o príncipe novo: a conquista por armas de outrem e fortuna alheia

Destoando do tópico precedente, o foco do Capítulo VII é o príncipe novo que é alçado a essa condição não através de méritos, ações e qualidades próprias, mas por uma conjuntura proporcionada pela *fortuna* e pelas *armas alheias*. Enquanto a fortuna opera, ao menos em um primeiro momento, como termo em tensão e substituindo a *virtù*, e as armas próprias são contrapostas às armas alheias, aquilo que permanece como fixo é, rigorosamente, a reincidência e a relevância das “armas”.

Sobre esse governante – que não será o protagonista, ou, ao menos, a principal força dentro do programa de conquista – Maquiavel se apressa para situá-lo dentro de uma grave instabilidade. A relativa facilidade de tornar-se príncipe por esse meio, isto é, “quando um estado é concedido a alguém ou por dinheiro ou pelas graças de quem o concede” (*O Príncipe*, VII, p. 27), logo revela sua precariedade.

Os principados que são frutos de concessão, explica o Secretário florentino, se apoiam “exclusivamente na *vontade* e na *fortuna* de quem lhes *concedeu o poder*”, coisas “muito volúveis e instáveis”. Além disso, esses príncipes “*não sabem*” e “*nem podem* manter” o domínio. “Não sabem” porque “a menos que sejam homens de grande engenho e *virtù*, não é razoável que saibam comandar tendo sempre vivido como particulares”, e “não podem”

¹¹⁹ Nesse sentido, a mesma força ressurgirá como elemento indispensável para a conservação do principado recém-instituído. Era dentro desse contexto que Maquiavel evocava o célebre paralelo entre os profetas armados e os desarmados. Considerando que “a natureza dos povos é variável”, embora seja “fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los naquela convicção”. Desse modo, “convém estar organizado de modo que, quando não acreditarem mais, seja possível *fazê-los crer à força*”. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo “não teriam conseguido que suas constituições [*constituzioni*] fossem obedecidas por tanto tempo, se estivessem desarmados” (*O Príncipe*, VI, p. 25-26). Nesse processo convém avaliar se “estes inovadores dispõem de meios próprios ou dependem de outros”, isto é, “se para realizar sua obra *precisam pedir ou podem forçar*”. No primeiro caso, “acabam sempre mal e não conseguem nada; mas, quando dispõem de seus próprios meios e podem forçar, é raro que fracassem” (*O Príncipe*, VI, p. 25, grifos nossos).

porque “não têm forças que lhes possam ser amigas e fiéis” (*O Príncipe*, VII, p. 27, grifos nossos).

Contudo, apesar da propensão à ruína, tanto pelo desconhecimento da *arte dello stato* como pela ausência de uma potência que o salvasse, o fracasso não é determinado por um destino fatalista. Ao sujeito político é possível demonstrar possuir “tanta *virtù*” ao ponto de “rapidamente se preparar para conservar aquilo que a fortuna lhes colocou nos braços”, ou melhor, estabelecer “depois” os “fundamentos” que os outros “estabeleceram antes de se tornarem príncipes” (*O Príncipe*, VII, p. 28)¹²⁰.

Diante disso, a argumentação maquiaveliana sofre uma importante guinada. Do colapso provável à possibilidade do triunfo. Como nota Inglese (2006, p. 62), doravante a estrutura do capítulo revela-se por inteiro dedicada ao problema de “como emancipar-se do reino da fortuna”, ou, “fora do simbolismo”, de “como fundar uma potência política independente”. E é desse contexto, que procura elucidar as condições de consolidação de um poder político alcançado por meio dos benefícios alheios, que brota o paradigmático exemplo de Cesare Borgia.

O percurso político-militar do duque Valentino, que há muito ocupava um lugar de destaque dentro dos escritos maquiavelianos¹²¹, é colocado sob uma cuidadosa análise. Filho do controverso papa Alexandre VI¹²², sua história acaba

¹²⁰ Ou, na analogia maquiaveliana, “os estados que nascem subitamente – como todas as outras coisas da natureza que nascem e crescem depressa – não podem formar suas raízes e ramificações, de modo que sucumbem na primeira tempestade” (*O Príncipe*, VII, p. 27-28).

¹²¹ Para as considerações de Maquiavel sobre Cesare Borgia, cf. de Jean Jacques Marchand, *L'évolution de la figure de César Borgia dans la pensée de Machiavel (Revue suisse d'histoire*, v. 19, n. 2, p. 327-355, 1969. Segundo o intérprete francês, quando comparamos a abordagem d'*O Príncipe* com os outros trabalhos em que Borgia aparece como figura relevante, podemos notar uma evolução, isto é, uma compreensão, interpretação e representação mais justas do que nas imagens precedentes. O itinerário seria o seguinte: *Legazione decima – A Cesare Borgia in Urbino* (MACHIAVELLI, 1964, p. 245-320); *Legazione undicesima – Legazione al duca Valentino in Romagna* (MACHIAVELLI, 1964, p. 323-548); *Il modo che tenne il duca Valentino per ammazzar Vitellozzo, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo et il duca di Gravina Orsini in Senigaglia* (MACHIAVELLI, 1997, p. 16-22); *Del modo di trattare i popoli della Valdichiana ribellati* (MACHIAVELLI, 1997, p. 26); *Legazione tredicesima – Alla corte di Roma* (MACHIAVELLI, 1964, p. 563-742); *Decennali* (o primeiro, MACHIAVELLI, 1997, p. 94-107); e, enfim, o Capítulo VII d'*O Príncipe*.

¹²² Conforme relata na *História de Florença* (I, 23, p. 50), se antes do papado de Nicolau III, da casa dos Orsini, “nunca se fez menção a sobrinhos ou parentes de pontífice algum”, depois dele a “história encheu-se de tais menções, até chegarmos à menção de filhos; e nada mais falta aos pontífices tentar, porque, assim como tentaram, até os nossos dias, deixar-lhes principados, para o futuro talvez pensem em deixar-lhes o papado como herança. Mas é bem

relacionada às tramas políticas de sua família e à conturbada situação geopolítica italiana da passagem do *Quattro* para o *Cinquecento*. Destinado pelo pai à carreira eclesiástica, Cesare, que havia sido bispo de Pamplona, arcebispo de Valência e, com a eleição de Rodrigo ao pontificado, nomeado cardeal, não logrou influência política dentro do colégio dos cardeais.

Com a morte de seu irmão, Giovanni, preposto pelo pai para a conquista do poder temporal para os Borgia – aliás, em um evento que carregava a desconfiança sobre sua participação no homicídio –, Cesare se apresentava como o “único herdeiro sobre o qual Alexandre VI podia contar para construir um forte domínio familiar” (OLIVA, 2014, p. 191)¹²³. Assim, abandonando o estado eclesiástico, Cesare e Alexandre, em um jogo de alianças com os franceses, se empenham na tarefa de recuperar os territórios da região da Romanha, cuja titularidade pertencia à Igreja, mas onde o poder pontifício era somente nominal. O Capítulo VII, portanto, se transforma em um itinerário sobre a conquista e a ruína desse domínio.

Conforme justifica Maquiavel, o recurso ao duque se deve ao fato de que ele, embora tenha conquistado “o estado com a fortuna do pai” – e com ela também tenha o perdido –, usou “de todos os atos” e realizou “todas as coisas que um homem prudente e valoroso deveria ter feito para deitar raízes em um estado que as armas e a fortuna de outros haviam lhe proporcionado” (*O Príncipe*, VII, p. 28). Se considerarmos todos os seus procedimentos, “veremos que ele preparou amplos fundamentos para seu futuro poder”. Aliás, levando em conta os “exemplos de sua atuação”, “desconheço preceitos melhores para dar a um príncipe novo”. Nesse caso, se o seu “regime não frutificou, não foi por sua culpa, mas por uma extraordinária e extrema maldade da fortuna” (*O Príncipe*, VII, p. 28).

verdade que, até agora, os principados por eles ordenados tiveram vida breve, porque, no mais das vezes, os pontífices, por viverem pouco, ou não cuidam de plantar suas próprias plantas, ou, se as plantam, deixam-nas com raízes tão escassas e fracas que ao primeiro vento se desfazem, visto faltar-lhes a *virtù* que as sustenta”.

¹²³ Conforme lemos no *Decennale primo*, “E carecendo Alexandre/de alguém que mantivesse erguida sua insígnia/com a morte e a derrota de Candia [duque de Gândia, Giovanni Borgia]/ volta-se para seu filho que pertencia/ao grupo dos grandes cardeais e dali o retira/ trocando o barrete pelo chapéu de soldado” (MACHIAVELLI, 1997, p. 98, versos 174-180).

Alexandre VI, explica o Secretário, encontrava grandes dificuldades para atribuir um poder temporal ao seu filho. A alternativa menos problemática era aquela de torná-lo “senhor” de algum estado que já fosse posse da Igreja. Porém, a delicada malha de principados e repúblicas que coloriam a Itália dificultava esse movimento: em primeiro lugar, o Papa tinha consciência de que o “duque de Milão”, Ludovico Sforza, e “os venezianos não lhe permitiriam tomar nenhum desses estados”, já que “Faenza e Rimino”, territórios pretendidos por Alexandre, estavam sob a proteção veneziana. Em segundo lugar, via “que os *exércitos da Itália*, e principalmente aqueles de que se poderia servir, estavam em mãos dos que deviam temer a grandeza do Papa”: por isso, “não podia confiar neles, já que estavam todos com os Orsini, os Colonna e seus partidários”, isto é, com as turbulentas facções de feudatários, ou barões, romanos (*O Príncipe*, VII, p. 29, grifo nosso).

Diante dessa conjuntura, “era-lhe necessário [...] perturbar aquela ordem e desorganizar seus estados para poder assenhorear-se com segurança de parte deles”. Essa oportunidade fora facilitada por “encontrar os venezianos, movidos por outros interesses, dispostos a fazer com que os franceses voltassem à Itália”, coisa a que “o papa não apenas não se opôs, como também facilitou” (*O Príncipe*, VII, p. 29).

Nisso, a entrada de Luís XII na península, para reclamar a posse e conquistar o ducado de Milão (como vimos), representaria um marco significativo para a formação do poderio borgiano. Essa diligência, que contaria com a participação pessoal de Cesare¹²⁴, foi responsável por proporcionar o ensejo para o projeto da família espanhola. Por um lado, a campanha somente foi possível “graças à fama do rei” francês, cujo prestígio forçava Veneza a consentir com ela. Por outro, os acordos entre Alexandre e o monarca¹²⁵ davam a Cesare

¹²⁴ “Cesare, o grande artífice da reviravolta na política externa de Roma, adquiriu fama de valente guerreiro na campanha de Luís XII contra Milão [...]. Em 6 de outubro, Luís entra triunfalmente em Milão, flanqueado pelo duque Valentino” (FAITELLI, 2001, p. 23).

¹²⁵ Como afirma Faitelli (2001, p. 21), “apesar de suas reivindicações sobre o feudo milanês, em virtude da descendência dos Visconti, e sobre o reino de Nápoles, que conserva sua legítima herança (circunstâncias que poderiam induzir o novo soberano francês a continuar a política anti-romana de seu predecessor [Carlos VIII]), Luís XII tem uma desesperada necessidade do pontífice, não somente para receber a investidura sobre os domínios italianos, mas sobretudo para obter a anulação do próprio matrimônio com Giovanna di Francia [Joana de França], filha deforme de Luís XI, e recebe a dispensa que consentiria uma nova união com Anna di Bretagna [Ana de Bretanha]”.

“gente para a campanha da Romanha” (*O Príncipe*, VII, p. 29), isto é, “um contingente de mais de cem homens armados” (OLIVA, 2014, p. 191), agrupados em um exército auxiliar, que seriam em seguida substituídos pelas tropas mercenárias dos Orsini e dos Vitelli¹²⁶.

É importante notarmos que a diferenciação entre “mercenários” e “auxiliares” é nossa. Para Maquiavel, ainda não importa a caracterização específica dessas armas, como ocorrerá no Capítulo XIII. Basta sabermos que os exércitos sobre os quais Cesare havia inicialmente escorado suas campanhas era *alheio*, isto é, que não eram tropas suas, mas cedidas por outras “personalidades” – primeiro, por Luís XII, depois, contratadas pelo Papa.

A conquista da Romanha representava não apenas a retomada de um importante poder temporal para a Igreja, em uma região muito turbulenta, então dominada por pequenos tiranos locais (FAITELLI, 2001, p. 24), mas também o estabelecimento de um núcleo de influência política para os Borgia. O duque, então, inicia seu programa político-militar de invasão: Ímola cai em 27 de novembro de 1499, Forlì em 19 de dezembro, Cesena se rende em 2 de agosto de 1500, Rimini em 10 de outubro, Pesaro, em 21 de outubro e, após longo assédio, também Faenza, em 25 de abril de 1501. Depois disso, “para dar cobertura jurídica às suas conquistas” é nomeado pelo pontífice como “duque da Romanha e vigário de Pesaro e Fano” (OLIVA, 2014, p. 192). Enfim, volta-se a Urbino, que sucumbe após breve resistência em 21 de junho de 1502, e para Camerino, em 20 de julho.

Com a Romanha reconquistada, duas coisas “impediam o duque de mantê-la e continuar o avanço”: “uma era o seu exército, que não lhe parecia fiel”, ou melhor, “que o exército de Orsini de que se valera”, por concessão do Papa em detrimento dos franceses, “lhe faltasse quando necessário”, e não

¹²⁶ “Não hesitarei em citar Cesare Borgia e suas ações. Este duque entrou na Romanha com exércitos auxiliares, compostos inteiramente de franceses, e com eles tomou Imola e Furlì. Mais tarde, não lhe parecendo seguros esses exércitos, tentou as tropas mercenárias, julgando-as menos perigosas, e contratou a soldo Orsini e Vitelli, que mais tarde dispensou, ao perceber, na prática, que eram dúbios e infiéis. Voltou-se, então, para um exército próprio. Pode-se facilmente verificar a diferença entre um tipo de exército e outro, considerando a diferença que ocorreu na reputação do duque de quando dispunha só dos franceses para quando tinha os Orsini e Vitelli e, finalmente, quando passou a ter seus próprios soldados e ser senhor de si mesmo. Sua reputação foi crescendo e jamais foi tão elevada como no momento em que todos viram que ele era o senhor absoluto de seus exércitos” (*O Príncipe*, XIII, p. 64-65).

somente “o impedisse de conquistar, mas ainda lhe tomasse o conquistado”; a outra, “a vontade da França”, apática e pouco disposta aos propósitos do duque, além de temer que o “rei lhe fizesse a mesma coisa” que os *condottieri* romanos (*O Príncipe*, VII, p. 29).

No caso dos Orsini, Cesare “teve uma confirmação de suas suspeitas após ter entrado em Faenza, quando suas tropas se mostraram frias para assediar Bolonha” (*O Príncipe*, VII, p. 29). Em relação a Luís XII, o duque “compreendeu seu estado de ânimo quando, conquistado o ducado de Urbino, invadiu a Toscana, empresa da qual o rei o fez desistir” (*O Príncipe*, VII, p. 29-30)¹²⁷.

A partir desses indícios e dessas demonstrações que instabilizavam seu poder, Cesare *deliberou* “não depender mais das armas e da fortuna alheias”. Como primeira medida, procurou “debilitar as facções Orsini e Colonna em Roma”, atraindo “todos os seus partidários fidalgos, tornando-os seus gentis-homens, dando-lhes grandes somas e honrando-os, segundo suas qualidades, com comandos de tropas e cargos de governo”. Em poucos meses, “a afeição deles por seus antigos partidos apagou-se em seus ânimos, voltando-se inteiramente para o duque” (*O Príncipe*, VII, p. 30).

Em seguida, “aguardou a ocasião de eliminar os chefes dos Orsini, tendo já dispersado os da casa Colonna”: ocasião que “se bem lhe chegou, melhor ele a usou” (*O Príncipe*, VII, p. 30). Conforme relata Oliva (2014, p. 192), o forte poder dos Borgia “suscitava muitas invejas e grandes temores nos pequenos senhores que ainda governavam algumas cidades do Estado pontifício e nos próprios *luogotenenti* do Valentino, que começaram a conspirar contra ele”. Os Orsini, ao perceberem que a “grandeza do duque e da igreja significava sua própria ruína” (*O Príncipe*, VII, p. 30), promoveram uma reunião com esses conjurados – Paolo Orsini, senhor de Mentana; Francesco Orsini, duque de Gravina; Giambattista Orsini, cardeal, Vitellozzo Vitelli, Oliverotto Eufreducci,

¹²⁷ Nos primeiros dias de junho de 1502, Arezzo e a Val di Chiana se rebelam contra Florença, com o aberto apoio de Vitellozzo Vitelli, Giampaolo Baglioni e com a ameaçadora convivência do Valentino. Somente a intervenção decisiva do rei da França teria consentido aos florentinos a recuperação de Arezzo. Com sua onda de sucesso, o duque pensou poder estabelecer um controle sobre Florença, eventualmente favorecendo o retorno dos Medici: mas o plano foi bloqueado, outra vez, por Luís XII (OLIVA, 2014, p. 192).

senhor de Fermo, Giampaolo Baglioni, senhor da Perugia, os representantes do duque de Urbino e Pandolfo Petrucci, senhor de Siena – em Magione, próxima a Perugia, firmando um pacto com o qual prometiam ajuda recíproca (OLIVA, 2014, p. 192).

Dias antes, em Urbino e em Camerino, foram deflagradas revoltas contra Cesare, que transmitiam a impressão de que toda a Romanha se soergueria. No entanto, os recursos do duque “eram inexauríveis” e ele podia “contar com as imensas finanças do pontífice e com o apoio político do rei da França” (OLIVA, 2014, p. 192)¹²⁸. Com isso, pôde retomar o controle da situação, mas, não confiando mais “nem na França nem em outras forças externas”, “recorreu à astúcia” (*O Príncipe*, VII, p. 30).

Dissimulando seu ânimo, ratificou um acordo com os conjurados, que acreditaram que, com isso, haviam obtido garantias para um *status quo*. O duque, assim, convenceu que seus *condottieri* participassem de uma expedição contra Senigallia. Ali, após tomar a cidadezinha, reuniu e prendeu Vitellozzo, Oliverotto, Paolo e Francesco Orsini. Os dois primeiros foram “estrangulados na mesma noite e os outros colocados a morte em 18 de janeiro, quando era certo que o papa havia capturado, em Roma, os outros chefes Orsini” (INGLESE, 2014a, p. 47, nota 70)¹²⁹.

¹²⁸ Novamente nos *Decennali*, lemos que “e voltadas umas contra as outras, essas serpentes,/ cheias de veneno, começaram a se agarrar/ com as unhas e se despedaçar com os dentes./ E, como o Valentino não podia escapar,/ precisou, para esquivar-se do risco,/ recobrir-se com o escudo da França” (MACHIAVELLI, 1997, p. 103, versos 388-392).

¹²⁹ Talvez seja conveniente notarmos o envolvimento *pessoal* de Maquiavel com essa questão. Como contextualiza Marchand (1979, p. 77-78), em outubro de 1502, após a rebelião dos *luogotenenti* do Cesare Borgia, Maquiavel é enviado junto ao duque Valentino para representar o governo florentino. Ali, é encarregado de discutir um eventual acordo, mas, sobretudo, de manter o contato diplomático e de temporizar até que finalmente aparecesse quem seria o vencedor. Pouco depois, a maior parte dos estados do duque, com exceção da Romanha, se rebela. Então, Maquiavel assiste à rapidíssima reação de Borgia, que em algumas semanas é capaz de reunir numerosas tropas e virar a situação ao seu favor: os rebeldes são obrigados a aceitar negociações. Após a conclusão de uma paz separada com os Bentivoglio de Bolonha, os outros aliados, enfraquecidos, se preparam para firmar um acordo geral. Porém, Valentino continua enviando tropas para a Romanha: por várias semanas Maquiavel assiste esses preparativos sem saber bem qual solução escolherá o duque: aquela diplomática ou a militar. Quando Valentino anuncia que viajará com os conjurados para Senigallia para restituí-los ao seu serviço como *luogotenenti*, Maquiavel pensa que tenha escolhido a primeira via. Mas, no mesmo momento em que acontece o encontro, as tropas de Borgia, que haviam sido reunidas lentamente nos entornos de Senigallia, intervêm em massa e neutralizam aquelas dos conjurados; os capitães rebeldes são presos e assassinados nas horas ou nos dias seguintes. Para um relato pontual sobre esses acontecimentos, cf. *Il modo che tenne il duca Valentino per ammazzar Vitellozzo*,

Dessa forma, avalia Maquiavel, por um lado “aniquilados [...] esses chefes” e, por outro, “convertidos os seus partidários em amigos do duque”, este havia “lançado excelentes fundamentos para seu poder”, enquanto “detinha toda a Romanha e mais o ducado de Urbino, além de ter conquistado a amizade da Romanha e atraído para si todo o povo, que começava a gozar de bem-estar” (*O Príncipe*, VII, p. 30-31).

É justamente sobre esse último ponto que o Secretário florentino insere o juízo sobre os acontecimentos envolvendo Remirro de Orco, o governador da região, que, durante os longos períodos de ausência de Valentino, possuía suma autoridade. Ao apoderar-se da Romanha, e encontrando-a sob o “comando de senhores sem poder, que mais espoliavam os seus súditos do que os governavam”, dando-lhes mais motivos “para desunião do que para união”, ao ponto de a “província” estar “coberta de latrocínios, tumultos e todas as formas possíveis de insolência”, o duque julgou necessário “para pacificá-la e reduzi-la à obediência ao braço régio, dar-lhe um bom governo”. Colocou ali, “messer Remirro de Orco, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes” e que, “em pouco tempo”, “a pacificou e uniu, granjeando grande reputação” (*O Príncipe*, VII, p. 31).

Logo após, Cesare “julgou desnecessário tão excessiva autoridade, pois temia que ela se tomasse odiosa, e propôs a instalação de um tribunal civil na província, com um excelentíssimo presidente, onde todas as cidades teriam um advogado próprio”. Porém, sabendo que “os rigores passados haviam gerado um *certo ódio contra ele*, quis mostrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro para apaziguar os ânimos do povo e atraí-lo para si”. Assim, “aproveitando-se da ocasião”, isto é, de uma acusação contra Remirro, de que estaria de conluio com os rebeldes e de que teria negociado víveres com eles, em um período de extrema escassez na Romanha, o duque, “certa manhã”, mandou “que o cortassem ao meio em praça pública, tendo ao lado um bastão de madeira e uma faca ensanguentada”¹³⁰. Esse espetáculo, ao mesmo tempo em que satisfaz a

Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo et il duca di Gravina Orsini in Senigaglia (MACHIAVELLI, 1997, p. 16-22)

¹³⁰ Conforme contextualiza Faitelli (2000, p. 45) Cesare se encontrava diante de uma “espinhosa questão, dessa vez de política interna: aproveitando da terrível escassez que se

população, vítima da opressão do governador, também deixou-os “estarecidos” (*O Príncipe*, VII, p. 31, grifos nossos)¹³¹.

Então, as operações de Borgia no processo de *conquista* da Romanha ocorrem em duas frentes complementares. Na primeira, de *perfil político-militar*, com a inserção de seu poder dentro do delicado mosaico governamental italiano, lidando com organizações militares de origens diversas e colocando-as em movimento para a realização de seu propósito. Com isso, revelava-se sua percepção das relações de força ali dispostas sob um ponto de vista histórico, além da tentativa de consolidar-se positivamente para competir com as demais potências¹³². Na segunda, de *perfil estritamente político*, pois seu triunfo, ainda que momentâneo, não se limitava às decisões militares, mas também à capacidade de conquistar a “amizade da Romanha”, isto é, de atrair para si “todo o povo”, o que demonstrava uma fina compreensão da dinâmica política interna.

Na verdade, ao blindar-se contra o sentimento odioso em relação aos súditos e ao buscar uma espécie de benevolência popular, Cesare proporcionava ao Secretário uma importante lição que comporia o ideário político maquiaveliano (trazida à luz no Capítulo XIX). Como os relatos históricos nos

abateu sobre a Romanha, o governador Ramiro de Lorca especulou sobre a compra e a venda do trigo, até mesmo chegando a negociar com os capitães rebeldes para vantagem própria. A acusação lhe rende a pena de morte, e para alívio dos habitantes [...] seu corpo é encontrado decapitado na praça”.

¹³¹ Para Lefort (1972, p. 372), a descrição das ações de Remirro nos obriga a “abrir os olhos para as violências que sempre acompanharam o nascimento dos Estados e que até agora o autor havia deixado prudentemente à sombra”. Ainda que queiramos “nos convencer de que o uso criminoso da força diz respeito unicamente a Borgia, não podemos deixar de lembrar que, se a política de Moisés não foi diferente daquela dos demais fundadores, Rômulo a ilustra com o assassinato de seu irmão”. Ora, com isso o intérprete francês falha ao balizar a dimensão da violência. Ainda que o caso de Borgia nos reporte aos eventos da fundação de Roma, por sua brutalidade, os outros fundadores, como Moisés, não se eximiram do recurso à força. O estado *ex novo*, desde o Capítulo VI, traz consigo os desdobramentos da violência como pressuposto.

¹³² Sobre as qualidades militares de Borgia, Maquiavel escreve à Senhoria em 22 de junho de 1502: “O modo dessa vitória [sobre Urbino] é inteiramente fundado sobre a prudência desse Senhor, o qual, estando 7 milhas próximo de Camerino, sem comer ou beber, se apresentou em Cagli, que estava 35 milhas distante, e ao mesmo tempo deixou Camerino sitiada e realizou incursões. Vossas Senhorias devem notar esse estratagema, além da muita celeridade congregada a uma excelentíssima felicidade (MACHIAVELLI, 1964, p. 257). Depois, em 26 de junho, acrescentava: “Este Senhor é muito esplêndido e magnífico, e nas armas é tão animoso, que não existe coisa grande que não lhe pareça pequena, e por glória e para conquistar território não descansa jamais, não conhecendo cansaço ou perigo: chega em um lugar, antes mesmo que se possa entender de onde partiu; faz bem aos seus soldados; recrutou os melhores homens da Itália: coisas que o fazem vitorioso e temível, acrescido de uma perpétua fortuna (MACHIAVELLI, 1964, p. 267-268).

autorizam a presumir¹³³, as ações de conquista empreendidas pelo duque foram sempre acompanhadas pela observância desses critérios mestres da ação política¹³⁴. Nesse caso, a teatralidade do assassinato de Remirro agiu como um mecanismo que cimentaria a coesão interna entre governantes e governados, entre povo e príncipe¹³⁵.

É significativo observamos que a desarticulação das forças militares das quais Cesare havia se servido durante a conquista, com a tentativa de atrofiamento das armas mercenárias, em especial nos acontecimentos em Senigallia, parece estar atrelada a esse modo de conduta com o qual procurava se relacionar com seus súditos. Na interminável queda de braço entre potências, o duque era plenamente consciente de que desarmar-se seria um erro crasso e imperdoável. O gradual afastamento das tropas alheias que serviram como guarida para seu projeto não ocorre em favor de um vazio militar, mas, para dar ensejo e acentuar a procura por sua autonomia política, ou seja, com a formação de um *exército próprio*, composto pelos próprios súditos da Romanha. Isso, por

¹³³ Por exemplo, como relata Faitelli (2001, grifos nossos): “O pensamento de Cesare, todavia, corre constantemente ao seu pequeno estado, que se estuda de administrar com sabedoria: por isso, após ter sido nomeado pelo papa vigário pontifício nos territórios de Gerolamo Riario, confirma as liberdades da cidade de Ímola, *prometendo proteger os súditos*” (p. 27). Ao conquistar Rimini, “Cesare deve somente inspecionar as defesas e procurar, com grande trato e diplomacia, *obter a benevolência dos novos súditos*” (p. 31). Na conquista de Faenza “Valentino compreende que a estabilidade do seu estado seria derivada também de seu estilo de governo: por isso *se esforça para obter a benevolência dos seus súditos* através de uma série de providências que visavam salvaguardar a ordem pública, mas também a redução da pressão fiscal e a instituição de uma fundação benéfica, a Valentina, em apoio das classes mais humildes” (p. 32). Ou ainda, em resumo, a “administração da Romanha aparece marcada pelas ideias e pela personalidade do Valentino, e produz benefícios imediatos: de uma região teatro de desordens, de bandidismo e de crimes favorecidos frequentemente pelas rivalidades entre famílias senhoris, se transforma em um estado pacífico no qual a vida dos cidadãos e sua prosperidade são protegidas pelo príncipe que, além disso, favorece o desenvolvimento e a prosperidade pública, impulsionando à realização de importantes obras públicas” (p. 37).

¹³⁴ Para Vitilio Masiello (1971, p. 112), “toda a ação política de Valentino, que visava a consolidação de seu poder, encontra seu ponto de força e sua definitiva aprovação exatamente nessa reestruturação e reorganização do estado, isto é, na instituição de uma diversão relação com os povos da Romanha, que, por isso, se tornam “amigos””.

¹³⁵ Em uma carta de 31 de janeiro de 1515, para Francesco Vettori, lemos que “o duque Valentino, cujas obras eu imitaria sempre que fosse príncipe novo, conhecida essa necessidade [de habitar o local conquistado ou designar um *luogotenente* para exercer o comando], fez *messer* Remirro governador da Romanha; essa deliberação uniu aqueles povos, tornando-os temerosos por sua autoridade, afeiçãoados à sua potência, confiantes dela; e todo o amor que carregavam, que era grande, considerada sua novidade, nasce dessa deliberação” (MACHIAVELLI, 1999, p. 350).

sua vez, apenas seria possível em um estado onde o novo poder principesco desfrutasse de certa benevolência, ou, no limite, que não fosse odiado.

De fato, é por isso que Cesare havia podido alcançar um patamar de relativa estabilidade e independência dentro do teatro político italiano. Como explica Maquiavel, sentindo-se “bastante poderoso e em parte garantido contra os perigos do momento”, já que estava “*armado a seu modo*”¹³⁶, isto é, com soldados fiéis, e tendo “aniquilado os exércitos vizinhos que o poderiam atacar”, restava-lhe apenas, “para prosseguir naquelas conquistas, amedrontar o rei de França, porque sabia que o rei – tendo-se dado conta de seu próprio erro – não as toleraria” (*O Príncipe*, VII, p. 31-32, grifo nosso).

Contudo, esse movimento de precaução contra os franceses seria interrompido pelo primeiro momento de revés em sua trajetória: a morte de Alexandre VI. Na verdade, o duque já havia considerado essa eventualidade, pois “receava” que o novo papa “não fosse seu amigo e procurasse tomar de volta aquilo que Alexandre lhe dera” (*O Príncipe*, VII, p. 32)¹³⁷.

Contra isso, explica Maquiavel, o duque Valentino tentou precaver-se através de quatro medidas: “[a] primeiro, eliminando todo o sangue dos senhores que havia espoliado, a fim de privar o papa daquela ocasião de intervir”; [b] em segundo lugar, “atraindo para o seu partido todos os gentis-homens de Roma [...] para com isso poder frear o papa”; [c] terceiro, “controlando o máximo possível de votos no Colégio”, para influenciar na escolha de um novo pontífice; e, “[d] quarto, conquistando tanto poder antes da morte do papa, que pudesse por si mesmo resistir a um primeiro ataque” (*O Príncipe*, VII, p. 32). Dentre essas,

¹³⁶ Para Andrea Guidi (2009, p. 211), o exemplo da milícia borgiana, que Maquiavel pode estudar *in loco* nas legações junto ao duque, operou como um “importante momento para a maturação concreta de sua ideia de Ordenança”, que seria realizada em Florença. Ainda que também no exército de Cesare “tivessem soldados profissionais”, sua parte preponderante, e sobre a qual havia mais confiança, “era propriamente aquela formada pelos infantes reunidos graças ao amplo recurso à conscrição obrigatória”. Neles, Maquiavel havia notado “uma eficiência e uma força comparáveis, talvez, somente àquela das infantarias suíças, que naquela época eram consideradas exemplares por seu valor em batalha”.

¹³⁷ Em 8 de novembro de 1502 Maquiavel escreve aos Dez: “Este Senhor sabe muito bem que o Papa pode morrer a qualquer dia e que precisa pensar, antes de sua morte, em estabelecer qualquer outro fundamento, caso queira manter os estados que possui. O primeiro fundamento que faz é sobre o rei da França; o segundo, sobre *as armas próprias*; e vê que *já compôs um aparato de cerca de 500 homens armados*, e outros tantos cavaleiros ligeiros, que estarão prontos em poucos dias” (MACHIAVELLI, 1964, p. 419, grifo nosso).

quando Alexandre morre, as três primeiras já haviam sido realizadas, e a quarta estava quase concluída.

Todavia, à morte de Alexandre somava-se também a própria debilidade física de Cesare, supostamente acometido pela sífilis. Após o decesso do pai, o duque encontrava-se em uma situação delicada: “apenas com o estado da Romanha consolidado, e com tudo mais no ar, prensado entre dois potentíssimos exércitos inimigos [os franceses e espanhóis] e mortalmente doente”. Nesse sentido, reconhece o Secretário florentino, “havia no duque tanta magnanimidade e *virtù*, tão bem sabia como ganhar e perder os homens e tão sólidos eram os fundamentos que em tão pouco tempo construía para si” que, se não tivesse “aqueles exércitos em seu encaço ou se estivesse em boa saúde, teria superado todas as dificuldades” (*O Príncipe*, VII, p. 33).

Analisando em retrospectiva “todas as ações do duque”, pondera o Secretário florentino, “eu não saberia em que censurá-lo”. Ao contrário, seu caso deveria ser alavancado à posição de exemplo para “todos aqueles que, com a fortuna e as armas de outros, ascendem ao poder”. Seus reveses, de outro modo, deveriam ser atribuídos somente a “brevidade da vida de Alexandre e sua própria enfermidade” (*O Príncipe*, VII, p. 34).

Portanto, quem “num principado novo”, acreditar ser necessário

[a] garantir-se contra os inimigos, [b] conquistar amigos, [c] vencer pela força ou pela fraude, [d] fazer-se amado e temido pelo povo, [e] ser obedecido e reverenciado pelos soldados, [f] eliminar aqueles que podem ou devem prejudicá-lo, [g] introduzir mudanças na antiga ordem, [h] ser severo e grato, [i] magnânimo e liberal, [j] eliminar as milícias infiéis, [k] criar outras novas, [l] manter as amizades do rei e dos príncipes de modo que o beneficiem com solicitude e temam ofendê-lo, não pode encontrar melhor exemplo que as ações deste duque (*O Príncipe*, VII, p. 34).

Apesar da tonalidade elogiosa, quase panegírica, no final o discurso maquiaveliano parece recuar. Embora as decisões de Borgia tenham sido paradigmáticas, e a fortuna tenha agido de forma dramática em sua destituição, é possível censurá-lo acerca da “eleição do papa Júlio, na qual fez uma má

escolha”¹³⁸, porque “se não podia fazer um papa a seu modo, podia impedir que outro fosse papa: não deveria jamais ter consentido que ascendessem ao papado cardeais que ele próprio tivesse prejudicado ou que, tornando-se papas, pudessem temê-lo” (*O Príncipe*, VII, p. 34). Aqui, “o duque errou, portanto, nesta escolha, que foi a razão de sua ruína final” (*O Príncipe*, VII, p. 35).

De fato, como descreve Oliva (2014, p. 192) com a notícia da morte do papa, os Orsini e os Colonna retornaram a Roma armados, contrastando as forças de Valentino, que então jurava fidelidade aos cardeais reunidos para a designação do sucessor de Alexandre VI. Nesse momento, o poder político de Cesare começava a deteriorar-se, pois seu estado se dissolvia rapidamente: permaneceram fieis apenas Ímola, Forlì, Cesena e Faenza, enquanto Urbino, Piombino, Camerino, Pesaro e Rimini retornaram aos seus antigos senhores.

Após o brevíssimo e inexpressivo papado de Pio III, um novo conclave elege, também graças aos votos de Cesare e dos cardeais espanhóis, Giuliano della Rovere, acérrimo inimigo da família. A sorte do duque permanecia como uma incógnita. Para contrastar com os venezianos, Júlio II o confirma no vicariato sobre a Romanha, com um título mais formal do que substancial, mas não o nomeia gonfaloneiro da Igreja. Assim, pouco depois, ordena a sua prisão, já que se negava a entregar três fortalezas da Romanha que ainda estavam sob suas ordens. Depois, Cesare esgueira-se até Nápoles, onde é preso por Consalvo di Cordova, por ordem dos reis católicos: Fernando, o Católico, o considerava como inimigo, já que havia sido aliado dos franceses. Pouco depois, foi enviado para Espanha, onde permaneceu prisioneiro em Medina del Campo. O duque contava ainda com o apoio do cunhado Giovanni d’Albret, rei consorte de Navarra, junto ao qual se refugiou após escapar de Medina del Campo. Nomeado capitão das tropas de Navarra, combateu por Giovanni, falecendo em um confronto perto do castelo de Viana (OLIVA, 2014, p. 192-193).

Enfim, o universo militar se mostra como parte indissociável da história política e biográfica de Cesare Borgia. Tanto sua ascensão, com a participação nas campanhas de Luís XII em Milão ou com seus avanços sobre a Romanha,

¹³⁸ Sobre a mudança de perspectiva dos embaixadores florentinos acerca da figura de Júlio II, do arrogante desprezo à relutante admiração, cf. GILBERT, 1970, p. 109-113.

quanto seu perecimento físico, quando encontra a morte nas fileiras de Giovanni d'Albret, são envoltos pela sombra da guerra.

Dentro da proposta do Capítulo VII, o exemplo borgiano é emblemático porque *ultrapassa os limites da conquista por meio da fortuna e das armas alheias*. Embora o pretexto para a ocupação da Romanha tenha sido oriundo de uma prerrogativa papal, e as armas para a investida inicialmente cedidas pelo rei da França, e, depois, substituídas por tropas mercenárias contratadas pelo Pontífice, o duque havia procurado fundamentar seu poder tornando-se independente dessas forças que possibilitaram seu avanço ao principado.

Com isso, estaríamos diante de uma espécie de *construção* gradual da *virtù*. Enquanto os príncipes fundadores do capítulo anterior demonstravam essa qualidade desde o princípio, sendo fundamental na instituição de seus estados na justa relação com o uso da violência, Borgia lutava para estabelecer *depois* aquilo que lhe havia sido concedido pela fortuna do pai e pelas armas franco-mercenárias.

No curso desse intrincado e árduo processo de procura pela autonomia política, e, portanto, de demonstração de *virtù*, que colore esse capítulo por inteiro, a questão dos exércitos é significativa.

Até o momento, o texto maquiaveliano ainda não nos traz qualquer informação qualitativa sobre essas tropas. As razões da deficiência das milícias auxiliares e mercenárias, ou a vantagem daquelas próprias, que serão alegadas a partir do Capítulo XII, ainda estão ocultas, apesar de latentes. Ao Secretário florentino bastava destacar que as armas alheias, em sentido lato, eram de titularidade oposta àquelas com as quais os outros príncipes haviam contado – do mesmo modo que a *virtù* dos fundadores operava em par dicotômico com a fortuna inicial do duque.

Aqui, porém, de modo diverso, estamos diante de forças que são consideradas a partir de uma *perspectiva já militar*. São exércitos *reais*, prontos para a guerra campal e sob o comando de autoridades independentes, que haviam sido peças essenciais para a formação do “novo” estado na Romanha, ou seja, para que o duque pudesse passar da condição de privado a de príncipe. Portanto, eram tropas desvinculadas do poder político borgiano, inclusive

aquelas mercenárias fornecidas pelo Papa, cujo comando também não competia a ele, mas a *condottieri*.

Após a fase inicial da conquista, amparada por armas alheias, a gradual mudança nas forças militares de Cesare, ao ponto de estar “armado a seu modo”, representa uma parte *essencial* de sua busca pela autonomia. Ou, em outros termos, para a construção substancial de sua *virtù* e o estabelecimento de fundamentos sólidos ao seu estado. Como ator político que visava o protagonismo, sua emancipação *necessariamente* deveria passar por essa etapa. Somos envolvidos por um argumento direto: apenas uma *virtù* robusta poderia acolher algo concedido pela fortuna, sempre volátil, dando-lhe consistência e estabilidade; essa *virtù* estaria incompleta na ausência da violência como recurso *exclusivo* do poder principesco por meio da autoridade militar.

Todavia, é justamente sob esse viés que John Najemy, no artigo *Machiavelli and Cesare Borgia: a reconsideration of Chapter 7 of “The Prince”*, contesta o fato de que Maquiavel pudesse estar convencido de que Borgia, no final, de algum modo, estivesse realmente “*armato a suo modo*”. Partindo de uma perspectiva historiográfica, segundo o intérprete, o Secretário florentino sabia que o duque nunca havia escapado da dependência dos mercenários e auxiliares. Suas ações, nesse sentido, não poderiam corresponder à criação de um exército permanente e próprio: antes, teria apenas aumentado suas forças com alguns *condottieri* antes “usados pelos Orsini e pelos Colonna, que não fizeram nada para diminuir sua dependência de mercenários e dos franceses” (NAJEMY, 2013, p. 544). Em suma, “uma leitura cuidadosa do Capítulo VII confirma que Maquiavel viu Borgia como completamente dependente das armas alheias” (NAJEMY, 2013, p. 549).

Com efeito, devemos reconhecer que o juízo maquiaveliano sobre os aspectos organizativos dessas milícias, não só nesse momento, mas bem como nos capítulos dedicados aos tópicos militares, é sumário, o que acaba nos privando de nuances importantes à compreensão dos termos dessas “armas próprias” borgianas. Entretanto, ao contrário do que propõe Najemy, o Secretário florentino não parece menosprezar o dinamismo e o ímpeto bélico de Cesare, nem deixa de pensar que o duque, de fato, agia nessa direção. Isso se torna

mais evidente quando nos voltamos para o Capítulo XIII d' *O Príncipe*¹³⁹ ou às missivas da *Legazione al Duca Valentino in Romagna*¹⁴⁰. Tanto em um caso como no outro, notamos desenhar-se um tom elogioso, direcionado ao discernimento e às tentativas de desvinculação das armas alheias.

Além disso, por qual motivo Maquiavel criaria uma imagem fantasiosa e irreal das ações do duque, quando o gosto daqueles acontecimentos ainda era vivo aos seus contemporâneos e quando seu escrito se baseava na procura pela *verità effettuale della cosa*? Ou, no terreno militar, por que inflaria sua capacidade de combate, quando, tão recentemente, suas campanhas haviam intimidado Florença e parte da Toscana?

Diante disso, parece-nos mais apropriado falar de erros históricos por parte do Secretário, derivados de uma interpretação equivocada da disposição de forças com que Cesare contava, e não, nesse caso, de uma má-avaliação voluntária, para propô-lo, como quer o norte-americano, como um “modelo *negativo*”, ou seja, como uma “lição preventiva e demonstração que os príncipes que carecem de suas armas próprias, que fracassam em obter o suporte do povo, e que não podem manter aquilo que conquistaram, inevitavelmente fracassarão” (NAJEMY, 2013, p. 555).

Assim, o exegeta equivoca-se ao atribuir o fracasso de Borgia, “apesar das inegáveis habilidades”, à incompreensão da “coisa mais importante de todas”: “ter suas próprias armas” (2013, p. 555). O fato de o duque não contar com um exército permanente quando, atônito, testemunhava a ruína de seu poder, não implica no desdém por esse elemento. Mesmo a predisposição política de relacionar-se com os súditos, que seria o fundamento para servir-se dos governados nos campos de batalha, como veremos, era um importante

¹³⁹ Maquiavel é incisivo: quando Cesare passou a “ser senhor de si mesmo”, sua “reputação foi crescendo e jamais foi tão elevada como no momento em que todos viram que ele era o senhor absoluto de seus exércitos” (*O Príncipe*, XIII, p. 63).

¹⁴⁰ Cf., por exemplo, a missiva de 13 de novembro de 1502, “Então, os Orsini e os Vitelli fizeram um gesto que foi suficiente para torná-lo [Cesare] sábio, mesmo que não fosse, e mostraram para ele que era mais necessário pensar e manter o conquistado do que conquistar mais; e o modo para manter é estar armado de armas suas, cuidar dos súditos e tornar-se amigo dos vizinhos, que é o seu propósito” (MACHIAVELLI, 1964, p. 429). Sobre a avaliação de forças disponíveis ao duque Valentino, cf. o “relatório” em MACHIAVELLI, 1964, p. 430-432.

passo nessa direção¹⁴¹. O empreendimento não pôde frutificar pela interrupção causada por outro ciclo de acontecimentos: a extrema maldade da fortuna, com a morte de Alexandre VI, e o vacilo do duque ao não ter impedido a eleição de Júlio II.

Nisso, a *virtù* que vinha sendo construída paulatinamente, e que demonstrava um tino apurado para as decisões políticas e militares, encontrou seu limite. Porém, se a morte do Papa era um golpe brutal desferido pela fortuna aos propósitos de Cesare, isso não significava que sua queda estivesse determinada por um destino fatalista e inexorável. O duque havia tido a possibilidade de impedir a eleição de Giuliano ao papado, mas não quis, ou não soube, fazê-lo. A argumentação maquiaveliana não nos permite situar a fortuna em quadro de onipotência: apesar da malignidade extrema, ela deixou alternativas.

Nessa direção, o valor positivo do exemplo de Borgia ressurgiu – e se contrapõe àquele negativo proposto por Najemy. Conforme destaca Inglese (2006, p. 65), se a razão nos permite indicar a “causa pela qual uma *virtù* foi derrotada”, ela também torna possível conceber “uma *virtù* superior, capaz de não repetir o erro”. Cesare, ao invés de ser outra história de fracasso, é o modelo de uma *virtù* tendencialmente perfeita e bem-sucedida, mas que, *apesar disso*, também fracassa¹⁴².

¹⁴¹ Aliás, o duque não somente havia assimilado o lugar que a força política, convertida em força militar, ocupava dentro das relações entre potências, mas, também, percebido que a segurança de um domínio passava pelo modo de relacionamento entre governantes e governados.

¹⁴² Para Sasso (1988, p. 65), por exemplo, Maquiavel havia proposto essas ações como “modelo” de *virtù* porque, “psicologicamente, tinha a necessidade de mostrar ao “príncipe novo” (e a si mesmo, que vinha construindo a árdua teoria)” que o compromisso que o esperava era “difícil, porém, não como em certos momentos tinha temido, e sempre voltava a temer, “impossível””. Para demonstrar essa posição, não havia outro argumento melhor do que aquele que consistia em indicar “ao príncipe novo de hoje e de amanhã que aquela tarefa já havia sido executada, ontem, por um príncipe, virtuoso, mas desafortunado”. Nesse mesmo tom, Inglese (2006, p. 63 e 2013, p. 55, nota 153, grifo nosso) explica que o exemplo do duque Valentino operava como uma referência àqueles que, porventura, quisessem encontrar “no vivo presente dos modernos, e não somente na antiga perfeição romana, a *fisionomia da virtù política completa*”. Dito de outro modo, a exemplaridade de Cesare estaria em sua encarnação da “*arte dello stato*”, da “política, enquanto práxis que recebe o próprio critério das férreas necessidades de um conflito totalmente incondicionado, totalmente privado de normas e garantias pré-ordenadas” (INGLESE, 2006, p. 65). A “*virtù*”, no final, seria esse “saber” que “pode ser imitado, aprendido e ensinado” (INGLESE, 2006, p. 64). Para Chabod (1964, p. 62-63), Maquiavel achava o Valentino “perfeito realmente”, sobretudo porque havia procurado criar “um Estado unitário e forte, perseguindo as mesmas aspirações às quais, na

Dentro do campo de ação e das competências dessa *virtù*, que age em substituição àquela fortuna inicial, o domínio da dinâmica política está associado ao domínio da arte da guerra. Entre os modernos, em uma Itália fragmentada, débil no campo militar e refém de potências estrangeiras, o caso do duque Valentino se erguia como exemplar não somente por sua capacidade de balizar o contexto e os efeitos de suas ações, mas também por atestar que a exequibilidade de um projeto naquelas dimensões.

2.1.2.3 O principado e o príncipe novo: a conquista através da crueldade

De acordo com Maquiavel, a passagem de um particular à condição principesca, seja através da *virtù* e das armas próprias, como ratificava os exemplos mítico-históricos de Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu, ou da fortuna e das armas alheias, com o caso peculiar de Cesare Borgia, não esgotam as possibilidades de conquista de um estado. Dispomos ainda de “dois outros modos” anômalos, que não se encaixam dentro dessa tipificação principal: o primeiro, refere-se à ascensão ao principado “por via criminosa e nefanda [*scelerata e nefaria*]”, objeto do Capítulo VIII; o segundo, quando um “cidadão particular [*privato cittadino*] torna-se príncipe de sua pátria com o favor de seus concidadãos” (*O Príncipe*, VIII, p. 37), temática do Capítulo IX.

Para ilustrar o recurso às crueldades e aos atos criminosos como meio de conquista de um poder político, o Secretário florentino recorre a dois exemplos – um antigo e outro moderno –, considerando-os “suficientes a quem *precisar* [*fussi necessitato*] imitá-los” (*O Príncipe*, VIII, p. 37, grifo nosso).

Entre os antigos, nos deparamos com o caso de Agátocles Siciliano, senhor de Siracusa entre 316 e 289 a.C., que reuniu a Sicília grega sob a influência de sua cidade e afirmou o predomínio da parte helênica sobre os cartagineses na ilha (RUGGIERO, 2015, p. 213). Esse rei, contextualiza

solidão da vila [de San Casciano], se volta o pensamento do autor”. Todavia, *O Príncipe* “não é a glorificação de Borgia, como não o é de todos aqueles os outros senhores” trazidos à cena. Mas, “como o Estado pode fundar-se somente sobre uma pessoa determinada, e dado que deve ser criado, antes de tudo, no âmbito da *virtù* individual, e que a matéria inerte espera para receber a impressão de um valor “excessivo”, torna-se instintivo centralizar a análise em torno de qualquer figura que confira capacidade de síntese humana aos fragmentos esparsos, racionais e passionais; e a figura que domina e, naturalmente, o filho de Alexandre VI, tantas vezes blasfemado pelos republicanos florentinos”.

Maquiavel, de “ínfima e abjeta condição”, “filho de oleiro”, sempre apresentou “uma conduta criminosa durante toda a vida”. Porém, como praticava suas “vilanias com tanta força de ânimo e de corpo”, ao ingressar na milícia, “conseguiu promover-se até chegar a ser pretor de Siracusa”. Ao ocupar o cargo, “*decidiu tornar-se príncipe e ter, pela violência e sem obrigações para com outros, aquilo que por consentimento lhe havia sido concedido*” (*O Príncipe*, VIII, p. 37, grifo nosso).

Em conluio com Amílcar, o Cartaginês, que tinha exércitos estacionados na Sicília, “reuniu certa manhã o povo e o Senado de Siracusa como se tivesse que deliberar coisas pertinentes à república”, e, com um “sinal combinado, fez seus soldados assassinares todos os senadores e as pessoas mais ricas do povo”. Após a matança, “ocupou e manteve o principado daquela cidade sem qualquer controvérsia civil” (*O Príncipe*, VIII, p. 38).

Assim, considerando suas ações e sua vida, não poderíamos atribuir sua trajetória à fortuna, pois não foi “pelos favores de alguém” que obteve sucesso, mas, “passando por todos os postos da milícia, através de mil perigos e dissabores, chegou ao principado, que depois conservou em meio a tantas animosidades e perigos”. Do mesmo modo, não podemos considerar como um ato de *virtù* o assassinato de seus “concidadãos”, a traição dos “amigos”, a falta de “fé, piedade [...] e religião” (*O Príncipe*, VIII, p. 38).

Nesse caso, o conceito de *virtù*, central para toda a reflexão maquiaveliana, ainda que de um jeito tímido, apresenta uma conotação de moralidade política. Os atos de crueldade cometidos por Agátocles bem podiam tê-lo auxiliado na conquista de seu poder, mas a ele era negada a “glória” dos grandes fundadores. De fato, pondera Maquiavel, se considerarmos somente a *virtù* com que “entrou e saiu dos perigos e a força de seu ânimo ao suportar e superar adversidades”, não existem motivos para considerá-lo como “inferior a qualquer excelente capitão”. Porém, “sua feroz crueldade e desumanidade, mais a sua infinita malvadeza, não permitem que seja celebrado entre os homens excelentes” (*O Príncipe*, VIII, p. 38)¹⁴³.

¹⁴³ Para Victor A. Santi (1979, p. 49-50), por exemplo, poderíamos até mesmo afirmar uma espécie de “gradação” (termo nosso) da *virtù*: desde uma distinção entre a *virtù* verdadeira e uma parcial, até o ponto de uma *virtù* mínima e insignificante. Nesse caso, a “glória” seria o

Entre os modernos, temos o exemplo de Liverotto da Fermo, cujas ações ainda eram muito vívidas ao Secretário e seus contemporâneos. Criado por Giovanni Fogliani, seu tio materno, ingressou cedo no exército de Paolo Vitelli. Quando o *condottiere* é assassinado, pelas mãos da República de Florença, sob a acusação de traição, Liverotto passa para as fileiras de Vitellozzo Vitelli, irmão do antigo comandante. Ali, em “em pouquíssimo tempo, por ser engenhoso, forte e valoroso, tomou-se o principal homem de sua tropa”. Todavia, “parecendo-lhe [...] coisa servil estar sob ordens de outros, pensou em ocupar Fermo”, sua cidade natal, “contando com a ajuda de alguns cidadãos, que preferiam a servidão à liberdade de sua pátria, e também com o favor de Vitellozzo” (*O Príncipe*, VIII, p. 39).

Para realizar seu propósito, escreveu ao seu tio “dizendo que, como havia estado muitos anos fora de casa, queria revê-lo, visitar sua cidade e cuidar do seu patrimônio”: “já que havia lutado pelo único motivo de conquistar honra, queria que seus concidadãos vissem que ele não passara o tempo em vão e desejava chegar pomposamente, acompanhado de cem cavaleiros, entre amigos e servidores”. Dessa forma, pedia a Giovanni que providenciasse uma recepção solene, diante dos concidadãos. As solicitações foram atendidas, e Liverotto entraria em Fermo sendo recebido “com todas as honrarias” (*O Príncipe*, VIII, p. 39).

Em seguida, convidou Giovanni e todos os homens mais importantes da cidade para um “banquete muito solene”. Após o repasto, Liverotto, “de caso pensado, pôs-se a discutir certos assuntos graves, falando da grandeza do papa Alexandre e de Cesare, seu filho, assim como de suas campanhas”. Ao ser

resultado de uma *virtù* absoluta, que, por sua vez, é fundada sobre a *moralidade*, e não sobre a mera coragem ou astúcia. Para tocar a “glória”, negada para Agátocles, a *virtù* parcial, isenta da dimensão moral, não basta. Sobre isso, cf. o capítulo III: “Gloria” in rapporto a “virtù” e “fortuna” (SANTI, 1979, p. 37-54). Lefort (1972, p. 380, grifo nosso), ao contrário, acredita que Maquiavel tenha, aqui, rechaçado qualquer contorno moral, concentrando-se em uma dimensão política. Para o francês, “ao revelar que não há *virtù* sem glória”, o Secretário dá a entender que não é possível “definir a ação política sem considerar ao mesmo tempo a representação que os homens fazem dela”. Isso não significa que a *virtù* seja incompatível com o crime, a mentira e a falta de religião, mas nega que “se poderia cobrir com um tal *nome* estes meios de conquistar o poder”. Seria inegável que Agátocles, ao rechaçar a invasão de Cartago, levar a guerra à África e se unir aos seus súditos, conquistou “certa glória”. Mas isso não “apaga a marca de origem de seu poder, nem seus primeiros crimes, dos quais sabemos se assemelham aos perpetrados pelos mais nobres políticos, mas apaga o fato de que *foram cometidos sem justificativas*, ou *sem disfarce*, por um homem que nada, senão sua ambição, destinava a reinar”.

interpelado, de súbito “se ergueu, dizendo que aquilo era assunto para se falar em um lugar mais reservado, e retirou-se para um quarto, onde Giovanni e todos os demais o seguiram”. No aposento, “mal se haviam sentado, quando saíram de um esconderijo alguns soldados que assassinaram Giovanni e todos os outros”. Depois do homicídio, Liverotto “atacou o governo no palácio, o qual, com medo, foi forçado a obedecê-lo e nomeá-lo príncipe”. Assim, assassinando “todos os que, por estarem descontentes, poderiam atacá-lo, consolidou-se com novas leis civis e militares”. Com isso, “ao fim de um ano, durante o qual manteve o principado, não somente estava seguro na cidade de Fermo, como ainda se tinha tornado temido por todos os vizinhos” (*O Príncipe*, VIII, p. 40). De fato, seu ocaso seria determinado não por insurgências internas ou ameaças externas, mas pelos acontecimentos em Senigallia quando, da mesma forma que o possibilitador da tomada de sua cidade, Vitellozzo, seria executado por Cesare Borgia.

Portanto, os meios empregados por Agátocles e por Liverotto no processo de conquista do poder político impedem que sejam celebrados entre as personalidades do Capítulo VI. Do mesmo modo, em suas ações, quase nada poderia ser atribuído à influência da fortuna¹⁴⁴.

Em síntese, essa modalidade anômala de conquista apresenta uma possibilidade, mesmo que frágil, de êxito. Sob a luz de nosso propósito analítico, devemos considerar o fato de que, também aqui, ressurge a pertinência do elemento militar. Tanto a tomada de Siracusa e de Fermo, como também todos os seus desdobramentos, não poderiam ter acontecido sem o suporte de um exército, cuja função revelou-se estrutural. As tropas de Amílcar não foram

¹⁴⁴ Mas, devemos nos perguntar, como essas cidades, conquistadas na base da perpetração de violências descabidas, puderam ser conservadas? Ou melhor, como, “após infinitas traições e crueldades”, esses governantes “puderam viver seguros em sua pátria e defenderem-se dos inimigos externos por longo tempo”? Para Maquiavel, essa relativa estabilidade seria o resultado da “crueldade mal-empregada ou bem empregada”. A crueldade considerada como “bem empregada” – caso seja, acrescenta em um sentido vagamente moral, “legítimo falar bem do mal” – é aquela feita de “uma só vez pela necessidade de garantir-se e depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditos”. As mal-empregadas, ao contrário, são aquelas que “ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo, ao invés de se extinguirem” (*O Príncipe*, VIII, p. 41). A transformação de um particular em príncipe e a possibilidade de sua manutenção pressupõe que os atos criminosos não sejam utilizados como exercício contínuo durante o governo. A fragilidade dessa pertinência está no fato de que a inclinação à crueldade não pode se manifestar como um dado inscrito na natureza do novo governante, e, por isso mesmo, imodificável.

acessórias para o projeto de Agátocles, mas *essenciais*, inclusive para a consumação da carnificina que instituiu seu governo. Os soldados de Vitellozzo, do mesmo modo, prestaram um auxílio *indispensável* ao plano meticuloso de Liverotto. “Essenciais” e “indispensáveis” em sentido específico: sem elas, esses indivíduos, enquanto cidadãos, não poderiam ter se convertido em príncipes¹⁴⁵.

Agátocles e Liverotto, que assim como Borgia tinham a vida marcada pela experiência na guerra, operam outra espécie de conquista, unindo as armas alheias à crueldade. Enquanto não podemos atribuir a tomada do poder às concessões da fortuna, nem aos atos de *virtù* pelas crueldades perpetradas na fase inicial, a dimensão militar permanece como uma constante.

2.1.2.4 O principado e o príncipe novo: a conquista através do apoio dos concidadãos

Assim, alcançamos o último momento argumentativo a respeito da conquista. Encerrando a discussão sobre os meios para essa aquisição, no Capítulo IX Maquiavel traz à cena a controversa questão do “*principato civile*”.

Por definição, o principado civil é aquele onde um “cidadão privado [*privato cittadino*]” ascende ao poder “não por atos criminosos nem outras violências intoleráveis”, mas “pelo apoio de seus concidadãos [*cittadini*]” (*O Príncipe*, IX, p. 43). Isto é, surge como expressão da vontade dos membros de uma cidade, ou, ao menos, de uma parte significativa deles¹⁴⁶. Desde o início, então, podemos notar que a questão da conquista, nesse momento, assume uma posição atípica dentro do quadro expositivo maquiaveliano. Um indivíduo particular toma o poder político e torna-se príncipe de uma cidade não pelas vias armadas e recorrendo à força, elementos até agora regulares, mas pelo *favore delli altri sua cittadini*.

Para alcançar essa posição, explica o Secretário florentino, “não é necessário ter muita *virtù*, nem muita fortuna, mas antes uma *astúcia afortunada*”. Ao contrário do que ocorre com a *virtù* e a fortuna, mas também

¹⁴⁵ Lefort (1972, p. 375) chega a considerar essas ações como um “*coup d’État militaire*”.

¹⁴⁶ Esse argumento é proposto por Larivaille em no artigo *Il capitolo IX del Principe e la crisi del “Principato civile”* (1998, p. 225).

com a crueldade, pouco sabemos sobre a *astuzia fortunata*. Nesse caso, apenas podemos notar que sua atuação destoa drasticamente das situações anteriores. Agora, o ator político é destituído do protagonismo que o levava ao posto principesco, e a ele é reservado um papel de coadjuvante. Tornar-se príncipe através do apoio dos concidadãos implica que esse movimento não corresponda a uma ação específica e direta de *tomada* do poder, mas, antes disso, que sua *investidura* ocorra pelo *apoio* de uma das categorias de indivíduos presentes nas cidades: “ou pelo favor do povo ou pelo favor dos grandes” (*O Príncipe*, IX, p. 43, grifos nossos).

Por consequência, a conquista por meio da “astúcia afortunada” seria resultado de uma determinada conjuntura em que o novo príncipe é caracterizado por uma espécie de passividade¹⁴⁷. Conforme nota Larivaille (1998, p. 229-230), isso significa que ele havia, por certo, com sua “astúcia, preparado o terreno inculcando nos ânimos [dos cidadãos] uma imagem de si adequada”, lisonjeira, implicitamente predispondo o próprio nome ao principado, mas “a eventualidade de seu tornar-se príncipe permaneceu confiada à fortuna”: e uma ocasião oferecida pela fortuna não a ele, a uma ação de conquista pessoal de poder, mas a “um dos dois componentes políticos da cidade, que são responsáveis por levá-lo ao principado”. Este surge como o “efeito de uma ação à qual o beneficiário não participa”. Não, ao menos, diretamente.

O “cidadão privado”, por isso, ocupa o principado motivado pela ação “do povo” ou “dos grandes”. A conjunção alternativa e excludente dos termos se justifica pelo fato de que no regime incipiente, bem como em “todas as cidades”, existem “dois humores diversos”. De um lado, o *povo*, que “não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes”; do outro, os *grandes*, que “desejam comandar e oprimir o povo”. Aqui, estamos diante de uma cisão estrutural e natural, cujos desejos inconciliáveis e antagônicos desautorizam qualquer espécie de concórdia. Desses dois apetites diversos surgem nas cidades um destes “três efeitos”: o “principado”, a “liberdade” ou a “licença” (*O Príncipe*, IX, p. 43).

¹⁴⁷ Maquiavel definirá a ação em termos passivos: “el principato è *causato* o dal populo o da' grandi”.

Ou seja, a contraposição desses dois desejos promove um quadro de situações “constitucionais” distintas. Esses *effetti* podem ser definidos, como afirma Frosini (2005, p. 200, grifos nossos), sobre a base de uma polaridade que se sustenta entre a liberdade e a licença. Pelo lado da liberdade, está o vigor do corpo político, onde o equilíbrio dos humores se sustenta em seu desequilíbrio. Pelo lado da licença, está a corrupção, onde existe a prevalência de um dos humores sobre o outro. Portanto, o *principado* surgiria como um *momento onde intervém* (ou melhor, que é feito intervir por uma das partes em conflito) *sobre um equilíbrio que ameaça romper-se* (e porque ameaça romper-se)¹⁴⁸.

Esse novo governo, explica o Secretário florentino, “provém [è *causato*] do povo ou dos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma ou outra dessas partes”. Os grandes, quando percebem “que não podem resistir ao povo, começam a exaltar a fama de um deles e os tornam príncipe para poder, sob sua sombra, desafogar o apetite”. O povo, do mesmo modo, “quando percebe que não pode resistir aos grandes, dá reputação a alguém e o faz príncipe, para ser defendido por sua autoridade” (*O Príncipe*, IX, p. 43).

À vista disso, o afloramento dessa forma de constituir-se principesco parte de um pressuposto específico: uma cidade em crise, onde o *vivere civile* está ameaçado pela disfunção na mediação dos humores entre grandes e povo. O

¹⁴⁸ Larivaille (1998, p. 228-229) interpreta a passagem de modo distinto. Para o intérprete, a liberdade, utilizada sinonimicamente à república ou ao *vivere libero*, ocorre quando os conflitos entre o povo e os grandes alcançam o equilíbrio, onde as instituições são capazes de “canalizar e normalizar o desafogo dos *dois humores*”. Disso, os dois efeitos restantes não poderiam derivar de outra coisa, senão da ruptura, “mais ou menos grave, do equilíbrio institucional garantido pela *liberdade*”: o *principado civil*, tema do capítulo, e a *licença*, “quando a situação é tal a ponto de excluir, até mesmo, a vitória de um *humor* sobre o outro, degenerando no vazio institucional e na anarquia”. De qualquer maneira, apesar da divergência acerca do que significaria a “licença”, se a sobreposição, ou não, de uma categoria em detrimento da outra, permanece o fato de *o principado operar como um intermediário* entre o funcionamento das instituições que regulam o conflito e o seu degenerar-se. Dessa passagem, Lefort (1972, p. 381) vai além. Para o francês, Maquiavel, ao limitar as formas de governo a apenas três, estaria abandonando as classificações tradicionais onde se opunham os regimes legítimos e os ilegítimos, os são e os corrompidos. Nesse caso, o relevante seria somente “a maneira pela qual se resolve a *luta de classes* [*lutte de classes*]”: “ou esta engendra um poder que se eleva acima da Sociedade e a subordina inteiramente à sua autoridade”, no principado, “ou ela se regula de tal maneira que ninguém está submetido a ninguém”, na liberdade, “ou ela é impotente para se reabsorver no seio de uma ordem estável”, na licença. Contudo, Lefort, nesse momento, parece superestimar o papel do entrelaçamento de grandes e povo para a caracterização da tipologia de regimes que compõem o pensamento maquiaveliano. Embora de pertinência singular, o dissenso, no Capítulo IX, importa como promotor do *principado civil* em específico, e não como sujeito ativo para a classificação dos principados enquanto modo de governo genérico (que aguarda uma adjetivação).

principado civil não é uma simples possibilidade derivada do arranjar-se das partes em dissenso¹⁴⁹, mas aparece como uma *alternativa* para solucionar o problema de um estado que flerta com o colapso, isto é, que se avizinha de uma guerra doméstica.

Nesse caso, o príncipe civil é *tornado* príncipe como *efeito* de uma conjuntura decadente, que é incapaz de conter os conflitos dentro dos canais ordinários. Diante da insuficiência institucional, representada pela impotência de um humor para resistir ao seu contrário, o novo governante conquista seu posto, pelas vias passivas e pacíficas, para manter a existência do dissenso, que, ao contrário disso, ameaça romper a “ordem” política caso descambe para um conflito armado e violento.

Aliás, pouco sabemos sobre a organização política antes vigente nessa *città* em declínio – embora existam indícios de que Maquiavel pensasse em um regime republicano quando postulava a saída à ruína oriunda dessa causa¹⁵⁰. Mesmo indefinido, estamos diante de um regime inábil para lidar com a tensão que brota da simples existência de grandes e povo. É desse cenário, inclinado ao esborrachamento interno, que um sujeito particular chega ao posto principesco.

¹⁴⁹ Como, por exemplo, quer Lefort (1972, p. 381), ao propor o principado como uma das maneiras pelas quais a luta de classe se resolve, onde ou “engendra um poder que se eleva acima da Sociedade e a subordina inteiramente à sua autoridade”.

¹⁵⁰ No início do Capítulo VIII, Maquiavel ponderava que “como ainda existem dois outros modos de se passar de simples particular a príncipe, que não se devem apenas nem à fortuna nem à *virtù*, parece-me que não se deve deixar de abordá-los, embora um deles *possa ser discutido mais amplamente onde se tratar de repúblicas*” (*O Príncipe*, VIII, p. 37, grifo nosso). O caso do principado civil *poderia* ser discutido nos *Discursos*. Para Larivaille (1998, p. 227), mesmo a palavra “cidade”, recorrente duas vezes no capítulo, que em outros lugares é usada em alternância com o termo *república*, de conotação mais claramente política, nessa oportunidade estaria designando, “se não uma república própria e verdadeira, ao menos uma *civitas*”, entendida no sentido de “conjunto de *cives* governados pelas mesmas instituições”, “coletividade cidadã”. Cadoni (1974, p. 169-217), no apêndice *Libertà e Repubblica in Machiavelli*, ponderava que, se, no Capítulo IX, a “liberdade” indicava uma estrutura estatal diversa tanto do “principado” quanto da “licença” anárquica, qual poderia ser essa estrutura se não o regime republicano? Além disso, devemos observar que o Capítulo IX é atravessado por uma *escolha* terminológica que nos remete aos governos republicanos. O Secretário florentino emprega “*cittadini*” ao invés de “*sudditi*” para falar dos habitantes desse domínio em formação. Disso, ou admitimos que o principado civil, ao menos tendencialmente, se refere a um regime republicano, pelos indicativos e pela linguagem utilizada, ou deveríamos propor uma espécie revisionismo no léxico maquiaveliano (com a extensão de “*cittadinanza*” também aos “*sudditi*”), o que, todavia, esse não parece ser o caso.

Nesse sentido, o principado será caracterizado de acordo com o grupo que inicialmente sustentou seu alvorecer: de um lado, o *principado civil-optimate*, aberto pelos grandes quando percebem que sua capacidade de opressão é reduzida por algum aumento de poder do povo; de outro, o *principado civil-popular*, quando o povo é inapto a defender-se do movimento opressivo dos grandes¹⁵¹.

Considerando a ascensão diferenciada, explica Frosini (2005, p. 201), a *função* que o príncipe civil desempenha também não pode ser a mesma, pois ele representa “um momento da luta entre os dois apetites”, que não é escolhido para “refundar o espaço civil”, mas porque sua atuação “*prolonga* a luta preexistente, curvando-a em um sentido ou em outro”. De acordo com os desejos particulares de cada categoria, o principado pode representar duas coisas muito diversas, acarretando resultados políticos opostos: enquanto o príncipe civil-optimate abre o caminho para a “destruição definitiva do equilíbrio dos humores”, e assim “à destruição do corpo político por obra de uma oligarquia que subtrai os direitos da maioria”, o príncipe civil-popular é o “instrumento de um reequilíbrio dos poderes” (FROSINI, 2005, p. 201).

Na verdade, a *origem* do poder principesco refletirá, sobretudo, na questão de sua *estabilidade*. O novo governante, quando alçado à sua posição pelos interesses dos grandes, encontra seu campo de ação limitado. Quem “chega ao principado” por essa maneira, afirma Maquiavel, “mantém-se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo”, porque o “primeiro se vê cercado de muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo”. Enquanto isso, o príncipe popular “encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém ou pouquíssimos que não estejam prontos a obedecê-lo” (*O Príncipe*, IX, p. 44).

Essa fragilidade preliminar escancara o árduo empreendimento que aguarda o príncipe optimate. Em primeiro lugar, os objetivos que motivam os grandes são, de certa maneira, “desonestos”. Para satisfazê-los, o príncipe deve,

¹⁵¹ Doravante, dedicaremos uma atenção particular à caracterização desses humores, porque eles não somente atuam como motor de promoção do principado civil, enquanto “agentes da conquista”, enquanto investidura, mas continuam a afetar a estabilidade e a possibilidade de efetiva consolidação de um novo principado.

necessariamente, injuriar o povo, que, por sua vez, persegue “fins mais honestos”, já que querem apenas “não ser oprimidos”¹⁵². Em segundo, um príncipe “não pode *jamaiz* proteger-se contra a inimizade do povo, porque são muitos”, porém, “pode-se garantir contra os grandes porque são poucos”. Em terceiro, enquanto um povo hostil apenas abandona o príncipe, os grandes, quando inimigos, também o atacam, pois “tendo mais visão e astúcia, precavêm-se sempre a tempo de se salvar e procuram aproximar-se daquilo que espera que vença”. Em quarto, se ao príncipe é obrigatório “viver com o mesmo povo”, quanto aos grandes é “perfeitamente possível” dispensá-los, “pois pode a cada dia fazê-los e desfazê-los, dar-lhes e tirar-lhes a reputação, a seu gosto” (*O Príncipe*, IX, p. 44).

Alicerçado nesse quadro, o Secretário florentino extrai uma importante diferenciação entre a *via de acesso* ao poder, as condições conjecturais que haviam dado ao cidadão particular a investidura principesca, e o seu *exercício*. Diante da expressão fantasiosa e perigosa do apoio dado pelos grandes, que enxergam o príncipe como um instrumento para desafogar seu desejo opressivo, como um indivíduo *dos* grandes e que permanece *como* um dos grandes mesmo após a atribuição, não se elevando acima da categoria, mas a ela permanecendo atrelado¹⁵³, Maquiavel não hesita em apresentar o *povo* como o principal fundamento para o funcionamento de um principado. Não somente sob a ótica da ascensão, mas da própria manutenção da ordem política: o apoio popular não

¹⁵² “[...] não se pode satisfazer honestamente [*con onestà satisfare*] aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais honestos [*piú onesto fine*] que os dos grandes, visto que estes querem oprimir enquanto aqueles querem não ser oprimidos” (*O Príncipe*, IX, p. 44). Surpreendentemente, Maquiavel recorre à honestidade, termo impregnado pela moral, para indicar a precariedade do principado optimate. Todavia, como observa Lefort (1972, p. 386), que o povo seja mais honesto que os grandes, interessa ao príncipe “apenas porque pode extrair disso um ensinamento político”, onde o exercício do poder será facilitado caso possa satisfazer, a um menor custo, as necessidades de seus partidários, “quer dizer, fazer economia de violência e de reduzir assim os perigos aos quais está exposto”.

¹⁵³ Sobre essa passagem, Lefort (1972, p. 383) nota que os grandes colocam o príncipe no poder só aparentemente, e o fazem “apenas por temor do povo, para serem confirmados em seu estatuto de opressores”. Esse poder forte “que decidiram criar” deve ser exercido apenas contra seu adversário, já que “eles mesmos jamais estão dispostos a obedecer”. Para eles, “o príncipe não está acima das classes [*classes*], não é um árbitro cujo julgamento estaria subtraído à contestação”: é seu igual, de modo que este “não poderia nem comandá-los, nem governá-los à sua maneira”. Ao contrário, caso ele se funde sobre o povo, “nenhuma resistência lhe será oposta, dado que sua ação contra os Grandes responderá à expectativa que foi posta em seu governo”.

pode ser um aspecto facultativo. O príncipe civil, seja de extração popular ou optimate, depende do povo para sua consolidação¹⁵⁴.

Como esclarece, o indivíduo que se torna príncipe pelo favor do povo “deverá manter sua amizade”, o que será fácil, “pois tudo que lhe pedem” é que não sejam “oprimidos”. Àquele que se torna “príncipe pelo favor dos grandes e contra o povo” cabe, “antes de qualquer outra coisa”, “procurar conquistá-lo”, “o que também será fácil, se lhe der proteção”. Se considerarmos o fato de que “os homens se ligam mais ao seu benfeitor se recebem o bem quando esperam o mal”, então não parece absurda a colocação de que o povo possa se tornar “mais rapidamente favorável ao príncipe do que se ele tivesse sido conduzido ao principado graças ao seu apoio”. Por certo, salienta Maquiavel, o “príncipe pode conquistar o povo de vários modos”, embora não seja possível “dar uma regra certa, pois variam segundo a situação”. Aquilo que se revela de extrema relevância é a constatação de que “é necessário ao príncipe ter o povo como amigo”, pois, “caso contrário, não terá remédio na adversidade” (*O Príncipe*, IX, p. 45).

A partir desse momento, vemos surgir o elemento que, talvez, seja o mais relevante dentro do Capítulo IX para toda a economia d’ *O Príncipe* e, em geral, para as teses maquiavelianas: a necessidade de uma fluída relação entre príncipes e súditos. Passado o momento caótico da conquista de um principado, a manutenção das estruturas políticas e a consolidação do novo governante dependerão do modo como ocorre o relacionamento com a camada popular. O

¹⁵⁴ Para Sasso (1980, p. 348), quanto à “gênese”, a “civilidade” do principado reside no favor “cidadão” (grande ou povo), mediante o qual o “privado” o ascende. Mas, quanto ao “exercício” do poder a questão se complica. No final, para o intérprete italiano, “civil” será o príncipe que governa no interesse do povo: e por isso pode não somente acontecer que, no exercício do poder, se torne de fato “não civil” o príncipe que, sendo ascendido ao principado com o favor dos grandes (merecendo, por isso, o título de “civil”), em nome deste governe, contra o povo; mas, também, o contrário: ou seja, aquele que tornado príncipe com a violência, a crueldade e a usurpação, ganhe, no “exercício” concreto de um poder que beneficie o povo, o título da “civilidade”, que, em referência à gênese, não lhe pertenceria por direito. Ora, o erro de Sasso está em estender a “civilidade” para todo e qualquer príncipe que, indiferente do meio da conquista de seu principado, busque a “benevolência” popular. Maquiavel não nos autoriza a realizar esse movimento associativo. Aliás, indiferentemente do mecanismo utilizado para chegar ao principado, o apoio do povo é essencial para todos. Nem por isso, por exemplo, Borgia, que também inclinava-se nessa conquista da benevolência, poderia receber o título de príncipe civil. Antes, “civil” é o príncipe levado ao poder por seus concidadãos e que em seu exercício busca assegurar a manutenção do dissenso, tendendo para um dos lados em conflito.

lugar que o povo ocupa dentro da dinâmica política principesca é essencial. E, sobre isso, é conveniente que façamos um breve aceno interpretativo, pois, como veremos sob a perspectiva militar, a possibilidade de formação de um exército por um príncipe aparecerá condicionada à interação príncipe-povo¹⁵⁵.

Masiello (1971, p. 109), por exemplo, sustenta que a teoria do principado civil teria cumprido um papel essencial para o entendimento do pensamento do Secretário florentino. Para o intérprete italiano – que propõe uma leitura pragmática do Capítulo IX¹⁵⁶ –, nessa ocasião se manifesta o vínculo necessário entre o povo, que reconhece no príncipe a defesa dos próprios interesses de classe, e o príncipe, que reconhece no povo o fundamento e a garantia de estabilidade. Em outros termos, a proteção e a tutela dos interesses do povo são o “elemento agregador e coesivo” de uma “aliança” que, por ser tal, “consiste em

¹⁵⁵ De novo, Sasso (1980, p. 344) se equivoca em conectar o tema das “armas” exclusivamente com os principados civis, “fundados sobre o “favor” do povo e não sobre a arrogância dos “grandes””. De fato, buscar uma espécie de “envolvimento” popular parecerá ser a prerrogativa para a formação de um exército no seio de um regime principesco. Mas essa “busca” pelo “consenso” não pode ser uma característica atribuída *somente* ao principado civil. A fragilidade da interpretação de Sasso (p. 345-346) reside na afirmação de que *O Príncipe* é “uma descrição dos principados guiada por um critério de valor, e, por consequência, uma “escolha””. Este critério e essa escolha seria o “principado civil”, em qualquer que seja a situação onde o príncipe volte seu poder “para defender o povo contra a ambiciosa rapina dos grandes e sobre o seu favor o funda e o consolida” (SASSO, 1980, p. 349). Nesse caso, todos os principados deveriam se encaminhar à sua expressão civil.

¹⁵⁶ Acerca dessa dimensão pragmática, Masiello, sob um viés, ao menos linguístico, marxista e gramsciano, afirma que a teoria do “principado civil” se apresenta como uma “alternativa global para as direções gerais da política contemporânea: em um projeto de resolução da crise histórica e social em ato, através da constituição de um “bloco histórico” que ligue o poder central às massas burguesas produtivas, sobre o modelo da linha de desenvolvimento das grandes monarquias europeias” (1971, p. 109). Com efeito, *o principado* “não é uma fase do ciclo evolutivo das formas políticas segundo o ritmo polibiano, mas é *o ponto de chegada da crise da Itália do Trecento*, que levou ao poder Michele di Lando, o duque de Atenas, e depois os Medici, sempre segundo uma precisa lógica de poder (1971, p. 103, grifo nosso). Portanto, *aquilo que interessa a Maquiavel sublinhar*, “explicitamente introduzindo-se nas tensões e nos contrastes que colocavam em oposição notáveis setores da aristocracia ao regime Medici, *é a diferente garantia de estabilidade que oferece uma base social predominantemente popular em respeito a uma predominantemente aristocrática*” (1971, p. 104, grifo nosso). Também Cadoni (1974, p. 75) parece alinhar-se com a aplicabilidade do caso do principado civil, pois, afirma, o verdadeiro objetivo do Capítulo IX seria “individualar no “povo” a base social daquele “principado novo” que representa para a Itália a única via de saída para uma situação sem esperança”. Mais do que isso, Cadoni propõe o argumento de que Maquiavel teria interpretado a estrutura da monarquia francesa, com seu sistema de baronato, sob a chave do principado civil (sobre isso, cf. especificamente o capítulo II - *Politica e Società: il regno di Francia come principato civile*, in CADONI, 1974, p. 45-103). Larivaille (2014, p. 361), por sua vez, afirmará que Maquiavel havia encontrado na ruína de Soderini, em Florença, o exemplo de um príncipe civil fracassado: nisso, o Capítulo IX seria uma reproposta de uma aposta perdida com o gonfaloneiro para Giuliano e Lorenzo de’ Medici.

uma relação bilateral, em um encontro, em um “pacto social” realizado sobre o terreno dos interesses recíprocos” (MASIELLO, 1971, p. 107).

Devemos notar, na esteira das exegeses que versam sobre esse capítulo, que a importância do elemento popular não está restrita ao caso do principado civil. O envolvimento do povo na dinâmica do governo é uma regra central para a manutenção de *qualquer* poder político. Vemos surgir aqui uma espécie de princípio geral da ação política: o sucesso de *todas* as instituições depende do modo como os governantes se relacionam com a camada popular. Em todas as configurações de principados, do mesmo modo como nas estruturas republicanas, as ações governamentais estão sujeitas ao apoio dessa categoria de indivíduos. Ainda que, no momento da conquista de um novo domínio, o papel do povo possa ser variável, e até certo ponto dispensável, sendo ativo, somente, no caso do principado civil, a manutenção do estado recém-instaurado torna-se sujeita ao modo de relação que os novos príncipes instituem com ele.

Nessa perspectiva, para Cadoni (2014b, p. 350), “a teoria exposta a propósito do príncipe “civil” constitui uma “preciosa regra de conduta”, voltada também àqueles que, “com meios muito diversos”, conquistaram o poder¹⁵⁷. Frosini (2005, p. 204), por sua vez, afirma que a possibilidade de procurar e encontrar consenso também fora do terreno “civil” é “o ponto de partida do pensamento de Maquiavel”. Com efeito, a recomendação de que o príncipe novo deveria buscar o “favor” do povo já estava presente no Capítulo VI, VII e, em alguma extensão, no VIII, o que comprova que o florentino estava “convencido dessa possibilidade”. Este é, reforça, “o próprio fundamento da política”.

Na mesma direção, Masiello (1971, p. 101-102) sustenta que, embora o Capítulo IX pareça referir-se a um tipo particular e específico de principado, na verdade sua “singularidade” refere-se mais ao modo de ascensão ao poder do que ao seu “modo de gestão”, ou o “sistema de alianças sobre as quais um

¹⁵⁷ Porém, cabe nos perguntarmos, se a “amizade do povo” é uma exigência transversal, estendendo-se muito além do principado civil, por qual motivo Maquiavel teria abordado a questão nesse momento específico? De acordo com Cadoni (2014b, p. 350-351), a explicação para isso é “tão banal que parecerá supérflua”. Ao decidir discutir “o caso daqueles que obtiveram o principado” com o “favor dos outros cidadãos”, o florentino havia observado a pertinência de escolher “um daqueles humores sociais e políticos que em todos os Estados perseguem fins opostos”. Para examinar “qual desses assegurariam maior força e estabilidade não havia, portanto, ocasião melhor nem lugar mais apropriado do que o Capítulo IX”. Ou seja, o problema do apoio popular é abordado pela ocasião discursiva.

estado se rege” e, através das quais, atinge garantias de “posse” e “eficiência”. Pois, “alianças semelhantes se impõem, substancialmente, a toda forma de estado”. Nesse sentido, todo o tratado “termina girando em torno do problema proposto pelo capítulo”, e até os capítulos mais “dramáticos” e “famigerados”, que liquidam com as “ideologias ético-políticas tradicionais”, conquistam sentido político apenas quando confrontados com o “esboço da teoria da luta de classes”¹⁵⁸, que Maquiavel já havia elaborado nos primeiros capítulos do Livro I dos *Discursos*.

Ora, é justamente o eco dessa exigência que ouvimos ressoar em outros blocos temáticos d’*O Príncipe*. No Capítulo XVII, quando apresenta a tese acerca da importância de que os súditos cultivem um sentimento de temor para com o príncipe, ao invés de um vínculo baseado no amor, Maquiavel estaria definindo e determinando o terreno sobre o qual aquela relação se realiza, o terreno “não dos vínculos afetivos e sentimentais (para o qual não existe espaço na lógica utilitarista de Maquiavel), mas da solidariedade e comunhão de interesses”, da “recíproca utilidade” que constitui o “cimento real da aliança entre príncipe e povo” (MASIELLO, 1971, p. 119). De modo similar, no Capítulo X e XIX, também leríamos que na capacidade de o príncipe evitar o ódio dos súditos estaria escorada a “maior garantia de estabilidade de seu poder e o segredo último do sucesso político” (MASIELLO, 1971, p. 120).

Portanto, conforme sintetiza Masiello (1971, p. 122), o “eixo e o ponto central de referência das escolhas e dos métodos de ação política do príncipe devem ser representados pela necessidade de uma correta relação com o ‘povo’”, isto é, pela dimensão primordial da consolidação de uma “aliança”, de um “bloco de poder” em que o governante possa apoiar tanto a segurança interna como a externa do estado. No pensamento maquiaveliano, reforça o italiano, o povo, ao invés de ser relegado “às margens da vida estatal”, é instituído como

¹⁵⁸ Masiello (1971), Lefort (1972) e Cadoni (1974) utilizam “luta de classes” (“*lotta di classe*”; “*lutte de classes*”; “*lotta di classe*”) para definir os conflitos, em potência ou factuais, entre grandes e povo. Porém, o uso anacrônico dessa terminologia, impregnada pela célebre conotação que Marx daria ao conceito, pode induzir a uma interpretação equivocada do pensamento maquiaveliano. Para o Secretário florentino, a divisão das cidades entre povo e grandes, ao invés de se basear em aspectos socioeconômicos, como a definição marxista deixa entrever, deveria encontrar sua causa nos desejos: naquele de oprimir e comandar e no de não ser oprimido nem comandado.

fator central na organização de um novo estado, como condição primária da eficiência e da estabilidade de um domínio político.

A postura filopopular do Secretário florentino, universalmente pertinente, torna-se ainda mais explícita com o único exemplo positivo do capítulo. Nábis, “príncipe dos espartanos”, executou uma revolucionária lei agrária em benefício do povo, prejudicando os proprietários de terra, que buscaram amparo em Roma¹⁵⁹. O espartano “enfrentou o assédio de toda a Grécia”, um contingente da Liga Aqueia, e de um “exército romano vitoriosíssimo, defendendo contra eles a sua pátria e o seu estado”. Para isso, ao aproximar o perigo, bastou-lhe “contar com uns poucos”. Porém, “se tivesse o povo contra si, isso não lhe teria bastado”¹⁶⁰. Logo, caso um príncipe se apoie no povo, saiba “comandar”, seja um “homem de coragem”, que não se deixa “abater na adversidade”, que mobiliza a “maioria com seu ânimo e seu regime”, “jamais ficará desiludido com o povo e verá que lançou bons fundamentos”.

O modelo de Nábis, ressalta Larivaille (1998, p. 233), confirma uma tendência cada mais evidente para que o ângulo visual do capítulo seja alargado, e trate “das relações entre principado civil, grandes e povo de um modo” mais “extensível a todos os principados novos” que, independente da “variedade dos comportamentos induzidos pela variedade das situações institucionais que cada um precise enfrentar inicialmente”, algumas necessidades substanciais são iguais para todos, e, a primeira entre todas, está a “amizade” do povo.

Então, a eventualidade de sucesso para a “tomada” de um principado acaba subordinada à correta forma de relação com que o novo príncipe estabelece seu poder com o estrato popular. Contudo, envolver o povo no jogo político é apenas *parte* do processo de conquista. O principado civil, destoando de todos os outros tipos de principados considerados até agora, é caracterizado por uma “novidade” incompleta, ou não absoluta¹⁶¹.

¹⁵⁹ As notas de ordem histórica são de Inglese (2014a, p. 71, notas 39-41).

¹⁶⁰ “Porque o favor do povo basta para manter as forças internas, como bastou a Nábis, tirano de Esparta, quando toda a Grécia e o povo romano o atacaram: ele, que era garantido por poucos nobres, tendo a amizade do povo, com este se defendeu, o que não poderia ter feito se o tivesse por inimigo” (*Discursos*, I, 40, p. 129).

¹⁶¹ Os termos são de Frosini (2005, p. 201-2) que explica que o “principado civil”, como “principado eletivo”, diferencia-se dos principados novos até agora considerados, pois é caracterizado por uma “novidade” incompleta, não absoluta. Nesse caso, a função desse

Como vimos, dentro de uma conjuntura política em crise, as instituições civis, quando incapazes de conter o conflito, dão ensejo ao surgimento de um novo regime. Porém, como o príncipe civil executa um papel de interventor para assegurar a possibilidade do dissenso, o arcabouço “constitucional” do estado moribundo é, ao menos em um primeiro momento, mantido. Ou seja, se o principado surge como um momento de ingerência dentro de um quadro de descompasso na mediação dos humores, ele estará, de algum modo, atrelado às antigas instituições. E é exatamente *junto* com elas e com seu aparato político, oriundos não dos escombros derradeiros de um regime, mas de sua estrutura em decadência, que o novo príncipe deve governar.

Todavia, como nota Maquiavel, quando “estes principados [...] passam da ordem civil para a ordem absoluta [*sono per salire da lo ordine civile allo assoluto*]” é onde eles “costumam [...] correr perigo [*sogliono [...] pericletare*]” (*O Príncipe*, IX, p. 46). O argumento é importante¹⁶², pois “passar” da ordem “civil” para a “absoluta” resulta no constituir-se do governante como príncipe *de fato*.

Os príncipes, explica, governam ou “por si próprios”, de modo absoluto, ou por “intermédio de magistrados”, como é a condição dos príncipes civis. No último caso, por dependerem das magistraturas vigentes, a “situação é mais precária e perigosa, porque dependem em tudo da vontade dos cidadãos que foram nomeados magistrados”. Ou seja, o poder está subordinado à vontade e ao consenso das ditas magistraturas. Estas, em “tempos adversos, podem facilmente lhe arrebatam o governo, quer atacando-o quer não lhe prestando obediência”, onde o príncipe “não terá tempo de recobrar a autoridade absoluta em meio ao perigo” (*O Príncipe*, IX, p. 46).

capítulo é mostrar como é indispensável e eventualmente possível alcançar o principado novo verdadeiro e próprio – absoluto, nesse sentido.

¹⁶² Lefort (1972, p. 387), ao contrário, parece menosprezar a importância e os nuances da passagem da ordem civil para a absoluta. Para o francês, importa apenas que o príncipe se afirme, o quanto antes, como o único senhor para que não seja pressionado pelos acontecimentos para tomar o poder de modo absoluto. Ou seja, o poder absoluto sobre o estado seria uma característica do príncipe civil desde a primeira oportunidade. Ao contrário, Maquiavel postula o governante civil em meio às magistraturas e espera que a passagem para o principado absoluto seja o divisor que lhe atribui poderes de um príncipe novo. De todos os modos, Lefort, em geral, realiza uma leitura apressada do Capítulo IX, ignorando conceitos centrais para sua compreensão, como a ação da astúcia afortunada e das próprias magistraturas. Sobre isso, cf. LEFORT, 1972, p. 381-389.

De um lado, temos o príncipe civil, que, apesar da titulação, não se apresenta como o conquistador de um estado *ex novo* no sentido específico do termo, já que sua ascensão havia sido suportada por uma investidura e o exercício de seu poder permanecia vinculado às velhas ordenações civis, como as magistraturas. De outro, o príncipe absoluto, que é aquele que se afasta das condições que haviam lhe proporcionado a chegada ao principado e constitui, por concreto, um novo governo¹⁶³. Disso, derivam duas alternativas: ou príncipe civil permanece enquanto civil, mediando os humores e governando em meio às magistraturas, o que fragiliza seu poder; ou ruma em direção ao principado absoluto, onde ainda intervém no confronto que antes esgarçava a ordem política da cidade, mas onde agora detém o controle pleno do poder.

Sobre isso, como sintetiza Larivaille (1998, p. 234-235), para consentir que o príncipe civil “se transforme em príncipe *tout court*”, é necessário, “além de uma forte índole de caráter e uma adequada preparação pessoal”, uma dupla ação, “conduzida em duas direções rigorosamente complementares”: de um lado, “mobilizar a *amizade* do povo, ativá-la e arregimentá-la”; e, por outro lado, “libertar-se da dependência perigosa das magistraturas civis”.

O povo, portanto, ressurgue dentro da dinâmica de consolidação desse governo que busca afastar-se de sua antiga condição. No exercício do poder, um príncipe – e o artigo indefinido é proposital, já que não se trata apenas do caso civil – deve buscar alicerçar-se sobre os anseios populares. Um governante alçado ao poder pelos grandes, e que em seu exercício busca satisfazê-los, permaneceria, tão só, como príncipe civil-optimate, se não fosse “cassado” (ou caçado) por seus apoiadores.

Outra observação, aqui, deve ser realizada. Considerando a conquista “pacífica” do principado, a questão das *armas* teria espaço dentro da reflexão do Capítulo IX?

Se até o momento o recurso à violência era essencial à passagem de particular para príncipe, neste lugar ele reaparece de modo tangencial. Dentro

¹⁶³ Esse processo não parece substancialmente diverso daquele que enfrentava o príncipe novo no Capítulo VII. Enquanto a possibilidade de sucesso do governante que chegava ao poder pelas benesses da fortuna e das armas alheias estava condicionada ao afastamento das forças que lhe haviam proporcionado as condições da conquista, também aqui o príncipe civil deveria buscar autonomizar-se no sentido político-militar.

desse bloco argumentativo, a conquista era depositária de um aparato de força, mesmo que mínimo, para que pudesse ser promovida. Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu, Borgia, Agátocles e Liverotto: todos puderam contar, ainda que de modo diverso, com a colaboração da força, em alguma extensão, para a formação ou a conquista de seus domínios políticos. Até mesmo a titularidade das armas com as quais realizaram seus propósitos – se próprias ou alheias –, era um aspecto secundário. O ponto principal era a sua reincidência em todos os cenários.

Nesse caso, no entanto, as coisas se alteram. O príncipe civil, na ocasião *anterior* a sua investidura, não poderia dispor de uma retaguarda militar, ou sequer de ações violentas executadas *in persona* como meio à ascensão. Já no governo, enquanto subordinado às magistraturas e às instituições civis, acabava restrito a um campo de ação delimitado. O novo governante em quase nada diferia dos particulares que o cercavam. De fato, à relação instituída com os governados faltava um importante recurso, que, aos outros privados que galgaram ao posto principesco, estava disponível: a possibilidade de forçar.

Com efeito, a passagem da ordem civil para a absoluta implica na emancipação política do príncipe. A *inovação*, porém, enquanto *modificação drástica na natureza do poder*, apenas poderia acontecer quando o novo governante pudesse se diferenciar dos outros cidadãos, o que ocorre por sua capacidade de recorrer ao uso da força. Enquanto o cidadão desarmado permanece em sua condição de privado (aliás, era essa a característica que arrastava os profetas desarmados do Capítulo VI à ruína), mas aquele que conta com a benevolência popular, torna-se príncipe absoluto *concomitantemente* ao seu esforço para armar-se, isto é, quando pode forçar.

A ruptura com o passado institucional, e, por consequência, a formação de um principado *realmente* novo, passa por essa distinção. Como pondera Frosini (2005, p. 208), o príncipe agora coloca-se “diante do povo não como quem pede o consenso como “favor”, algo que pode ser acordado e desacordado, “mas como quem apela que o povo entre sob seu comando em um projeto de novo Estado”. A possibilidade de forçar institui a autonomia de seu poder político, torna-o, de fato, absoluto.

Assim, conforme nossa interpretação, no principado civil o elemento armado pode reaparecer em outra perspectiva. Embora a conquista do poder

não seja ditada por um expediente armado específico, o ciclo da inovação apenas se completa a partir do momento em que o príncipe alcança uma autonomia em relação aos súditos, o que, por sua vez, pressupõe a possibilidade do recurso à força. Existe aqui uma linearidade lógica: a instituição de um principado de fato novo implica na superação das antigas magistraturas civis; para compor seu poder de modo absoluto, o príncipe deve operar um distanciamento de sua antiga condição de privado; aquilo que distingue o poder político do poder privado é, justamente, a capacidade de *forçar*.

De todos os modos, o Capítulo IX permanece como sendo de importância singular para a compreensão do pensamento maquiaveliano. A insistência do Secretário florentino acerca da necessidade da fluída relação entre governantes e governados não apenas explicita, mas também determina o lugar insubstituível ocupado pelo *povo* dentro da dinâmica estatal. Na verdade, como veremos doravante, essa orgânica dependência será a espinha dorsal de toda a reflexão dedicada às condições de defesa militar os principados. O papel do povo se afirmará, cada vez mais, como ensejo para a estabilidade do poder principesco, agora sob o viés da manutenção, ao invés da conquista.

2.2 A guerra, as armas e a manutenção: a conservação dos domínios políticos

Encerrada a discussão sobre a conquista, a questão da guerra ressurge no núcleo temático que versa sobre as condições de governo e manutenção desses regimes¹⁶⁴. A conservação política de um estado conquistado exigirá medidas atuantes em duas esferas correlacionadas: nas *externas*, responsáveis por salvaguardar o estado da dominação por potências estrangeiras, e nas *internas*, que asseguram a coesão dos súditos em torno do príncipe e possibilitam a defesa militar. Assim, metodologicamente, ao problema militar, Maquiavel dedicaria a reflexão situada entre os Capítulos X e XIV d'O

¹⁶⁴ “Ocupar-me-ei somente dos principados e [...] discutirei de que forma podem ser governados e mantidos” (*O Príncipe*, II, p. 5).

*Príncipe*¹⁶⁵, retomando-o em diversas ocasiões, enquanto que, à avaliação das ações principescas domésticas, nosso autor destinaria parte importante do opúsculo a partir do Capítulo XV.

Como veremos, o imperativo da sobrevivência dos organismos políticos acaba por entrelaçar o âmbito interno e o externo. Diante da exposição dos principados àquela atividade predatória que se estabelece entre potências circunvizinhas, a manutenção do poder político se apresentará calçada em duas premissas centrais, que colocam em movimento a argumentação maquiaveliana: a existência de um estado *exige* uma estrutura militar; a segurança do estado depende da forma como o poder principesco se vincula com seus súditos. Ou seja, a conservação da conquista estará atrelada ao modo como o governante se relaciona com os governados.

Diante disso, de agora em diante, temos dois propósitos analíticos. Em primeiro lugar, buscaremos avaliar a responsabilidade dos exércitos para a manutenção dos principados. Em segundo, ponderar como essa responsabilidade reflete no vínculo que o príncipe estabelece com seus súditos.

2.2.1 A manutenção e os exércitos necessários: as forças militares disponíveis ao poder principesco

No conjunto da reflexão maquiaveliana, a conservação de um principado – bem como de uma república – depende da observância de um princípio austero: a constituição de uma estrutura militar em condições de proteger o estado. Como o Secretário constata objetivamente, nas frágeis fronteiras que separavam, de forma provisória, interesses estatais frequentemente diversos,

¹⁶⁵ O Capítulo XI, voltado aos Principados Eclesiásticos, aparenta estar deslocado quanto ao eixo temático deste conjunto de capítulos. Contudo, concordamos com Lefort (1972, p. 394) quando argumenta que uma leitura mais atenta revela que a crítica da política dos papas se mescla àquela de um sistema de defesa característico de alguns estados contemporâneos. Com os olhos voltados para o modo de ação político eclesiástico, esboçando suas primeiras críticas ao sistema mercenário, “Maquiavel se interroga sobre suas origens e põe em evidência o papel desempenhado pela Igreja na sua instituição”. Portanto, parece que a impotência desses estados para “formar um exército de cidadãos tem alguma coisa a ver com a da Igreja, naturalmente destinada a recrutar suas tropas de fora”, de modo que “o espetáculo de sua impotência para conceber as necessidades do governo e da defesa revela a exigência de uma política fundada sobre as armas e de um sistema militar fundado sobre uma política” (LEFORT, 1972, p. 395).

não é possível ignorar a iminência dos conflitos armados. Repúblicas e principados estariam submetidos, da mesma forma, à inconstância dos acordos entre potências. As cidades devem lidar, necessariamente, com esse risco virtual que ronda, e assombra, suas fronteiras.

É por esse motivo que as “boas leis” e as “boas armas” são os “principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos” (*O Príncipe*, XII, p. 57). Dentro, a ordenação política dos súditos; fora, a salvaguarda pelas vias armadas. Como salienta Lefort (1972, p. 392), precisamos entender que “as tarefas militares se colocam imediatamente diante da realidade do estado e se impõem a qualquer governo, seja qual for a natureza do regime”. A necessidade dos exércitos é recorrente a *todas* as formas de principados. Pouco importa, ao agente político, a via pela qual ascendeu ao poder – se por *virtù* própria, fortuna, atos criminosos ou pelo favor de seus concidadãos: armar-se é uma obrigação inexorável dentro das relações de força.

Assim, como Maquiavel considera e qualifica os exércitos disponíveis à defesa do poder principesco?

No Capítulo XII, o autor inicia uma reflexão sistemática sobre as “forças armadas”, suas particularidades, suas virtudes e seus defeitos. A partir de agora, temos contato com a classificação qualitativa daquelas tropas que, até o momento, o Secretário havia deixado à sombra. De antemão, afirma que “as armas com que um príncipe defende seu estado ou são próprias, ou mercenárias ou auxiliares ou mistas” (*O Príncipe*, XII, p. 57). Logo, a proteção de um estado conta com quatro possibilidades¹⁶⁶.

Em primeiro lugar, as *armas próprias*, que são aquelas formadas pelos próprios súditos de um principado, ou cidadãos de uma república. São organizadas, treinadas e comandadas pela figura do príncipe, ou por cidadãos regulados pelas instituições republicanas. Com essas tropas – que serão a ideia medular da *Arte da Guerra* –, o poder militar está absolutamente submetido ao poder político. Em segundo, as *armas mercenárias*, que são tropas contratadas a soldo sob a capitania de um *condottiere*, que, mediante pagamento, prestam o

¹⁶⁶ Essa tipologia é uma releitura de um argumento apresentado em “2.4.2. Entre a necessidade de armar-se e a necessidade das armas próprias” de nossa Dissertação de Mestrado (2015, p. 68-72).

serviço militar a príncipes ou repúblicas dispostos a arcarem com as exigências financeiras. Aqui, o campo bélico e o poder político enfrentam uma abrupta cisão: os soldados não estão submetidos ao controle político, mas aos propósitos de um capitão independente. Em terceiro, as *armas auxiliares*, que são os exércitos enviados por outras potências para prestarem apoio a um príncipe ou uma república à qual não pertencem. Nesse caso, a interação entre poder político e poder militar é anulada, uma vez que essas tropas estão subordinadas e respondem a outra autoridade “autônoma”. Em quarto, as *armas mistas*, que são uma mescla das tipologias anteriores: um exército próprio organizado em conjunto com um exército mercenário ou auxiliar.

Dentre as opções, Maquiavel dedicará sua atenção para desqualificar toda e qualquer espécie de organização militar que não seja aquela própria. A possibilidade de manutenção de um principado residirá na capacidade que o príncipe possui em organizar suas *arme proprie*. A incompetência nesse quesito, por sua vez, é a sentença de morte para qualquer organismo político.

Conforme explica o Secretário, seguindo uma opinião corrente entre os escritores florentinos, “quem tem o seu estado baseado em armas mercenárias jamais estará seguro e tranquilo”, pois elas são “desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos, sem temor a Deus nem probidade para com os homens”. O príncipe que funda sua proteção nessas armas, apenas terá adiado “a sua derrota pelo tempo que for adiado o ataque, sendo espoliado por eles na paz e pelos inimigos na guerra”. A razão disso é que essas tropas “não têm outra paixão nem razão que as mantenha em campo senão um pequeno soldo, que todavia não é suficiente para motivá-las a morrer por ti”. Em suma, “querem muito ser teus soldados enquanto não há guerra; mas, durante a guerra, querem fugir ou ir embora” (*O Príncipe*, XII, p. 57-58)¹⁶⁷.

¹⁶⁷ O mesmo ponto será retomado por Maquiavel no Capítulo 43 do Livro I dos *Discursos*: a “inutilidade dos soldados mercenários” reside, em parte, ao fato de que “que outro motivo não têm para se manterem firmes além do pouco de soldo que lhes é dado” (p. 132): “motivo este que não e nem pode ser bastante para mantê-los fiéis e amigos, capazes de morrer por ti”.

O argumento maquiaveliano arrasta ao extremo a dimensão danosa das armas mercenárias¹⁶⁸. Àqueles que as empregam, a ruína é muito provável. Essas tropas são por essência ineficazes, pois seus capitães “ou são homens excelentes nas armas ou não o são”. Caso o forem, “não poderás confiar neles, porque sempre aspirarão a uma grandeza própria, quer arruinando a ti, seu patrão, quer oprimindo a outros, contra a tua vontade”. Se não forem “capitães valorosos, por isso mesmo te arruinarão” (*O Príncipe*, XII, p. 58). Dessas armas, reafirma Maquiavel “nascem somente conquistas lentas, tardias e débeis, e perdas súbitas e miraculosas” (*O Príncipe*, XII, p. 61).

Ora, como testemunha ocular do fracasso de Paolo Vitelli, *condottiere* contratado por Florença para reconquistar Pisa, então rebelada, Maquiavel não hesita em atribuir a situação calamitosa na qual a península itálica se encontrava ao emprego quase exclusivo dos exércitos a soldo. Pois, “[...] a ruína atual da Itália não tem outra razão senão estar há muitos anos apoiada em armas mercenárias” (*O Príncipe*, XII, p. 58). Em um tom irônico, sustenta que a “*virtù*” dessas armas, amplamente utilizadas pelas repúblicas e pelos principados

¹⁶⁸ Contra essa abordagem fatalista do uso dos mercenários que alguns intérpretes, sobretudo aqueles de inclinação historiográfica, dirigirão severas críticas a Maquiavel. Ao incluir em um mesmo grupo os *mercenários*, comandados pelos *condottieri*, e os *soldados profissionais*, rechaçando o uso de *qualquer* força profissional, o Secretário teria equivocadamente compreendido a dinâmica militar do período. Piero Pieri (1952, p. 533), por exemplo, afirma que Maquiavel teria generalizado sua “profunda e quase inata aversão à profissão militar para envolver em uma única e cruel condenação toda forma, não apenas de mercenarismo, mas de profissionalismo”. De acordo com essa chave de leitura, o desacerto maquiaveliano teria sido o de não compreender o papel fundamental que algumas tropas profissionais desempenhavam em certos exércitos, como o da monarquia francesa e espanhola, que utilizavam soldados suíços e lansquenets alemães, mas que, todavia, não recorriam às “companhias de ventura” comandadas pelos *condottieri*. Para Jesus Castillo Vegas (2009, p. 149), os soldados mercenários profissionais e as companhias de ventura não poderiam ser unidos sob uma mesma definição. Esses últimos eram cavaleiros pouco numerosos, que se alugavam “como um todo a um senhor ou uma república”. Os mercenários, como os suíços e os alemães, por sua vez, formavam parte da infantaria e estavam “integrados em outras unidades regulares sob o comando do rei da Espanha ou da França”. Chabod (1964, p. 77, nota 1), por sua vez, pondera que se confundem aqui dois fatos que poderiam ser distintos: por um lado, havia a possibilidade de se manter um exército de mercenários, dominados realmente pela própria figura do soberano político; mas, por outro, havia o *condottierismo*, que impossibilitava quaisquer mecanismos seguros de defesa. Teriam sido essas as armas responsáveis pela decadência militar italiana, uma vez que elas podiam desenvolver-se somente após determinadas condições políticas, precisamente aquelas dos principados da península itálica: aqui era de se insistir, alerta o comentarista italiano, quais seriam os motivos pelos quais os próprios príncipes teriam se esquecido da sua arte, isto é, a milícia. Sobre o uso dos mercenários nos campos de batalha do Renascimento, cf. MALLETT, Michael. *Mercenaries and their masters: Warfare in Renaissance Italy*. Barnsley: Pen & Sword Military, 1974. Cf. também, do mesmo autor, o texto *Il condottiero*, em GARIN, Eugenio (Ed.). *L'uomo del Rinascimento*. Bari: Editori Laterza, 1988, p. 45-72.

italianos, foi o motivo de a Itália ter sido “invadida por Carlos, pilhada por Luís, violentada por Fernando e vilipendiada pelos suíços” (*O Príncipe*, XII, p. 62).

A tutela dos interesses políticos de um principado também pode ser confiada aos “exércitos auxiliares”, que “são as tropas de um poderoso chamadas para te auxiliar e defender” e, do mesmo modo que as mercenárias, “outra arma inútil” (*O Príncipe*, XII, p. 63). Esses exércitos, explica o Secretário florentino, “podem ser úteis e bons para si mesmos, mas, para quem os chama, são quase sempre nocivos”: “quando perdem, és derrotado junto com eles e, quando vencem, te aprisionam” (*O Príncipe*, XIII, p. 63). Outra vez com sarcasmo, afirma que “quem quiser não poder vencer deverá valer-se desses exércitos, porque são muito mais perigosos do que os mercenários” (*O Príncipe*, XIII, p. 64).

Enquanto o colapso, com os mercenários, permanecia na esfera da possibilidade, mesmo que muito provável, já que “para te molestar, mesmo tendo sido vencedores, precisariam de mais tempo e melhor ocasião, pois não formam um corpo e são organizados e pagos por ti”, no caso dos auxiliares “a ruína é inevitável, pois são todos unidos e voltados à obediência a outrem”, isto é, a um governante autônomo, ao qual estão submetidos. Enfim, conclui Maquiavel, se “nos exércitos mercenários, o mais perigoso é a covardia”, nos auxiliares, é “a virtù” (*O Príncipe*, XIII, p. 64, grifo nosso).

Diante das possibilidades, e diante do aspecto danoso de parte delas, “um príncipe sábio” deve evitar esses exércitos, “valendo-se dos seus próprios, e preferindo até perder com suas tropas a vencer com tropas alheias, por não considerar verdadeira a vitória alcançada com armas alheias” (*O Príncipe*, XIII, p. 64)¹⁶⁹. As “armas próprias”, aqui, operam em um sentido específico, pois são aquelas “compostas ou de súditos, ou de cidadãos, ou de pessoas a quem conferiste poder”, enquanto “todas as outras ou são mercenárias ou auxiliares” (*O Príncipe*, XIII, p. 67).

¹⁶⁹ Na *Provisione della ordinanza* lemos que “[...] tendo, por longa experiência, bem como com grandes gastos e perigos, conhecido quão pouca esperança é possível ter nas tropas e nas armas externas e mercenárias, porque, se são muitas e reputadas, ou são intoleráveis ou suspeitas, e, se são poucas e sem reputação, não possuem qualquer utilidade, julgareis ser melhor armar-se com armas próprias e com seus próprios homens [...]” (MACHIAVELLI, 1997, p. 31).

De fato, “os exércitos devem ser comandados ou por um príncipe ou por uma república”. Por um lado, o príncipe “deve desempenhar em pessoa a função de capitão”; por outro, a república “deve enviar seus próprios cidadãos e [...] enquadrá-lo[s] na lei para que não ultrapasse os limites”. Por experiência, “vê-se que somente os príncipes e as repúblicas armadas fazem progressos imensos, enquanto os exércitos mercenários trazem apenas danos” (*O Príncipe*, XII, p. 58). Este posicionamento será a tônica de Maquiavel em todos os seus escritos políticos: guerra e política unem-se, em seu pensamento, através do “monopólio” que o poder político faz da atividade militar.

Exemplificando essa pertinência, Cesare Borgia, como vimos, entrou na Romanha com exércitos auxiliares, compostos por franceses cedidos por Luís XII, e com eles conquistou Ímola e Forlì. Depois, “não lhe parecendo seguros esses exércitos, tentou as tropas mercenárias, julgando-as menos perigosas”. Contratou, então, Paolo Orsini e Vitellozzo Vitelli, mas, ao perceber sua dubiedade e infidelidade, dispensou-os. Em seguida, voltou-se “para um exército próprio”. Essa decisão refletiu diretamente na “reputação do duque”, que foi “crescendo e jamais foi tão elevada como no momento em que todos viram que ele era o senhor absoluto de seus exércitos” (*O Príncipe*, XIII, p. 65)¹⁷⁰.

Outra experiência dessa natureza pode ser identificada em Hierão de Siracusa, modelo paralelo de ascensão ao poder por *virtù* própria, apresentado nas linhas finais do Capítulo VI, que, de estrategista militar de sua cidade, alçou-se ao título de tirano. Quando colocado, pelos siracusanos, “à frente dos exércitos, este logo percebeu que eram inúteis as milícias mercenárias”. Assim, “julgando não poder conservá-las, nem afastá-las, fê-las em pedaços, guerreando a partir daí com exércitos próprios e não com alheios” (*O Príncipe*, XIII, p. 65)¹⁷¹. Nos atos subsequentes à conquista do governo, Hierão extinguiu

¹⁷⁰ Como sugere Inglese (2014a, p. 98-99, nota 30) durante a legação do inverno de 1502-3, Maquiavel foi testemunha direta dos esforços do Duque para recrutar soldados fiéis. As armas *próprias* do Duque eram, em parte, constituídas por militares de profissão que ele assumia diretamente ao seu serviço e torna assim seus “criados”; em parte de infantes *comandados*, ou seja, recrutados pelas cidades da Romanha.

¹⁷¹ Sobre Hierão, Políbio (1955, p. 35, tradução nossa), por exemplo, narra que “[...] tendo observado como os antigos mercenários eram infiéis e inquietos, ele [Hierão] prepara uma expedição aparentemente voltada contra os bárbaros que mantinham Messina. Acampando diante do inimigo perto de Centoripe e fazendo a cavalaria e a infantaria cidadã dispor-se em fileiras ao longo do rio Ciamosuro [...], empurrou os mercenários ao ataque, deixou que fossem todos trucidados pelos bárbaros”.

a milícia antiga e organizou uma nova, bem como abandonou as amizades antigas e contraiu outras novas: no momento que “teve seus próprios amigos e soldados pôde construir, sobre esta base, todo um edifício” (*O Príncipe*, VI, p. 26).

Também Davi, icônica figura bíblica do Velho Testamento, surge para corroborar a importância de o príncipe estar armado a *seu modo* – muito embora o acontecimento bíblico, apesar de utilizado como portador de um significado político, não nos ofereça nenhum dado relevante sobre a organização militar. De acordo com Maquiavel, ao se oferecer a Saul para combater Golias, um agitador filisteu, Davi fora equipado com armas cedidas por ele para “dar-lhe ânimo”. Contudo, “ao experimentá-las”, “Davi as recusou, dizendo que com elas não poderia bem valer-se de si mesmo; em vez disso queria enfrentar o inimigo com sua funda e seu punhal”¹⁷².

Por último, também Carlos VII, rei francês que havia vitoriosamente colocado fim à Guerra dos Cem Anos, “com sua fortuna e *virtù* liberado a França dos Ingleses”, “sentiu a necessidade de armar-se de exércitos próprios e criou em seu reino a ordenança de guardas e infantes” (*O Príncipe*, XIII, p. 65). No entanto, após a reforma militar, Luís XI, herdeiro do trono de Carlos VII, “extinguiu a infantaria e começou a contratar suíços a soldo”, erro que, continuado pelos outros príncipes na linha de sucessão, “é a razão [...] dos perigos que corre aquele reino”. Dessa forma, tendo dado “reputação aos suíços”, “depreciou todo o seu exército pois extinguiu inteiramente a infantaria e subordinou seus guardas aos exércitos alheios”, uma vez que “estando acostumados a guerrear junto com os suíços, passaram a acreditar que não

¹⁷² Maquiavel realiza uma leitura alegórica da Bíblia, que em *I Samuel* 17, 38-40 narra: “E Saul vestiu a Davi de suas vestes, e pôs-lhe sobre a cabeça um capacete de bronze; e o vestiu de uma couraça. E Davi cingiu a espada sobre as suas vestes, e começou a andar; porém nunca o havia experimentado; então disse Davi a Saul: não posso andar com isto, pois nunca o experimentei. E Davi tirou aquilo de sobre si. E tomou o seu cajado na mão, e escolheu para si cinco seixos do ribeiro, e pô-los no alforje de pastor, que trazia, a saber, no surrão, e lançou mão da sua funda; e foi aproximando-se do filisteu”. Para Umberto Mazzone (2014, p. 169-170), na obra maquiaveliana podemos encontrar diversas referências a personagens e episódios da Escritura, que para o autor é um texto exemplar, que deve ser lido “sensatamente” (*Discursos*, III, 30, p. 411-412), ou com inteligência analítica e política, como qualquer outra narração histórica. No caso específico de Davi, a remissão ao texto bíblico não é precisa, deixando incertas as motivações de tal escolha. No texto sagrado, Davi não aparece nunca armado com um punhal ou outra arma cortante. Parece improvável um erro devido ao desconhecimento da passagem. Talvez Maquiavel tenha desejado reforçar a imagem combativa e autônoma de Davi.

podiam vencer sem eles” (*O Príncipe*, XIII, p. 65-66). O resultado das ações tomadas por Luís XI ao reordenar a monarquia é que “os franceses não podem contra os suíços e, sem os suíços, não podem contra os outros”. A relativa autonomia político-militar alcançada por Carlos VII se embaraça com o governo de seu filho. Os exércitos franceses têm sido, portanto, “mistos, parte mercenários e parte próprios”, “exércitos esses que, em conjunto, são muito melhores do que os exclusivamente auxiliares ou exclusivamente mercenários, mas muito inferiores aos exércitos próprios” (*O Príncipe*, XIII, p. 66).

Desse modo, avalia Maquiavel, “concluo” que “sem armas próprias nenhum principado estará seguro”, aliás, “estará inteiramente à mercê da fortuna, não havendo *virtù* que confiavelmente o defenda na adversidade”. Afinal, a “sentença dos homens sábios”, condensada na afirmação de Tácito, não poderia ser mais apropriada: “*quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potential non sua vinixa* [nada há de mais instável e fraco do que a fama de uma potência que não se apoia na própria força]” (*O Príncipe*, XIII, p. 67)¹⁷³. Assim, a possibilidade de um governo ser amparado por qualquer outra força, se não a própria, é com veemência desqualificada. Apenas a cidade que depende de si mesma é capaz de realizar algo de duradouro no campo da política. Todas as outras, imersas na dependência de fatores externos, estão fadadas à submissão, não só factual, com a tomada do poder pelas vias bélicas, mas também formal, pelo assujeitamento a acordos e barganhas, em troca da defesa armada.

Portanto, as “armas próprias” implicam que o príncipe assuma uma atribuição *pessoal* nos assuntos militares. Se o nexa entre guerra e política significa que as deliberações bélicas estão submetidas ao poder principesco, então a função de comandante deve ser aglutinada àquela de príncipe. Esse ponto fica mais claro no Capítulo XIV, quando Maquiavel afirma que o poder principesco não deve “outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte

¹⁷³ Em Tácito (XIII, 19), lemos: “*nihil rerum mortalium tam instabile ac fluxum est quam fama potentiae non sua vi nixae*”. Em tradução livre, “nada nos assuntos mortais é tão instável e fugaz do que a fama de um poder que depende de uma força que não a sua própria” (TACITUS, 2004. p. 253, tradução nossa).

sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina” (*O Príncipe*, XIV, p. 69)¹⁷⁴.

Contudo, essa constatação nos move para outro problema, agora de ordem interna. Se a *formação* e a *conquista* de um novo estado aparecem atreladas, de algum modo, ao exercício da violência e da guerra, e a manutenção exige a formação de um exército próprio, então como poderíamos compreender a *conversão* do *povo conquistado* em *povo mantenedor*? Isto é, como a exigência militar colocaria em movimento as ações do governante sob o ponto de vista doméstico?

2.2.2 As armas próprias em *O Príncipe*: o envolvimento do povo

Nessa instância, a questão militar parece operar como uma ponte entre a temática da conquista e a da manutenção. É necessário, aqui, recuperar e acrescentar outro fator à equação político-militar: o papel desempenhado pelo *povo* dentro dessa dinâmica. A possibilidade de a proteção brotar de dentro do próprio principado exige que o príncipe busque uma relação fluída com os súditos, ou, ao menos, que procure evitar o ódio e o desprezo popular¹⁷⁵.

Ressurgem aqui as condições universais que líamos no Capítulo IX do opúsculo. Diante da cisão estrutural dos organismos políticos e da dinâmica constitutiva dos humores divergentes, cabe ao príncipe encontrar no povo o alicerce de seu governo. Entre grandes e povo, as duas categorias que compunham o tecido social, a estabilidade política e militar do principado passa pelo reconhecimento da importância do povo e pelo modo de relacionamento que o príncipe estabelece com ele. Apenas essa espécie de “benevolência” pode conferir solidez aos governos principescos.

¹⁷⁴ Cabe, ainda ao príncipe – prossegue o Secretário de Florença – nos tempos de paz, exercitar-se para a guerra, “ler as histórias e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinar as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas” (*O Príncipe*, XIV, p. 71).

¹⁷⁵ Também aqui redimensionamentos uma reflexão iniciada em “2.4.3. O sentimento popular como condição para a segurança dos principados” e “2.4.4. A organização das milícias próprias em *O Príncipe*”, de nossa Dissertação (2015, p. 73-82).

Conforme afirma Maquiavel no Capítulo XIX, “os estados organizados e os príncipes sábios têm aplicado toda diligência tanto em não exasperar os grandes como em *satisfazer o povo e fazê-lo contente*”, pois “esta é uma das principais funções que cabem a um príncipe” (*O Príncipe*, XIX, p. 90, grifo nosso). Em outros termos, como interpreta Masiello (1971, p. 162), sob o ponto de vista do problema da consolidação do poder pessoal, a estabilidade de um estado não é concebível sem o consenso da base popular. Angariar a amizade do povo e satisfazê-lo é o “pressuposto fundamental, a pedra angular do edifício projetado por Maquiavel”¹⁷⁶.

Para Frosini (2004, p. 21), se considerarmos a política maquiaveliana do ponto de vista da *inovação*, isto é, como um projeto que visa a fundação de um estado novo sob a tutela de um sujeito de *virtù*, o nexos entre o ato do indivíduo virtuoso, que leva a ação a efeito, e a inovação, se torna impensável sem a efetiva participação do “povo”. Com efeito, se a “política é um projeto inovativo, a inovação se definirá em relação à solidez que consegue conferir à nova construção, e esta solidez dependerá inteiramente do modo pelo qual o príncipe consegue *envolver o povo neste empreendimento*”¹⁷⁷. Nesse sentido, a “guerra” pode ser entendida como uma série de atividades e habilidades que colocam o poder principesco em um contato direto com o próprio povo. Antes de tudo, pondera o intérprete italiano, “o exercício da guerra é a capacidade de ter com o próprio exército um papel efetivo de guia e de comando, ou seja, de conquistar a admiração e o respeito dos próprios soldados” (FROSINI, 2004, p. 22).

Assim, a defesa desses principados está relacionada com a constatação da função desempenhada pela categoria popular no seio dos assuntos “governamentais” e com a capacidade de o príncipe em arregimentá-los. A

¹⁷⁶ “Verdade é que considero infelizes os príncipes que, para assegurarem o seu estado, precisam valer-se de meios extraordinários, visto terem por inimigos uma multidão: porque quem tem por inimigo os poucos conseguem segurança com facilidade e sem muitos escândalos; mas quem tem o povo todo por inimigo, nunca estará seguro; e, quanto mais crueldade usar, mais fraco se tornará seu principado. De tal sorte que o maior remédio é procurar angariar a amizade do povo” (*Discursos*, I, 16, p. 66).

¹⁷⁷ Ou ainda, o “privado” que pretende tornar-se “príncipe”, na ausência de uma linhagem dinástica, poderá fazer isso somente se o povo *reconhecê-lo* como príncipe, e isso apenas pode acontecer se ele for capaz de tornar a nova realidade institucional preferível à anterior. Frosini reinsere essa discussão no trabalho traduzido para o português, *Maquiavel: o revolucionário* (tradução de Ephraim Alves. São Paulo: Ideias & Letras, 2016). Cf. especialmente o subcapítulo 2 do capítulo III, “A política como inovação” (p. 112-115).

proteção da cidade será atrelada a um modo específico de comportamento do poder principesco em relação aos seus súditos: um modo que deve escapar, a qualquer custo, do ódio e do desprezo.

2.2.2.1 O sentimento popular e a defesa dos principados

É precisamente sobre esse substrato que o Capítulo X – que pretende se debruçar sobre “de que forma se devem avaliar as forças de todos os principados” – é edificado. Com o propósito específico de analisar as forças militares disponíveis ao príncipe para a defesa de seu território e de seu governo, Maquiavel ilustra os termos e a importância do elo entre governantes e governados¹⁷⁸.

Assim, explica, para ponderarmos a capacidade militar desses estados, isto é, sua estrutura defensiva, devemos avaliar se “um príncipe dispõe de território suficiente [*tanto stato*] para poder governar por si mesmo ou se precisa sempre ser defendido por outros” (*O Príncipe*, X, p. 49). No primeiro caso, aqueles que podem governar-se de maneira autônoma, são definidos como os príncipes que, “por abundância de homens ou de dinheiro, são capazes de formar um exército bem proporcionado e travar batalha com quem quer que os ataque”. Ou seja, são as cidades que podem recrutar, treinar e organizar exércitos, de modo que, diante de uma ameaça exterior, podem se impor aos inimigos que os assediam. No segundo caso, aqueles que “têm sempre necessidade de outrem” são descritos como incapazes de “enfrentar o inimigo em campanha”, e, por isso, obrigados a “refugiar-se atrás dos muros e defendê-los”. Em outros termos, por contraposição, são os príncipes que, pelas condições materiais restritas e pela insuficiência de homens recrutáveis, diante de um ataque, não podem ir de encontro ao adversário, restando abrigar-se dentro de fortalezas.

Dessa clivagem, a Maquiavel importa equacionar o problema para a segunda tipologia de cidade, que é incapaz de organizar um sistema militar

¹⁷⁸ Na verdade, como observa Inglese (2014a, p. 75, nota 2), aqui está fora discussão que as “regras” do Capítulo X tenham valor para *todos os estados*, sejam eles principados ou repúblicas.

ofensivo. Para um governo atado a essas circunstâncias, quase “nada se pode dizer”, a não ser “exortar esses príncipes a fortificarem e armarem suas próprias cidades”. Na verdade, acrescenta, “quem fortificar bem a sua cidade e se comportar em relação aos seus súditos do modo como foi dito acima, e como mais se dirá a seguir, somente com muito temor será atacado”, porque é da índole humana desprezar “empreendimentos” repletos de “dificuldades”: “e não se pode ver facilidade em atacar alguém que tenha suas terras fortificadas e *não seja odiado pelo povo*” (*O Príncipe*, X, p. 49-50, grifo nosso)¹⁷⁹.

Portanto, a possibilidade de defesa para um principado que se encaixa nesses requisitos exige a observância de dois princípios. No primeiro, de viés técnico-militar, o governante deve estabelecer fortificações e promover o armamento, quanto possível, de seu território. No segundo, de viés político, o governante deve basear suas ações observando sempre uma forma de relação específica – que já havia sido abordada nos capítulos anteriores e, doravante, será cada vez mais premente – com os súditos: a esquiva do ódio popular, ou, no limite, a procura por sua benevolência.

Nesse momento, a possibilidade de defesa aparece atrelada ao estreitamento do laço entre o príncipe e os súditos. Nisso, não ser odiado pelo próprio povo é a condição de pertinência da guerra defensiva, pois, como ratifica Maquiavel, o príncipe “que tem uma cidade forte [*città forte*] e não se faz odiar não pode ser atacado” (*O Príncipe*, X, p. 50).

A necessidade da fluidez da relação entre príncipe e povo fica ainda mais nítida quando o autor rechaça o argumento de que esse vínculo poderia ser rompido no momento em que, diante de um ataque inimigo a essa cidade sitiada em suas fronteiras fortificadas, os súditos vissem suas “casas incendiadas e suas propriedades arruinadas”. Contra essa situação drástica, de abandono por parte do povo, o Secretário florentino replicava que “é da natureza dos homens deixar-se cativar tanto pelos benefícios feitos como pelos recebidos [*e la natura*

¹⁷⁹ Em uma carta para Vettori, em 20 de dezembro de 1514, Maquiavel ponderava que “Vós sabeis que o principal ofício de todo príncipe é guardar-se do ódio e do desprezo, fugir do desprezo e do ódio: sempre que fizer isso bem, convém que tudo proceda bem” (MACHIAVELLI, 1999, p. 342).

delli uomini è cosí obligarsi per li benefizi che si fanno come per quelli che ricevano]” (*O Príncipe*, X, p. 51).

Isso significa que não se trata apenas de o príncipe convencer os súditos de que é ele que os mantém em segurança, mas da percepção por parte do povo de que são eles que asseguram o poder principesco. Como delineia Lefort (1972, p. 391) a proposta maquiaveliana de atrelar a defesa dos interesses estatais ao engajamento militar implica, portanto, em “ligar a defesa material da cidade a uma política cuidadosa dos interesses da plebe [*bas peuple*]”.

A defesa efetiva de um estado, muito mais do que ser confiada à edificação de cidadelas, deve residir no envolvimento do povo, em alguma extensão, com o poder governante. Sem essa benevolência, os projetos arquitetônicos servem apenas para acelerar o desgaste e a ruína do principado. Testemunhamos a existência de uma espécie de acordo tácito, que é convenientemente recíproco: o príncipe devota atenção particular aos interesses da camada popular, comportando-se de um modo específico para resguardar-se do ódio dos súditos, enquanto o povo, que busca assegurar-se contra os excessos dos grandes, salvaguarda a posição principesca, e também a sua, diante das demais potências estrangeiras através do engajamento militar.

A conexão entre a defesa material da cidade e o fato de que o governante não deve ser odiado pelos súditos é retomada dez capítulos adiante, onde Maquiavel analisa a pertinência das fortificações em um cenário mais amplo, não restrita aos pequenos principados. Agora, a questão não está mais vinculada aos capítulos *estritamente* militares, mas situada logo após a discussão sobre as qualidades e os *modus operandis* pertinentes ao exercício do poder principesco. De fato, o problema das fortalezas é reinserido na discussão sobre a necessidade de o governante evitar o ódio e o desprezo por parte dos súditos.

Sobre isso, no Capítulo XX, o Secretário florentino afirma que “tem sido o costume dos príncipes, para manter com maior tranquilidade seus estados, “construir fortalezas que sejam o bridão e o freio [*la briglia e il freno*] dos que pretenderem opor-se a eles, além de construírem um refúgio seguro contra um ataque repentino” (*O Príncipe*, XX, p. 102-103). Essas fortificações cumprem um duplo papel: internamente, para blindar e proteger o poder principesco de seus

governados; externo, para a defesa da cidade contra uma investida estrangeira¹⁸⁰.

A adequação desse método, apesar de “aprovada”, nessa instância, por Maquiavel, por ter sido “usado pelos antigos”, ganha contornos dúbios. Em “nossos tempos, como se viu”, diz, Niccolò Vitelli, que em 1474 fora expulso do governo de Città di Castello pelo papa Sisto IV – o qual, para assegurar o domínio recém-instituído, havia determinado a construção de duas fortalezas –, ao retornar à cidade em 1484, “para manter aquele estado”, ordenou que as destruíssem. Guido Ubaldo, duque de Urbino, ao retornar aos seus domínios depois de ter sido expulso por Cesar Borgia em sua campanha de conquista da Romanha, “demoliu desde os alicerces todas as fortalezas daquela província, julgado ser mais difícil perder, sem elas, o seu domínio”. Os Bentivoglio, de volta a Bolonha, “tomaram decisões semelhantes” (*O Príncipe*, XX, p. 103), destruindo a fortaleza de porta Galliera, construída por Júlio II após a conquista da cidade em 1506.

O uso das fortalezas, portanto, ganha um aspecto ambivalente. Se, por um lado, são aprovadas por terem servido, de algum modo não específico, aos antigos, por outro, são contestadas pelas lições contemporâneas. Conforme propõe o Secretário florentino, essas fortificações “são úteis ou não segundo os tempos: se, por um lado, te são proveitosas, por outro te fazem mal”. O argumento pode ser esclarecido do seguinte modo: “o príncipe que tiver mais medo do povo que dos estrangeiros deverá construir fortalezas; mas o que tiver mais medo de estrangeiros do que do povo deverá deixá-las de lado” (*O Príncipe*, XX, p. 103).

Então, a aprovação para as fortificações acaba reservada aos príncipes que procuram um refúgio contra o ódio popular. Em contrapartida, os ataques externos podem ser suportados sem o recurso às fortalezas, desde que o vínculo entre governante e governados seja fluído. A pergunta sobre a efetividade dessas construções recai em uma consideração de ordem política: sua utilidade é depositária da ineficiência de um governo que tem o povo como hostil. Todavia,

¹⁸⁰ Sobre a questão das fortificações, tomamos a liberdade de remeter ao nosso artigo “Maquiavel entre o ódio popular e a guerra: considerações políticas sobre a eficácia das fortalezas” (*Peri*, v. 8. n. 2, p. 66-82, 2016).

nenhum dispositivo defensivo pode substituí-lo na sustentação dos principados. Em outras palavras, apenas a *benevolência popular* confere segurança e estabilidade ao príncipe, e não muralhas fortificadas. Disso, emana outra norma geral da ação política: “a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo [*la migliore fortezza che sia, è non essere odiato dal popolo*]” (*O Príncipe*, XX, p. 103). Portanto, “reprovarei quem quer que, confiando nas fortalezas, pouco se preocupar por ser odiado pelo povo” (*O Príncipe*, XX, p. 104).

Nesse sentido, pondera Masiello (1971, p. 165), se a maior garantia da defesa do estado repousa, em última instância, mais sobre a “afeição” e a “benevolência” dos súditos do que sobre os instrumentos militares, resulta disso que o problema militar apresenta-se como um epifenômeno do político, mesmo que intimamente orgânicos e integrados. É no consenso popular, mais do que na eficácia das armas (embora as duas coisas sejam organicamente correlacionadas), que está a real força de um estado e a condição de sua defesa (MASIELLO, 1971, p. 166-167).

Assim, não ser odiado se torna um dos recursos centrais para a defesa militar de um principado. Contudo, os termos dessa relação, que oscila entre política e exército, ainda não são claros. Afinal, como o príncipe poderia escapar do ódio, como sentimento cáustico para a coesão do corpo político? E, além disso, como a relação entre ódio e o não-ódio está na base da organização das armas próprias?

2.2.2.2 O ódio, o desprezo e as armas próprias

No Capítulo XIX, dedicado à observância de “como se deve evitar ser desprezado e odiado”, Maquiavel traçava as causas e o peso do ódio e do desprezo para a política principesca. Conforme explica, um governante se torna odioso quando é “rapace e usurpador das coisas e das mulheres dos súditos”, comportamentos que ele deve se “abster”, pois “os homens em geral vivem contentes enquanto deles não se toma o patrimônio nem a honra” (*O Príncipe*, XIX, p. 87). O mesmo tom já havia aparecido no Capítulo XVII, quando o Secretario ponderava que o príncipe deveria “fazer-se temer” pelos súditos, de modo que, se não conquistasse o “amor”, pelo menos evitasse o “ódio”, já que é

“perfeitamente possível ser temido e não ser odiado ao mesmo tempo”. Para isso, bastava que se abstinhasse de “apoderar do patrimônio e das mulheres de seus cidadãos e súditos” (*O Príncipe*, XVII, p. 80-81)¹⁸¹.

O príncipe que é capaz de esquivar-se do ódio popular se torna “altamente reputado”. Isso significa duas coisas: que dificilmente será atacado e que dificilmente surgirão conspirações contra ele, visto que “todos sabem” que ele é “estimado e reverenciado pelos seus” (*O Príncipe*, XIX, p. 88). Pois, explica Maquiavel, devemos considerar que um príncipe deve “ter dois receios [*paure*]”, “um interno, por conta de seus súditos; e outro externo, por conta das potências estrangeiras”.

Para defender-se dos perigos externos, é preciso ter “boas armas e bons amigos”, isto é, aliados confiáveis – e, “sempre que tiver boas armas terá também bons amigos”. As “coisas internas”, por sua vez, continuarão “firmes enquanto permanecerem firmes as coisas externas”, ou melhor, a ordem interna se manterá estável enquanto a ordem externa não for tumultuada pela iminência ou por uma invasão armada. Porém, ainda que ocorram “agitações externas”, se o principado for “bem ordenado”, o governante poderá resistir a elas sem maiores riscos. Malgrado a existência de perturbações exteriores, que arriscam a unidade interna, cabe ao príncipe “zelar [*temere*]” para que seus súditos não “conspirem” contra o governo, para que também a coesão interna não seja atribulada, algo que pode ser assegurado “evitando ser odiado ou desprezado e mantendo o povo contente com ele” (*O Príncipe*, XIX, p. 88).

¹⁸¹ O Secretário endossava sua ideia nos *Discursos* quando refletia acerca do modo mais adequado para se comandar uma multidão – se com benevolência ou punição. Assim, afirmava, “quem comanda súditos [...] deve tender mais à punição do que à benevolência, para que eles não se tornem insolentes e, por excessiva condescendência de quem comanda, acabem por desprezá-lo”. Contudo, ponderava, “a punição também precisa ser moderada para evitar o ódio: porque despertar o ódio jamais foi benéfico a príncipe algum”. Como medida para abster esse sentimento, diz em consonância com *O Príncipe*, é preciso “respeitar o patrimônio dos súditos: porque nenhum príncipe deseja o sangue, a não ser que sob ele se esconda o roubo, e só o deseja em caso de necessidade, e essa necessidade ocorre raras vezes”, mas, “quando a ela se mistura o roubo, ocorre sempre, e nunca faltarão razões e desejo de derramá-lo” (*Discursos*, III, 19, p. 382-383). Novamente, alguns capítulos adiante, o mesmo argumento reaparecia, pois “se vê bem e facilmente o que torna um príncipe odioso aos olhos do povo: dentre essas razões, a principal é privá-lo de um bem”, sentimento do qual o príncipe deve fugir “como se foge dum escolho, pois atrair o ódio sem proveito é de todo temerário e pouco prudente” (*Discursos*, III, 23, p. 396).

As conspirações, tema sobre o qual Maquiavel se debruça longamente no Capítulo 6 do Livro III dos *Discursos*, revelam uma potencialidade corrosiva para o tecido político e social. O caos interno é motivado pelas tentativas de usurpação do poder pelos próprios súditos. Essas conspirações possuem um fator motivacional muito claro: em sua raiz encontramos o “ódio” suscitado pelo príncipe no “povo”. De fato, “um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe um príncipe contra as conspirações é não ser odiado pela universalidade” (*Príncipe*, XIX, p. 88)¹⁸².

Desse modo, a argumentação maquiaveliana se inscreve em uma dimensão lógica. Furtar-se do ódio popular é uma medida indispensável para assegurar a ordem tanto no âmbito interno quanto no externo, cujas razões acabam por se entrelaçarem. *A esquivia do desprezo e do ódio* não apenas é uma maneira de o príncipe se assegurar contra as agitações conspiratórias, mas também é a *condição de possibilidade para a defesa militar dos principados, através das “boas armas”*. A proteção contra as potências estrangeiras, inclusive como medida para evitar que as *cose di dentro* se atribulem, brota do comportamento não-odioso que o príncipe estabelece com seus súditos para que as armas próprias possam ser formadas – basear as forças armadas em um povo que mantém uma postura odiosa seria imprudente, quiçá nocivo à segurança estatal, pois além de tumultuar a política doméstica com conspirações, facilitadas pelas mesmas armas, também refletiria no aspecto técnico dos exércitos, menos engajados, na proteção de um príncipe, cuja benevolência é nula.

Existe, assim, um aspecto correlativo do sentimento de “não ódio”, do ponto de vista interno e externo: evitar ser odiado é indispensável, tanto para a manutenção das “coisas internas”, ao eliminar a razão principal para as conspirações, quanto para a garantia da defesa nas “coisas externas”, através dos mecanismos militares.

¹⁸² Também nos *Discursos* a ideia era reiterada, pois “são muitas as razões [de conjuração contra um príncipe], mas uma delas é a mais importante de todas: ser odiado pelo povo [*universale*]”, visto que o príncipe, uma vez tendo granjeado o “ódio universal”, pode “supor que haja alguns cidadãos particulares que, por terem sido mais ofendidos por ele, desejem vingar-se” (*Discursos*, III, 6, p. 320).

Como aponta Masiello (1971, p. 120), a garantia de “estabilidade” do poder principesco e o “segredo último do sucesso político” estariam, propriamente, nessa capacidade de *fuggire [di] quelle cose che lo faccino odioso*. De todos os modos, esse aspecto ecoa de forma decisiva na questão militar. Pois, em seu “atrevido realismo político”, o Secretário se revelaria consciente de que a *eficiência* e a *combatividade* dos exércitos, responsáveis pela proteção dos principados, se conectam com as “*convicções*” de que *a defesa do estado possa ser identificada com a defesa dos interesses dos súditos*, isto é, a uma espécie de identificação de si com o estado. É disso que emana a tese de que “a melhor defesa do estado consiste, mais que nos instrumentos militares, no apoio popular” (MASIELLO, 1971, p. 123, grifos nossos)¹⁸³.

O espírito de sacrifício e de disciplina, exigidos pelas armas, apenas poderiam surgir no principado onde existisse uma relação de solidariedade e de devoção, de comunhão de interesses que possam ligar o povo ao príncipe (MASIELLO, 1971, p. 143-144). A “*virtù*” dos exércitos seria proporcional a essa forma de “afeição” dos súditos com o governante – ou mesmo com o estado. Isto é, “a eficiência e a combatividade dos exércitos dependem, exclusivamente, do grau de recíproca solidariedade, da consistência dos vínculos materiais e ideais que ligam os súditos ao príncipe”. Em outros termos, “da organicidade e intimidade da relação entre realidade ou estrutura estatal e institutos militares” (MASIELLO, 1971, p. 152-153)¹⁸⁴.

Mas, no final das contas, qual é o posicionamento teórico de Maquiavel em relação ao caráter *organizacional* dessas tropas?

Sobre isso, nos deparamos com uma *grave* lacuna teórica deixada pelo Secretário florentino. Na verdade, nas linhas finais do Capítulo XIII, o autor se limitaria a afirmar que “será fácil encontrar a forma de organizar as próprias

¹⁸³ Aliás, para Masiello (1971, p. 167), é justamente nessa dimensão política dos problemas excelências militares, ao colher o nexo profundo que liga a organização da “milícia” à estrutura do estado, que estaria a *grandeza revolucionária* de Maquiavel, também como teórico da arte militar.

¹⁸⁴ “Porque nos exércitos onde não haja afeição para com aquele por quem se combate, afeição que faça os soldados tornar-se seus partidários, nunc apodera haver *virtù* suficiente para resistir a um inimigo um pouco virtuoso. E como esse amor e essa tenacidade só podem nascer de teus súditos, se quiseres manter um estado, se quiseres manter uma república ou um reino, precisarás armar-te de teus súditos, como fizeram todos os que tiraram grande proveito dos exércitos” (*Discursos*, I, 43, p. 132).

armas” caso examinássemos “as providências tomadas pelos quatro personagens que citei antes”, Borgia, Hierão, Davi e Carlos VII, “e mais Filipe, pai de Alexandre Magno, além de muitas repúblicas que se armaram e se organizaram. É a estes ordenamentos que remeto” (*O Príncipe*, XIII, p. 67).

Apesar da dificuldade em colhermos elementos construtivos, que nos permitam visualizar o que Maquiavel tinha em mente quando se reportava, sem qualquer compromisso analítico apurado, aos exemplos supracitados sobre a dimensão organizativa para a guerra, podemos, ao menos, encontrar certo respaldo para a ligação antes apresentada entre a necessidade de o príncipe fugir do ódio do povo e a questão militar. Dentre aqueles casos, tanto as ações de Cesare Borgia quanto a constituição da monarquia francesa, recorrentes em outras oportunidades dentro do opúsculo, parecem oferecer suporte para essa interpretação.

O duque Valentino, para evitar ser odiado pelos súditos, havia investido Remirro de Orco de plenos poderes para a pacificação da Romanha. Borgia, julgou que as atitudes do ministro, permeadas pela violência, pudessem despertar o ódio da população. Para livrar-se de qualquer vestígio odioso dessas ações, cuja responsabilidade os súditos começavam a atribuí-lo, assassinou Remirro em um espetáculo cênico, o que satisfez e estarreceu o povo¹⁸⁵.

A monarquia francesa, por sua vez, figurava entre os “reinos bem governados e bem organizados” por contar com uma instituição política que evitava o ódio do povo contra o poder principesco: o parlamento. Dessa instância dependia a “liberdade e a segurança do rei”, pois quem organizou aquele reino, “conhecendo as ambições e insolências dos poderosos” e, por um lado, “julgando necessário pôr-lhes um freio para corrigi-los” e, por outro, “conhecendo o ódio da universalidade contra os grandes, devido ao medo que estes lhe inspiravam”, ao pretender proteger o *universale*, não desejou que essa preocupação recaísse sobre o rei, “a fim de poupá-lo de ser acusado pelos grandes de proteger o povo e de ser acusado pelo povo de favorecer os grandes”. Por isso, pondera Maquiavel, no berço da monarquia foi instituído um

¹⁸⁵ Cf. 2.1.2.2. O principado e o príncipe novo: a conquista por armas de outrem e fortuna alheia.

“terceiro juiz” com a função de “controlar os grandes e favorecer os pequenos sem comprometer o rei” (*O Príncipe*, XIX, p. 90)¹⁸⁶.

Como nota Cadoni (1974, p. 34-35), apesar da qualidade medíocre das infantarias francesas, que obrigava o soberano a recorrer ao auxílio dos mercenários suíços e alemães, também como efeito do desmonte dos exércitos próprios de Carlos VII por Luís XI (como denunciava Maquiavel no Capítulo XIII), a França gozava de elevada segurança. De acordo com o intérprete, os defeitos da organização militar eram supridos pela sólida unidade realizada pela monarquia com a submissão dos “grandes”. Todavia, essa unidade não teria sido completa e eficaz sem o estreito vínculo que unia a “grande massa dos súditos à Coroa”.

Nesse sentido, o monarca francês e Borgia compartilham uma mesma característica. Tanto o parlamento quanto o ministro agem como artifícios destinados a “disfarçar as intenções do príncipe”. Isto é, são anteparos situados entre ele e seus súditos, de maneira a colocar sua pessoa ao abrigo do ódio: o rei da França serve-se do parlamento, “assim como Borgia [...] havia se servido de um ministro para reduzir as populações à obediência e descarregar sobre ele a tarefa ingrata que o tinha tornado impopular” (LEFORT, 1972, p. 417).

Em todos os casos, no final, somos constrangidos a reconhecer a inexistência de um estudo sistemático sobre a organização dos exércitos próprios em *O Príncipe*, diferente, por exemplo, do regime republicano, que pode observar as lições presentes em *Arte da Guerra*. No opúsculo, a técnica militar acaba submetida à análise política. Ao invés do programa organizacional, temos, antes, uma proposta política para promover as condições que possibilitam as estruturas militares, como os comportamentos principescos em relação aos súditos e o envolvimento do povo na defesa do estado.

¹⁸⁶ De acordo com a explicação de Cadoni (1974, p. 88), o reino da França era considerado digno de figurar entre os grandes reinos porque “o parlamento de Paris é capaz de modificar as características da luta de classe [*lotta di classe*] reprimindo” as “ambições e a insolência dos poderosos”, sem que a “responsabilidade dessa iniciativa recaia sobre a monarquia”. Isso permite ao soberano “operar em uma esfera aparentemente autônoma em respeito aos conflitos que dilaceram a sociedade civil e que, talvez, terminariam por destruí-la se sua violência natural não fosse moderada por obra jurisdicional do “parlamento””.

2.2.3 O sacrifício dos soldados principescos nos campos de batalha e a margem de violência

De todos os modos, esses argumentos lançam luz para outra questão importante. Afinal, por qual motivo, ou por quem, esses soldados estariam dispostos a sacrificarem a vida nos campos de batalha?

Antes de mais nada, parece ser ingênua, ou vaga, a ideia de que os súditos pudessem colocar em risco a própria existência pelo simples fato de o príncipe ter sido capaz de criar tamanho envolvimento – seja baseado em um sentimento de não-ódio ou por ter tocado na benevolência – com os governados. Isto é, que os súditos expor-se-iam aos suplícios da guerra para realizar a defesa da personalidade do príncipe. Quando consideramos a dramática e trágica “natureza” humana que Maquiavel estabelece como pressuposto para sua teoria política, voltada à satisfação de impulsos tendencialmente egoístas¹⁸⁷, uma dedicação devocional à figura principesca torna-se algo insustentável.

Do mesmo modo, não parece adequado lermos essa disposição ao serviço militar como consequência de uma obrigação que seria imposta pela *pura* coação física, que chega até os súditos por meio de uma estrutura de poder verticalizada. Embora o recrutamento visado pelo sistema maquiaveliano de Ordenança inscrever-se-ia em uma dimensão de obrigatoriedade, a *mera* coerção não aparece como elemento, por si só, capaz de proporcionar a eficiência dessas tropas, sobretudo diante da falta de afeição por aquilo pelo qual combatem¹⁸⁸.

No final, também os interesses principescos acabam se revelando como um elemento frágil e insuficiente para elucidar as razões do entregar-se às armas. Nos principados, os propósitos subjacentes a uma investida militar são,

¹⁸⁷ No Capítulo XVII de *O Príncipe*, como em outros momentos de sua obra, Maquiavel traz uma pintura pouco otimista dos homens, “isto porque geralmente se pode afirmar o seguinte” acerca deles: “que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, o patrimônio, a vida e os filhos [...] desde que o perigo esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se” (*O Príncipe*, XVII, p. 80).

¹⁸⁸ Abordaremos essa atribuição em 3.3.1.2. O recrutamento.

em última instância, *particulares*. As guerras travadas pelo poder político, em especial aquelas de conquista, correspondem aos interesses imediatos daquele que decide por travá-las: o príncipe. É pouco provável que os soldados sejam motivados por uma espécie de “bem” que não é compartilhado, ou que não pode ser visto como “comum”. Este “bem”, pelo qual os principados entram nas batalhas, possui como beneficiário direto apenas o próprio governante¹⁸⁹. Um “benefício comum” pode ser pensado como resultado secundário, como decorrência da obtenção de um propósito anterior. Batalhas determinadas por uma causa de “bem público”, com interesses *diretamente* ligados à *coletividade*, seria uma característica reservada aos governos republicanos, como leríamos nas páginas dos *Discursos*¹⁹⁰.

Como delineamos *en passant*, na base para o motivacional dos soldados, poderíamos situar uma espécie de acordo tácito, que é estabelecido bilateralmente. Por um lado, parte dos súditos, como grupo advindo das camadas populares, por meio das vias armadas, defendem e asseguram a existência desse governo ao qual estão inclinados por um sentimento positivo (no caso da benevolência), ou, no limite, por um sentimento não-negativo (no caso do não-ódio). Aqui, existiria uma espécie de correspondência *mínima* entre os interesses dos governantes e dos governados, que consiste na consciência de que a ruína daquele estado, pela agressão estrangeira, significaria a reinstauração do caos, da instabilidade e da violência que acompanham os episódios de conquista. A defesa do príncipe, nesse caso, seria também a defesa de um contexto político cômodo. Por outro lado, de maneira complementar, o príncipe deve manter esse mesmo povo, donde provêm seus soldados, sob proteção e em segurança, operando internamente como um intermediário no dissenso que essa categoria por natureza afirma com os grandes¹⁹¹. Agora, o

¹⁸⁹ Aqui, parece-nos conveniente as objeções de Ernst Cassirer (1967, p. 172) em *El mito del Estado*. Ainda que, em *O Príncipe*, todos os conselhos de Maquiavel estivessem destinados à realização de um “bem comum”, quem seria o responsável por julgar em que consiste este “bem”? Evidentemente, aponta o intérprete, ninguém menos que o próprio príncipe, que sempre poderá “identificá-lo com seu interesse privado”.

¹⁹⁰ Sobre a questão do motivacional para os exércitos republicanos, cf. 3.3.2. O sacrifício dos soldados-cidadãos nos campos de batalha: o bem comum, a liberdade e a morte da república.

¹⁹¹ “Considerando aqueles senhores que, na Itália, em nossos tempos perderam seus estados [...], encontraremos neles, primeiro, um erro comum quanto aos exércitos [...]. E, depois, veremos que alguns dentre eles ou tiveram o povo como inimigo ou, mesmo contando com a amizade do povo, não souberam conter os grandes” (*O Príncipe*, XXIV, p. 117-118).

príncipe percebe que para manter-se protegido deve oferecer alguma contrapartida de proteção ao povo.

Todavia, a relação entre armas e principado revela um aspecto ainda mais delicado na dinâmica entre governantes e governados. Nesse vínculo, é necessário que reconheçamos a existência contínua de um elemento que é responsável por distanciar a política principesca de seus súditos: a predisposição para o uso da *violência*, que opera como *condição* para o constituir-se do poder do príncipe.

Para Frosini (2004, p. 4), é, de fato, isso que atribui ao principado a característica de ser um conceito *aporético*. Ao mesmo tempo que o príncipe não pode deixar de sustentar-se sobre o apoio popular, como pressuposto político-militar para a manutenção de seu governo, ele também deverá manter uma sombra de violência, que é exigida pelo movimento de “sujeição [*sudditanza*]” do povo em direção à figura do “súdito” – caso queira, de fato, ser príncipe. Ou seja, ao mesmo tempo que deve “*recorrer* a um “povo” como força capaz de apoiá-lo”, não pode evitar desestruturá-lo enquanto força política ativa, fazendo-o “deslizar para uma condição de conjunto indiferenciado de “súditos””. Disso deriva uma “tensão interna ao principado”, de qualquer configuração, não ao ponto de torná-lo contraditório, e, assim, impossível, mas de “torná-lo instável”.

Conforme explica o intérprete (2004, p. 23), então, a “benevolência” popular para com o príncipe apresenta um limite bem delineado, que decorre da subordinação que define esses regimes. Por mais que seja possível alcançar entre o governante e o povo “uma aliança, essa não poderá nunca ser completa, porque nesse caso o príncipe não seria mais soberano, e o povo não seria mais súdito”. É nesse sentido que deveria permanecer “uma *margem ineliminável de violência*” – que constituirá a “fraqueza do principado em relação à república”. Essa “margem de violência” significa que, diante da presença de tropas fiéis *pessoalmente* ao príncipe – armas “próprias”, então, em sentido muito específico –, existe a permanente disposição de voltar-se também contra o povo, caso fosse necessário (FROSINI, 2004, p. 24). Nesses regimes, as “armas próprias” não podem ser por completo assimiláveis ao “povo”, porque “se a identificação fosse

total, teremos um “povo em armas”, e, logo, uma *república*” (FROSINI, 2004, p. 23).

Assim, os soldados que operam nas fileiras principescas colocam em risco suas vidas em defesa do estado, pois, em primeiro lugar, com isso asseguram a sobrevivência de uma estrutura política que, os efeitos do tempo e as ações de consolidação do poder, foram capazes de enraizar¹⁹². A percepção dos benefícios oriundos do novo governo, cristalizada por meio de comportamentos específicos do governante em relação aos governados, matéria que orienta o pensamento maquiaveliano no núcleo temático entre os Capítulos XV e XIX, voltados à estabilização da conquista, garante o engajamento em ações defensivas: proteger o governante significa proteger o estado que agora é visto como portador de bons efeitos para os súditos em geral. Em segundo lugar, essa defesa também pode ser motivada pelo fato de o povo sentir-se sob abrigo das investidas internas, cuja ameaça é sempre latente: o príncipe, quando age em observância aos desejos populares, que visam escapar da opressão e da dominação que definem os grandes, ali encontra um sólido alicerce. Os súditos, armados, garantem a autonomia “internacional” do estado porque é com ela que podem assegurar uma condição política “aprazível”, capaz de impedir um estado de dominação e opressão interna.

Porém, a fragilidade dessa forma de organização militar encontra sua causa na própria dinâmica de sua estrutura política. Os súditos, em todas as hipóteses, devem permanecer afastados, em alguma medida, do poder principesco. O resquício de violência, que é mantido como condição para a força militar *pessoal* do governante, debilita as milícias principescas, sobretudo quando comparadas àquelas cidadãs, cujo “povo em armas” é outra face da participação política. Na verdade, a identificação total entre povo, guerra e política, expressão da magnificência militar, será reservada, sob a égide de Roma, como veremos, às repúblicas populares.

¹⁹² Como pondera Maquiavel no Capítulo XXIV, “os homens se ligam muito mais às coisas presentes do que às passadas e quando encontram o bem no presente apreciam-no e não procuram outra coisa; tomarão, até, a defesa do príncipe em qualquer circunstância, enquanto ele desempenhar bem o seu papel. Assim, terá o príncipe glória dobrada: a de ter fundado um principado novo e a de tê-lo ornado e consolidado com boas leis, boas armas e bons exemplos” (p. 117).

Em *O Príncipe*, portanto, o universo conceitual que gira em torno da problemática da guerra ocupa um papel *primário* e *insubstituível* dentro de sua estrutura expositiva.

Em primeiro lugar, a disponibilidade à violência, seja ela organizada militarmente ou através de episódios específicos de demonstração de força, aparece imersa em sua dimensão *formativa*. Tanto associada à possibilidade de expansão de um principado antigo e a formação de um misto, onde o uso dos exércitos de “ocupação” exigem a capacidade política do príncipe hereditário que se aventura no descampado da conquista, quanto na constituição de um principado *ex novo*, dando forma a um regime até então inexistente. As “armas” revelam sua natureza essencial durante esse processo constitutivo: seja pela monopolização do uso da força, como parte formadora da *virtù*, como no Capítulo VI, ou como possibilitadora para que o poder político se torne absoluto, como no Capítulo IX; seja no emprego de mecanismos militares *de facto* em associação com a perspicácia política, como nos Capítulos VII e VIII. Nessa etapa, sem as armas e a violência, um novo principado não poderia surgir.

Em segundo lugar, o laço entre a guerra e a política é estreitado sob a perspectiva da manutenção dos regimes. Na dinâmica instável da relação entre potências, o domínio da atividade militar, com tropas organizadas, treinadas e aptas ao combate, é uma exigência fundamental. Ou melhor, a criação de um exército próprio, quando todos os outros são inócuos, apresenta-se como uma exigência imperativa. Nisso, política interna e política externa se entrelaçam. A resposta para a imposição ditada por esse cenário passa pela sorte do vínculo estabelecido entre o poder principesco e os súditos. A condição para um exército próprio no seio dos principados reside na capacidade de o governante arquitetar, mesmo que sob duras penas, um contato se não pacífico, ao menos não odioso com os governados. Nessa outra etapa, sem as armas e a violência, um principado já constituído, que afasta-se do pandemônio da conquista, é incapaz de subsistir.

Distinto dos recursos violentos utilizados durante aquele processo, a segurança do principado novo se escora no fato de o povo conquistado se transformar no povo que o manterá pela custódia armada. O esforço do príncipe, colossal, como em diversos momentos reconhece o Secretário, está em edificar vínculos com os súditos, através de uma espécie de benevolência, para que seja possível, assim, consolidar as novas instituições. Isto é, inscrevê-las temporalmente em um terreno menos instável.

3 A REPÚBLICA E SUAS ARMAS: ENTRE A GUERRA, A POLÍTICA E O POVO

Nos regimes republicanos, enquanto forma de poder político distinta dos principados no exercício do *imperio sopra gli uomini* (*O Príncipe*, I, p. 3), a relevância da dimensão militar não é reduzida, mas, na reflexão sobre as estruturas institucionais da república, a guerra ganha uma abordagem mais específica. Se, em *O Príncipe*, a pertinência das armas, em suas mais diversas manifestações, vinha ao texto como parte formadora dos estados – seja na *conquista* de um novo domínio ou assimilada ao ato *fundacional* –, nos escritos que se debruçam sobre a ordenação republicana, o universo militar acabará circunscrito ao problema da *manutenção* das cidades, ainda que, em uma íntima relação com suas instâncias ordenatórias. Isto é, a temática da guerra, defensiva ou expansionista, estará inscrita na imposição necessária e universal, que já nos é familiar, de uma instituição voltada à *conservação* de uma unidade política.

A discussão sobre o vínculo entre armas e república, no pensamento maquiaveliano, apareceria, em primeiro lugar, envolta por um dramático senso de urgência. No crepúsculo do *Quattrocento* e na alvorada do *Cinquecento*, os conflitos armados, enquanto ameaça concreta aos interesses florentinos, desempenharam um importante papel formativo na experiência de Maquiavel enquanto pensador da política. No frenético contexto “interestatal” do Renascimento, essa “guerra” não aparecia somente como um conceito esfumado, mas, antes disso, como uma realidade que exigia medidas governamentais imediatas para contornar um vulnerável quadro institucional, onde os territórios da península, e, sobretudo, Florença, despontavam como alvo para conquistas estrangeiras.

Nesse sentido, estamos diante de uma preocupação que permeará o *corpus* maquiaveliano. Desde os trabalhos compostos por decorrência de sua atividade na Chancelaria, onde encabeçaria um projeto que tinha como proposta algo menos modesto do que a constatação analítica de que a sobrevivência dos estados estava atrelada à capacidade de preparar-se para a guerra – na formação da milícia florentina –, até os *Discursos*, onde a questão militar se

cristalizaria através do estudo da história romana, que ocorre sob o ressoar das teses antes gestadas.

Assim, o influxo das hostilidades militarmente organizadas, no interior dos estados republicanos, seria escancarado pela própria metodologia que acompanha o Secretário em suas obras – o livre trânsito entre as lições extraídas da história e aquelas adquiridas a partir da realidade contemporânea, oscilando entre o aprendizado histórico, livresco, da literatura política clássica, e a experiência *in locus* forjada na prática cotidiana¹⁹³ – e que, aqui, estabelece o terreno sobre o qual sua argumentação aparenta se sustentar e se mover.

Essa atenção, que deslocava a situação específica de Florença para uma reflexão mais genérica e sistemática sobre as repúblicas, a partir do exemplo romano, situava a guerra em íntima conexão com suas estruturas políticas. Para o estado, armar-se implicaria em considerar uma íntima interação entre as instâncias políticas e militares, que agora assumem um novo grau de importância. Nas repúblicas, a formação dos exércitos próprios colocaria em movimento significativas reformas institucionais. Para Maquiavel, a capacidade de preparar-se militarmente estará conectada aos princípios rudimentares do republicanismo por ele primado: a inclusão e a participação do povo na dinâmica política.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é trilhar uma reflexão acerca dos modos como a relação entre guerra e política se manifesta e se articula nos regimes republicanos, mantendo em nosso horizonte crítico os casos de Florença e de Roma. Ou seja, nosso propósito, como complemento à

¹⁹³ Nos *Discursos*, Maquiavel enfatizava que “nele expressei tudo o que sei [*quanto io so*] e aprendi [*quanto io ho imparato*] em longa prática e contínuas lições das coisas do mundo [*per una lunga pratica e continua lezione, delle cose del mondo*]” (Dedicatória, p. 3). Afinal, “se o engenho pobre, a pouca experiência das coisas presentes e o pequeno conhecimento das antigas tornarem insuficiente e de não grande utilidade esta minha tentativa, pelo menos abrirão caminho a alguém que, com mais *virtù*, mais eloquência e discernimento, possa vir a realizar este meu intento” (Proêmio, p. 5). N’O Príncipe, a tônica era reforçada por meio de sua Dedicatória a Lorenzo di Piero dei Medici: “Desejando [...] oferecer a Vossa Magnificência algum testemunho de minha devoção, não encontrei entre minhas posses coisas alguma que considerasse mais valiosa ou que mais estimasse do que o conhecimento das ações dos grandes homens, que aprendi através de uma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigas (O Príncipe, Dedicatória, p. 129, grifo nosso). De modo análogo, no Proêmio de a Arte da Guerra, assenta que “julgando eu, pelo que vi e li [*ho veduto e letto*]”, que não é “impossível” reconduzir as ordenações militares “aos antigos modos e devolver-lhe alguma forma da antiga *virtù*, deliberei [...] escrever o que entendo sobre a arte da guerra, para satisfação dos amantes das antigas ações” (Arte da Guerra, p. LXXIX, grifo nosso).

investigação sobre o papel das armas nos principados, é delimitar as condições políticas e a possibilidade de funcionamento dos exércitos no seio das repúblicas como requisito indispensável à manutenção das ordenações civis. Para entrarmos nessas teses de matriz republicana sob a perspectiva militar, com o intuito de analisarmos como os conflitos armados afetam as considerações de Maquiavel sobre essa forma de governo, nossa exposição divide-se em três momentos argumentativos.

No primeiro, buscaremos equacionar a importância da expressão da guerra no contexto da república de Florença durante o *Cinquecento* italiano. Para isso, delinearemos, ainda que de forma breve, a situação histórica em que se desenrolaram os acontecimentos militares que impactariam, de forma drástica, o curso institucional da cidade, e o envolvimento do Secretário, ao tentar oferecer uma resposta prática àquela situação específica. Nesse caso, nosso objetivo principal se concentrará nos mecanismos políticos e institucionais que subsidiavam o projeto militar maquiaveliano.

No segundo, nossa intenção é a de avaliar como os conflitos armados surgem na reflexão de Maquiavel acerca da república de Roma. Agora, a questão das armas próprias romanas opera como um guia para a leitura dos primeiros capítulos dos *Discursos*. A necessidade de fornecer uma estrutura militar colocará em operação uma série de reformas políticas que foram responsáveis por redefinirem o arcabouço institucional romano. Esse movimento nos permite entrever a importância da inclusão da categoria popular na dinâmica pública de governo. Ora, se as armas próprias apenas podem surgir do estado, então a república romana operará como um claro exemplo da conexão entre armas e leis.

No terceiro, nosso trabalho se dedicará a ponderar o modo como o Secretário dispõe a formação desses exércitos. Ali, nos empenharemos para demarcar as condições e os efeitos políticos que emanam dessa medida aparentemente técnica, e, além disso, como essas determinações de ordem governamental impactam na interpretação maquiaveliana acerca da dinâmica militar. Ou melhor, como o autor pensa a organização dessas tropas e como seus posicionamentos de natureza política afetam sua compreensão da prática bélica.

3.1 As armas no horizonte da República: do contexto florentino à Ordenança de Maquiavel

No pensamento de Maquiavel, a intersecção entre armas, guerra e instituições republicanas nasce colada aos eventos político-militares que atribulavam a vida dos estados na Itália do *Cinquecento*. O autor havia sido testemunha ocular desses acontecimentos que convulsionaram as relações entre os territórios da península. Na frágil e desarmada Florença, a percepção da importância que os conflitos armados desempenhavam na dinâmica política possuía tonalidades muito vívidas. É por isso que, desde o início, a situação de constante ameaça em que a República se encontrava impactaria as teses maquiavelianas, norteando-o em sua atividade prática, como Secretário, e em sua atividade reflexiva – fundada, justamente, sobre o modo como as disposições de governo poderiam articular-se para dar resposta àquela instabilidade. Naquele contexto particular, a guerra aparece como um dos principais problemas aos quais urgia uma saída *política* imediata. Vemos surgir, então, muito precoce, a ideia que ganharia corpo e novos contornos no desenvolvimento de suas obras maiores: a necessária formação de exércitos próprios no seio dos regimes republicanos.

Assim, nosso objetivo é tentar compreender como a série de eventos bélicos que caracterizam esse período sensibilizam e afetam a *concepção* e a *ação* de Maquiavel sobre a prática militar. Se, por um lado, essa análise aparece, agora, circunscrita às estruturas políticas florentinas, por outro, encontraremos importantes reverberações dessas primeiras impressões em seus escritos posteriores. Com esse intuito, encontramos-nos diante de dois momentos argumentativos correlacionados: um, de natureza historiográfica, e o outro, de natureza político-militar.

Em primeiro lugar, para compreendermos os termos da questão, parece-nos conveniente a composição de uma *breve e pontual* digressão histórica sobre a conjuntura que se desdobra sob a sombra da guerra. Isto é, o nosso esforço é o de compor, de modo muito sucinto, um *background* descritivo das ações que

atribularam a península italiana e, em especial, a repercussão que desencadearam sobre Florença. Em segundo lugar, buscaremos analisar como o Secretário tentou promover uma solução *prática* à debilidade militar florentina, através de seu envolvimento na Ordenança. Nesse caso, nosso propósito específico é o de delinear as diretrizes *essencialmente políticas* que guiavam sua postura em relação à composição das novas milícias para a República.

3.1.1 Carlos VIII, as guerras italianas e o colapso da península.

O grave quadro de instabilidade político-militar que assolaria a Itália teve início em 1494, quando Carlos VIII, rei da França, orquestrou sua invasão. Essa ação, que conturbaria os estados italianos e danificaria a malha de relações políticas, transformaria o território italiano em palco de batalhas para potências estrangeiras. O começo daquela que seria uma longa e recorrente sequência de incursões, estendendo-se até 1559, batizadas, justamente, de “guerras italianas”, desempenharia um papel central no processo de redefinição do complexo universo político que se delineava no horizonte do continente europeu¹⁹⁴.

Para o monarca francês, esse expediente de conquista apresentava-se como um movimento legítimo, enquanto condição para a extensão de seus domínios. No rearranjar-se de forças daquele conturbado período, a Itália aparecia como um alvo justificável. Na verdade, a iniciativa, fundada no impulso expansionista e na prerrogativa de reivindicação sobre o reino de Nápoles¹⁹⁵,

¹⁹⁴ Conforme contextualiza Gennaro M. Barbuto (2013, p. 29, tradução nossa), no final do *Quattrocento*, na Europa se delineava um complexo quadro político, caracterizado por especificidades inéditas, que seriam as premissas das longas guerras italianas: a formação da unificada monarquia espanhola após o matrimônio entre Isabela I de Castela e Fernando II de Aragão; a conquista de Granada em 1492, fortaleza árabe na Península ibérica; a descoberta do Novo Mundo; a afirmação, após a guerra dos Cem anos, de uma poderosa monarquia francesa e o constituir-se, como resultado de uma perspicaz política matrimonial, de uma dinastia austro-borgonha, que levaria com Carlos V à reunificação em uma só pessoa da coroa espanhola e daquela imperial; o emergir, após a guerra das duas Rosas, da dinastia Tudor na Inglaterra (BARBUTO, 2013, p. 29). Nesse processo de redefinição, acrescenta Galasso (2005, p. 8, tradução nossa), a Itália teria tido um papel de importância fundamental: não tanto, na verdade, “como parte ativa, quanto, antes, como parte passiva, objeto – por assim dizer – muito mais do que sujeito da história por ela vivida. O próprio início do período, chamado de “guerras italianas”, foi devido à iniciativa de uma potência externa.

¹⁹⁵ Não nos compete, aqui, a realização de um estudo historiográfico minucioso sobre as premissas e as prerrogativas aventadas por Carlos VIII para a invasão da Itália. Todavia,

encontraria no território italiano um espaço de fácil acesso. Nesse sentido, de acordo com Galasso (2005, p. 8), esse empreendimento encaixava-se “no plano meditado de reforço e expansão da monarquia”, algo que, após o desfecho da Guerra dos Cem Anos, havia sido “a linha constante da política francesa”. Por isso, “meditada também foi a escolha da Itália como campo de tal iniciativa”. Por um lado, era o lugar sobre o qual a “Coroa da França podia reivindicar mais direitos”; por outro, “a Itália aparecia, como era, o espaço europeu em menor condição de resistir” ao “choque ofensivo de uma potente força armada”.

Ao atravessar os Alpes e marchar em direção a Nápoles, Carlos VIII levou as principais cidades da península à eferescência. Logo a debilidade militar desses estados tornar-se-ia evidente. Após sua entrada, entre agosto e setembro de 1494, a passagem do rei por Florença estremeceu seu aparelho governativo, onde, sem precisar recorrer às armas, conquistou recursos importantes. Entre dezembro de 1494 e fevereiro de 1495, o monarca alcançava Roma e, depois, Nápoles, donde o rei Ferdinando II, o Ferrandino, já havia fugido, deixando o controle da cidade sob vacância.

Apenas em março de 1495, diversos estados italianos – Milão, Veneza e o estado da Igreja – formariam uma liga antifrancesa – reforçada por Ferdinando II, de Nápoles, o imperador Maximiliano, e a Coroa inglesa. Diante do descontentamento dos súditos napolitanos com o novo domínio, do avanço dos exércitos aragoneses em marcha para a reconquista da titularidade da cidade, e a formação dessa coalizção, Carlos VIII sente a necessidade de retirar-se dos territórios italianos. No movimento de regresso à França, os exércitos coligados enfrentaram as tropas da coroa na emblemática – e controversa, pelos resultados – Batalha de Fornovo¹⁹⁶.

podemos notar que, em decorrência da extinção da casa real de Anjou, em 1481, Carlos V, seu último duque, havia legado a Luís XI, monarca francês, a maior parte de sua herança. Com isso, não somente Anjou, dentre outros territórios (Maine, Provenza e Forcalquier), passava ao domínio da Coroa, mas, também, o direito de reivindicação sobre o reino de Nápoles, cuja titularidade do reinado pertencia ao duque. Sobre esse quadro, cf. o capítulo, “The genesis of the wars and the first French expedition” em MALLETT, Michael; SHAW, Christine. *The Italian Wars, 1494-1559: War, State and Society in Early Modern Europe*. London/New York: Routledge, 2014, p. 6-37. Na mesma direção, cf. ainda PELLEGRINI, Marco. *Le guerre d'Italia*. Bologna: Il Mulino, 2009.

¹⁹⁶ Nela, como destaca Mallett (2014, p. 31), embora ambos os lados tenham clamado pela vitória, os danos foram consideráveis: enquanto os franceses haviam perdido os substanciais espólios das guerras travadas na Itália, que portavam consigo, ao abandonarem o campo de

Embora a ingerência francesa pudesse ter despertado, em parte dos italianos, a impressão de tratar-se de um acontecimento transitório – que não destoava da rotina de investidas militares que, eventualmente, assolava a Itália –, os efeitos de sua ação e o desenrolar dos eventos revelaram, na verdade, que ela havia sido um divisor de águas para a história da península. Conforme explica Gilbert (1970, p. 220), a opinião de que a campanha de Carlos VIII tivesse sido um episódio efêmero, similar a tantos outros do passado, acaba sofrendo um duro golpe, tanto quando os franceses retornam para a Itália em 1499, com Luís XII, como quando os espanhóis conquistam Nápoles em 1501. Em retrospectiva, a “invasão de 1494 aparece como o primeiro estremecimento que havia sacudido os fundamentos da vida política italiana”. De fato, como recorda em outra ocasião o intérprete (1977, p. 48), essa campanha representou um “ponto de virada na história”, tornando-se de “tal maneira axiomático que sua data foi usada, muitas vezes, para assinalar o início da história moderna europeia”.

A importância desses eventos acaba ecoando na própria literatura do Renascimento. Bernardo Rucellai, por exemplo, em *De bello italico*, considerava a investida francesa como “de longe a coisa mais grave dessa época, que aconteceu não sem grandíssima perturbação do gênero humano” (RUCELLAI, 2011, p. 45, tradução nossa). Maquiavel, na *Mandragola*, através da fala de Callimaco, atribuía à “passagem do rei Carlos” o começo das “guerras na Itália, que arruinaram [*ruinorono*] aquela terra [*provincia*]” (MACHIARELLI, 1971, p. 869). Em *O Príncipe*, o Secretário depositava a responsabilidade por esses eventos à debilidade militar italiana, amplamente baseada em forças mercenárias, motivo da *sucessão* de invasões: o “resultado” da “*virtù*” das tropas contratadas a soldo foi “a Itália ter sido invadida por Carlos”, entre 1494-1495, “pilhada por Luís”, em agosto de 1499, “violentada por Fernando”, no ingresso dos espanhóis em 1501, e “vilipendiada pelos suíços”, em 1512 (*O Príncipe*, XII,

batalha em retirada para o Norte, o contingente italiano, por sua vez, havia sofrido severas baixas, fracassando em conter definitivamente o adversário. Em outra oportunidade, o comentador (1984, p. 56) esclarece a situação: “Fornovo foi claramente uma vitória francesa no sentido que Carlos alcançou seu objetivo de entrar na Lombardia. Mas, não foi a humilhação italiana que, em alguns momentos, parece ter sido”. Para Veneza, por exemplo, “o principal objetivo era evitar a derrota e manter o exército intacto enquanto administrava o confronto com os franceses. A ideia que o exército francês poderia ser destruído ou até mesmo evitar que retornassem para casa teria parecido extremamente otimista à mentalidade militar italiana contemporânea. Assim, as notícias do resultado da batalha foram recebidas em Veneza com imenso alívio e regozijo”.

p. 62). Para Guicciardini, nas *Storie fiorentine*, com o “exército do rei Carlos”, havia “entrado na Itália uma chama e uma peste que não mudou somente os estados, mas também os modos de os governar e os modos das guerras”. Após a passagem dos franceses, “como por uma súbita tempestade virou tudo de pernas para o ar, rompendo e lacerando a união da Itália, o pensamento e o cuidado que cada um tinha pelas coisas comuns” (GUICCIARDINI, 1974, p. 118)¹⁹⁷.

3.1.2 Os impactos das guerras italianas sobre Florença

Todavia, essa dramática percepção da invasão por parte dos florentinos possuía uma justificativa. Na cidade, o influxo francês foi responsável não apenas por escancarar sua precariedade militar, agora receosa de que as armas estrangeiras pudessem provocar uma pesada submissão à França. Mas, também, motivou uma “revolução interna”, que foi causa da dissolução da “preexistente base da vida política” (GILBERT, 1977, p. 48-49) e da subsequente tentativa de reconstrução dos fundamentos da República.

Nesse sentido, é conveniente recordarmos que Florença, desde 1434, era governada, de modo quase dinástico, pela família Medici, que havia sido capaz de impor uma “monarquia larvada”, isto é, um sistema de governo pessoal, que, ainda que conservasse as aparências “democráticas”, esvaziava as “instituições republicanas de toda substância”: uma “pseudomonarquia”, um principado disfarçado sob uma caricatura de regime republicano (LARIVAILLE, 1988, p. 28)¹⁹⁸. A começar por Cosimo, passando por Piero – o Gotoso –, Lorenzo e Piero

¹⁹⁷ De acordo com o relato de Guicciardini (1974, p. 118), cada estado italiano, “vendo assaltar e tumultuar as cidades, [...] ducados e [...] reinos”, “hesitante, começou a considerar suas coisas próprias, não duvidando que um incêndio vizinho, a ruína de um lugar próximo, pudesse queimar e arruinar também o seu estado”. Com a invasão, “nascem as guerras súbitas e violentíssimas, destruindo e conquistando em menos tempo um reino do que antes se levava para uma vila; as expugnações das cidades velocíssimas, conduzidas não por meses, mas por dias e horas; realizadas por armas ferocíssimas e sanguinosíssimas”.

¹⁹⁸ Sobre o período de governo Medici, cf. o trabalho de Nicolai Rubinstein, *The government of Florence under the Medici (1434 to 1494)* (Oxford: Oxford University Press, 1997). Cf. também o capítulo “Os jogos da política e da história: Florença”, de Paul Larivaille, em *A vida cotidiana: A Itália no tempo de Maquiavel* (tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 15-34). Sobre o contexto sociopolítico do período, Cf. DUBRETON, Jean Lucas. *La vita quotidiana: a Firenze ai tempi dei Medici*. Traduzione di Rosanna Pelà. Milano: BUR, 2017.

– o Desafortunado –, a casa dos Medici, através do controle, ainda que velado, dos processos eleitorais¹⁹⁹, assegurava sua preponderância sobre os principais cargos do estado, como a Senhoria [*Signoria*], e interferia nas escolhas de nomes politicamente favoráveis para ocupar os conselhos vitais daquela confusa máquina institucional.

Dentro desse contexto, em 1494 a cidade sofre uma drástica mudança em sua estrutura política. Com a movimentação militar francesa, que se aproximava dos territórios da Toscana, Piero, temendo a presença daquele exército, embora fossem por tradição alinhados com a política do Reino, encontrava-se com Carlos VIII para estabelecer tratativas acerca da posição de Florença em relação aos seus propósitos expansionistas. De modo passivo e pacífico, a Senhoria cedia as fortalezas de Sarzana, Sarzanello, Pietrasanta, Ripafratta, Livorno e Pisa²⁰⁰, cujas localizações eram militarmente estratégicas. Na cidade, essa “condescendência” de Piero nos “confrontos com o soberano francês” e o comportamento vil foram de súbito condenados. Por isso, os florentinos se rebelaram contra o governante em 9 de novembro, “condenando-o ao exílio e ao confisco dos bens” (BARBUTO, 2013, p. 32)²⁰¹.

Nesse caso, sua estrutura política acaba afetada pela experiência militar conduzida pelo monarca. Os desdobramentos desses eventos, que encontram seu gatilho na debilidade bélica de Florença, redefiniriam sua história político-institucional. Com o desmoronamento da autoridade dos Medici, a República *de fato* ressurgia por meio de um intrincado rearranjo institucional. A partir da

¹⁹⁹ Sobre a manipulação dos *accoppiatori* e o controle eleitoral, cf., o capítulo I, da obra supracitada de N. Rubinstein, “The beginnings of electoral controls” (p. 1-33). Sobre os *accoppiatori*, cf. o capítulo II. “The *accoppiatori*” (p. 34-59).

²⁰⁰ Pisa, em especial, sob a sombra da autoridade de Carlos VIII, rebelar-se-ia contra Florença, e sua reconquista, vital aos empreendimentos mercantis florentinos, ocorreria apenas em 1509, exigindo do governo um considerável emprego de recursos financeiros e manobras políticas. Na verdade, a recuperação de Pisa ocorreria por meio da milícia concebida por Maquiavel, cujo modo de constituição veremos a seguir. Sobre a situação histórica, cf. *Discorso sopra Pisa* (MACHIAVELLI, 1997, p. 3-4) e *Provvedimenti per la riconquista di Pisa* (MACHIAVELLI, 1997, p. 84-88). Sobre as fortificações florentinas cedidas a Carlos VIII, cf. *Discursos*, II, 24, p. 274-276.

²⁰¹ Guicciardini (1974, p. 109) é duro em seu juízo sobre Piero. Com efeito, diante do governo bem estimado de seu pai, Lorenzo, o “pouco cérebro e a má sorte da cidade tornaram facilíssimo aquilo que parecia impossível”: a ruína do poder Medici. De acordo com o historiador florentino, “o cérebro de Piero não era naturalmente inclinado a apreciar” sequer as recomendações para que se afastasse da “sombra de tirano”, realizada por homens “sábios”, como Bernardo Rucellai, pois “como mostravam seus comportamentos, sua natureza era tirânica e altiva”.

articulação das facções políticas, que “representavam” interesses contrastantes – de tendências aristocratas e populares, que, sob o império da família haviam sido imobilizadas –, o processo de reforma das ordenações florentinas era posto em movimento. Nesse sentido, dois momentos são importantes para a reconstrução das disposições republicanas: [a] a instituição do Conselho maior [*Consiglio maggiore*], em 1494; [b] o gonfaloneiro vitalício [*gonfaloniere a vita*], em 1502²⁰².

[a] No ambiente de ressurgimento do quadro republicano, aos olhos dos florentinos, os antigos conselhos, até então manipuláveis, pareciam exigir um “sistema de governo mais centralizado”, que buscasse atribuir aos cidadãos um maior protagonismo na direção do destino da cidade. Com o apoio de Girolamo Savonarola, o controverso frade dominicano, e inspirando-se na República de Veneza²⁰³, já em 22-23 de dezembro de 1494 vemos surgir a lei que “procurou reorganizar o governo” através da criação do Conselho maior, que incluía os artesãos e a pequena burguesia no jogo político, através do direito de voto na nova instituição (LARIVAILLE, 1988, p. 29)²⁰⁴.

Com a ruína do antigo regime, as medidas tomadas na transição do poder haviam criado uma situação crítica entre os partidos populares e aristocratas²⁰⁵. De acordo com a elucidativa reconstrução histórica conduzida por Gilbert (1970, p. 54) era, portanto, necessário encontrar alguma solução para evitar o conflito civil, que parecia iminente, pois a tensão “ameaçava explodir com violência”. Os aristocratas, que não eram “contrários à ideia de instituir um grande conselho”, enquanto um alargamento do grupo dirigente prometia uma maior estabilidade,

²⁰² Para um importante estudo sistemático desse conjunto de reformas, cf. os capítulos “I. Idee, problemi e istituzioni politiche fiorentine alla fine del Quattrocento” e “II. La reazione degli aristocratici fiorentini alla rivoluzione del 1494”, de Felix Gilbert, em *Machiavelli e Guicciardini* (Traduzione di Franco Salvatorelli. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1970, p. 17-50 e p. 51-94).

²⁰³ Trataremos dessa inspiração no próximo subcapítulo, mais especificamente em 3.2.2.4. Veneza como antimodelo: uma nota pragmática.

²⁰⁴ Como explica Larivaille (1988, p. 29), a “entrada dos artesãos e dos comerciantes no principal órgão deliberativo da república não deixa de representar uma novidade importante, uma larga brecha aberta na hegemonia da oligarquia florentina”.

²⁰⁵ Após a fuga de Piero, o primeiro passo dos optimates foi “obrigar o povo a empossar vinte dos aristocratas mais eminentes como “*accoppiatori*”. Estes foram encarregados de revisar “as listas dos cidadãos elegíveis aos cargos” necessários ao funcionamento da engrenagem política florentina. Porém, no desempenho dessa tarefa, os aristocratas “agiram como um verdadeiro governo *ad interim*, enchendo os ofícios com gente de sua escolha”. Agora, o povo “amargamente escarnecia” sobre o fato que haviam substituído “um tirano”, da casa dos Medici, por “vinte” (GILBERT, 1970, p. 54).

perceberam que, caso quisessem manter sua supremacia política, era necessário que a extensão do grupo dirigente fosse limitada. Então, sua proposta era a de admitir no novo conselho “somente os filhos e os netos daqueles que haviam sentado nos três órgãos governativos mais importantes da cidade”, responsáveis pelo executivo: a Senhoria, o Colégio dos dezesseis gonfaloneiro [*sedici gonfalonieri*] e o Colégio dos doze anciãos [*dodici buoniuomini*].

Porém, observa o historiador (1970, p. 55), sem que possamos saber com segurança o motivo para essa reviravolta, uma “proposta mais radical” do que aquela prevista por esse primeiro “projeto conservador” fora sancionada: “o conselho seria composto não só pelos descendentes de todos aqueles que tinham *efetivamente* exercido os cargos, mas também por todos aqueles cujos nomes *constaram nas listas* dos elegíveis”, ainda que não tenham assumido a função. Com isso, “o governo de Florença se abriu às classes médias, e o caráter do grupo dirigente mudou por completo” (GILBERT, 1970, p. 55, grifo nosso).

Agora, a criação do Conselho maior fornecia um instrumento de ação comum, que quebrava o antigo monopólio de um pequeno grupo – da aristocracia florentina – na atribuição dos cargos indispensáveis ao estado (GILBERT, 1970, p. 24-25). Com a reforma constitucional de 1494, as “classes médias” florentinas ocuparam um lugar político que antes era prerrogativa exclusiva da “classe alta” (GILBERT, 1970, p. 51)²⁰⁶. Por isso, todo o período republicano foi marcado por um clima de discórdia entre os grupos *aristocratas* e *populares*. Vale notarmos que essa tensão ecoaria, também, nos assuntos referentes à Ordenança encabeçada por Maquiavel.

[b] A crise política, despertada pela reestruturação inicial que esforçava-se para estabelecer uma maior participação popular nos assuntos da república, agravar-se-ia de maneira mais acentuada após 1498, com a condenação de Savonarola à morte. Embora o áspero contraste entre os partidos florentino tenha surgido quase subitamente à queda dos Medici, naquele primeiro

²⁰⁶ Os membros da “classe alta” tinham sua distinção assinalada por termos como “ricos”, “nobres”, “grandes”, “sábios”. Esses vocábulos, explica Gilbert (1970, p. 51), derivavam de atributos de nobreza que a classe alta gozava: além de ricos, descendentes de famílias antigas e honradas, e gente dotada de experiência ou de boa educação política”. A “classe média”, por sua vez, era formada por “artesãos”, “comerciantes”, “lojistas” e “pequenos empreendedores”. Estes também se distinguiam dos “trabalhadores e dos servos”, que os florentinos chamavam de “plebe” ou “vulgo” (GILBERT, 1970, p. 52).

quadriênio da república, ele havia sido ofuscado por outra discórdia que alvoroçava o estado: a mensagem, de conotações profética, do frade dominicano. Sob influência do “profeta desarmado” que ressurgiria nas páginas maquiavelianas, naquele intervalo, a comunidade política cindia-se “em numerosas facções”, mas, “por questões de natureza variada”: isto é, sobre a “validade intrínseca da mensagem savonaroliana” (GILBERT, 1970, p. 53)²⁰⁷.

Após sentença, outra questão passou a nortear o debate florentino: “se o governo instituído em 1494 tinha a necessidade de ser reformado e melhorado” (GILBERT, 1970, p. 58). Nos anos mais críticos da república, o ponto central da disputa “era a questão da redução dos poderes do Conselho maior”. Essa luta, “bem ou mal”, chegaria ao fim em 1502, “com uma moderada reforma constitucional, que transformou o ofício de gonfaloneiro”, a posição mais alta do executivo florentino, “em um cargo vitalício” (GILBERT, 1970, p. 53). Dessa forma, a transformação do governante titular da república em um cargo permanente, naquele quadro institucional construído sobre a rápida rotatividade entre oficiais, aparecia como uma forma de contornar a crise política – e também financeira, dada a necessidade “orçamentária” e a dificuldade em aprovar-se novas leis para aumento dos tributos, devido a tensão entre aristocratas e populares no seio do Conselho maior – que grassava sobre Florença.

O novo arranjo era palatável a ambos os partidos florentinos. Como o “gonfaloneiro não possuía um poder independente dos outros membros da Senhoria” então, uma “extensão de sua duração no cargo não aparecia como uma mudança a ponto de ameaçar o influxo político das classes médias”. Os “grandes”, por sua vez, embora não pudessem “sentir-se satisfeitos por essa mudança”, achavam “que qualquer reforma era melhor do que nada, e esperava que uma vez dado o primeiro passo em direção a uma reforma constitucional, fosse mais fácil prosseguir por esse caminho”²⁰⁸. De todos os modos, a lei de 26

²⁰⁷ De acordo com Gilbert (1970, p. 56), Savonarola não teve jamais o governo da cidade, e somente momentânea e por breves períodos seus seguidores se encontraram em maioria na Senhoria; apesar disso, os sermões do frade dominicano, com suas exortações morais e seus juízos políticos, dominaram a vida de Florença.

²⁰⁸ Ou, talvez, hipotetiza Gilbert (1970, p. 70-71) de um ponto de vista “puramente tático”, pensassem “conseguir qualquer vantagem iniciando as reformas constitucionais com a criação de um gonfaloneiro vitalício: com sua ajuda e sua autoridade seria possível romper a resistência contra ulteriores reformas”.

de agosto de 1502 soava, aos aristocratas, como o início do momento de afastamento do “governo largo” de 1494 (GILBERT, 1970, p. 70-71).

Contudo, com a eleição de Piero Soderini, proveniente do estrato aristocrata, para o cargo de gonfaloneiro vitalício, no mesmo ano, pelo Conselho maior, outras mudanças institucionais significativas não ocorreram (GILBERT, 1970, p. 70-71). Nesse sentido, a recusa de Piero de “levar adiante o programa aristocrático o fez aparecer aos olhos dos grandes como um traidor da classe da qual provinha”, e, estes, “o combateram asperamente” (GILBERT, 1970, p. 71-72). No final, o novo Gonfaloneiro alinou-se à facção *popolana*, oposta aos *optimates* que haviam advogado por sua eleição.

Dessa maneira, as reformas em Florença, desencadeadas pelo assalto francês, promoveram uma importante oxigenação em suas estruturas republicanas. Contudo, uma das razões – quiçá, a principal – pela qual a cidade havia se curvado de forma dócil à coroa, e motivo pelo qual permanecia refém das aspirações externas e vulnerável ao configurar-se de forças “internacionais”, ainda estava em aberto: a debilidade militar. E é aqui, no entrecruzamento desses episódios no curso da história, que veremos a atividade maquiaveliana, tanto em sua dimensão prática quanto teórica, se inserir.

3.1.3 Maquiavel, a Chancelaria e a milícia cidadã

Imerso nesses eventos, a biografia e a bibliografia de Maquiavel, no que diz respeito ao problema militar, se embaralham. A guerra, em sua dimensão prática e técnica, apareceria no horizonte maquiaveliano relacionada à política e suas atribuições enquanto funcionário da República. De fato, em 1498, após a morte de Savonarola e a deposição de seus partidários do quadro governativo, Maquiavel era eleito para ocupar o principal cargo da Segunda Chancelaria²⁰⁹.

²⁰⁹ Sobre a eleição de Maquiavel, cf. o capítulo “L’ingresso in Cancelleria”, de Andrea Guidi, em *Un segretario militante: politica, diplomazia e armi nel Cancelliere Machiavelli* (Bologna: Il Mulino, 2009, p. 37-137). “L’elezione a segretario”, de Ugo Dotti, em *Machiavelli rivoluzionario: vita e opere* (Roma: Carocci Editore, 2003, p. 31-32). “La giovinezza. L’ufficio e i colleghi. Le prime esperienze. Il Savonarola”, de Federico Chabod, em *Scritti su Machiavelli* (Torino: Giulio Einaudi Editore, 1964, p. 256-273). “Elezione a segretario”, de Gennaro M. Barbuto, em *Machiavelli* (Roma: Salerno Editrice, 2013, p. 29-51). E, por fim, “Niccolò Machiavelli, secretary”, de Roberto Ridolfi, em *The life of Niccolò Machiavelli* (Translated by Cecil Grayson. London/New York: Routledge, 2010, p. 15-21).

Nessa investidura, o agora *efetivamente* Secretário entraria em contato com uma dinâmica política que caminhava ao lado de uma série de atividades intelectuais que brotavam no berço do Humanismo florentino, mas que, diante daquela conjuntura, guiavam-se cada vez mais para exigências de ações objetivas.

Durante o *Trecento e o Quattrocento*, a mesma Chancelaria havia sido o domicílio de importantes humanistas. Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini haviam representado um ponto de referência intelectual e político para os concidadãos, influenciando nas orientações culturais da cidade que respirava o Renascimento. O chanceler, em resumo, obrigatoriamente vinculado à uma educação Humanista, simbolizava a atmosfera cultural florentina.

Todavia, no final do Século XV, a instituição passa por um processo de “modernização”. Naquele momento, segundo a importante análise conduzida por Guidi (2009, p. 40-41), a magistratura, cada vez mais, operava como um caminho através do qual o executivo, a *Senhoria*, se servia para resolver muitos aspectos de sua ação de governo. Essas exigências pragmáticas que recaiam sobre os chanceleres levaram a uma readequação do ofício, através da divisão entre uma primeira e segunda Chancelaria. Com efeito, existia a necessidade de personalidades que fizessem da “prática política e administrativa” sua força. Isto é, homens de ação, que, embora herdeiros da grande tradição humanista dos chanceleres, colocavam essa mesma tradição a serviço de sua profissão (GUIDI, 2009, p. 47).

A partir dessa modificação, ao Secretário, título estatutário do responsável pela Segunda chancelaria, recaiam atribuições vinculadas ao executivo, realizando compromissos “puramente políticos” (GUIDI, 2009, p. 47)²¹⁰. No

²¹⁰ Sobre a atividade desempenhada por Maquiavel na Chancelaria florentina e as diretrizes políticas que o guiavam no projeto de Ordenança, seguiremos de perto a importante investigação conduzida por Guidi na obra supracitada. Acerca das competências institucionais da Chancelaria, elucida o intérprete, enquanto ao primeiro chanceler cabia uma posição de distinção social, por realizar funções mais prestigiosas, como a de redigir e pronunciar discursos oficiais e lidar com a correspondência diplomática no interior do Palácio, “coberto por uma reputação de ilustre literário” (GUIDI, 2009, p. 123), ao segundo [...] competia manter um contato direto com os oficiais florentinos nos domínios, sendo frequentemente enviado em missões “diplomáticas”. Na verdade, “para conduzir os afazeres políticos e diplomáticos as magistraturas que controlavam o governo não se serviam do oficial formalmente mais importante da Chancelaria”: ao contrário, “se confiava no Secretário, funcionário de fato às dependências do executivo, que se configurará, desde o início e em medida crescente, como o representante de uma facção política (GUIDI, 2009, p. 45). Assim, ainda que ao primeiro chanceler permanecesse a competência pelos compromissos normais

redimensionamento funcional de suas atribuições, na Chancelaria, a partir de então, através de seus oficiais, não passavam somente “práticas diplomáticas diretamente relevantes”, por meio de missões no exterior, mas, também, “importantes aspectos da administração do estado, como a gestão do território sob o controle de Florença e das armas da República”, que, em um período de “guerra contínua como aquele aberto pela invasão francesa de 1494, havia tornado os elementos militares e estratégicos fundamentais” (GUIDI, 2009, p. 48).

É nesse momento, onde a ameaça militar conferia ao Secretário a responsabilidade de desenvolver não só as tradicionais “missões diplomáticas”, ou de lidar com a administração do “território sob o controle da cidade”, mas, também, de coordenar os “homens armados a serviço da República”, que a figura de Maquiavel surge como idealizador e organizador de uma “nova milícia de Ordenança” (GUIDI, 2009, p. 17)²¹¹. Como reflexo de sua capacidade “pragmática e utilitarista”, que havia sido determinante para que seu nome fosse aceito à função, considerando as exigências que o cargo agora demandava, é que seu protagonismo como precursor de um exército para Florença se inscreveria²¹².

Assim, os acontecimentos postos em movimento pela investida de Carlos VIII, desde a deposição dos Medici, passando pela reestruturação do governo

de redação da correspondência oficial, e o prestígio cultural e literário, como aquele do período de Maquiavel, Marcello Virgilio, que era um notável humanista e professor do prestigiado *Studio florentino*, os “encargos de maior valor político” eram confiados ao “Secretário das magistraturas encarregadas pela conduta da política externa e dos afazeres militares” (GUIDI, 2009, p. 48).

²¹¹ De acordo com a observação de Guidi (2009, p. 19-20), seria *exatamente* essa responsabilidade por organizar os fazeres militares da República o que permitiu a “assimilação de práticas militares e administrativas fundamentais”, seja para a “idealização da Ordenança”, naquele primeiro momento, ou para o “desenvolvimento de sua mais tardia doutrina político-militar”.

²¹² Essa urgência para as competências pragmáticas ecoa nos atributos que eram exigidos na “formação cultural” dos Secretários, que, agora, era um tanto diversa das gerações predecessoras: “a preferência pelas capacidades de *discernimento prático* nas coisas da política, como requisito essencial para tal profissão, levava, de fato, à escolha de homens caracterizados não somente por uma cultura mais vasta, mas sobretudo em condições de aplicá-la difusamente no confronto constante com a realidade” (GUIDI, 2009, p. 53, grifo nosso). No caso de Maquiavel, parece “legítima a hipótese de que o jovem [...] tivesse ao menos bons rudimentos de uma educação humanística”. Mas, “o futuro Secretário florentino e outros chanceleres contemporâneos teriam sido maiormente interessados no confronto constante entre a doutrina dos antigos e a realidade política de seu tempo, do que no estudo erudito e fim em si mesmo da cultura clássica” (GUIDI, 2009, p. 80).

florentino, e alcançando a eleição de Maquiavel, onde seu envolvimento com a arte militar cristaliza seu interesse pela articulação entre a guerra e a política, se conectam.

3.1.3.1 O projeto da Ordenança

A situação da Toscana, que, como vimos, compartilhava a sorte da Itália em sua fragilidade armamentista²¹³, faria com que o Secretário se transformasse no principal defensor, idealizador, articulador e executor de um programa que influenciaria de uma forma drástica sua percepção sobre a questão da guerra: a Ordenança, um projeto por ele encabeçado que instituía, objetivamente, uma milícia para Florença formada, por seus “súditos” e “cidadãos”.

Essa estrutura militar se inspirava em – ou se valia de – um debate político que havia permanecido latente na cidade. A ordenação de um exército composto pelos próprios florentinos não era uma ideia inédita²¹⁴. As milícias comunais, que haviam defendido Florença durante o período Medieval, atestavam a pertinência dessa instituição. Além disso, o recrutamento de tropas provisórias, de caráter auxiliar, permanecia como uma prática usual²¹⁵. Nesse caso, o renascimento da

²¹³ Sobre isso, podemos recordar o apelo que perpassava as *Parole*: “Saís agora de casa e considerais o vosso entorno: vos encontrareis em meio de duas ou três cidades que desejam mais a vossa morte a sua própria vida. Ides mais além, saís da Toscana e considerais toda a Itália: vereis ela girando sob o rei da França, venezianos, o papa e o duque Valentino” (MACHIAVELLI, 1997, p. 13-14).

²¹⁴ Podemos equacionar a importância dessa temática quando olhamos, por exemplo, ao *De militia*, de Leonardo Bruni, em que o problema da milícia vem à tona. Nesse escrito, o chanceler, além de ponderar acerca da origem e da relevância da milícia para o corpo político, estabelece uma relação entre as tropas florentinas do período e aquelas comunais, que haviam defendido a cidade. Todavia, o discurso bruniano permanece no plano teórico, não apresentando nenhuma solução prática, nem sequer técnica, para contornar já calamitosa situação militar florentina. Sobre isso, cf. BRUNI, L. *De militia*. In: *Opere letterarie e politiche*. A cura di Paolo Viti. Torino: UTET, 1996, p. 651-701. Para uma análise do texto de Bruni, cf. BAYLEY, C. *War and society in Renaissance Florence. The De Militia of Leonardo Bruni*. Toronto: University of Toronto Press, 1961.

²¹⁵ Como nota Marchand (1975, p. 121-122) as origens da milícia são “muito anteriores a Maquiavel: já no *Duecento* existiam milícias cidadãs, que depois foram extintas. Porém, “diante do perigo de uma invasão, sempre se recorria ao armamento dos camponeses”. Todavia, “Florença não dispunha de nenhuma disposição legislativa que regulasse o recrutamento, o treinamento e a retribuição desses camponeses que, muitas vezes, participavam espontaneamente na defesa do território”. Como complementa Guidi (2009, p. 196), devemos observar “como a prática de reunir milícias provisórias de camponeses não tenha sido nunca totalmente abandonada em Florença no *Quattrocento*, mas, sobretudo, deve-se destacar como entre o fim daquele século e o início do seguinte essa tenha sido retomada com certo vigor”. Nesse caso, o próprio Maquiavel teria coordenado alguns “alistamentos”, todavia, “na maior parte dos casos [...] os homens reunidos com sumárias e

milícia cidadã era algo ventilado com certa frequência no ambiente humanista, sobretudo naquele amparado pela tradicional condenação dos mercenários a serviço da República²¹⁶.

Porém, o Secretário distanciava-se de seus compatriotas ao propor um projeto militar *factível*, que partia da realidade política florentina e que se escorava em uma articulada proposta política, “jurídica” e técnica. Nesse sentido, coordenava uma iniciativa concreta de reforma militar, que se distanciava da abstração teórica sobre a qual as ideias dos escritores precedentes haviam se limitado. Em outras palavras, o conceito de “milícia”, que era um ponto reconhecidamente pertinente à manutenção das ordenações republicanas, seria, com o esforço de Maquiavel, algo exequível.

Portanto, no desempenho de suas atribuições a cargo da Chancelaria, considerando o cenário da cidade à qual servia, vemos surgir os escritos que dariam norte e substancialidade ao empreendimento do qual parecia depender a sobrevivência do estado: como em *Parole da dirle sopra la provisione del danaio, facto un poco di proemio et di scusa*, de 1503, o *La cagione dell’ordinanza, dove la si truovi et quel che bisogna fare*, de 1506, a *Provisione della ordinanza*, de 1506 – que seria absorvida na redação da lei final, a *Militie florentine ordinatio* –, o *Discorso sulla milizia a cavallo*, de 1510, e, por fim, *L’ordinanza de’ cavalli*, entre 1510 e 1511.

Nessas redações, que transitam entre tópicos militares e outros de índole política, nasceriam não somente as diretrizes “legais” que orientariam a formação da milícia sob uma perspectiva prática, mas, também, a construção de um importante pano de fundo que buscava *convencer* a classe política florentina, cindida entre indivíduos de tendência popular e outros de tendência aristocrática,

velozes levas eram utilizados na função de “sapadores [*guastatori*]”, isto é, com tarefas de operários militares usados, por exemplo, na escavação de fossos, trincheiras, etc. (GUIDI, 2009, p. 198).

²¹⁶ A ideia do cidadão que é um herói militar e age em nome da pátria era uma difusa, podendo ser encontrada, por exemplo, no *Momus*, de Leon Battista Alberti (sobre isso, cf. ALBERTI, Leon Battista. *Momus*. Translated by Sarah Knight. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003). Para além do ambiente teórico, como observa Hörnqvist (2002, p. 148-149), muitos intelectuais e militares defenderam o renascimento da milícia “antes de Maquiavel abraçar a causa”. Leonardo Bruni, na primeira metade do *Quattrocento*, “elaborou um plano para a reintrodução de uma milícia cidadã”. Após a queda dos Medici, em 1494, Domenico Cecchi, “um seguidor próximo de Savonarola, atacou o sistema mercenário e evocou a milícia nativa da comuna medieval em sua *Riforma sancta e pretiosa*”.

sobre sua pertinência, levando à aprovação da lei que regulamentava seu exercício. De fato, a composição da milícia provocava ainda mais a já acirrada disputa entre as facções florentinas: enquanto o partido popular deseja avançar o projeto para prover a cidade de armas, amparado pela figura de Piero Soderini, o partido *optimato* pretendia conter o consentimento para a medida, temendo que aquelas mesmas armas pudessem servir ao gonfaloneiro para o estabelecimento de um poder pessoal²¹⁷.

Em outras palavras, se ao estado compete a responsabilidade por prover-se de armas próprias, isso deve ser feito por meio dos mecanismos institucionais republicanos: para tanto, uma “norma jurídica” deve ser composta e, para que seja deferida, os dirigentes políticos devem ser convencidos da importância dessa medida, sobretudo de uma tão controversa.

3.1.3.2 Entre súditos e cidadãos: a cidade, o condado e o distrito

Apesar disso, em *La cagione dell’ordinanza*, redigida – porque “vós me pedistes que eu escreva o fundamento dessa Ordenança” – no encalço de um fracasso vergonhoso das tropas mercenárias contratadas por Florença para a retomada de Pisa, o Secretário situava a necessidade da instituição de um exército como um *ponto consensual*: “eu deixarei de lado a discussão se seria bom ou não ordenar o vosso estado às armas”, pois “todos sabem que quem diz império, reino, principado, quem diz homens que comandam” está falando sobre “justiça e armas”. No caso florentino, “vós, da justiça, não haveis muita, e das

²¹⁷ Com efeito, como protagonista do projeto militar, Maquiavel entra em contato com o acirrado ambiente político-partidário de Florença. Se, por um lado, havia permanecido alheio àquelas disputas no período antecedente à sua eleição, em 1498, podendo ser considerado apenas como anti-savonaroliano, após 1502, o contato com a facção “*popolana*”, sectária de Soderini, cresce. Seu uso para lidar em “missões diplomáticas cruciais” (GUIDI, 2009, p. 141), revela que o Secretário não poderia ter permanecido neutro naquele intrincado quadro de divergências partidárias. É, assim, na proposta da Ordenança que fica evidente o total comprometimento maquiaveliano com a “estrutura governativa soderiniana”. Na reforma militar, que impactava de maneira profunda o campo político, considerando que implicava em modificações institucionais, a facção *optimato*, representada por figuras como Alamanno Salviati, Giovan Battista Ridolfi e Bernardo Rucellai, rebelou-se abertamente, criando obstáculos para a aprovação da proposta (GUIDI, 2009, p. 146). Em resumo, por parte dos aristocratas, dois temores guiavam a oposição contra a criação daquela estrutura armada: em primeiro lugar, a “preocupação que o novo exército se tornasse uma sorte de guarda pessoal a ser utilizada contra os próprios rivais políticos”, uma espécie de polícia privada da facção soderiniana; em segundo, que com a formação da Ordenança, “o poder do gonfaloneiro não pudesse mais ser contido” (GUIDI, 2009, p. 218).

armas não haveis nada; e o único modo para reaver ambas é ordenar-se às armas por deliberação pública, e mantê-las com boas ordenações [*ordini*] (MACHIAVELLI, 1997, p. 26-27)²¹⁸.

Nessa instância, de maneira preliminar, é conveniente notarmos a significativa interação entre “*iustitia*” e “*armi*” – que retornará com tonalidades mais explícitas. A instituição da Ordenança, que procurava ganhar corpo através de um aparato “legislativo” que determinasse seus pormenores técnicos, deveria ser acompanhada por uma “concreta *reforma da justiça* para os conscritos na milícia” (GUIDI, 2009, p. 165, grifo nosso). Aqui, vemos surgir uma importante noção para a compreensão da viabilidade dos exércitos próprios, não apenas florentinos, mas, também, de ordem geral: a formação dessas tropas *exige* reestruturações de ordem política – nesse caso, identificável na “justiça” – que permitam que os indivíduos se envolvam no programa militar.

Essa concepção, que coloca em operação o binômio “justiça” e “armas”, era diretamente impactada pela forma como Maquiavel concebia a constituição e o desenvolvimento dos exércitos no território sob o domínio florentino. Sobre isso, “pressupondo que a sentença seja concedida”, ou que a lei sobre a Ordenança fosse aprovada, e que, por consequência, “seja conveniente armar-se”, caso se queira “ordenar o estado de Florença às armas”, será necessário “examinar *como* essa milícia seria instituída” (MACHIAVELLI, 1997, p. 27, grifo nosso).

²¹⁸ Sobre a redação da *Cagione* cabe uma importante nota histórica. Além do contexto italiano, atribulado por exércitos estrangeiros, um novo fracasso na tentativa de Florença reconquistar Pisa, em 1505, com a atuação medíocre das tropas mercenárias a serviço da República, convence Soderini de que o armamento por meio das tropas civis era necessário. Porém, como nota Marchand (1975, p. 124), o Gonfaloneiro, ao buscar convencer os cidadãos a sancionarem o projeto, acaba percebendo que, somente através de uma demonstração *prática* da operação dessas tropas é que poderia persuadi-los do voto em concordância. Por isso, decide tentar essa experiência *sem qualquer base legal*. Então, entre o final de 1505 e março de 1506, Maquiavel recebeu a incumbência de constituir, em via experimental, as primeiras tropas da futura milícia – recrutando soldados na região de Mugello e Casentino, condados da cidade de Florença (GUIDI, 2009, p. 226). Em fevereiro, o Secretário florentino organiza um desfile das armas recém constituídas em Florença, deixando boa impressão à população da cidade. Em setembro, redige o *La cagione dell'ordinanza*, que buscava apresentar os pormenores e convencer os membros dos Conselhos a aprovarem a medida. Sobre o contexto, o estilo e as peculiaridades da redação, cf. a análise de Jean-Jacques Marchand em *Niccolò Machiavelli: I primi scritti politici (1499-1512)* (Padova: Antenore, 1975, p. 120-143).

Isto posto, “considerando que vosso estado se encontra dividido entre *cidade* [*città*], *condado* [*contado*] e *distrito* [*distrecto*]”, o primeiro passo consiste em determinar o local onde se iniciaria a constituição da milícia²¹⁹. Diante das opções, “não parece adequado escolher a cidade”, porque “quem considera um exército”, “dividindo-o de modo grosseiro, o encontra composto por homens que comandam e que obedecem, e por homens que combatem a pé e que combatem a cavalo”. Tendo que “introduzir a formação de um exército em uma província não acostumada às armas”, como o caso de Florença, seria necessário “começar pela parte mais fácil”: e é “mais fácil instituir a milícia a pé do que a cavalo, e é mais fácil aprender a obedecer do que a comandar”. Assim, como é “necessário começar por quem deve obedecer e combater a pé”, o início da Ordenança “cabe ao vosso condado”. De outro modo, “também não me parece conveniente escolher o distrito”, ainda que “nele seja possível introduzir a milícia a pé”, porque “não seria seguro para vossa cidade”, sobretudo “naqueles lugares do distrito onde existem grandes refúgios [*nidi grossi*]” para insurgentes²²⁰ (MACHIARELLI, 1997, p. 27).

Então, o projeto maquiaveliano parte da consideração do conjunto do estado florentino, ou seja, de um prisma de ação pragmático, baseado em pressupostos políticos. De um lado, temos a *cidade* propriamente dita, sede do governo, das atividades culturais, comerciais e financeiras, palco de desavenças intrapartidárias onde os *cidadãos*, dispostos em “facções”, de tendência popular ou optimate, atribulavam a República. Do outro, temos os territórios sujeitos à autoridade da cidade: o *condado*, zona historicamente sob o controle da cidade, dependente de suas deliberações, onde os *súditos* demonstravam certa benevolência ao governo florentino, atrelando o destino das comunidades àquele de Florença; e o *distrito*, que era um domínio, em geral, habituado a certa

²¹⁹ Ou seja, se em “um desses lugares, ou em dois, ou em todos os três de uma só vez”. Porém, “como as coisas grandes exigem que sejam conduzidas devagar [*menate adagio*], seria impossível “introduzi-la nem em dois, nem em todos os três supracitados lugares, sem confusão e sem perigo: portanto, seria necessário escolher um lugar” (MACHIARELLI, 1997, p. 27).

²²⁰ Uma vez que os “humores” da Toscana são tais que, “se alguém tomasse conhecimento que podia viver de maneira independente, não desejaria mais senhor, sobretudo se ele se encontrasse armado e o senhor desarmado” (MACHIARELLI, 1997, p. 27).

independência, mas que, em um tempo recente, havia sido dragado para a área de influência florentina, e, por isso, os *súditos*, mantinham uma relação hostil.

Considerando essa tricotomia, para Maquiavel dois fatores são determinantes: em primeiro lugar, a milícia deve ser iniciada pela formação da *infantaria*, o que exige um número considerável de homens aptos ao recrutamento; em segundo, que as armas concedidas pelo estado sejam *exclusivamente* utilizadas em benefício do estado. Dado que à cidade competia as prerrogativas de comando e o fornecimento dos combatentes montados, como seria ratificado em *L'ordinanza de' cavalli*, além do temor de que as armas da milícia pudessem ser usadas por suas facções políticas internas, e o armamento do distrito, hostil à cidade, um ato de imprudência, a Ordenança deveria ser aberta pelas atividades no condado²²¹.

Todavia, por outorgar a responsabilidade de defesa do estado ao condado, e não à cidade – ao menos nesse momento, dado que a estratégia previa estender as atribuições militares também à Florença²²² –, a proposta de Maquiavel, que, por diversos motivos, era polêmica, *exigia* um detalhado estatuto que firmasse os termos específicos e as atribuições particulares dessa medida.

É nesse sentido que podemos ler a *Provisione della ordinanza*, uma disposição que pretendia estruturar as bases legais daquela milícia²²³. Embora o conteúdo dessa lei não traga nenhuma importância relevante para o pensamento político de Maquiavel, por tratar-se de um texto estritamente

²²¹ Para Guidi (2009, p. 237), esse argumento servia até mesmo para tranquilizar a classe política florentina a qual dependia a aprovação do projeto de lei. Em primeiro lugar, seria mais razoável armar os camponeses do que os habitantes da cidade, já que estes não se dispunham de bom grado às adversidades implícitas à ação militar, mas, além disso, os concidadãos poderiam “perigosamente voltar as armas”, cedidas pela Ordenança, “contra as facções políticas adversárias”. Em segundo, também o distrito não poderia fornecer os homens necessários à defesa do estado, dado que eram um tanto autônomos de Florença e se distanciavam da cidade por um sentimento de aversão. Ou, em resumo, porque “armar súditos pouco afeiçoados às instituições cidadãs poderia revelar-se um grave erro, arriscando [...] criar um inimigo em casa” (GUIDI, 2009, p. 238).

²²² “Essa ordenança, quando estiver bem instituída no condado, é, por necessidade, conveniente que entre pouco a pouco na cidade, o que será algo muito fácil” (MACHIARELLI, 1997, p. 30-31).

²²³ Na verdade, tanto a *Provisione*, que era um esboço da lei sobre a regulamentação das milícias, e a redação final do texto, o *Militie florentine ordinatio*, que seria sancionado pelo Conselho maior e pelo Conselho dos oitenta, são redigidos pelo próprio Maquiavel. Sobre a votação, cf. GUIDI, 2009, p. 232-237.

organizacional²²⁴, ele nos permite visualizar uma preocupação político-institucional que permeava as considerações sobre o armamento do estado. É aqui, por exemplo, que vemos surgir não somente os detalhes para a criação e o funcionamento da infantaria florentina, mas, sobretudo, a proposição de uma *nova magistratura* específica, que possuía o propósito de regular e pôr em operação aquelas armas: os *Nove ufficiali dell'ordinanza*, que dispunham de “autoridade e plenos poderes para estabelecer bandeiras [indicando o recrutamento] nos territórios [*terre*] e lugares do condado e distrito de Florença, e nelas inscrever os homens para militar a pé [na infantaria]” (MACHIARELLI, 1997, p. 34).

Nesse escrito, então, que nos remete a uma matéria legislativa, testemunhamos Maquiavel recorrer a um instrumento que opera como *condicionante* para a milícia florentina: a constituição de um organismo institucional voltado, especificamente, à prática militar. Ou, em outros termos, uma *reforma institucional*, ainda que de pequenas dimensões. Tanto o arcabouço “jurídico” da *Provisione* quanto a nova magistratura por ela corroborada visavam envolver os súditos do condado na defesa de Florença.

Porém, as implicações dessa questão seriam mais profundas. Por mais que o subsídio da lei fosse de importância singular para dar forma à milícia, ele, por si só, não bastava para superar todas as dificuldades que ecoavam daquela proposta. De fato, ao confiar nos súditos do domínio – ainda que apenas inicialmente – a responsabilidade pela defesa de Florença, Maquiavel trazia ao projeto militar problemas de ordem política. A Ordenança tornava ainda mais evidente a contraposição que separava não somente os territórios da cidade e do condado, em termos geográficos, mas, também, a extensão dos direitos e da participação que cabia aos cidadãos e aos súditos no berço da República. Com

²²⁴ Acerca dessa dimensão técnica, sistematiza Marchand (1975, p. 148), teríamos: os aspectos para a eleição dos Nove (escrutínios, proibições, restrições), a organização, em si, da milícia (limites territoriais, bandeiras, relações, desfiles), as especificidades das tropas (alistamento, idade, treinamento), a escolha dos capitães (condestáveis, capitães, autoridade suprema em caso de paz, de guerra, etc.). Na verdade, complementa o intérprete, “trata-se de um conjunto de disposições práticas”, frequentemente descritas “nos mínimos particulares, destinadas a evitar que as armas dadas aos súditos para defender o estado sejam utilizadas em lutas internas, em ataques contra a capital, ou como meios de pressão na mão de facções ou cidadãos singulares”.

isso, o pensamento maquiaveliano entra em um quadro delicado. Nessa perspectiva, consideráveis críticas serão endereçadas ao Secretário.

Pieri (1952, p. 440), por exemplo, afirma que a “organização militar de Florença” acabava refletindo uma fraqueza insuperável “de sua constituição política”: a antinomia existente entre um centro dominador, detentor de direitos, e os territórios em direta submissão. Na mesma esteira, para Chabod (1964, p. 336), a possibilidade de êxito de uma milícia formada por súditos, em contraposição àquela de cidadãos, possui um requisito fundamental. De acordo com o intérprete, “a reforma militar de Maquiavel, para ser realmente sólida, deveria pressupor uma reforma “política” do Estado”, no sentido de “tornar iguais, tanto nos direitos quanto nos deveres, todos os habitantes do Estado florentino”, isto é, transformando-os em “cidadãos” que sentissem na cidade a “*res propria*”, e não como acontecia para os não florentinos, a “*res aliena*”.

Afinal, questiona-se, como seria possível “pedir aos homens” que combatessem, que expusessem “a própria vida”, quando faltava o “motivo essencial” para cobrar esse sacrifício? Ou melhor, quando era impossível “falar de “pátria” comum?”. Em resumo, “a conscrição militar obrigatória exigiria, antes de tudo, a igualdade de direitos” (CHABOD, 1964, p. 336). Essa seria, reforça Chabod (1964, p. 337), a “grande contradição interna de todo o sistema da Ordenança maquiaveliana”, pois acreditava ser plausível a criação de um “forte organismo militar florentino *somente* com providências de caráter militar”, deixando “inalterada a estrutura política do Estado”²²⁵.

²²⁵ Nessa perspectiva, podemos notar, por exemplo, o “fenômeno da deserção”, que era “uma constante nos primeiros tempos da milícia maquiaveliana”, e que representava a incapacidade da “complexa estrutura construída pelo Secretário florentino, ao menos no início”, de “reprimir eficazmente” esses eventos, ou de “tornar partícipes do projeto militar os súditos do condado” (GUIDI, 2009, p. 263). Na verdade, o frequente abandono dos soldados de suas atribuições militares seria uma “confirmação de como súditos do condado teriam inicialmente percebido a milícia somente como mais uma imposição que gravava sobre eles, e, por isso, talvez fosse uma consequência daquela “contradição fundamental” da Ordenança, para a qual “os homens do condado eram chamados para defender aquela cidade da qual eram súditos, e, como tais, privados, portanto, dos direitos fundamentais de cidadania” (GUIDI, 2009, p. 262). Para contornar a deserção, Maquiavel propunha “diversos expedientes e soluções práticas” (GUIDI, 2009, p. 264). Todavia, no final, aquilo que foi “fundamental” para uma “codificação dos procedimentos de punição e de julgamento” foi a “definitiva institucionalização dos mecanismos de controle com a criação do novo magistrado dos Nove” (GUIDI, 2009, p. 265).

Contudo, Maquiavel não parece permanecer alheio à dimensão política que estaria implícita no processo de armamento do condado. Ainda que, em seus escritos sobre a Ordenança, não encontremos uma proposta de redimensionamento drástico para as instituições florentinas, nem tampouco se ventile a ideia de conceder aos súditos o título de cidadania ou uma participação mais direta nos assuntos da República, podemos notar certos elementos que indicam que o autor não desprezava, nos termos alegados por Pieri e Chabod, algumas medidas inclusivas.

3.1.3.3 As reformas e a milícia

Desde o início de sua atividade como encarregado pela sistematização do exército, o Secretário já estaria consciente da exigência de atrelar a regeneração militar florentina a um *novo modo* de conceber a dinâmica política da cidade. De acordo com Guidi (2009, p. 243), nesse sentido, encontramos a percepção de que a “introdução da milícia nas áreas interessadas” implicaria, necessariamente, em “mudanças na estrutura administrativa das comunidades locais”²²⁶.

²²⁶ A relação entre estrutura política e estrutura militar guiará Witch em sua perspicaz argumentação sobre o modo como Maquiavel teria avaliado as instituições político-militares suíças em *L'idée de milice et le modèle suisse dans la pensée de Machiavel* (Lausanne: Editions L'Age d'Homme, 1995). Para o intérprete, a pedra angular da ideia de milícia maquiaveliana estaria na questão da *igualdade*, entendida como eliminação das estruturas hierárquicas da sociedade e uma condição de similar pobreza entre os cidadãos. Para o Secretário, a defesa da comunidade não pertencia mais a uma casta de guerreiros descolada do corpo social, ou aos mercenários estrangeiros, mas a todos. O combatente, por isso, era determinado por sua participação nas atividades civis (WICHT, 1995, p. 123). Para Witch, as estruturas igualitárias – como essa falta de hierarquia e uma pobreza coesiva – transformariam o povo em um “corpo social homogêneo capaz de se posicionar espontaneamente frente ao adversário” (1995, p. 131). Nesse sentido, o armamento dos florentinos do condado, por exemplo, perseguiria um duplo objetivo: por um lado, introduzir um primeiro elemento de “igualdade e, portanto, de associação política”; em segundo, “sob pressão da ameaça externa, reestabelecer a coesão interna”. Em outras palavras, a Ordenança procuraria “superar a divisão tradicional entre cidade e campo, criando um povo florentino” (1995, p. 127). Todavia, por mais que estejamos inclinados a concordar com a tese de que as ordenações políticas devem sofrer modificações específicas para a constituição de suas armas próprias, Witch parece depositar uma excessiva importância nos fatores econômicos, a igualdade promovida pela pobreza, como constituinte do projeto maquiaveliano. Se, por um lado, uma espécie de “igualdade” era peça imprescindível para o engajamento dos cidadãos nos campos de batalha, por outro, ela não parece residir em termos estritamente financeiros. Aqui, o que parece sobressair, aos olhos de Maquiavel, são as condições políticas. De fato, as guerras de conquista podem ocasionar o aumento da riqueza de um estado, como Roma demonstrava. Então, caberia às instituições gerirem os frutos de sua força militar, inclusive para que o conjunto social não se desgastasse em guerras civis motivadas por esse enriquecimento de particulares. Porém, uma sociedade

Para ilustrar esse posicionamento, na carta que escreve aos Dez, de Borgo San Lorenzo, em 2 de janeiro de 1506, como enviado à formação da milícia experimental em Mugello e Casentino, lemos que “esses jovens [camponeses] se inscrevem de bom grado [no recrutamento] [...]. Isso agrada a todos esses cidadãos que ali encontrei, e todos são favoráveis que [a formação da milícia] seja bem-sucedida [*favoriscono per riuscire*]”: “e eu acredito [nisto] mais do que nunca”, caso se use daquela “diligência que busca a tarefa de reformar uma província [*se ci si usa quella diligenza che vuole una impresa di riformare una provincia*]” (MACHIAVELLI, 1997, p. 981-982).

Nesse caso, é evidente que o projeto maquiaveliano estava fundado sobre o conhecimento das peculiaridades daquelas estruturas políticas, pois era ali que “se inseria sua *vontade reformadora*” (GUIDI, 2009, p. 244, grifo nosso). Embora, de fato, não existisse a previsão de uma “súbita participação política dos súditos do domínio no estado”, é possível reconhecer que a proposta da Ordenança “solicitava” a “criação de um tecido social e institucional que, a partir de seu envolvimento na comum defesa do território nacional, consentisse premiar”, de algum modo, aqueles “membros das comunidades locais inseridos na milícia”, e, em todos os casos “previa uma mais equânime [*equa*] política de administração da justiça” (GUIDI, 2009, p. 244, nota 6). Isto é, que as prerrogativas dos súditos não fossem tratadas como matéria absolutamente diversa daquela dos cidadãos. Também àqueles caberia um reconhecimento por parte do estado florentino, visando envolvê-los ainda mais na dinâmica da cidade, visto que isso refletiria nas condições de sua segurança.

No fragmentário escrito acerca do *Discorso sulla milizia a cavallo*, essa atenção dispensada aos súditos, a partir do cenário institucional, tornar-se-ia mais presente. Segundo Maquiavel, “[os homens se afligem voluntariamente] nas coisas, e sobretudo naquelas onde se veem respeitados [*riguardati*] e estimados [*stimati*], como seria essa”, ou seja, na milícia (MACHIAVELLI, 1997, p. 43). A participação nos exércitos, então, seria uma medida facilitada pela

horizontalmente pobre não figura como pressuposto para a formação desses exércitos. Antes, a igualdade poderia ser vista em sua fisionomia política: de concessão de direitos e de um alargamento na participação das deliberações civis.

forma como o poder político se comportava em relação a esses “homens”: se os “respeita” e os “estima”²²⁷.

Para Marchand (1975, p. 216), nessa curta sentença surge um elemento novo na argumentação maquiaveliana: a “importância dada à dignidade humana dos súditos”, que não podem ser identificados como simples instrumentos de defesa para o estado. Nesse caso, a lição trazida da experiência das milícias é que, os dirigentes políticos, caso queiram proporcionar uma melhor proteção do território e promover um sentimento de *fidelidade* em relação à cidade, devem dar “aos habitantes do distrito e do condado uma impressão de responsabilidade e de confiança”. De certo modo, observa o intérprete suíço, ao recorrer aos súditos para sua defesa, o estado transpassaria a sensação de que os “respeita” e os “estima”. Nisso, o interesse pelo destino da pátria acaba coincidindo com o interesse pelo destino do condado: a participação na milícia florentina favoreceria uma *renovação política* das relações entre súditos e senhores. Isto é, existiria uma mudança de “atmosfera”, onde a “desconfiança hostil” cede lugar à uma “colaboração confiante” (MARCHAND, 1975, p. 335).

De certo modo, nessa instância estamos diante de uma mudança de posição até mesmo no que se refere à compreensão de que as armas concedidas aos súditos pudessem servir para atacar a cidade. Se, na *Provisione*, “o perigo de uma rebelião do condado armado era descartado”, diante das

²²⁷ Desde os primeiros despachos emitidos por Maquiavel a cargo da Chancelaria, podemos notar um destaque para a necessidade de “afagar” os súditos com o intuito de, disso, extrair alguma utilidade política. Na correspondência dos Dez para Guglielmo de’ Pazzi, de 2 de novembro de 1498, lemos que “nós julgamos que, diante da qualidade dos tempos que transcorrem, é melhor afagar [*vezzeggiare*] nossos súditos do que irritá-los com várias injúrias, sobretudo aqueles que merecem toda confiança [*fedede*]” (MACHIAVELLI, 2002, p. 113). Na mesma direção, considerando a “qualidade” daquele período histórico, podemos encontrar uma atribuição de responsabilidade aos camponeses pela conservação política do estado florentino. Na redação para Antonio del Vigna, de 19 dezembro de 1498, lemos que: “Tu sabes o quanto nessas ocorrências e qualidade dos tempos é importante fazer-se amar por nossos súditos, por isso, se tu examinares todas as guerras que ocorreram de 1494 até aqui, verás que elas se originaram do *descontentamento* e da *má disposição* deles. Disso, parece que seja nosso ofício recordar a qualquer um que esteja encarregado de alguma administração que se porte de modo que, em todas as suas ações, quem está sob seu governo se anime a observar a fé [*fedede*]” (MACHIAVELLI, 2002, p. 174, grifo nosso). No despacho dos Dez para a comunidade de Bagnone, Pestina e Suggellina, de 4 de outubro de 1499, diz-se que “Quanto mais nós conhecemos vossa fé, mais somos obrigados a defendê-los e louvá-los. E, de fato, reconhecemos que de todos os nossos fiéis, vós sois fidelíssimos, e desejamos que chegue o tempo em que nossa cidade possa reconhecer os méritos de seus fiéis para que também possa reconhecer os vossos, que são dignos de todo prêmio e remuneração” (MACHIAVELLI, 2002, p. 324).

diversas “disposições militares, jurídicas e técnicas” que permitiam “prevenir” ou “reprimir qualquer tentativa”, no *Discorso sulla milizia a cavallo* é a própria visão das relações entre governantes e governados que é modificada: as “relações não são mais fundadas sobre o medo, mas sobre a *justiça* e a *confiança*” (MARCHAND, 1975, p. 336, grifo nosso)²²⁸.

Como propõe o Secretário, a “justiça e o fato de terem como capitães os cidadãos, [...] tornaria [os súditos] obedientes: porque a justiça torna os exércitos inteiros obedientes” (MACHIAVELLI, 1997, p. 43). Por um lado, a obediência dos súditos seria mantida pela operação da “justiça”. Como os súditos participam na própria defesa, “a justiça contribui para dar um sentimento de unidade nacional e evitar as costumeiras rivalidades entre cidade e condado” (MARCHAND, 1975, p. 217). Nesse caso, torna-se evidente a “clara evolução na compreensão da relação senhores-súditos” no pensamento maquiaveliano. Ou melhor, existe uma “tomada de consciência de que o sentimento de responsabilidade”, ou de corresponsabilidade, “dos habitantes do distrito e dos camponeses na defesa do estado não é possível sem uma constante vontade de justiça dos cidadãos em relação a eles” (MARCHAND, 1975, p. 218).

De acordo com Guidi (2009, p. 380), o projeto de Maquiavel pretendia reformar diretamente a justiça militar, por meio da inclusão das magistraturas no interior da orgânica governamental florentina, mas, também, indiretamente, a justiça civil nos territórios onde acontecia o recrutamento dos infantes da nova milícia, o condado. A abertura da *Cagione*, nesse sentido, era paradigmática. Ao afirmar que “*voi della iustizia ne avete non molta*”, o Secretário dirigia uma explícita crítica à administração da justiça de Florença. Quando consideramos, sob uma perspectiva prática e concreta, a gestão da milícia de camponeses, a interação entre “*iustitia*” e “*armi*” ensinava que “o objetivo de transformar aqueles homens em um exército realmente valoroso, fiel e coeso” apenas poderia ser alcançado “através das leis”, ou seja, “garantindo sua justiça e maior equidade

²²⁸ Conforme prossegue Marchand (1975, p. 336, grifo nosso), enquanto na *Provisione* o recrutamento se amparava sobre um dispositivo de força, a partir de agora ele se orientará, com o *Discorso* – e, de certo modo, em *L'ordinanza de' cavalli* – em direção de uma participação que não é somente militar, “mas também *afetiva* a um regime que, confiando suas armas e cavalos para sua defesa, manifesta uma grande confiança em sua maturidade “política””.

social para estimular o sentimento de fidelidade às instituições” (GUIDI, 2009, p. 383).

Por fim, criar um “exército poderoso, eficiente, valoroso” e “formar uma nova classe de cidadãos virtuosos” tendiam a tornar-se dois conceitos interligados. A milícia pretendia, nesse caso, tornar-se uma *autêntica escola de boa “cidadania”*, um instrumento através do qual era possível instruir os cidadãos, não somente à guerra, mas também ao respeito das leis e das “boas ordenações” (GUIDI, 2009, p. 328). A Ordenança, enquanto projeto inscrito em uma dimensão prática, embora mantivesse inalterada as estruturas historicamente consolidadas que cindiam o território de Florença, postulava um objetivo claro: tornar os camponeses-soldados mais partícipes de um sentimento comum coletivo – não por aspectos morais, mas por eficiência militar –, perseguindo uma aplicação de uma justiça mais equânime, concedendo certos privilégios, isenções ou prêmios de diversos gêneros.

Assim, a proposta militar maquiaveliana, construída sob uma perspectiva fortemente política, nos apresenta alguns elementos significativos para a compreensão de seu pensamento que seria, depois, desenvolvido com maior cuidado teórico. Em primeiro lugar, desde o início de sua atividade, a solução para o problema da guerra passava por providências de ordem política. Conceber a Ordenança, ainda que em seus aspectos mais técnicos, envolvia medidas que eram competências do governo. Esse aspecto ultrapassava a simples confiança nos dispositivos militares. Superava, também, a crença de que apenas reformas nesse âmbito seriam suficientes para a introdução dos homens em armas.

Em segundo lugar, o renascimento da milícia florentina aparecia atrelado à reestruturação de como a República enxergava seus territórios do condado, seja através de novas instituições, ou de novos comportamentos em relação aos súditos. Servindo-nos de uma terminologia que ficaria evidente apenas nos *Discursos*, a partir da reforma institucional romana, o esforço do Secretário, nesse momento, era aquele de buscar, ainda que em um grau mais tímido, envolver o povo do condado na dinâmica pública florentina. O que, por óbvio, não significava uma participação política plena dos súditos naquela complexa organização. Mas, a formação das armas próprias *exigia* um ajuste daquele

sistema legislativo e institucional, que, agora, sob a perspectiva das armas próprias, era declaradamente julgado como inadequado.

É diante desse percurso que amalgama história e política, transitando entre os eventos que atribularam a península italiana durante o *Cinquecento* e a ação de um funcionário da República afetado de modo direto por aquele contexto, que vemos surgir a primeira interação entre guerra e política nas considerações sobre os regimes republicanos no universo teórico de Maquiavel: premido por uma dramática urgência de encontrar resposta ao problema que fragilizava a cidade e a tornava presa dentro de um cenário político interestatal pautado na violência militar.

Se, por um lado, a formação de um exército próprio não era uma ideia distante no imaginário político florentino, por outro, com o Secretário, o projeto ganha novas dimensões. Todavia, para promovê-lo, o autor estava ciente de que significativas modificações políticas, “jurídicas” e institucionais eram necessárias. Surge, então, na letra maquiaveliana, a noção de reforma. A inclusão dos súditos do condado no projeto de defesa militar implicava em uma outra postura da cidade em relação a eles. Isso, por sua vez, exigia um comportamento específico, amparado pelas disposições “legislativas”, mas, em especial, em outra visão política do papel primordial que esses indivíduos cumpriam para a proteção da cidade.

Essa concepção, do “povo” como portador de armas para a proteção do estado, tornar-se-á central nas páginas dos *Discursos*. Povo que, na conjuntura romana, não será mais súdito, despojado de direitos e com certo grau de submissão, mas de uma categoria de indivíduos que adquirirá uma instância institucional, responsável por zelar por seus interesses e salvaguardar seus desejos no interior do quadro político daquela república. De fato, Maquiavel encontrará, na história de Roma, um paralelo, ainda que distante e esfumado, para a caótica situação política florentina. Nesse sentido, o modelo romano, que, em na atividade de chancelaria havia permanecido latente, ou, em estado de

gestação²²⁹, retornará com vigor central em sua obra direcionada à reflexão sobre as repúblicas.

3.2 Os conflitos na República de Roma: guerra e política nos *Discursos*

Na calma originada pelo afastamento forçado das atribuições da Chancelaria, em 1512, após o retorno dos Medici para Florença, a expulsão de Piero Soderini da cidade e a perseguição contra seus caudatários, Maquiavel retornaria a refletir acerca da guerra em sua íntima conexão com as questões republicanas. Outra vez, a organização política da república, pensada em termos gerais, não permitiria subtrair a importância da preparação para eventuais hostilidades armadas. Antes disso, seguindo as constatações que marcaram o período como Secretário, o exercício militar voltaria a impor prerrogativas políticas específicas que deveriam ser observadas pelos estados.

Assim, sob essa perspectiva, nos *Discursos*, a República de Roma se torna o objeto de interesse e a fonte de uma apurada análise. Todavia, pensar as instituições romanas exigirá, *invariavelmente*, pensar os conflitos. Agora, nesse trabalho que se dedica ao funcionamento das ordenações da *res publica*, a guerra e seu influxo sobre a política marcam, desde os capítulos iniciais, o desenvolvimento da obra. Os assuntos militares surgirão como uma matéria que está conectada de modo inextricável com o republicanismo de matriz romana: não será possível observar a cidade de Roma, ordenada como um estado que

²²⁹ Para Marchand (1975, p. 122), a *história* e a *experiência pessoal* forneciam modelos aos quais Maquiavel se inspirou para propor uma lei sobre a milícia florentina: o exemplo romano garantia a eficácia de tal sistema, enquanto a evocação à antiga milícia de Florença permitia a inserção dessa experiência em uma tradição local. Alguns exemplos contemporâneos fortaleciam essa visão: os “*francs-archers*”, da França, a organização militar dos suíços, as milícias de Caterina Sforza em Forli e dos Vitelli em Città di Castello. Mas foi provavelmente o exemplo de Cesare Borgia que teve uma influência decisiva sobre Maquiavel: durante a legação a Ímola, havia sido informado sobre a organização militar erguida por Valentino na Romanha e havia podido constatar a fidelidade da milícia nos momentos mais críticos da rebelião de seus capitães em 1502 e, ainda mais, após a morte de Alexandre VI e a eleição de Júlio II. Sobre o silêncio referente ao exemplo romano nos escritos de Chancelaria, Marchand influenciaria Hörnqvist (2002, p. 150-151) a sistematizar uma coerente explicação: esse silêncio teria sido uma estratégia *deliberada* por parte de Maquiavel, consequência de seu desejo e da classe dirigente que ele representava de minimizar o caráter inovador das leis. Argumentando em termos tradicionais, usando provérbios e máximas estabelecidos, adotando um tom tranquilizador para, com isso, acalmar o medo de seu público, o Secretário teria emprestado um ar de normalidade e não-controvérsia para sua proposta.

se apresentava como paradigma de república, sem considerar a relevância que esses conflitos ali desempenharam. Nesse caso, a necessidade da manutenção do edifício político, em face da iminência das atividades militares, colocará em movimento uma série de medidas políticas que readéquem a cidade em termos institucionais. A partir disso, a república, enquanto forma de governo, será afetada pelos eventos oriundos da arte bélica.

Sob o ponto de vista argumentativo, na tentativa de balizarmos a importância que esses eventos tiveram para o constituir-se da estrutura republicana do estado romano, nos debruçaremos pontualmente sobre os *Discursos*.

3.2.1 O preâmbulo da República: o constituir-se originário das cidades

Para pensar a mecânica das estruturas republicanas, no Capítulo 1 do Livro I Maquiavel estabelece uma espécie de reflexão preambular, onde o problema sobre as formas de governo é antecedido, de maneira inédita em seu *corpus*, sobre o constituir-se originário das cidades. Sem classificá-las como “repúblicas” ou “principados”, a intenção, aqui, é a de apontar, mesmo que brevemente, a conjuntura que promoveria o ensejo para o surgimento das comunidades políticas *enquanto* comunidades políticas. Longe de buscar reconstruir, em termos históricos ou hipotéticos, o processo de transição dos seres humanos de uma condição natural, ou animalésca, àquela sociopolítica, ao Secretário importava esboçar as particularidades do surgimento das cidades em geral, para, com isso, delimitar a gênese de Roma. Esse movimento de retrospecção é pertinente para conferir solidez ao objeto referente ao qual o livro se escora: as características das ordenações republicanas romanas.

No interior de um habitual discurso disjuntivo, lemos que “as cidades são edificadas [*sono edificate*] ou pelos [a] homens nascidos no lugar onde são edificadas, [b] ou por forasteiros” (*Discursos*, I, 1, p. 7-8). [a] No primeiro caso, os habitantes de determinada localidade, vivendo “dispersos”, isto é, agregados em pequenos vilarejos, percebem que “não poderão viver seguros, visto que cada um por si não poderia resistir ao ímpeto de quem os assaltasse” (pela “feição do local”, pelo “pequeno número”, pela impossibilidade de “unir-se para

a defesa diante da chegada do inimigo”). Para “escaparem a esses perigos, [a.1] movidos por si mesmos ou [a.2] por alguém dentre eles com mais autoridade”, reúnem-se para morar juntos, “em lugar escolhido por eles”, onde seja “mais cômodo para se viver e mais fácil de se defender”²³⁰.

Dessa condição participam as cidades de Veneza e Atenas. [a.1] Em Veneza, “muitos povos” se “reuniram em certas ilhotas situadas na ponta do mar Adriático” para, assim, “fugirem às guerras que todos os dias nasciam na Itália em decorrência da invasão de novos bárbaros depois do declínio do império romano”. Fizeram isso “sem que nenhum príncipe em particular os ordenasse”, vivendo “sob as leis que lhes pareciam mais aptas a mantê-los”²³¹. [a.2] O sinecismo promovido por Teseu, responsável pela instauração de Ática (da qual Atenas é parte), como havíamos lido em *O Príncipe*, em termos estritos não significava nada além da reunião dos “habitantes” que, até então, viviam “dispersos” (*Discursos*, I, 1, p. 8).

[b] No segundo caso, a edificação da cidade ocorre por forasteiros que ou são “[b.2] homens livres” ou que “[b.1] dependem de outrem”. [b.1] Sob a influência de outras instâncias, Maquiavel situa as colônias que são “mandadas por repúblicas ou príncipes para [b.2.i] aliviarem suas cidades de habitantes, ou

²³⁰ Bruni, em *De militia*, apresentava uma argumentação similar. Para o chanceler florentino, quando consideramos as justificativas para a organização das cidades aventadas pelos “sapietes [*sapientes*]”, vemos que é comum que entendam o homem como “por si muito frágil e débil”, não bastando a si mesmo. Por isso, “os homens têm necessidade de associação e de união, de modo que qualquer um, baseado em suas necessidades, possa receber aquilo que os falta pela multidão [*multitudine socia*] em mútua assistência”. Enquanto os gregos chamam esses “grupos de homens associados” de “*polis*”, os “nossos”, isto é, os romanos, chamam de “*civitas*”. Porém, a “cidade” apenas pode ser assim considerando quando a “união das partes” alcança “uma tal perfeição a ponto de ter em si mesma o quanto baste para viver sem necessidade de pedir ajuda externa” (BRUNI, 1996, p. 659).

²³¹ Na *História de Florença*, Maquiavel condensa a biografia de Veneza no Capítulo 29 do Livro I. “Quando Átila, rei dos hunos, sitiou Aquiléia, seus habitantes [...] perderam a esperança de salvar-se e [...] saíram com o que conseguiram carregar e refugiaram-se nos muitos escolhos desabitados que havia na ponta do mar Adriático. Os paduanos também, vendo que o incêndio estava próximo [...] levaram tudo que podiam carregar de mais valor para o mesmo mar, a um lugar chamado Rivo alto [...]. Além disso, os habitantes de Monselice e das colinas dos arredores, movidos pelo mesmo terror, foram para os escolhos do mesmo mar [...]. Do mesmo modo, todos os povos vizinhos daquela região que antigamente se chamava Venécia, impelidos pelos mesmos acontecimentos, foram para aqueles charcos. Assim, compelidos pela necessidade, deixaram lugares amenos e férteis para morar em lugares estéreis, repugnantes e isentos de toda comodidade. E, como muitos povos ali se reuniram ao mesmo tempo, logo aqueles lugares se tornaram não só habitáveis, mas também agradáveis; e, estabelecendo leis e ordenações, em meio às ruínas da Itália gozavam de segurança [...]” (*História de Florença*, I, 29, p. 58-60).

para [b.2.ii] defenderem as terras recém-conquistadas que desejem manter em segurança e sem despesas”. Exemplo maior disso é Florença, que, sob o império romano, fora edificada ou pelos soldados romanos de Sila, ou pelos habitantes dos montes de Fiesole²³².

[b.2] Os edificadores são livres quando “alguns povos”, quer sob o “[b.2.i] comando de um príncipe, quer [b.2.ii] por si mesmos, são obrigados a abandonar a terra natal e a buscar novos locais, seja por doença, por fome ou por guerras”. Estes, “ou habitam as cidades que encontram nas terras que conquistam”, como fez Moisés, outro personagem a nós familiar, ou “edificam novas”, como fez Enéias, em uma das explicações possíveis ao nascimento de Roma (*Discursos*, I, 1, p. 9). Na verdade, se tomarmos também a sombra mítica que envolve esse episódio, representada pelo fratricídio de Remo, temos uma dupla possibilidade.

²³² Também na *História de Florença*, testemunhamos Maquiavel intercalar o papel dos habitantes de Fiesole – que, “para tornar seus mercados mais frequentados e dar mais comodidade a quem lá quisesse chegar com suas mercadorias, ordenaram um lugar para eles que não ficava no alto do morro, mas sim na planície, entre o pé dos montes e o rio Arno” – e as colônias enviadas por Sila e pelo segundo triunvirato – que criaram “habitações na planície, perto da cidade já existente; desse modo, com tal aumento, o lugar ficou tão cheio de construções, de homens e de todas as outras ordenações civis que já podia ser arrolado entre as cidades da Itália” (*História de Florença*, II, 2, p. 77-78). De acordo com Hörnqvist (2004, p. 44), a reivindicação de uma descendência romana havia sido parte integrante da tradição florentina, ao menos desde o século XIII. Na crônica mais antiga sobre a cidade, a *Chronica de Origine Civitatis*, Florença aparecia tendo sido fundada durante o reinado de Júlio César, onde a colônia, com *status* privilegiado dentro do império, era chamada de “pequena Roma” (HÖRNQVIST, 2004, p. 44). Com a luta entre guelfos e gibelinos, os intelectuais florentinos ecleticamente celebravam Florença, por um lado, como a Nação Eleita, destinada a se tornar o centro do reavivamento espiritual e do renascimento da igreja; e, por outro, era vista como a “filha de Roma”, a futura governante de um grande e glorioso império (HÖRNQVIST, 2004, p. 55). Coluccio Salutati (*Invectiva Lini Colucii Salutati in Antonium Luschem Vicentinum*), ao pesquisar arquivos e fontes clássicas sobre o nascimento da cidade para rebater os questionamentos de Antonio Loschi, referência humanista na corte dos Visconti em Milão que escreve um panfleto anti-Florença contestando essa origem, chega à conclusão de que Florença realmente fora fundada pelos romanos, mas não sob os auspícios de Júlio César, como se supunha, mas por um grupo de veteranos do exército de Sila (HÖRNQVIST, 2004, p. 56). É a partir disso que Brunni, em *Laudatio florentinae urbis*, ratificaria um destino imperial para a república florentina, de modo que suas guerras seriam, por definição, sempre justas, uma vez que eram travadas em defesa de sua liberdade ou para recuperar terras pertencentes ao seu povo por um certo direito hereditário (HÖRNQVIST, 2004, p. 56). Ainda que a liberdade e a virtude militar romana tivessem sido destruídas, o espírito republicano não havia desaparecido completamente, pois havia sobrevivido naquela pequena colônia romana de Florença e no coração do povo florentino (HÖRNQVIST, 2004, p. 56-7). A cidade, portanto, deveria repetir o que seus antepassados realizaram no passado: a liberdade italiana sob os auspícios de uma república forte, vigorosa e hegemônica. De todos os modos, alerta Hörnqvist, embora Maquiavel compartilhasse dessa tradição de um republicanismo imperial florentino, que via o império como um atributo da liberdade republicana e que baseava-se na afirmação de que o legado romano era um direito de nascença florentino, ele não nutria essas crenças ociosas. Para o Secretário o modelo romano era apenas isto: um modelo (HÖRNQVIST, 2004, p. 75).

Caso consideremos que o “primeiro fundador” de Roma tenha sido Enéias, “ela estará entre as cidades edificadas por forasteiros [b]”; ao contrário, se considerarmos que a fundação remonta às ações de “Rômulo”, diríamos que se encaixa como tendo sido edificada “pelos homens nascidos no lugar” [a] (*Discursos*, I, 1, p. 11).

Independente do debate a respeito da facticidade histórica dessa origem, ao lado do qual Maquiavel passa alheio, o que importa é notar que “Roma teve um princípio livre, sem depender de ninguém” (*Discursos*, I, 1, p. 11). É, de fato, essa ascendência livre, como uma cidade que nasce desvinculada de qualquer influência externa, o ponto de partida para a análise das instituições romanas.

No Capítulo 2 – intitulado “De quantas espécies são as repúblicas e de que espécie foi a república romana”, que nos remete ao exórdio de *O Príncipe*, “de quantos tipos são os principados e de que modo se adquirem”, ligando-os, aparentemente, pela mesma tônica discursiva: a diferenciação interna de cada forma de governo²³³ – Maquiavel explicita o tipo de estado, dentre aqueles antes apresentados, ao qual dedicará sua atenção: “quero deixar de lado os

²³³ Essa semelhança estrutural alimentará a discussão acerca do paralelo entre *O Príncipe* e os *Discursos*. Para Gilbert (1977), por exemplo, poderíamos conjecturar a existência de um *Livro das Repúblicas* que Maquiavel teria iniciado a escrever antes de *O Príncipe*, em meados de 1513, o que justificaria a referência no Capítulo II do opúsculo. Terminado este, o Secretário teria fundido o *Livro das Repúblicas* nos primeiros dezoito capítulos dos *Discursos*. “É possível supor” diz Gilbert (1977, p. 237), “que Maquiavel tivesse trabalhado em um tratado sobre as repúblicas enquanto estava compondo *O Príncipe*, e que tenha feito uso desse manuscrito quando, dando aos *Discursos* a redação definitiva, percebe a necessidade de apresentar uma introdução mais completa”. Com efeito, “o comportamento de Maquiavel nos primeiros capítulos dos *Discursos* é muito similar àquele d’*O Príncipe*”. Em especial, “os juízos sobre os diversos gêneros de principado”, apresentados no opúsculo, e “sobre os diversos tipos de república”, nos *Discursos*, “completam-se entre si, de modo a oferecer, tomados em conjunto, uma classificação de todas as formas de governo” (1977, p. 236). Para Chabod (1964, p. 32, nota 1), ao invés de um tratado sobre as repúblicas à parte, Maquiavel, quando coloca a mão em *O Príncipe*, “o primeiro livro dos *Discursos* estava em boa parte completo”. Apesar das “argumentações engenhosas”, como a de Gilbert, “permaneço com a opinião de que as linhas de abertura do Capítulo II d’*O Príncipe* contêm uma referência precisa aos *Discursos*” – no opúsculo, afirma o Secretário que “não tratarei aqui das repúblicas porque, em outra ocasião, discorri longamente sobre o assunto” (*O Príncipe*, II, p. 5). Portanto, “quando Maquiavel começou a trabalhar” naquela obra, ao menos teria escrito “uma parte do primeiro livro” dessa outra. Para Baron (1956, p. 408), ao contrário, “nem o primeiro livro dos *Discursos*, nem qualquer outro trabalho escrito por Maquiavel sobre o tema dos *Discursos*, I, 1-18, poderia ter existido antes de 1515”. Por isso, a remissão no Capítulo II de *O Príncipe* também teria sido interpolada após 1515. Em outros termos, “a enigmática declaração d’*O Príncipe* poderia ser explicada pela suposição de que foi subsequentemente inserida no texto”. Entre as conjecturas – e não poderiam passar de especulações –, a tese de Gilbert parece-nos mais adequada: em especial, quando tomamos os primeiros capítulos de ambas as obras em conjunto, pela capacidade de formar um mapa conceitual completo sobre as formas de governo.

comentários sobre as cidades que nasceram submetidas a outros”: “falarei das que nasceram distantes de todo tipo de servidão externa, mas logo se governaram por seu próprio arbítrio” (*Discursos*, I, 2, p. 12).

Diferente do opúsculo, onde aquilo que diferenciava os principados novos era o *modo de ascensão* ao poder, agora, o primeiro critério para a distinção entre as repúblicas baseia-se no *momento ordenatório* das instituições responsáveis pela constituição da cidade. De acordo com Maquiavel, por um lado, encontramos repúblicas que receberam suas leis “em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez”, como as leis ditadas por Licurgo aos espartanos; de outro lado, temos as repúblicas que receberam essas leis “ao acaso e em várias vezes, segundo os acontecimentos [*li accidenti*]”, como Roma (*Discursos*, I, 2, p. 12-13). Ou seja, ou a república é ordenada instantaneamente, por “um homem tão prudente que lhe dê leis” que possibilite “viver em segurança”, “sem precisar corrigi-las”, desfrutando, desde o início, de uma estrutura *perfetta*, ou a república é ordenada paulatinamente, de modo que, embora não tenha tido uma “ordenação *perfeita*”, ao menos tivera um “princípio bom, passível de melhorar”, podendo “tornar-se perfeita graças a algum acontecimento” (*Discursos*, I, 2, p. 13).

3.2.2 A República de Roma e a potência militar²³⁴

É nesse movimento de *aperfeiçoamento institucional* romano, diante das deficiências decorrentes da maneira como a cidade fora inicialmente ordenada, que vemos entrar em operação o problema da guerra no argumento maquiaveliano. Roma, no final das contas, não era apenas um exemplo dentre tantos outros possíveis para ilustrar a organização política de um estado republicano. Mas, era a República que, através de sua *potência militar*, havia sido capaz de impor-se e conquistar o “mundo”. Nesse hiato entre uma Roma

²³⁴ A primeira minuta para o argumento que aqui desenvolvemos sobre a relação entre o problema militar e o aperfeiçoamento institucional romano pode ser encontrada no subcapítulo “2.3.2. O povo e a república: os tumultos, o aperfeiçoamento constitucional e o germe da potência militar” de nossa Dissertação de Mestrado (2015, p. 43-61). Uma versão mais amadurecida desse pensamento fora publicada recentemente em *Griot: Revista de Filosofia* (v. 19, n. 2, p. 284-299, 2019), com o texto “Maquiavel e a função dos tumultos para a potência militar romana”. O que segue, aqui, é um aprofundamento desses momentos prévios.

imperfeita e uma Roma que é potência militar, Maquiavel incluiria um importante ator na economia de seu pensamento: o povo e os tumultos por ele realizados. Os “acontecimentos” responsáveis pelo melhoramento do estado serão depositados nas dissensões que atribularam a ordem romana: nisso, operará o reconhecimento do povo nas instâncias políticas, que só é possível graças às atribuições militares nele depositadas, dado o disseminado temor de que a cidade fosse vítima de outra potência, o que também ecoará na grandeza do estado e no curso expansionista que sepultará a República e dará origem ao Império.

3.2.2.1 A primeira condição para a potência militar: a constituição mista, os tumultos e o aperfeiçoamento institucional romano

O primeiro parâmetro para a distinção das repúblicas nos coloca perante de uma adjetivação que não pode ser ignorada. Enquanto Esparta, desde seu surgimento, é uma república *perfeita*, Roma buscará sua *perfeição* por meio de *algum acontecimento*. Essa atribuição nos arrasta para uma intrincada reflexão sobre a arquitetura política dos regimes republicanos: a constituição mista.

Recuperando uma argumentação de matriz polibiana²³⁵, a *perfezione* de um estado remete à sua organização em conformidade com a *miktè*. Em síntese, a premissa maquiaveliana postulava seis formas políticas imputáveis a uma cidade. Por um lado, três “boas em si mesmas”: o *principado*, o *governo optimate* e o *popular*. Por outro, três “péssimas”, que operam como uma degeneração das formas “boas”: a *tiranía*, decorrente do principado; o “*governo de poucos*”, como uma deterioração dos *optimates*; e a *licença*, como decadência do popular (*Discursos*, I, 2, p. 14). Esses modos de governo, seguindo a proposta do historiador grego, encontrar-se-iam fechados em um círculo de transição necessária – a “*anacyclosis*”²³⁶.

²³⁵ Sobre isso, de Políbio, cf. o Livro VI, 3-11 de *Le Storie* (Traduzione de Carla Schick, vol. II. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1955, p. 92-100). A respeito da constituição mista romana, cf. de Fabio Raimondi, *Machiavelli e il problema della costituzione mista di Roma (Filosofia Politica)*, v. 19, n. 1, p. 49-61, 2005).

²³⁶ Como explica Maquiavel, um *príncipe*, ao ser estabelecido por ser “prudente e justo”, deixava, como legado, um “príncipe por sucessão”; a degeneração dos herdeiros ocasionava que fossem odiados, temendo pelo ódio, passavam a atacar, donde resulta a *tiranía*; o grupo que se soerguia contra a “vida desonesta daquele príncipe” era conduzido ao governo,

Nesse contexto, a “brevidade da vida que há nos três bons”, isto é, sua fácil passagem para o formato degenerado, e a “malignidade que há nos três ruins”, torna, para Maquiavel, todos esses modos, por si considerados, “nocivos”. Desse modo, aqueles que “prudentemente ordenaram leis”, sempre que “tiveram conhecimento desse defeito”, evitaram “cada um desses modos por si mesmos”, optando por um que tivesse “um pouco de todos, por o julgarem mais firme e estável”, visto que “quando numa mesma cidade há um principado, optimates e governo popular, um toma conta do outro” (*Discursos*, I, 2, p. 17).

Esparta, desde o momento de sua fundação, por obra imediata de Licurgo, desfrutava dessa ordenação, pois havia dado “aos reis, aos optimates e ao povo suas devidas partes”, possibilitando que sua obra durasse mais de “oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade” (*Discursos*, I, 2, p. 17). Roma, por sua vez, na ausência de um ordenador como o espartano, alcançaria essa constituição por vias oblíquas. Ainda que Rômulo, suposto responsável pela disposição inaugural da cidade, e todos os outros reis que a ele se seguiram, tenham feito “muitas e boas leis”, em “conformidade com a vida livre”, sua “finalidade [*fine*] foi fundar um reino e não uma república”, de modo que “quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade” (*Discursos*, I, 2, p. 18).

Com a deposição da monarquia e a expulsão do último rei, os romanos imediatamente ordenaram “dois cônsules” para ocuparem o lugar do “poder régio”. Ali, o Consulado somava-se ao Senado²³⁷, já ativo, de modo que “aquela

ordenando leis à “utilidade comum”; quando a administração passava aos filhos, que “não queriam satisfazer-se com a igualdade civil, mas tendiam à ganância, à ambição e à usurpação das mulheres, estes faziam que *um governo de optimates* se tornasse um *governo de poucos*”; a multidão, servindo como instrumento para quem tencionasse atacar tais governantes, voltam-se para o *estado popular*, de modo que não fosse dada autoridade alguma nem aos poucos nem a um só príncipe; esse estado, mantem-se por algum tempo, até se extinguir “a geração que o ordenara”, chegando na *licença*; para fugir disso, de novo ordenam um *príncipe* (*Discursos*, I, 2, p. 15-16). Para Sasso (2014, p. 360), a “*anaciclòsi*” compreendia o envolvimento das formas constitucionais em um círculo no qual havia a sucessão necessária de uma a outra. Disso derivava que “a morte das sociedades humanas era [...] prevista, no esquema de seis momentos, mas como uma morte somente parcial, ou seja, como degeneração de um governo politicamente sadio em um corrupto”. Sobre Maquiavel e Políbio, de Gennaro Sasso, Machiavelli e Políbio, (In: SASSO, G. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1987, p. 67-118). Sobre Maquiavel e a teoria da “anacyclosis”, também do intérprete italiano, na mesma obra, cf. Machiavelli e a teoria dell’ «anacyclosis» (p. 3-65).

²³⁷ Como observa Inglese (2015, p. 200, nota 33), os cônsules eram Lúcio Júnio Bruto e Lúcio Tarquínio Colatino. O Senado, por sua vez, havia sido criado por Rômulo, de modo que “a

república vinha a ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, principado e optimates”. Faltava apenas “dar lugar ao governo popular” (*Discursos*, I, 2, p. 19). Nesse sentido, “foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido à *desunião que havia entre a plebe e o Senado*, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo *acaso*” (*Discursos*, I, 2, p. 18, grifo nosso). De fato, permanecendo mista, “constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado” (*Discursos*, I, 2, p. 19)²³⁸.

A *disunione*, em questão, foi responsável pelo aperfeiçoamento das ordenações romanas por meio da criação dos Tribunos da Plebe, uma instância política voltada à parcela popular dentro da estrutura institucional romana²³⁹. Como relata Maquiavel no Capítulo 3, a presença da monarquia dos Tarquínios intimidava a nobreza da cidade, que, por esse motivo, se continha para não abusar da plebe, tratando-a de forma humana, temendo que ela se aproximasse daqueles reis. Todavia, após a destituição do regime, os grandes “começaram a cuspir sobre a plebe o veneno que haviam guardado no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam” (*Discursos*, I, 3, p. 20). Disso, após “muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações”, “chegou-se à criação dos Tribunos, para a segurança da plebe” (*Discursos*, I, 3, p. 21)²⁴⁰. Com tal medida, Roma encarnava o verdadeiro governo misto, com os Cônsules representando o principado, o Senado, os optimates, e os Tribunos da Plebe o governo popular²⁴¹.

primeira e parcial *mikté* entre monarquia e aristocracia remonta às origens da própria história romana”.

²³⁸ Sobre o papel do povo no interior da “constituição mista” romana, a partir de uma perspectiva histórica, cf. o subcapítulo “Le rôle du peuple dans la “constitution mixte””, de Claude Nicolet, em *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine* (Paris: Éditions Gallimard, 1976, p. 282-294).

²³⁹ De acordo com Inglese (2015, p. 202-203, nota 9), o Tribunato, instituído em 494 a.C, tinha o poder de vetar ou cassar atos e decretos lesivos à plebe.

²⁴⁰ “[...] tornando-se a nobreza insolente [...] o povo sublevou-se contra ela; e assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a conceder ao povo a sua parte, e, por outro lado, o Senado e os Cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições” (*Discursos*, I, 2, p. 19).

²⁴¹ Nisso, mesmo Guicciardini (1974, p. 614) parece concordar, pois, a “causa da eleição dos Tribunos” havia sido aquela afirmada por Maquiavel nos *Discursos*, isto é, “defender a plebe contra a nobreza, os patrícios”. A plebe, tendo um “magistrado particular”, tinha também “um chefe [*capo*] público, com o qual era possível consultar e tratar dos assuntos convenientes [*commodi suoi*]”, e, desse modo, “tendo a quem recorrer, não era desprezada como corpo que não tivesse chefe”. Além disso, por sua autoridade de “interceder”, direito dos Tribunos

A nova instância não significava apenas o estabelecimento formal de uma esfera até então faltosa para o governo misto. Mas, sobretudo, instituía a plebe enquanto *sujeito político*, obrigando que os grandes reconhecessem seus anseios através dos canais institucionais. Essa reforma foi imprescindível para que os *exércitos romanos*, peça central à potência, daí em diante, fossem formados e engrossados pelos próprios cidadãos advindos da plebe. A condição para o povo ir à guerra era que o estado outorgasse “legitimidade” àqueles conflitos, regulando-os através de *ordini e leggi*. Incluir o povo no centro do jogo político representava, com efeito, o primeiro passo a ser dado para a posterior conquista do mundo.

Por essa razão, a criação dos Tribunos tornou-se a condição primeira da sucessiva potência e grandeza da república, isto é, a premissa do império. Pois, o povo que constituía o “nervo” daqueles exércitos e arriscava a vida nos campos de batalha, como propõe Sasso (1980, p. 462, tradução nossa), sabia que “tão alto, aquele risco devia bem ser corrido em defesa de uma pátria, que não era a propriedade dos patrícios, mas a casa de todos os romanos”.

Nesse sentido, sugere Maquiavel, “digo que toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição [*sfogare l'ambizione sua*], sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes” (*Discursos*, I, 4, p. 22), como na guerra. A criação de mecanismos institucionais para dar *sfogo* às expressões da categoria popular é necessária: os tumultos não podem ser sufocados para evitar os inconvenientes por eles causados, sem que, com isso, se origine um corpo político frágil, desarmado, presa fácil para as demais potências.

Em Roma, por exemplo, quando o povo desejava obter uma lei, fazia florescer os tumultos, onde era possível ver o povo “gritar contra o senado, o senado contra o povo, a correr em tumulto pelas ruas, a fechar o comércio, a sair toda a plebe de Roma” (*Discursos*, I, 4, p. 22); ou simplesmente “se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que, para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo em alguma coisa” (*Discursos*, I, 4, p. 23).

de suspender qualquer decisão, “não era possível em Roma realizar qualquer deliberação pública contra a vontade de um só dos Tribunos”.

Como aponta John McCormick (2001, p. 300, tradução nossa), esse *modus operandi* estava presente nos eventos que precederam a criação do Tribunato. A plebe, abandonando Roma em massa, foi chamada de volta pela nobreza, que temia “pela defesa da cidade”, decorrendo, disso, a instituição daquele poder popular²⁴². Notemos: na base dessa instituição encontrava-se a preocupação pela segurança militarizada da cidade. Um posicionamento similar é apresentado por Marie Gaille (2004, p. 56), que sustenta que na história romana a formulação de leis em troca da participação na guerra “aparecem como acontecimentos inelutáveis”²⁴³. A longa duração da cidade e de seu império “impuseram adequações constitucionais”.

Essas primeiras modificações aparecem, portanto, vinculadas com a questão das armas romanas²⁴⁴. Antes de tudo, a relação entre a guerra e a política é traduzida nas adequações institucionais que deram forma àquele estado. Por um lado, a república romana com a configuração mista de governo nasce sob a sombra da consciência de que as estruturas militares eram necessárias: a criação dos Tribunos corresponde, ao menos em sua origem, ao temor de que a ausência dos soldados, advindos da plebe, tornasse Roma vítima de uma potência externa. Por outro, o reconhecimento do povo enquanto ator político e a gestão dos conflitos pelas vias institucionais significava que a república havia tocado um autêntico *vivere libero*, e, por isso, as campanhas de expansão territorial poderiam ser bem-sucedidas. A liberdade, no final, entendida não somente como a impossibilidade de dominação de uma das categoriais

²⁴² Lívio (Livro II, Capítulo 32) confirma que a plebe, sob a autoridade Sicinus, recusou-se a ir para a guerra contra os équos, retirando-se ao Monte Sacro. Para reverter a situação, exigiam que a eles fossem concedidos magistrados próprios, os Tribunos. Sobre isso, cf. LIVIO, Tito. *Storie: Libri I-V*. A cura di Luciano Perelli. Torino: UTET, 1974, p. 353.

²⁴³ De acordo com a intérprete francesa (2004, p. 56), quando nos voltamos para Lívio, identificamos numerosos episódios onde essa barganha era forjada através de tumultos ou da recusa ao alistamento. Por exemplo, diante do ataque dos Sabinos em 457 a.C., a conscrição da plebe é negociada em troca do aumento no número de Tribunos. Do mesmo modo, a possibilidade do casamento entre membros da plebe e membros das famílias patrícias é concedido à plebe por ocasião da guerra contra os Fidênios e os Etruscos, em 445 a.C.

²⁴⁴ Sobre a atividade militar romana – a milícia, o papel dos cidadãos em seu interior, a educação militar, a seleção e a disciplina –, cf. o Capítulo III. *Militia. L’armée et le citoyen*, de Claude Nicolet, em *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine* (Paris: Éditions Gallimard, 1976, p. 122-149).

sociais sobre a outra, mas também como participação no plano político, refletia no movimento imperialista romano.

Assim, como salienta Sasso (1980, p. 476-477), “as leis que se fazem por impulso desses dois “humores” são, sempre, leis de liberdade; e “liberdade” significa aquilo que já sabemos: “força”, potência, capacidade de conquistar”. Mas, para ser livre “o estado deve ser forte; para ser livre e forte, deve ser “popular” e “democrático”” (SASSO, 1980, p. 475)²⁴⁵. Ou seja, embora os tumultos romanos tenham sido responsáveis pela concessão da “parte que cabia ao povo na administração [*amministrazione*]” (*Discursos*, I, 4, p. 23) da cidade, eles não foram mitigados após a promoção da constituição mista. Ao contrário, as dissensões entre grandes e povo continuaram a manifestar-se no interior da engrenagem republicana.

É sobre os desdobramentos dessa desarmonia que o Secretário florentino ancorará outro importante critério para diferenciar as estruturas republicanas: em quem, afinal, um estado deve confiar a “guarda da liberdade”, nos grandes ou no povo? Através de um argumento que também transitará entre o campo político e o militar, Maquiavel, que parte de um dado agora bem constituído – a existência incontornável dos dois humores –, se dedica a analisar as condições e os efeitos de um estado que confia essa atribuição aos nobres, em uma república aristocrática, ou à plebe, em uma república popular. Atrelado e em decorrência dessa investigação, veremos despontar uma dimensão que volta a situar a guerra como o substrato das considerações maquiavelianas: a tendência expansionista ou conservacionista dessas cidades.

²⁴⁵ Com efeito, Sasso opta pelo uso de “democrático” para referir-se ao aspecto da guarda da liberdade depositada sobre as mãos populares. Nessa escolha terminológica, também McCormick direcionará um amplo estudo às atribuições institucionais que o Secretário florentino identificava nas assembleias e tribunatos, através da contestação cívica institucionalizada – o que o norte-americano chama, propriamente, de “democracia maquiaveliana” (cf. MCCORMICK, John P. *Machiavellian Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2011). Contudo, escolhemos por evitar o termo “democracia” por fidelidade textual: em sua obra, Maquiavel não recorre à nomenclatura, ainda que o sentido de “participação popular” esteja latente.

3.2.2.2 A segunda condição para a potência militar romana: o governo popular

No desenrolar dos *Discursos*, surge, como expusemos acima, outra questão de importância singular ao desenvolvimento das teses maquiavelianas. Como em “em toda república há homens grandes e populares, não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda” (*Discursos*, I, 5, p. 24). A partir dessa premissa e diante dessas duas possibilidades, o Secretário florentino realiza um estudo prático de casos – que o orientará no Capítulo 5 e ecoará no Capítulo 6.

Ora, aqui é lícito nos perguntarmos: em primeiro lugar, quais seriam as funções inerentes à essa instituição? Em segundo, a quem seria mais apropriado confiar essa “guarda”, aos grandes, como haviam feito os espartanos e, em tempos recentes, os venezianos, ou ao povo, como os romanos?

Antes de mais nada, devemos reconhecer que o Secretário, de certa forma, deixa uma lacuna sobre o significado institucional *específico* que atribuía à *guardia della libertà*. Contudo, como nota Inglese (2015, p. 295, nota 2), a ela poderíamos remeter um sentido muito semelhante a um poder de “última instância”. Isso, por sua vez, superaria a ideia tradicional do governo misto como um simples balanceamento de forças, uma vez que a estabilidade da cidade estaria atrelada à competência de uma daquelas categorias. Na mesma direção, Sasso (2014, p. 441) afirma que a custódia da liberdade é um indicativo de que o ordenamento republicano deveria ser capaz de encontrar, em sua própria estrutura, o princípio e a garantia de sua sobrevivência. Também para o intérprete, a regulação da discórdia, por meio dos mecanismos institucionais – nascidos da própria discórdia! – não implicaria em uma equilibrada distribuição da responsabilidade pela manutenção da República, incorporada nos órgãos fundamentais da *costituzione mista*²⁴⁶. No pensamento maquiaveliano, insiste,

²⁴⁶ Devemos notar que é nessa direção que Guicciardini, nas *Considerazioni sui “Discorsi” del Machiavelli*, realiza suas críticas. “Eu não entendo o título da questão, isto é, o que quer dizer o colocar a guarda da liberdade ou no povo ou nos grandes. Porque uma coisa é dizer sobre quem deve estar o governo, ou nos grandes ou na plebe, e para isso serve o exemplo de Veneza, porque é [ordenada] de tal modo sobre os nobres que a plebe é totalmente excluída. Outra coisa é dizer, onde todos participam do governo, a quem deve ser atribuída a autoridade ou o cuidado particular para a defesa da liberdade: ou a um magistrado dos plebeus ou dos nobres, e a isso pode servir o exemplo de Roma, onde, participando os nobres e a plebe, o magistrados dos tribunos parecia que tinha a particular guarda da liberdade (1974, p. 618)”. Porém, “quanto ao título da questão, entre todos os outros [tipos de] governos, eu louvarei mais um governo misto [...], e em um governo similar, eu quererei que a guarda da liberdade, contra quem quisesse oprimir a república, pertença a todos, fugindo sempre que possível da distinção entre nobres e plebeus; e, necessariamente, um governo misto é temperado de

era necessário conferir a uma das partes (à popular, como veremos) a tutela e a garantia do todo, pois, assim, o equilíbrio seria melhor realizável do que, ao contrário, caso fosse confiado à moderação formal entre elas.

Enquanto em Roma a observância pela manutenção da liberdade havia sido depositada no povo, Veneza e Esparta a haviam confiado, através de seus processos ordenatórios, à nobreza. Por isso, Maquiavel inicia seu pensamento ponderando os motivos pelos quais cada estado confiou essa atribuição para grupos diametralmente opostos.

“E, indo às razões, direi [*dico*], vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la”. Considerando os objetivos dos nobres e dos plebeus, “veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança [*meno sperare*] de usurpar a liberdade do que os grandes”. Sob esse viés, encarregar o povo da guarda da liberdade seria mais prudente, visto que zelam mais por ela, e, “não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem” (*Discursos*, I, 5, p. 24)²⁴⁷.

Do outro lado estão as razões de “quem defende [*chi difende*] a ordenação espartana e veneziana”, alegando que quem deposita a guarda nas mãos dos poderosos [*potenti*] realiza com isso duas boas ações [*opere buone*]: a primeira “é satisfazer mais a ambição deles, que, tendo mais participação na república com tal bastão em mãos, têm mais motivo para contentamento”; a segunda reside no fato que assim “negam certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da plebe, razão de infinitas dissensões e tumultos numa república, capazes de causar alguma reação desesperada à nobreza, o que, com o tempo, produzirá maus efeitos” (*Discursos*, I, 5, p. 24-25).

modo que, em favor da liberdade, uma ordem é a guarda da outra (1974, p. 619). Como explica Sasso (2014, p. 441), para Guicciardini, um sistema que se constrói sobre a premissa do equilíbrio dos órgãos que o constitui não poderia atribuir a um deles a sua própria garantia. Ao contrário, essa segurança deveria estar situada no próprio equilíbrio dos órgãos, no recíproco controle, não na prevalência de um sobre o outro.

²⁴⁷ Segundo Lefort (1972, p. 477) não podemos desconsiderar o fato de que quando Maquiavel escolhe o exemplo romano fala em “seu próprio nome, fazendo preceder o argumento de um “eu digo”, enquanto que põe na boca de um interlocutor indeterminado a defesa de Esparta e de Veneza”.

O debate, então, se concentra sobre uma dupla alternativa. Qual humor seria mais nocivo à liberdade republicana: aqueles que temem perder algo que já conquistaram, como no caso dos grandes, ou aqueles que pretendem conquistar algo que ainda não possuem, como no caso do povo? A resposta para o dilema dependerá, no final das contas, do propósito que cada estrutura republicana se coloca. Se considerarmos um estado que deseja se expandir, *fare uno imperio*, como Roma, a guarda da liberdade deve ser atribuída ao povo. Ao contrário, se as ordenações visarem apenas a manutenção da cidade, a guarda deve ser confiada aos nobres, como Esparta e Veneza haviam feito.

Aparentemente, poderíamos considerar a questão da guarda da liberdade como resolvida, uma vez que o problema sobre “a quem confiá-la?” dependeria de outra premissa, isto é, “qual é o caráter do estado em análise?”. Contudo, nesse momento, Maquiavel insiste em nos trazer uma importante colocação. No final, apesar da inclinação expansionista, ou não, de um estado, existe um humor cuja atribuição dessa função revela-se como prejudicial.

De acordo com o Secretário florentino, os “enormes tumultos [*tumulti grandissimi*]”, na maior parte das vezes, são causados por “aqueles que mais possuem, porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar”. Com efeito, “os homens só acham que possuem com segurança o que têm quando acabam de conquistá-lo de outro” (*Discursos*, I, 5, p. 26). Em outras palavras, o temor de perder o que se possui impele os homens a cometerem as mesmas violências daqueles que desejam adquirir. Não existe, portanto, a possibilidade de uma *pura conservação*, pois conservar é querer sempre mais.

Para Lefort (1972, p. 478), o argumento de inspiração aristocrata acaba anulado, uma vez que é revelado que “repousava sobre uma mentira”: o desejo dos grandes “não é o de conservar o adquirido, o qual é insaciável, que é desejo mesmo de adquirir”. Por esse ângulo, o equívoco de que os nobres seriam os verdadeiros responsáveis pela paz civil, dado seu apetite pela simples conservação, é descoberto.

Mas, a questão é ainda mais profunda. Nos desdobramentos de seus acontecimentos, a “conflitualidade” romana, chancelada pela atribuição da salvaguarda da liberdade ao povo, era uma das condições para servir-se dessa

força nos campos de batalha. Incumbir a mesma atribuição aos nobres era um capricho que somente os estados preocupados em manter-se dentro de seus limites exíguos – portanto, sem a necessidade de armar-se e conceder autoridade política ao povo – podiam desfrutar. Atribuição frágil, uma vez que a pouco descobrimos que na raiz do desejo dos grandes encontra-se o ímpeto de voltar-se contra o povo sempre que possível, e, com isso, ameaçar sua liberdade. De todos os modos, conflitos internos, tranquilidade social e expansão, aqui, se interconectam. E é justamente para abordar os termos dessa relação que Maquiavel entra, no Capítulo 6, na comparação entre as repúblicas conservacionistas e expansionistas.

3.2.2.3 Entre a conservação e a expansão: a república e seus propósitos político-militares

Seguindo a trama dos conflitos, o Secretário florentino lança uma importante questão: afinal, poderia Roma ter chegado à tamanha grandeza (política, territorial e, assim, histórica) caso tivesse *eliminado* as inimizades entre o povo e os grandes? Para conjecturar sobre isso, afirma, é necessário “recorrer às repúblicas que sem tantas inimizades e tumultos permaneceram livres por longo tempo, vendo que tipo de estado nelas havia, e se era possível introduzi-lo em Roma” (*Discursos*, I, 6, p. 27). Para compor esse quadro comparativo, serve-se do nome de duas repúblicas que pairam sobre o imaginário político florentino: Esparta, como um exemplo antigo, e, em especial, Veneza, como moderno. A partir disso, o Secretário florentino reconstrói, pelas vias históricas²⁴⁸, os motivos pelos quais essas duas cidades foram capazes de promover o apaziguamento dos conflitos internos – coisa que estruturas romanas não tiveram a capacidade, ou a pretensão, de fazer.

²⁴⁸ Maquiavel realiza esse movimento de reconstrução porque se dá conta de que não poderia comparar repúblicas historicamente diferentes como se fossem iguais. Para Sasso (1980, p. 481), nesse momento era essencial o “estudo da sua gênese, da sua composição social, dos seus escopos”, para, só então, analisar se este modelo era cabível às ordenações romanas. Com grande equilíbrio, banindo “todo apriorismo doutrinário”, o autor coloca “rigorosos termos históricos o problema de Esparta, Roma, Veneza e de seu confronto”. Não discute, ao menos nesse primeiro momento, a “superioridade de uma sobre a outra”, mas “estuda sua gênese” e a “sua fisionomia específica” (SASSO, 1980, p. 483).

As ordenações venezianas, responsáveis por uma constituição que resguardava-se dos tumultos, surgiram pelas mãos do acaso [caso]²⁴⁹. Reunidos sobre os escolhos, o crescimento no número de habitantes exigia, para que pudessem viver juntos, leis, o que culminou na ordenação de uma forma de governo. Organizando-se em conselhos, para “deliberar sobre a cidade”, quando “lhes pareceu ser seu número suficiente para constituírem uma vida política, vedaram a todos os que ali passassem a morar o acesso à participação em seu governo”. Com o tempo, muitos habitantes ficaram de fora dessa participação no governo. Assim, com o intuito de dar reputação aos que governavam, nomearam estes “gentis-homens”, e, aqueles, “populares”. Como consequência, Veneza pôde nascer e permanecer incólume aos conflitos, pois, em seu surgimento, “todos os que ali moravam então participaram do governo”; e os “que lá foram morar depois, encontrando o estado fixado e delimitado, não tinham razão nem facilidade para criar tumulto” (*Discursos*, I, 6, p. 27-28). Nesse caso, pondera, não havia razão para tumulto porque nada havia sido retirado desses habitantes cuja participação no governo era limitada, tampouco havia facilidade para isso, uma vez que quem governava “os mantinha refreados e não os empregava em coisas das quais eles pudessem extrair autoridade” (*Discursos*, I, 6, p. 28), como na guerra.

Esparta, por sua vez, governada por um rei e por um senado *stretto*, ordenações instauradas por Licurgo no contexto da fundação, foi capaz de conservar-se por “longo tempo”, porque nela haviam poucos habitantes e a permissão para a entrada de forasteiros era vedada. Por isso, não tiveram “ocasião para corromper-se”, diante de outros costumes, nem “para crescer tanto” ao ponto de o governo tornar-se insuportável àqueles que a governavam (*Discursos*, I, 6, p. 29). Na verdade, os lacedemônios mantinham a unidade interna simplesmente por acatarem as “leis de Licurgo com reverência”, cuja “observância eliminava todas as razões para tumultos”. A tranquilidade social era assegurada pelo fato de que as leis instituídas pelo ordenador haviam criado “mais igualdade de bens [*equalità di sustanze*] e menos igualdade de cargos [*equalità di grado*]”, uma vez que havia “igual pobreza, e os plebeus não eram

²⁴⁹ “Esse modo lhes foi ditado mais pelo acaso que pela prudência de quem lhes deu as leis” (*Discursos*, I, 6, p. 27).

ambiciosos” dado que os “cargos da cidade se distribuíam por poucos cidadãos e eram mantidos fora do alcance da plebe, enquanto os nobres nunca lhe deram, com maus-tratos, desejo de possuí-los” (*Discursos*, I, 6, p. 28-29).

Ou seja, a *Serenissima Repubblica di Venezia* foi capaz de preservar a harmonia em seu interior, em primeiro lugar, por condições ambientais particulares; depois, tendo sido a nobreza constituída por todos os seus primeiros habitantes, incluídos no governo da república, os tumultos não encontraram espaço nem razões para atribularem sua história. Enquanto isso, Esparta garantiu a *homonóia* ao assegurar a “igualdade das fortunas” e ao impedir a entrada de estrangeiros, motivo que evitou a corrupção das leis de Licurgo, o que a permitiu “se manter igual a si mesma por muitos séculos” (BIGNOTTO, 2005, p. 92).

Diante dessas ordenações, que foram capazes de mitigar os conflitos, poderia Roma ter alcançado a mesma grandeza caso tivesse sido politicamente disposta como Esparta ou Veneza? A resposta de Maquiavel é lacônica – contrariando, em especial, os republicanos florentinos de tendência filoaristocrata –: “se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se” (*Discursos*, I, 6, p. 29). A supressão dos conflitos internos e a tranquilidade, aos moldes das supracitadas cidades, implicava que a República ou não tivesse empregado a “plebe na guerra”, como haviam feito os venezianos, ou que não tivesse aberto “caminho para os forasteiros”, como os espartanos. Mas “fizeram ambas as coisas, o que deu à plebe força [*forze*]²⁵⁰, número e infinitas ocasiões para criar tumultos”. Ou seja, se o “estado romano se tornasse mais tranquilo [*quiete*], decorreria o inconveniente de tornar-se também mais fraco [*debile*], porque assim lhe era barrado o caminho para chegar a grandeza a que chegou” (*Discursos*, I, 6, p. 29).

Se o estado *quieto* está diretamente relacionado à *debolezza* – pensada, de fato, em termos militares –, então, a conexão entre a desunião da Plebe e do

²⁵⁰ Para Inglese (2015, p. 209, nota 18), a “força” cumpre um sentido específico: graças ao exercício das armas, o povo se torna forte. Ao contrário, deixados desarmados, se tornam “vis”, incapazes de defender a si próprios e à república.

Senado e a potência romana torna-se mais perceptível²⁵¹. Como Esparta e Veneza não se voltaram à formação de um império, bastando a manutenção da própria liberdade, não foi necessário que o povo fosse armado, e, com isso, a ele fosse concedido autoridade política: assim, puderam gozar da calma interna e da estabilidade do corpo político. Roma, ao decidir pelo império, precisou armar o povo e realizar concessões às suas demandas.

Diante desse cenário, Maquiavel reintroduz uma distinção já antes relevante. No final, devemos avaliar se estamos lidando com um estado conservacionista ou expansionista. Seu foco está, a partir de agora, em balizar como a existência interna de tumultos e dissensões refletem na política externa. Assim, se “alguém [...] quiser ordenar uma nova república, terá de examinar se quer que ela cresça em domínio e poder, como Roma, ou que permaneça dentro de limites exíguos”, como Veneza e Esparta (*Discursos*, I, 6, p. 30).

²⁵¹ É justamente por não prever a mútua relação entre os tumultos internos e os conflitos externos que a tese apresentada por Pocock, por exemplo, fragiliza-se. De fato, o intérprete havia transformado a participação nos exércitos em um importante elemento do republicanismo maquiaveliano. A expansão militar, o armamento dos plebeus e o “*vivere popolare*” estariam em íntima conexão. A *virtù* militar necessitaria da *virtù* política porque ambas tenderiam ao mesmo fim, isto é, ao “bem comum”. Enquanto o cidadão, ao direcionar todas as suas ações para esse bem, dedicaria sua vida ao estado, o “soldado patriota” dedicaria “sua morte”. Existe, então, o sacrifício de um bem particular em vista de um fim universal (POCOCK, 1975, p. 201). Com o caso romano, Maquiavel teria descoberto “uma nova forma de *virtù* ativa”, peculiar aos muitos, que pode existir somente nos estados “que armam o povo e concedem direitos cívicos” (POCOCK, 1975, p. 203). Por isso, a necessidade da “*virtù* armada” acaba transformando a “participação dos muitos na cidadania” (POCOCK, 1975, p. 202). Na verdade, Pocock chega a definir esse processo de “militarização da cidadania” (POCOCK, 1975, p. 213). Assim, nessa participação ativa dos cidadãos nos exércitos, o historiador depositaria outro ponto de contato entre um republicanismo de matriz florentina com o pensamento aristotélico. Aqui, o plebeu não só desempenharia seu papel “num sistema de tomada de decisões”, mas, tendo sido “treinado pela religião cívica e pela disciplina militar” devota-se à pátria e leva “esse espírito para os assuntos cívicos”. Nisso, revelar-se-ia não apenas a *virtù* maquiaveliana, como a “atenção aristotélica ao bem comum” (POCOCK, 1975, p. 203). Todavia, repropor o cidadão virtuoso republicano como o *zoom politikon* preterido pelo estagirita é problemático. Reconhecer a necessidade de concessão de direitos cívicos aos “muitos”, inclusive como medidas para a formação do exército, não exclui o fato de Pocock diminuir de modo considerável a importância dos conflitos internos. Como ressalta Geuna (2005, p. 42), se consideramos que a liberdade maquiaveliana é aquela derivada das discórdias, das lutas, dos tumultos, parece que a ordem política do escritor dificilmente poderia ser considerada como uma reproposta da ordem aristotélica. A ordem política tematizada por Aristóteles “é uma ordem sempre dada: e por natureza, não por convenção. A vida política boa não prevê, em sua fisiologia, o conflito”. Na ágora deveriam ocorrer relações agonais, determinadas pela vontade de ser excelente, mas não deveriam ter espaço para o conflito: entre os cidadãos não deveriam existir diferenças tão radicais ao ponto de ser a origem de conflitos verdadeiros e próprios. Eliminada a possibilidade das dissensões, também a formação dos exércitos próprios republicanos colapsa.

Os ordenadores que desejam que a república se expanda, devem buscar inspiração no modelo romano, e “dar lugar da melhor maneira possível a tumultos e a dissensões entre cidadãos”, pois “sem grande número de homens bem armados, nunca república alguma poderá ampliar-se, e, caso se amplie, não poderá manter-se” (*Discursos*, I, 6, p. 30). Isso decorre do fato de que “se queres [*tu vuoi*] criar um povo numeroso e armado para poderes criar um grande império, acabarás por fazê-lo de tal maneira que não poderás depois manejá-lo [*maneggiare*] a teu modo” (*Discursos*, I, 6, p. 30). Deverá, assim, procurar a institucionalização dos conflitos e o *sfogo* aos humores.

Para ordenar uma república à qual baste se manter, como Esparta e Veneza, será necessário manter o povo “pequeno” ou “desarmado”, para “poderes manejá-lo”, e, com isso, evitar os tumultos e garantir um estado harmonioso. Porém, o ordenador com esse propósito deve ter o cuidado de que as leis e ordenações ali instituídas evitem, sob todas as hipóteses, que a cidade se lance em expedientes de conquistas, visto que “o crescimento é o veneno de semelhantes repúblicas” (*Discursos*, I, 6, p. 30). Essas conquistas, “se apoiadas numa república fraca [*debole*]”, militarmente desestruturada, “são motivo de sua ruína” (*Discursos*, I, 6, p. 31).

Contudo, alerta Maquiavel, evitar que um estado cresça independe dos propósitos de um ordenador ou de ordenações. A realidade é variada, pondera Sasso (1980, p. 483), e precisa ser adequada periodicamente, não admitindo medidas unívocas de avaliação. Repúblicas como Esparta e Veneza, determinadas a permanecer em breves termos, estão, na realidade, expostas às variações da fortuna²⁵².

O problema de ordenar uma cidade que não reconheça o povo como sujeito político encontra, enfim, o seu desfecho. A carência de um povo armado, derivada da assunção da aristocracia como guarda da liberdade e da pretensão de manter a concórdia interna, expõe a fragilidade dessas ordenações caso se voltem ao campo militar: caso “conquistares domínios, não os poderás conservar

²⁵² Como propõe Lefort (1972, p.481), é vão “erigir a segurança em princípio de ação, pois os efeitos do tempo não poderiam ser dominados por ninguém”. Além disso, a necessidade conduz onde a razão não quer ir, ou seja, o estado cresce “apesar da decisão daqueles que pretendiam fixar-lhe seu limite ou então se, por sorte, se subtrai por muito tempo aos perigos, as virtudes do povo enfraquecem e seu cálculo é frustrado”.

ou eles se tornarão tão fracos que serás presa fácil de quem te atacar” (*Discursos*, I, 6, p. 30).

Foi o que ocorreu com Esparta e Veneza, que operam como prova de que quando tais cidades são impelidas pela necessidade a abandonar o modelo conservacionista, acabam se arruinando. Com o intuito de defender sua liberdade, foram obrigadas a impor-se aos territórios circunvizinhos, empreendimento malsucedido tanto para a elite militar de Esparta quanto para os mercenários contratados por Veneza. A primeira, após submeter “quase toda a Grécia”, mostrou “num mínimo acontecimento como era fraco o seu fundamento [*debile fundamento suo*], porque, em seguida à rebelião de Tebas, provocada por Pelópidas, veio a rebelião das outras cidades, que arruinou de todo aquela república”²⁵³. A segunda, “depois de ter ocupado grande parte da Itália – e a maior parte não com guerra, mas com dinheiro e astúcia –, quando precisou dar provas de suas forças, perdeu tudo em uma só batalha” (*Discursos*, I, 6, p. 31), a saber, na de Agnadello, contra a liga de Cambrai, formada para conter o expansionismo veneziano.

Portanto, ambas as cidades, quando impelidas pela necessidade a abandonar o modelo de conservação, tiveram seus fundamentos destruídos. Isto é, uma república daquele modo ordenada, quando forçada a ampliar, acaba sendo conduzida à ruína. Por outro lado, conjectura hipoteticamente Maquiavel, “sempre que o Céu lhe fosse tão benévolo que não lhe cumprisse guerrear, o ócio a tornaria [a cidade] efeminada ou dividida; coisas que, juntas ou cada uma por si, seriam razão para sua ruína” (*Discursos*, I, 6, p. 32)²⁵⁴. Dessa forma, a potência parece ser a única chave de sobrevivência. Ou melhor, as repúblicas não podem sobreviver, a não ser ampliando continuamente seus domínios, para que não sejam vítimas dos movimentos militares ou do ócio. Ou, em outros termos, a guerra aparece como o inexorável destino da política.

Assim, dentre as formas institucionais analisadas pelo Secretário florentino, aquela romana se revela como a mais competente para lidar e

²⁵³ De acordo com Inglese (2015, p. 210, nota 27), Tebas rebelou-se contra a supremacia dos lacedemônios em 379 a.C. Oito anos depois, os tebanos, sob o comando de Pelópidas, derrotaram os espartanos em Leuctra, provocando o fim de sua hegemonia.

²⁵⁴ Argumentamos sobre isso em 1.3.4.2 A ruína política através da paz: da tranquilidade ao ócio.

dominar as eventualidades da fortuna – diferente das constituições espartanas e venezianas, que, retraídas na aspiração de concórdia, permaneciam à mercê de seus desígnios. Toda a argumentação maquiaveliana acaba direcionada à consolidação da pertinência do regime popular. “Creio”, afirma, “ser necessário seguir a ordenação romana e não a das outras repúblicas”, pois “não acredito ser possível encontrar um meio termo entre uma e outra, e as inimizades que surgissem entre o povo e o senado deveriam ser toleradas e consideradas um inconveniente necessário para se chegar à grandeza romana” (*Discursos*, I, 6, p. 32). No horizonte, o ordenamento político romano surge como paradigma constitucional, pois estava melhor preparado contra as eventualidades da fortuna. No contexto de uma ampliação forçada, impelida pelo signo da necessidade, a cidade deveria estar apta para que pudesse levá-la a efeito. Logo, deveria estar institucionalmente dotada de uma estrutura de amparo político à categoria popular, para, com isso, “voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas” (*O Príncipe*, XVIII, p. 85).

3.2.2.4 Veneza como antimodelo: uma nota pragmática

Nessa instância talvez seja conveniente notarmos que a desmistificação e a desconstrução do republicanismo de matriz aristocrática, representado, sobretudo, pelas ordenações venezianas, possuía um importante enraizamento pragmático. Como vimos, com a restituição do regime republicano em Florença em 1494, após a expulsão dos Medici, a Sereníssima tornou-se, dentro do ambiente político florentino, um “modelo de estabilidade política”. Com efeito, seu sistema de governo “constituía a pedra de toque dos debates político-constitucionais” (DESCENDRE, 2014b, p. 655), tendo originado o curioso “mito de Veneza”²⁵⁵.

²⁵⁵ Devemos lembrar que o mito de Veneza povoava o imaginário dos republicanos florentinos desde o tempo de Savonarola, tendo servido, inclusive, de modelo para algumas reformas políticas em Florença. Sobre a influência do mito de Veneza em Florença cf. GILBERT, F. La costituzione veneziana nel pensiero politico fiorentino (In: *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977. p. 115-167). Cf. também GAILLE, Marie. L'ideale del governo misto tra Venezia e Firenze: un aristotelismo politico a doppia faccia (*Filosofia Politica*, v. 19, n. 1, p. 63-76, 2005). Sobre Maquiavel e Veneza cf. GILBERT, F. Machiavelli e Veneza (In: *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977. p. 319-334). SASSO, Gennaro. Machiavelli e Venezia. Considerazioni e appunti (In: *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Vol. III. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1988. p. 3-46).

De acordo com a contextualização realizada por Renzo Pecchioli (1962, p. 480), naquele mundo que havia sido aberto com a invasão de Carlos VIII, todos os estados italianos acabaram, de algum modo, transfigurados – no sentido político, econômico e cultural. Mas, enquanto Florença parecia sofrer uma “mudança mais radical”, Veneza permanecia em sua “fundamental continuidade de instituições”. Por isso, naquela cidade, tanto os homens de inclinação aristocrática como aqueles de tendência popular, olhavam para esta “não mais sobre o plano da igualdade”, como uma república gêmea, mas “sobre aquele da exemplaridade”, pois, lá, ao que parece, haviam permanecido certas constantes que em sua cidade foram removidas: um estado “superiormente mantido em uma tradição civil e política” que, por toda a Itália, parecia ter desaparecido (PECCHIOLI, 1962, p. 481).

No cenário de ressurgimento da República, as ordenações venezianas ocuparam o debate político. As discussões relativas às “providências institucionais” invariavelmente refletiam “a iminência do modelo veneziano sobre as mentes dos homens políticos florentinos” (PECCHIOLI, 1962, p. 482), que residia em uma dimensão factível: era uma possibilidade real à qual olhar quando se pensava nas adequações ordenatórias²⁵⁶. De fato, tanto os “filopopulares” como os “filoaristocratas” encontraram na cidade lagunar um exemplo eficaz para as duas mais importantes reformas daquele período – como vimos. Na primeira, a instituição do Conselho maior, de orientação popular²⁵⁷; na segunda, o gonfaloneiro vitalício, aos moldes do doge veneziano, de filiação aristocrata.

Diante disso, Maquiavel pretendia redimensionar o lugar que a historiografia havia, até o momento, atribuído à Veneza. As invasões que ocorreram no rastro daquela inaugurada por Carlos VIII expuseram que a estrutura da cidade não deveria ser vista a partir de sua “potência”, mas, ao

²⁵⁶ De acordo com Baggioni (2014, p. 404), nos “tempos de Maquiavel, os defensores de um governo “*stretto*” tinham argumentos sérios: a necessidade de tomar decisões rápidas, eficazes, sábias, e por isso de reservar a deliberação a um grupo restrito de especialistas, depositários da indispensável “discrição””.

²⁵⁷ Segundo Gilbert (1970, p. 18-19), a potência, estabilidade e prosperidade de Veneza eram atribuídas à bondade da sua constituição, que acreditavam que tivesse realizado os ideais da sabedoria política clássica. Quando, em dezembro de 1494, Savonarola pregou aos florentinos sobre a necessidade de reformas políticas, ele falou do *Maggior Consiglio veneto*, como de uma instituição que Florença deveria adotar; e os florentinos, seguindo essa exortação, esperavam que a instituição de um grande conselho produziria os mesmos benefícios dos quais gozava Veneza: harmonia interna e força externa.

contrário, de sua “fraqueza”. Os desdobramentos das guerras italianas forçavam que o “juízo tradicional” fosse derrubado. Nisso, o Secretário florentino catalisava em um só evento “todo o resumo da história da Sereníssima: a perda extraordinariamente rápida, após a derrota de Agnadello, do domínio territorial construído ao longo do *Quattrocento*” (DESCENDRE, 2014b, p. 654), o que quase sentenciou seu ocaso²⁵⁸.

Quando recordamos da linha argumentativa maquiaveliana subjacente a toda a primeira parte dos *Discursos*, que se debruça sobre a interação entre armas e leis, as críticas e a urgência pelo desmantelamento da exemplaridade de Veneza são colocadas sob nova luz. Aqui, a correspondência entre a qualidade das ordenações políticas e a estrutura militar retorna à superfície²⁵⁹. Se a premissa de que a virtude das armas é um indicativo da virtude institucional e das leis – que proporcionaram essas armas, e que, no limite, foram aperfeiçoadas *porque* precisavam proporcioná-las – ainda for válida, então a dimensão emblemática de Veneza entra em colapso.

Aos olhos de Maquiavel, a *péssima* qualidade das armas venezianas e sua incapacidade de armar-se eram incontestáveis. Como bem nota Descendre (2014b, p. 655), no conjunto da reflexão de nosso autor, a centralidade da cidade dependia, *in primis*, da questão das armas. Isto é, em todos os seus escritos ela constitui “negativamente, a melhor prova histórica do assunto fundamental” da “batalha política” maquiaveliana: a necessidade de prover-se de armas próprias.

²⁵⁸ “Quanto aos venezianos, viu-se prova disso, há poucos anos: se aquela cidade não fosse cercada por água, teria sido o seu fim” (*Discursos*, II, 30, p. 294).

²⁵⁹ A capacidade, ou não, de manter, em qualquer fortuna, o mesmo ânimo e a mesma dignidade não são encontradas “apenas nos homens, mas também nas repúblicas, e nos servem de exemplo os romanos e os venezianos. Os primeiros nunca se tornaram abjetos diante da má sorte, nem insolentes na boa fortuna [...]. Exatamente o contrário disso foi o que fizeram os venezianos: estes, na boa fortuna, achando que a haviam ganho com a *virtù* que não tinham, tornaram-se tão insolentes que chamavam o rei da França de filho de São Marcos; não respeitavam a Igreja, achavam que a Itália inteira não era suficiente para eles [...]. Depois quando a boa sorte os abandonou [...], diante dos exércitos do rei da França, não só acabaram perdendo todo o seu estado [...], como também entregaram boa parte de seus domínios ao papa e ao rei da Espanha por covardia e abjeção [...]. Mas sua covardia, causada pela má qualidade de suas ordenações, levou-os a perder de uma só vez o estado e a coragem [...]. Porque tornar-se insolente na boa fortuna e abjeto na má é coisa que provém do modo de proceder e da educação recebida; e esta, quando é fraca e vão, torna o homem semelhante a ela; e, quando é diferente, também torna diferente o homem, pois, fazendo-o conhecer melhor o mundo, fá-lo-á alegrar-se menos com o bem e entristecer-se menos com o mal” (*Discursos*, III, 31, p. 414-416).

Agnadello, então, aparece como o “evento mais significativo de toda a história veneziana”, pois conformava que as “leis não valiam nada se não fossem sustentadas por armas corretamente ordenadas” (DESCENDRE, 2014b, p. 656). No final, aquele acontecimento servia como a “prova mais esmagadora que a história contemporânea havia dado” sobre a “absoluta necessidade” de que as repúblicas se provessem com “armas próprias” (DESCENDRE, 2014b, p. 655).

Portanto, onde antes, aos contemporâneos florentinos, se apresentava uma das razões da magnificência veneziana, a ausência dos conflitos internos, Maquiavel identificava um limite intransponível à segurança da República de São Marcos. Enquanto Roma despontava como a estrutura republicana mais adequada para adiar e prevenir a própria ruína, pela concessão de poder à categoria popular – que redundava na defesa armada do estado –, Veneza sucumbia acompanhada de sua pretensão de paz social.

E é aqui que Maquiavel, habilmente, opera seu movimento de subversão, minando a aparente superioridade veneziana e, como alternativa, propondo aquela romana. A ausência dos tumultos não pode ser encarada como o termômetro da vitalidade das instituições, mas, ao contrário, deve ser vista como a causa de sua debilidade: ao evitar-se os confrontos pelos canais institucionais, através da neutralização da importância política do povo, evitava-se também o acesso às armas. A marca aristocrata, quando escorada na prerrogativa de uma calma social, para evitar as dissensões, revela-se residir sobre uma falácia.

No final, Veneza cumpre um importante papel para o desenvolvimento do argumento. A desconstrução das teses que defendiam o modelo aristocrata, ainda em órbita no cenário político florentino, era necessária enquanto parte do processo metodológico que visava alegar a importância das estruturas populares e a dimensão paradigmática de Roma. Nesse sentido, a dinâmica maquiaveliana é interessante: ao mesmo tempo em que toma a principal crítica dos aristocratas contra Roma, sua feição tumultuária, e a transforma no princípio e na causa da grandeza daquela cidade, toma a invejável tranquilidade veneziana e revela sua dimensão cáustica ao tecido sociopolítico.

Agora, Veneza pode ser apresentada como um modelo negativo, um antimodelo, que precisava vir à tona enquanto os escombros de Agnadello ainda ardiavam. O propósito de Maquiavel é claro: revelar que na origem do

desmoronamento daquelas que eram consideradas como sólidas ordenações estava a carência militar, proveniente da estrutura aristocrática da república. De fato, como observa Baggioni (2014, p. 402, grifo nosso), “naqueles anos inquietos”, onde o cenário “internacional” estava em efervescência, não bastava, apenas, “propor a bondade do regime republicano, mas era também crucial ter em mente *qual tipo de república* era possível ordenar e defender”.

Assim, o caso romano, exposto nesse primeiro momento dos *Discursos*, sobre o qual aqui nos debruçamos, cumpre um forte papel paradigmático para o pensamento do autor. O desdobramento dos acontecimentos em Roma permite ao Secretário lançar e desenvolver significativas reflexões, tanto em seu movimento analítico acerca das instituições republicanas, quanto das justificativas que o levam a antepor o modelo político popular em detrimento das teses aristocráticas. Em todos os casos, o signo da guerra permanece como uma constante nesse horizonte de Maquiavel. Nesse sentido, na intersecção entre as disposições republicanas e o apelo ao armamento dos estados – genericamente considerados, como o caso romano permite projetar, mas que respinga nas observações sobre Florença –, tocamos em importantes posicionamentos para o quadro teórico maquiaveliano.

Em primeiro lugar, as armas próprias aparecem *obrigatoriamente* vinculadas a um governo de matriz “popular”. Isso significa que o reconhecimento e a inclusão do povo no jogo político são impreteríveis exigências na estrutura governativa da república. Em segundo, a necessidade de conceder ao povo uma instância política, para que um exército pudesse ser formado pelos próprios cidadãos, determina reformas institucionais específicas, seja em nível “jurídico”, com a concessão de direitos, como político-institucional, com a inserção de mecanismos que instituem *concretamente* o envolvimento popular nessa dinâmica. Em terceiro, essa constatação acerca das exigências para o estabelecimento do *povo em armas* implica na desconstrução dos modelos aristocráticos de república, como o veneziano, e de suas prerrogativas, como aquelas defendidas pelos *optimates* florentinos, justamente por sua incapacidade de armar-se.

3.3 O povo em armas: a organização militar da república e seus efeitos

Diante de uma compreensão da guerra que é baseada em seu aspecto de iminência e inevitabilidade, o conjunto dos argumentos maquiavelianos, até o momento, fora impactado pela atribuição de uma estrutura militar como recurso necessário à preservação do estado. Agora, outra questão ressoa. Afinal, como o Secretário pensava a formação dos exércitos próprios nos regimes republicanos? Isto é, como seria possível armar o povo para que ele, enfim, se transformasse em “povo em armas”, um dos pilares da estrutura republicana?

Buscando dar resposta ao problema da constituição das armas próprias que vemos despontar a *Arte da Guerra* desponta. Nesse diálogo, que destoa da postura que havia sido a característica das outras obras maiores, e que, ainda hoje, segue sendo o trabalho menos estudado do corpus maquiaveliano²⁶⁰, podemos colher os indicativos organizacionais sobre o processo de formação daquelas milícias. Nessa instância, o apelo quase visceral sobre a indispensabilidade desse elemento, recorrente em *O Príncipe* e nos *Discursos*, é, enfim, convertido em uma teoria militar sistematizada, que, por isso, se envereda para os aspectos estritamente técnicos dessa arte.

3.3.1 A formação dos exércitos próprios nos regimes republicanos

Em a *Arte da Guerra*, o objetivo manifesto de Maquiavel é fornecer um modelo para o reavivamento dos antigos valores e métodos militares romanos – na mesma linha expositiva que havia marcado o Livro I dos *Discursos*, quando trazia a importância da estrutura republicana popular –, definindo o lugar que a guerra ocupa no interior de um estado. De fato, por “estarem as ordenações

²⁶⁰ Talvez, por sua natureza técnica, que apresenta um projeto que se envereda por questões organizacionais e procedimentais dos exércitos, com a descrição de esquemas para a condução da guerra, da ordenação da batalha, da disposição das marchas, da formação para combate, das táticas para a refrega, dos provisionamentos, do aquartelamento, etc., o que afastaria a busca pelas questões essencialmente políticas. Ou, como aventa Hörnqvist (2010, p. 122), por sua visão mais convencional da política e dos assuntos militares, como uma tentativa de acalmar as polêmicas que envolviam o nome de Maquiavel. Esse recurso, que visava abrandar a imagem do Secretário em Florença após o retorno dos Medici, teria tornado o diálogo um “trabalho mais convencional e menos ousado do que os antecessores” (HÖRNQVIST, 2010, p. 123).

militares de todo corrompidas e, de há muito, afastadas dos antigos modos”, nasceram as opiniões errôneas que levaram a “odiar a milícia e a fugir à conversação com aqueles que a exercem” (Proêmio, p. LXXVIII). Por isso, “julgando eu, pelo que vi e li, que não é impossível” reconduzir as estruturas militares “aos antigos modos e devolver-lhe alguma forma da antiga *virtù*, deliberei, para não passar este meu tempo de ócio sem fazer coisa alguma”, escrever aquilo que “entendo sobre a arte da guerra, para satisfação dos amantes das antigas ações” (Proêmio, p. LXXVIII).

Nesse sentido, a premissa que escora toda a proposta maquiaveliana já nos é familiar. De acordo com Fabrizio Colonna²⁶¹, principal interlocutor do diálogo e porta-voz das teses do Secretário, sendo a atividade militar uma arte da qual “os homens de qualquer tempo não podem viver honestamente”, ela só pode ser usada como arte “por uma república ou por um reino”. É por isso que as cidades, quando bem-ordenadas, “jamais conseguiram que nenhum cidadão ou súdito seu fizesse da guerra arte” (*Arte da Guerra*, I, p. 11).

Por um lado, as instituições políticas devem absorver plenamente as ordenações militares; por outro, devem colocar entraves para evitar que os indivíduos particulares exerçam a arte da guerra como profissão. Com efeito, explica Maquiavel a partir de um argumento impregnado por tonalidades morais, “nenhum homem bom” jamais exerceu essa arte como “particular sua”, dado que “nunca será julgado bom quem exerça algo que, para ser-lhe útil a qualquer tempo, o obrigue a ser rapace, fraudulento, violento e a ter muitas qualidades que, necessariamente, o façam não bom” (*Arte da Guerra*, I, p. 11). Para fazer da guerra uma profissão, é necessário que os indivíduos façam da violência uma constante em seu comportamento. E assim os conflitos, que, em estados bem ordenados, são considerados apenas como uma possibilidade, nas cidades que contam com soldados profissionais se tornam uma atividade que não encontra desfecho.

²⁶¹ Sobre a discussão envolvendo a escolha de Colonna, um *condottiero*, para operar como porta-voz de Maquiavel, cf., de Marcia Colish, *Machiavelli's Art of War: a reconsideration* (*Renaissance Quarterly*, v. 51, p. 1151-1168, 1998). De Frédérique Verrier, cf. *Machiavelli e Fabrizio Colonna nell'Arte della Guerra: il polemologo sdoppiato* (In. MARCHAND, Jean-Jacques (Ed.). *Niccolò Machiavelli. Politico. Storico Letterato. Atti del convegno di Losanna*, 27-30 settembre 1995. Roma: Salerno Editrice, 1996. p. 175-187).

De fato, como essa arte não pode sustentá-los na paz, “são obrigados a pensar que não há paz”, ou são levados a “aproveitar-se à larga nos tempos de guerra, para que possam sustentar-se” (*Arte da Guerra*, I, p. 11). Porém, nenhum desses pensamentos “cabe num homem bom”. Da vontade de sustentar-se em qualquer tempo “nascem os roubos, as violências, os assassinatos que tais soldados cometem tanto contra amigos como contra inimigos”. De não buscarem a paz nascem os “logros que os capitães impigem àqueles que os conduzem, para que a guerra dure”. E, se apesar disso, surge a paz, “muitas vezes ocorre que os comandantes, estando privados de soldo e do meio de vida, licenciosamente juntam um bando de mercenários e, sem piedade alguma, saqueiam uma província” (*Arte da Guerra*, I, p. 12)²⁶².

Como resultado, uma cidade bem ordenada deve desejar que a “prática militar seja usada nos tempos de paz para exercício e nos tempos de guerra por necessidade e para glória”. O que significa que “só ao público seja permitido usá-la como arte”, bem como Roma havia feito em seu período republicano. Em suma, a violência e o comportamento violento, características inerentes à atividade bélica, devem ser uma prerrogativa do estado²⁶³. Desse modo, qualquer cidadão que em tal exercício “tenha outro fim”, que faça da guerra o instrumento para a realização de propósitos pessoais “não é bom”; e qualquer cidade “que se governe de outro modo”, que permita que os indivíduos exerçam privadamente essa função, “não é bem ordenada” (*Arte da Guerra*, I, p. 16).

3.3.1.1 A Ordenança e o serviço militar em tempo parcial

Assim, a guerra, cuja finalidade é “poder combater com o inimigo em campo aberto e vencer uma batalha”, pressupõe a ordenação de um exército. Para ordená-lo “é preciso encontrar os homens, armá-los, ordená-los, exercitá-

²⁶² Maquiavel situa aqui o advento das *Compagnie di ventura*, companhias de mercenários das mais diversas origens que formavam o principal corpo militar italiano do período: “Não guarda, acaso, a memória da vossa história o modo como, encontrando-se na Itália muitos soldados sem soldo por estarem acabadas as guerras, foram reunidas várias brigadas, chamadas Companhias, que iam pelas cidades impondo talhas [taxas] e saqueando as terras sem que fosse possível remediar isso?” (*Arte da Guerra*, I, p. 12).

²⁶³ Para Pieri (1975, p. 20), Maquiavel se fundamenta sobre uma afirmação dogmática: “o profissional militar, sob qualquer forma que se apresente, é intrinsecamente um violento e prepotente”, dado que “quem tem por sistema a força nas mãos, é fatalmente levado a abusar: isto se liga à natureza humana”.

los nas pequenas e grandes ordens, alojá-los, e ensiná-los a enfrentar o inimigo parados ou em marcha” (*Arte da Guerra*, I, p. 21). Considerando que “não podemos confiar em outras armas senão as próprias”, a formação dessa instituição deveria ocorrer por meio de “Ordenanças”: os exércitos regulares, que são o contraponto ao modelo cáustico dos mercenários. O termo, que havia acompanhado o Secretário por toda a sua atividade na Chancelaria, dá expressão à base dessas milícias, já que “tais armas não podem ser ordenadas senão por meio da Ordenança, e não se pode por outras vias introduzir quaisquer formas de exército algum, nem de outro modo ordenar uma disciplina militar” (*Arte da Guerra*, I, p. 29).

Nesse caso, negada a possibilidade de qualquer vínculo profissional com a arte militar, a primeira característica ordenatória conferida à formação das milícias é a de que ela surge como uma atividade *momentânea*, uma responsabilidade atribuída aos cidadãos em ocasiões específicas. Os indivíduos são “recrutados” ao serviço e desempenham temporariamente a função de soldados: em tempos de conflito, treinamento ou exposições em desfiles. Na paz, ou na ausência da guerra, retornam aos afazeres civis²⁶⁴.

Homens bons, que “não usam a guerra como arte pessoal”, não “querem dela extrair nada além de cansaço, perigos e glória”, diferente dos exércitos profissionais que visam tão somente ganhos financeiros. Os soldados-cidadãos “quando já gloriosos o bastante, desejam retornar ao lar e viver de sua arte” (*Arte da Guerra*, I, p. 15). Isto é, os soldados não são apenas soldados, mas exercem uma função social, econômica e política – que se soma àquela da guerra – no interior da cidade. Essa arte é constante e permanente apenas aos estados, enquanto que, aos cidadãos, deve ser um exercício provisório.

²⁶⁴ Para Bruni (1996, p. 669), em Roma, já Rômulo teria julgado os “soldados na cidade como necessários” para “rechaçar os ataques dos inimigos”. Porém, ao invés de uma categoria permanente, mudou o “encargo segundo a condição dos homens”, de modo que, a partir de então, os soldados faziam o “serviço por um tempo determinado”. Por esse motivo, também o “camponês, quando a situação e as necessidades do Estado o exigiam, deixando o arado, pegava em armas; o artesão, interrompendo o seu trabalho”, tornava-se soldado. Assim, dessas “duas categorias de homens, derivava uma terceira”, mas não permanente, apenas “distinta das outras” por “um certo período de tempo”. O artesão partia para a guerra “não como artesão, mas como soldado, e, depois, retornava ao seu trabalho não como soldado, mas como artesão”.

Nesse caso, a cidade não pode permitir que os soldados se afastem das atividades civis para que se dediquem inteiramente à militar. De fato, “devem os reis, se quiserem viver seguros”, ter suas infantarias “compostas de homens que, chegado o tempo de fazer a guerra, a façam de bom grado por amor ao rei, e, chegada a paz, com mais gosto retornem ao lar” (*Arte da Guerra*, I, p. 18). Isto é, quando alcançada a paz, os “príncipes” devem voltar a “governar seus povos”, os “gentis-homens” ao “cultivo de suas propriedades” e os “infantes” à sua “arte particular”. Assim, “todos eles farão a guerra para ter paz, e não procurarão perturbar a paz para ter guerra” (*Arte da Guerra*, I, p. 18).

Olhando a partir de outra perspectiva, o soldado em tempo integral torna-se um problema para a ordem civil, pois a permanente atividade militar inviabiliza a possibilidade de qualquer ausência de conflitos armados. Se, por um lado, a política não pode, em nenhum momento, perder a guerra, enquanto possibilidade latente, de seu horizonte, por outro, lançar-se ininterruptamente em batalhas seria um impulso para a autodestruição.

3.3.1.2 O recrutamento

Portanto, a formação de uma unidade armada sob essas condições, passa pela identificação e recrutamento dos homens aptos à tarefa. Para encontrá-los é necessário recorrer ao “*delectus*”, que “é com diziam os antigos”, e “chamaríamos de seleção” (*Arte da Guerra*, I, p. 22). Isto é, “tirar os melhores [homens] de uma província e ter o poder de escolher os que não querem combater e os que querem” (*Arte da Guerra*, I, p. 22). Devemos notar que essa *seleção* proposta por Maquiavel é amparada por uma força constrictiva, que estende a atividade militar *inclusive* àqueles que desejam renunciar as armas. A capacidade de selecionar, quando imputada à cidade, supera o mero espírito voluntarioso daqueles que desejam combater.

Conforme explica o Secretário, “cada república e cada reino deve escolher os soldados de *suas terras*”. Isso significa que a primeira exigência acerca da arregimentação refere-se ao *domínio* político da cidade, dado que “não podes [...] fazer *delectus* a não ser nos lugares a ti submetidos, porque não podes pegar quem quiseres nas terras que não são tuas, e sim aceitar os que querem

combater” (*Arte da Guerra*, I, p. 22). A justificativa é simples: como o recrutamento é amparado por dispositivos determinados por mecanismos institucionais – considerados como “leis” –, seria “juridicamente” impossível estender a “obrigatoriedade” aos territórios que não estão sob o controle do estado, devendo acolher, portanto, somente aqueles que se voluntariam²⁶⁵.

Além disso, os indivíduos que “não são teus súditos e combatem voluntariamente não são dos melhores, aliás, são dos piores de uma província”, pouco se distanciando dos soldados mercenários: são os “indecentes, ociosos, sem freio, sem religião, esquivos à autoridade paterna, blasfemadores, jogadores, [...] mal-educados” aqueles que querem combater. Porém, nota Colonna, “nada pode ser mais contrário a uma verdadeira e boa milícia do que tais costumes” (*Arte da Guerra*, I, p. 23).

Uma vez interdita a possibilidade de a classe militar advir de territórios “estrangeiros” e o voluntariado de indivíduos com o espírito inclinado à guerra, o recrutamento deveria observar outros critérios técnicos. Em primeiro lugar, o “local de proveniência”. Diante da necessidade de “fazer esse *delectus* nas próprias terras”, seria melhor “extrair os homens, da cidade ou do campo?”. Sobre isso, é consenso que seria melhor “escolhê-los no campo”, por serem homens acostumados “ao desconforto, criados na labuta, que têm o costume de ficar ao sol, fugir à sombra, lidar com o ferro, cavar fossos, carregar peso, não ser astuciosos nem maliciosos”. Mas, complementa Maquiavel, resgatando a realidade da milícia florentina da qual havia sido o propositor e o mais aguerrido defensor, “minha opinião seria que, em havendo necessidade de soldados de dois tipos, a pé e a cavalo, que os peões fossem selecionados no campo, e nas cidades os montados” (*Arte da Guerra*, I, p. 22)²⁶⁶.

²⁶⁵ Assim, o *delectus* pretendido por Maquiavel apresentava-se como uma atividade “obrigatória”, ainda que não fosse universal, à algumas categorias de indivíduos de um determinado domínio. Pieri (1975, p. 25) denuncia a fragilidade dessa “obrigatoriedade” no pensamento de Maquiavel. Enquanto no sistema suíço e prussiano a obrigação militar é de fato para todos, e apenas por meio da fraude seria possível escapar dessa atribuição, o serviço no exército de Maquiavel “não é nem verdadeiramente obrigatório nem verdadeiramente voluntário: na realidade, seria obrigatório, mas sem aquele caráter de necessidade e de universalidade que faz do princípio uma lei”.

²⁶⁶ É, justamente, a proposta de recrutar os súditos do condado e estender a Ordenança à cidade através dos cavaleiros. Ainda que, naquela situação, as justificativas fossem outras que o mero hábito aos desconfortos da realidade militar aos camponeses: sobretudo, por

Em segundo, a “idade”. Se considerarmos a criação de uma milícia inteiramente nova, diz o Secretário, “escolheria” os indivíduos de “dezessete a quarenta anos”. Se, ao contrário, precisasse “restaurar uma que já tivesse constituída”, melhor seria optar pelos de “dezessete, sempre” (*Arte da Guerra*, I, p. 24). Em terceiro, a “arte” civil dos soldados. Nesse caso, seria “útil” contar com indivíduos dos quais se pudesse extrair “duplo serviço”. Ou seja, que a profissão cotidiana pudesse contribuir com seu papel no interior do exército: “os lavradores, que estão acostumados a lavrar a terra, são mais úteis que ninguém”. Depois, “vêm ferreiros, lenhadores, ferradores, talhadores” (*Arte da Guerra*, I, p. 30). Em quarto, a “boa qualidade” do soldado, que pode ser reconhecida ou por “experiência”, diante de alguma boa obra, ou por “conjectura”. Durante a seleção, três aspectos compõem a formação da conjectura: a idade, a arte – já abordadas - e a aparência. De acordo com Maquiavel, esse quesito seria uma mescla de *características físicas* – altura, robustez de ânimo e corpo, tamanho do peito, braços, etc. – e *costumes* – como a “honestidade e o pudor” (*Arte da Guerra*, I, p. 31).

Assim, o recrutamento dos soldados, fundado no *delectus*, que estabelece critérios precisos para realizar uma triagem e garantir a qualidade já nas origens daquela força militar, dá forma política à milícia cidadã primada por Maquiavel em todos os seus escritos. Mais uma vez, o papel que o povo cumpre na dinâmica de governo permanece subjacente em toda a argumentação – mesmo naquela que se envereda em pormenores técnicos. Afinal, quem mais seriam os indivíduos que poderiam se sacrificar nos campos de batalha em nome da república se não o povo?

3.3.1.3 O protagonismo do povo em armas: os impactos de uma tese política sobre a técnica militar

Até o momento, a argumentação maquiaveliana tem sido linear. Se a sobrevivência do estado exige exércitos próprios, então, o povo, eixo da milícia,

motivações políticas. A similaridade é reconhecida por Cosimo: “Portanto, gostaríeis de compor uma Ordenança semelhante à que existe em nossa terra?” (*Arte da Guerra*, I, p. 24).

se torna um dos alicerces daquele organismo²⁶⁷. Atribuir a responsabilidade ao povo pela inegociável tarefa de defesa, passa pelo reconhecimento político dessa categoria de indivíduos. Todavia, essa identificação entre os cidadãos e os propósitos da república, que fundamenta a intersecção entre guerra e política, possui outro desdobramento. A relevância do engajamento popular seria um fator decisivo até mesmo para as considerações que o Secretário tece sobre os detalhes técnicos da prática militar. Ou melhor, ao voltar-se para os aspectos organizacionais dos exércitos romanos, buscando extrair dali elementos pertinentes à arte da guerra contemporânea, vemos o lugar ocupado pelo povo ser transformado, outra vez, no norte para suas observações.

No Capítulo 10 do Livro II dos *Discursos*, por exemplo, essa movimentação entre governo, povo e técnica militar, surge quando Maquiavel avalia o papel desempenhado pelo fator financeiro nas atividades armadas. Na contramão de um ponto corrente durante o *Cinquecento*²⁶⁸, o Secretário procurava demonstrar a falácia de uma “opinião comum” que afirmava que o “dinheiro” seria o “nervo da guerra”²⁶⁹.

Sob a ótica dos conflitos entre estados, afirma, a “prudência” do poder político reside no fato de ele não se iludir com as forças com as quais conta para defender o seu estado. Nesse sentido, os dirigentes se equivocariam gravemente caso avaliassem essas “forças” pelo “dinheiro, pelo território ou pela disposição [*benivolenza*] dos homens”, mas não tivessem “armas próprias”

²⁶⁷ Por isso, como afirma Inglese (2006, p. 105), o “povo em armas”, a “massa de infantes”, revela-se como o eixo do pensamento “democrático” maquiaveliano, “que liga a potência de um estado à intervenção ativa do povo na vida pública.

²⁶⁸ Gilbert (1977, p. 91) recapitula que, em Florença uma *Pratica* sobre a imposição de novas taxas havia sido “sintetizada na proposição que '*bellorum nervi sunt pecuniae*'”. Corrado Vivanti (1997, p. 1019, §1, nota 6), por seu turno, destaca o fato de que era corrente a anedota que atribuía a Luís XII, às vésperas da invasão ao ducado de Milão, o dito, proferido por seu *condottiero*, Gian Giacomo Trivulzio, que “para fazer a guerra eram necessárias três coisas: dinheiro, dinheiro e dinheiro”. Para Pieri (1975, p. 54, nota 1), podemos visualizar a teoria de que o dinheiro é o nervo da guerra nos escritos do velho guerreiro napolitano Diomedes Carafa, conde de Maddaloni, morto em 1487. Elemento fundamental, indispensável, afirma, é o dinheiro: com ele, possui-se vitualhas, fortalezas munidas e armadas, abastece-se os depósitos com armas e munições; com dinheiro os melhores *condottieri* são atraídos, convertidos em fiéis; com dinheiro é possível assoldar tropas numerosas e de boa qualidade, mantendo-as fiéis. Enfim, o dinheiro é o “unguento universal”: necessário para ter armas e fortalezas em ordem, mas, sobretudo, para formar as melhores tropas mercenárias, capitães e gregários, além de mantê-los fiéis e contentes.

²⁶⁹ Avaliamos longamente essa questão em “3.5. A perspectiva política da análise sobre o papel do dinheiro na guerra” (ZORZO, 2015, p. 115-123).

(*Discursos*, II, 10, p. 213)²⁷⁰. A riqueza, a posição geográfica e a benevolência dos cidadãos podem ser elementos úteis à proteção da cidade somente enquanto servirem para “aumentar as forças”. Por si só, na ausência de “armas fiéis”, são inúteis: o dinheiro, “por mais que o tenhas, não te bastará sem estas; de nada adianta ser inexpugnável o lugar; e a fé e a boa disposição não duram, pois estes não podem ser-te fiéis se não pudes defendê-los” (*Discursos*, II, 10, p. 213).

Diante disso, “não pode ser mais falsa a opinião comum de que o dinheiro é o nervo da guerra”²⁷¹. A riqueza não apenas é incapaz de, por si, proporcionar a defesa do estado, mas “transforma mais depressa em presa quem o possui” (*Discursos*, II, 10, p. 214). Portanto, esse “nervo” não pode ser o “ouro”, como “afirma a opinião comum, mas sim os bons soldados: porque o ouro não é suficiente para encontrar bons soldados, mas os bons soldados são bem suficientes para encontrar ouro” (*Discursos*, II, 10, p. 215). Embora a exigência de dinheiro seja um fato inegável, ela é uma “necessidade que os bons soldados vencem por si mesmos”. Do mesmo modo que é “impossível que a bons soldados falte dinheiro”, também é “impossível que o dinheiro por si mesmo encontre bons soldados” (*Discursos*, II, 10, p. 216).

Para Inglese (2015, p. 410, nota 18), aqui, devemos notar as implicações políticas dessa “crítica ao dinheiro”. Se a potência não está na riqueza, mas na massa armada, disso deriva que o estado não pode privilegiar os Grandes, que são os depositários do ouro, mas deve fundar-se sobre o povo, de onde pode surgir aqueles “soldados” que são, no final das contas, o verdadeiro fundamento

²⁷⁰ Em a *Arte da Guerra* a colocação seria retomada: “homens, espadas, dinheiro e pão são o nervo da guerra; mas, dos quatro, os dois primeiros são mais necessários, porque homens e espadas conseguem dinheiro e pão, mas pão e dinheiro não conseguem homens e espadas” (VII, p. 217). Porém, já no *Discorso sopra le cose della Magna e sopra l'Imperatore* Maquiavel ponderava que a “guerra deve ser avaliada com os homens, com o dinheiro, com o governo [organização, habilidade] e com a fortuna. Quem tem mais dessas coisas, pode-se acreditar que vencerá” (MACHIAVELLI, 1997, p. 78-9).

²⁷¹ Para essa *comune opinione*, exemplifica Guicciardini (1974, p. 661), “quem fazia guerra tinha uma grandíssima necessidade de dinheiro, e que sem ele era impossível sustentá-la”, pois não somente era necessário pagar os soldados, mas “prover as armas, os víveres, os espiões, as munições, e tantos outros instrumentos utilizados na guerra. Se “quem tem soldados próprios” indubitavelmente “faz a guerra com menos dinheiro do que quem tem soldados mercenários”, ainda assim, “também precisam de dinheiro”.

da guerra. A Plebe, em armas, pode oferecer muito mais do que a nobreza para defender a pátria.

Também para Gilbert (1977, p. 271), Maquiavel não teria desprezado de modo ingênuo a pertinência dos recursos econômicos, mas, teria a avaliado a partir de circunstâncias políticas. Não havia a insinuação de que os meios financeiros não eram importantes para a condução das guerras. Contudo, a situação das grandes cidades italianas, como Florença e Milão, que, apesar da riqueza, haviam caído nas mãos de estrangeiros, redimensionava a questão. Considerando a premissa de que “a base do poder político era o poder militar”, o dinheiro poderia constituir um “poder político apenas se efetivamente transformado em força militar” (GILBERT, 1977, p. 271-272)²⁷².

Assim, a crítica maquiaveliana à atribuição do dinheiro se assenta, sobretudo, em sua incapacidade de substituir a função que o povo ocupa no seio do corpo político. E “povo”, aqui, entendido em sentido específico: como a parcela da população que dispõe-se a morrer nos campos de batalha para proteger os interesses da própria cidade.

Nessa mesma esteira, no Capítulo 17, Maquiavel avalia o “respeito que devem ter os exércitos do presente pela artilharia” e se “a opinião geral que se tem sobre ela é verdadeira” (*Discursos*, II, 27, p. 237)²⁷³. Na ocasião, o Secretário lida com três objeções que são construídas a partir da comparação

²⁷² Pieri (1975, p. 55), por sua vez, avalia a questão a partir de uma perspectiva *estratégica*. Para o italiano, Maquiavel não nega a importância do dinheiro, mas a coloca em “segundo lugar”, pois, vê que existem casos onde os capitães são constrangidos a encetarem uma batalha improvisadamente pela falta de dinheiro, antes que o exército se desfaça. Isso não corresponde a uma estratégia sábia: movimentos ofensivos ocasionais, impostos por uma circunstância fortuita – como a falta de dinheiro, escassez de víveres, aproximação de reforços inimigos, doenças, intempéries – podem, às vezes, ser bem-sucedidas, mas raramente alcançam resultados decisivos. A atribuição delegada ao dinheiro acaba sendo uma consequência direta do modelo estratégico militar assumido por Maquiavel: a preferência por guerras “curtas e grossas”. Guerras longas, caracterizadas por manobras complexas, necessitariam de um considerável amparo econômico para sua manutenção; guerras resolutivas, por sua vez, partiriam do pressuposto de uma ação militar enfática, voltada à subjugação completa do inimigo. Aqui, o dinheiro poderia ser uma consequência, e não o principal recurso.

²⁷³ Seria este o argumento que fragilizaria a reputação de Maquiavel, nos anos posteriores, como especialista militar. Para Ben Cassidy (2003, p. 384), por exemplo, Maquiavel estaria “tão obcecado em copiar as práticas militares dos antigos gregos e romanos” que havia se tornado “cego para as mudanças tecnológicas e táticas que estavam acontecendo em seu próprio tempo”. Para Charles Oman (1937, p. 93-94), o Secretário estaria “enganado em todas as suas principais previsões sobre o futuro do desenvolvimento militar, especialmente em relação às armas de fogo”.

entre a história romana e os destacamentos de arma de fogo em ação durante o *Cinquecento*²⁷⁴.

[a] De acordo com essa “opinião”, se nos “tempos” da Roma republicana “existisse artilharia, não teria sido possível nem fácil [...] conquistar províncias”, “sujeitar povos”, ou mesmo realizar “conquistas tão extensas” (*Discursos*, II, 27, p. 236). [b] A mesma opinião afirma que “com as atuais armas [*instrumenti*] de fogo, os homens não podem usar nem demonstrar a *virtù* que demonstravam antigamente” (*Discursos*, II, 27, p. 236). [c] E, por fim, que “hoje se travam batalhas com mais dificuldade que então e que não é possível observar nas batalhas aquelas ordenações daqueles tempos”. Por isso, a “guerra, com o tempo, se reduzirá à artilharia” (*Discursos*, II, 27, p. 237).

Sobre o primeiro caso, diz o Secretário, devemos considerar que as guerras são feitas “para a defesa ou para o ataque”, por isso, é necessário examinar “em qual desses dois tipos de guerra” a artilharia seria “mais útil ou mais danosa”. “Creio que”, pondera, “causam mais dano a quem se defende do que a quem ataca” (*Discursos*, II, 27, p. 237). As armas de fogo, de acordo com a reconstrução maquiaveliana, mostram-se mais eficazes àqueles que realizam um movimento ofensivo, isto é, em direção das cidades sitiadas em suas fortificações. Diante disso, se levarmos em consideração os “tipos de guerra que os romanos travaram”, vendo que “travaram quase todas as suas guerras para atacar, e não para defender-se, será possível concluir que [...] teria sido maior a vantagem deles, e mais rápidas teriam sido suas conquistas, se naquele tempo houvesse artilharia” (*Discursos*, II, 27, p. 240-241).

Sobre o segundo ponto, devemos admitir que “quando precisam expor-se, os homens dispersos correm mais perigos” do que corriam os romanos, quando “precisavam escalar muralhas ou realizar ataques” onde podiam demonstrar sua *virtù* individual. Por um lado, nos tempos modernos, as condições de demonstração dessa *virtù* por meio de combatentes particulares havia sido dificultada, pelo próprio desenvolvimento técnico dos mecanismos de defesa das cidades. Mas, por outro, a questão é mais profunda: “se os homens não demonstram particularmente a *virtù*, isso não se deve à artilharia”, mas, ao

²⁷⁴ Também disso fizemos nosso objeto em “3.4. A proeminência da infantaria sobre a cavalaria: motivações técnicas e políticas” (ZORZO, 2015, p. 107-115).

contrário, “às más ordenações e à fraqueza dos exércitos, que, carecendo de *virtù* no todo, não podem mostrá-las nas partes” (*Discursos*, II, 27, p. 242). Então, não são as armas que impedem o espírito virtuoso dos combatentes, mas a incompetente organização militar do período.

Sobre o terceiro, que afirma que “a guerra se baseará tão-somente na artilharia”, “digo que essa opinião é de todo falsa”: e dessa forma deverão pensar “todos aqueles que quiserem pôr seus exércitos em ação de acordo com a antiga *virtù*” (*Discursos*, II, 27, p. 242). Para Maquiavel, as armas de fogo não seriam capazes de suprir a importância da infantaria nos campos de batalha, sobretudo pela debilidade técnica evidente nas guerras modernas²⁷⁵.

No final, o problema se desloca de sua instrumentalidade e retorna ao campo da política. Pois, “concluo [...] que a artilharia é útil a um exército desde que acompanhada pela antiga *virtù*; mas, sem esta, será de todo inútil contra um exército virtuoso” (*Discursos*, II, 27, p. 244). Notemos: a “antiga *virtù*” pode ser corroborada ou auxiliada pelo uso daquelas “máquinas”, bem como havia ocorrido com o “ouro”, mas não pode ser substituída por elas.

Por certo, Maquiavel não havia desconsiderado o uso das armas de fogo, nem negava que o poder ofensivo dos exércitos havia aumentado com seu uso²⁷⁶. Aquilo que o Secretário rejeitava era a ideia de que ela, por si só, pudesse se apresentar como o único fator responsável pela condução das batalhas. Ao contrário, como argumenta Gilbert (1977, p. 271), para uma adequada atividade

²⁷⁵ “E, quando os exércitos vêm às mãos, está mais claro que a luz que nem a artilharia pesada nem a ligeira podem ofender-te: porque, se quem cuida da artilharia estiver na frente, cairá em tuas mãos; se estiver atrás, atingirá seus inimigos antes de atingir-te; se ao lado, mesmo assim não poderá ferir-te sem que consigas ir até ele- seguindo-se o mesmo efeito” (*Discursos*, II, 27, p. 243).

²⁷⁶ Embora pudéssemos tentar justificar os equívocos de Maquiavel sobre a compreensão do papel da artilharia por um viés histórico, ou mesmo estratégico, parece-nos mais adequado insistir na dimensão política que está subjacente ao argumento. Pela perspectiva historiográfica, como nota Cassidy (2003, p. 386), o início do século XVI estava sendo um período confuso em relação à prática da guerra. Diferentes armamentos e táticas competiam, simultaneamente, nos campos de batalha. As armas de fogo estavam sendo utilizada junto com piques, espadas e balestras, em proporções variáveis. Por isso, argumentar que Maquiavel deveria ter percebido que o futuro da prática militar pertencia às armas de pólvora é “essencialmente condená-lo por não possuir os poderes da profecia”. Pela perspectiva estratégica, para Cassidy (2003, p. 387), Maquiavel não subestimou o uso das armas por sua ausência no mundo romano, mas a partir do argumento de que um exército deve sempre ter em mente uma ação *ofensiva*. No século XVI, o uso dessa tecnologia, em grande medida, era responsável por ditar táticas *defensivas*, que “estava diretamente em desacordo com o conceito ideológico de Maquiavel sobre a maneira que as batalhas deveriam ser lutadas”.

militar, era necessária “a fusão de todas as forças militares e espirituais do país”, nesse sentido, “a habilidade do comandante e a coragem do soldado permaneceriam sempre fatores decisivos”.

Dito de outro modo, as armas de fogo não seriam capazes de substituir a importância do engajamento particular de cada soldado na defesa do estado. A glória e o reconhecimento, oriundos da atividade militar, não poderiam ser diminuídos ou extintos pelo advento de um apetrecho. No final, uma guerra travada somente por canhões e arcabuzes diminuiria o papel primário e insubstituível do povo na esfera política. Reduzir a expressividade numérica dos infantes, ou mesmo da cavalaria, em detrimento da artilharia, significaria tolher uma dimensão essencial da participação popular. Sem ela, uma das pilstras do republicanismo maquiaveliano entraria em colapso.

Todavia, o Secretário florentino não estava alheio à evolução das práticas bélicas empreendidas pelas grandes potências europeias no declínio do período Medieval. Entre as transformações que remodelariam a práxis militar, uma, em particular, encontrou em Maquiavel um importante defensor: o protagonismo da infantaria em detrimento da cavalaria, onde a função do povo na estrutura político-militar novamente se sobressaía.

No Capítulo 18, ao revisitar a organização militar romana, onde os exércitos de infantes haviam sido a espinha dorsal das tropas que conquistaram o “mundo”, e os cavaleiros ocupavam uma função complementar, o autor encontrava um ponto de apoio para fundamentar a dimensão “secundária” das milícias montadas²⁷⁷.

²⁷⁷ Na reestruturação da organicidade dos exércitos modernos, onde a figura dos cavaleiros e os modos de batalha medievais tinham cada vez menos espaço, Maquiavel havia sido capaz de perceber a nova dinâmica europeia e a posição dos infantes. Pieri (1975, p. 12), por exemplo, contextualiza esse ponto afirmando que, durante o Medievo, o verdadeiro combatente era o *cavaleiro*, que, armado de forma pesada, levava consigo um certo número de pessoas – escudeiros, pajens, mancebos – que eram incumbidos de prestar assistência durante os combates. Nos séculos XIV e XV essa comitiva tende a tornar-se cada vez mais regular, e, tanto os cavaleiros quanto o séquito, são equipados com lanças. Especialmente na Inglaterra e na França, sobretudo pela influência crescente que os arqueiros ingleses exerceram no campo de batalha durante a Guerra dos Cem anos, o cavaleiro sentia a necessidade de, por um lado, melhor se proteger contra as armas de tiro, reforçando a armadura defensiva e a proteção do cavalo, mas, por outro, de acrescentar ao séquito uma postura ofensiva: um ou dois atiradores de lanças, arqueiros ou balestreiros. Embora o cavaleiro não renuncie de imediato seu papel como principal combatente, ele perderia sempre

Assim, afirma, os romanos, “em todas as ações militares, davam mais valor à milícia a pé do que a cavalo”, e “nela apoiavam todos os seus planos de ação”, pois confiavam “mais em seus homens a pé do que a cavalo” (*Discursos*, II, 18, p. 244). Em termos práticos, desde o início Maquiavel situaria a superioridade dos soldados que combatem apeados, já que “infantaria ordenada pode facilmente vencer a cavalaria e dificilmente ser vencida por esta” (*Discursos*, II, 18, p. 245)²⁷⁸. Isso não significa que a “cavalaria não seja necessária aos exércitos”, mas que “o fundamento e o nervo do exército, aquilo a que ele deve dar mais valor, é a infantaria” (*Discursos*, II, 18, p. 246)²⁷⁹.

Contudo, essa proposta, mais do que uma simples constatação do cenário em mudança, trazia consigo uma grave denúncia. Entre os “pecados dos príncipes italianos, que tornaram a Itália *submissa aos estrangeiros*, não há outro maior que o de prezar pouco essa ordem [a infantaria] e voltar todos os seus cuidados à milícia a cavalo”. Tal “desordem” é oriunda da “maldade dos comandantes” dessas armas e da “ignorância dos homens que tinham estado”, que os contratavam (*Discursos*, II, 18, p. 246, grifo nosso). Isto é, a responsabilidade pela situação de decadência militar e vulnerabilidade política da península residia, ao menos em parte, na absoluta dependência daqueles estados de um modelo de exército que fazia da cavalaria o sustentáculo de suas tropas: os mercenários.

Nos anos que antecederam a invasão de Carlos VIII, a “milícia italiana se reduziu a homens que não tinham estado”. Assim, comandadas por mercenários,

mais “terreno diante dos atiradores [de lança]”, manifestando uma evolução que, “apesar de lenta, deveria conduzir ao triunfo da infantaria”.

²⁷⁸ Em primeiro lugar, pela mobilidade, dado que “a pé um homem pode ir a muitos lugares aos quais o cavalo não pode ir”. Em segundo, “à cavalaria é difícil impor a observação da ordem e impossível reordená-la quando perturbada”. Em terceiro, “assim como ocorre com os homens, há cavalos de pouco ânimo e outros de ânimo bastante: e muitas vezes um cavalo animoso é montado por um homem covarde, e um cavalo covarde por um homem animoso; e seja qual for a feição dessa disparidade, o que se segue é a inutilidade e a desordem” (*Discursos*, II, 18, p. 245).

²⁷⁹ Na *Arte da Guerra*, Maquiavel pondera que “deve-se sim ter cavalaria, mas como segundo fundamento do exército, e não primeiro”. Sua função, “necessária e muito útil”, seria a de realizar “reconhecimentos, para correr e devastar as terras inimigas, para maltratar e molestar seu exército e mantê-lo sempre em pé de guerra, para embarga-lhes os víveres”. Mas, “quanto às batalhas e às pelejas campais”, que são, enfim, “o mais importante na guerra e a finalidade para a qual se ordenam os exércitos”, “são mais úteis em seguir o inimigo já desbaratado do que para alguma outra coisa que nela mesma se faça, sendo sua *virtù* bem inferior à da peonagem” (*Arte da Guerra*, II, p. 51).

“estes logos pensaram nos modos de manter-se bem reputados, uma vez que estavam armados, e os príncipes, desarmados” (*Discursos*, II, 18, p. 246). Porém, como esses capitães “não podiam pagar continuamente um número grande de infantes”, já que não possuíam “súditos” para compor suas tropas, e “um pequeno número de homens não lhes daria reputação”, decidiram “sustentar a cavalaria”, pois “duzentos ou trezentos cavaleiros [...] mantinham-lhe a reputação, e o pagamento não era tão alto que não pudesse ser feito pelos homens que tinham estado”. Por esse motivo, “transferiram toda a estima e a reputação da infantaria para a cavalaria, e cresceu tanto essa desordem que em qualquer grande exército a parte da infantaria era mínima”. Essa medida, “em conjunto com muitas outras desordens, tornou tão fraca a milícia italiana que a Itália foi facilmente subjugada por todos os ultramontanos” (*Discursos*, II, 18, p. 246-247)²⁸⁰.

A objeção do Secretário recai, então, sobre os próprios governantes. O pecado que comprometia e fragilizava a Itália era a ignorância dos homens de estado, que, mesmo diante dos indícios da precariedade técnica, moral e política dos exércitos mercenários, insistiam em torná-los a força militar de seus domínios. Todavia, é “tanta a infelicidade destes tempos que nem os exemplos antigos e modernos”, nem sequer a “confissão dos erros”, são “suficientes para fazer que os príncipes modernos se apercebam e pensem que, para dar boa reputação à milícia duma província ou dum estado, é preciso ressuscitar essas ordenações” (*Discursos*, II, 18, p. 249-250).

Dessa forma, o elemento que subjaz a argumentação maquiaveliana é o apelo para que as estruturas políticas, em geral, deem conta de compor suas próprias milícias. A infantaria pode surgir, devido ao seu número e organização, somente em estados constituídos. O povo em armas é traduzido na imagem do infante, enquanto que, aos nobres – ou aos “cidadãos”, como teria acontecido com o armamento da cidade de Florença – seria reservada a função de cavaleiro. Estamos diante de uma relação de reciprocidade: se a infantaria é superior à

²⁸⁰ No diálogo o argumento seria replicado: “[...] os povos e os reinos que estimarem mais a cavalaria que a infantaria sempre serão frágeis e estarão expostos à ruína”: “como se viu na Itália nos nossos dias, que ela foi pilhada, arruinada e invadida por estrangeiros, e não por outro pecado senão o de ter cuidado pouco da milícia a pé e de ter reduzido todos os seus soldados à cavalaria” (*Arte da Guerra*, II, p. 51).

cavalaria, então o povo deverá ser armado; se a participação da plebe na política e na defesa do estado ocorre mediante seu armamento, logo, devem ser transformados e incorporados em legiões de infantés.

Enfim, toda a argumentação maquiaveliana sobre a composição dos exércitos próprios parte do envolvimento da categoria popular na política como sua premissa. Essa compreensão, impregnada por motivações de cunho governamental, afetará amplamente as diretrizes organizacionais de sua ideia de milícia.

3.3.2 O sacrifício dos soldados-cidadãos nos campos de batalha: o bem comum, a liberdade e a morte da república

Nessa instância, alcançamos a formação de uma imagem sólida. Para Maquiavel, a defesa do estado passa *necessariamente* pelas mãos de seus cidadãos. Todavia, é necessário darmos um passo adiante. A inclusão do povo na dinâmica política era um movimento imposto para que a composição dos exércitos próprios pudesse ser realizada no seio da *res publica*. Mas, essa atribuição parece também respingar no engajamento desses indivíduos no exercício das atividades militares. Afinal, o que motivaria o cidadão, que se envolve nos assuntos da cidade por vias institucionais e militares, nos confrontos armados? Ou melhor, por qual motivo os soldados se dispõem a morrer em nome da república nos campos de batalha?

Sobre isso, no Livro II dos *Discursos*, o Secretário retorna para Roma, onde sua análise se debruça sobre as “deliberações referentes ao aumento de seu império” (Proêmio, II, p. 181), isto, os modos como comportava-se em relação à guerra, e onde podemos encontrar uma saída para essa interrogação.

Logo de início, Maquiavel declara partir de um posicionamento de pontual contravenção. Ao contrário do que haviam afirmado importantes historiadores, como Plutarco e Lívio, a grandeza romana não poderia ser atribuída simplesmente às concessões benevolentes da fortuna. Longe disso, “se nunca houve república que tenha conquistado o que Roma conquistou, é porque nunca se encontrou república que fosse ordenada de tal modo que pudesse conquistar

como Roma”. Foram as ordenações políticas romanas, seu “modo de proceder e o modo como ela própria era constituída”, o motivo da potência militar que havia aberto as portas para a conquista e a manutenção do império (*Discursos*, II, 1, p. 181-182).

De acordo com o autor, um importante critério para avaliar a “excepcional *virtù*” daquelas armas poderia ser encontrado na imponência dos adversários com os quais os romanos tiveram que combater durante a de expansão de seus domínios. Nesse caso, “nada deu mais trabalho [...] no seu triunfo sobre os povos vizinhos e em parte das províncias distantes, do que o amor que [...] muitos povos tinham pela *liberdade*”, algo que defendiam com refinada “obstinação” (*Discursos*, II, 2, p. 185-186, grifo nosso).

Tal argumento não nos é inteiramente estranho. O “amor pela liberdade” age como um forte sentimento que liga os soldados às ordenações republicanas que defendem. Já no Capítulo V de *O Príncipe* havíamos sido advertidos que a conquista de um estado que experimenta a liberdade era algo delicado de ser alcançado pelas armas. Agora, o teor do argumento ecoa, demarcando o motivo dessa espécie de “superioridade” da república, em relação aos principados, para resistir aos assédios.

Para Maquiavel, “é fácil entender donde provém nos povos essa afeição pela vida livre”. A “experiência mostra que as cidades nunca crescem em *domínio* nem em *riquezas*, a não ser quando são livres”. Como exemplo disso, “é realmente admirável ver a grandeza a que chegou Atenas em cem anos, depois que se libertou da tirania de Pisístrato”²⁸¹. Mas, “é de admirar acima de

²⁸¹ De acordo com Heródoto em *Le Storie* (V, 78) “os atenienses cresciam em potência. Não somente por um único aspecto, mas de todas as perspectivas se torna claro que a igualdade é um bem precioso, se é verdade que os atenienses, enquanto foram governados por tiranos, não eram superiores na guerra a nenhum dos povos circunstantes, enquanto que, liberados dos tiranos, adquiriram enorme superioridade. Portanto, torna-se evidente que, enquanto eram oprimidos, se comportavam deliberadamente como covardes, porque serviam a um senhor, enquanto que, uma vez libertos, cada qual, em primeira pessoa, estava pronto para agir com zelo para o próprio interesse”. (ERODOTO, 1996b, p. 93-95, tradução nossa). Tucídides (1987, p. 11-12), por sua vez, na *História da guerra do Peloponeso*, afirma que “os tiranos usurpadores do poder em cidades helênicas, preocupados apenas com seus próprios interesses tanto em relação à imunidade de suas pessoas quanto à prosperidade de suas famílias, na medida do possível fizeram da segurança pessoal o seu principal objetivo na administração das cidades, de tal forma que nenhum empreendimento digno de menção foi realizado por eles, exceto, talvez, por algum isoladamente em conflito com seus vizinhos. Assim, por toda a parte a Hélade foi impedida durante muito tempo de realizar em comum

qualquer coisa a grandeza a que chegou Roma depois que se libertou de seus reis”, com a expulsão dos Tarquínios e a instituição dos Tribunos da Plebe (*Discursos*, II, 2, p. 186-187).

Então, nesse momento, a liberdade passa a operar em uma dupla perspectiva. Se, por um lado, o amor pela vida livre é aquilo que motiva à defesa aguerrida de uma cidade sob ataque, conforme líamos no opúsculo, por outro, é também o que impulsiona o soldado-cidadão na conquista de outro domínio. Ou seja, aquilo que motiva à agressão que gera a “grandeza”.

A razão do florescimento das cidades diante do ocaso de um regime ao menos tendencialmente principesco, enquanto envolto por contornos que poderíamos considerar como tirânicos, explica o Secretário, é algo “fácil” de entender, pois o que “engrandece as cidades não é o bem individual [*bene particulare*], e sim o bem comum [*bene comune*]”. Todavia, “esse bem só é observado nas repúblicas, porque tudo o que é feito, é feito para o seu bem”. O contrário ocorre “onde há um príncipe, onde, no mais das vezes, o que é feito em favor do príncipe prejudica a cidade, e o que é feito em favor da cidade o prejudica” (*Discursos*, II, 2, p. 187).

Com isso, temos dois regimes políticos que são contrapostos sob o signo da liberdade e da busca pelo “bem comum”, condição para a ampliação política do estado. Por certo, a ação dos tiranos visa um benefício particular *em detrimento* de um benefício coletivo. Ao “déspota”, pouco importa que este comportamento possa ser considerado, pelos indivíduos sob seu governo, como declaradamente contrário aos interesses da maioria, pois na tirania, resguardada pelo uso descomedido da violência, “suas conquistas somente a ele aproveitam, e não à sua pátria” (*Discursos*, II, 2, p. 187)

Contudo, nesse caso, a ação principesca, que é distinta daquela tirânica por diversos motivos, acaba inscrevendo-se em uma mesma lógica. Ainda que o “príncipe” ao qual Maquiavel aqui faça referência não se trate, propriamente, do protagonista do opúsculo, mas, antes disso, de um tirano, essa distinção entre “bens” pode ser replicada e redimensionada.

qualquer iniciativa notável, e suas várias cidades careciam de ousadia atuando separadamente”.

De fato, também o interesse do poder principesco aparece, em primeiro lugar, dedicado ao seu benefício particular. Mas, ao príncipe é necessário alinhar seu propósito, ainda que pessoal, com os interesses do âmbito coletivo: o verniz de “legitimidade”, que é o sustentáculo para seu governo e que apenas pode ser identificado em uma espécie de “benevolência” popular, exige um grau mínimo de correspondência. Porém, se o interesse imediato visado pelo príncipe, em analogia ao que aconteceria com o tirano, é sempre aquele do próprio príncipe, o benefício dos súditos ocorre apenas como um efeito secundário dessa prévia busca particular²⁸².

No oposto disso, encontramos a república, que é moldada pela participação dos cidadãos. Em seu seio, o valor da liberdade revela-se atrelado à grandeza de suas instituições. Pois, esclarece Maquiavel, “são grandes os proveitos colhidos pelas cidades e províncias que vivem livres”, “por serem mais numerosos os povos, visto que cada um, de bom grado, tem a prole que acredita poder sustentar, sem temer ser despojado de seu patrimônio”. Nesses regimes, “todos sabem muito bem que não só nasceram livres, e não escravos, como também que, se tiverem *virtù* para tanto, poderão tornar-se príncipes”, isto é, dirigentes políticos da cidade. Ali, as “riquezas multiplicam-se mais, tanto as produzidas pela agricultura quanto as produzidas pelos ofícios”, uma vez que “todos procuram multiplicar as coisas e adquirir os bens de que acreditam poder gozar”. Como os “homens competem pelas vantagens públicas e privadas”, “ambas crescem maravilhosamente” (*Discursos*, II, 2, p. 191)²⁸³.

Todavia, o argumento sobre a prosperidade das cidades livres, mais do que norteado por questões de cunho material, nos permite considerar a questão sobre o impulso dos soldados, que servem à república, nos campos de batalha. Ora, se aceitamos a premissa de que na *città consueta a vivere libera* existe uma coincidência entre os interesses do estado e os interesses particulares, então, o

²⁸² Ao contrário, em um grau máximo de correspondência, podemos pensar na intimidação estrangeira sobre um estado principesco, que ameaça sua autonomia política. O estado, acuado, vê coincidir plenamente os propósitos de governantes e governados, de modo direto: não ser subjugado por uma força externa. Nesse caso, a dominação do estado significa também a dominação dos súditos.

²⁸³ Seria lícito pensarmos que o encurtamento da distância entre a grandeza pátria e o interesse individual constitua um importante elemento motivador para o soldado, advindo da plebe, no campo de batalha. O que está em questão, conforme observa Helton Adverse (2007, p. 38), “é uma identificação entre o bem da cidade e o bem do cidadão”.

combatente está disposto a colocar em risco sua própria vida pela defesa dos interesses da cidade que, nesse caso, são harmônicos às suas próprias pretensões. Diferente do que ocorre com os infantes de um principado, o cidadão sacrifica-se na guerra consciente de que luta para salvaguardar um bem que, em última instância, corresponde de maneira imediata a ele, a sua família e aos seus concidadãos.

Assim, em primeiro lugar, seu engajamento está atrelado à busca de recursos que ampliem a potência da cidade – como território, riquezas, áreas cultiváveis, lugares militarmente estratégicos, etc. A participação militar, que nada mais é que outra face da participação política, permite que a melhora nas condições do estado ressoe na melhora da vida particular dos cidadãos. Em segundo, considerando que a liberdade exerça uma atração tão forte naqueles que a experimentam, a ponto de não podermos nos admirar “que os povos se vinguem de maneira extraordinária daqueles” que dela os privam (*Discursos*, II, 2, p. 188), a aguerrida proteção da cidade, motivada por esse valor, encontra duas justificativas: para que os indivíduos não sejam privados da liberdade, perdendo todos os benefícios que são dela decorrentes, mas, também, por saberem que a submissão à outra república imporá uma condição insuportável: “de todas as duras servidões, a mais dura é da submissão a uma república”. Por um lado, “porque ela é mais duradoura, e pouco se pode esperar dela sair”; por outro, “porque a finalidade da república é desnervar [*enervare*] e enfraquecer todos os outros corpos, para aumentar o seu” (*Discursos*, II, 2, p. 192).

Nessa instância, é importante notarmos que a liberdade e a submissão de outros povos através do movimento expansionista – destruindo, com isso, a liberdade dos dominados – não são conceitos contraditórios. De acordo com a importante reconstrução conceitual realizada por Hörnqvist (2004, p. 38), a ideia de que a república tivesse dois objetivos – um interno, escorado no conceito clássico de *libertas*, e outro externo, aspirando a aquisição de domínio (*imperium*) –, presente em Maquiavel, remetia “ao renascimento do republicanismo romano no século XIV”.

No início do *Trecento*, explica, tanto Tito Lívio quanto Salustio começaram a exercer uma “profunda influência sobre a vida intelectual das cidades-estados italianas”. Deste último, derivou-se a noção de que o “governo republicano”, o

“expansionismo” e a “autoridade imperial” não eram “meramente compatíveis, mas íntima e mutuamente relacionados”. Para o intérprete, a ideia de que as repúblicas “amantes da liberdade são mais aquisitivas e mais vigorosas que as monarquias e os principados” estaria subjacente ao afamado *Bellum Catilinae*, “onde o crescimento excepcional de Roma sob a República é contrastado com seu mais hesitante progresso sob os reis e a estagnação e declínio que seguia sua perda da liberdade” (HÖRNQVIST, 2004, p. 38-39).

Nesse caso, a liberdade interna “desfrutada pelos cidadãos livres sob uma forma republicana de governo” e o “crescimento externo”, pela “aquisição de terras estrangeiras”, foi “concebido pela maioria dos florentinos como não contraditório, mas conceitos complementares” (HÖRNQVIST, 2004, p. 40). Ou seja, o “imperialismo não era um elemento externo ou adicional para a ideologia republicana, mas um aspecto integral e essencial da tradição”. No final, a liberdade, “para alguns, implica opressão ou controle de outros” (HÖRNQVIST, 2004, p. 41).

Mas, observa o exegeta, quando nos voltamos para Maquiavel, o duplo propósito estabelecido pelo dogma do republicanismo romano e florentino – expansão e manutenção da vida livre –, aparece fundamentado em outro elemento argumentativo. Diante da existência de dois tipos de homens, ou humores, entra em questão a imagem de uma tendência humana *naturalmente* aquisitiva: ressurgem, então, as categorias de grandes e de povo. Para Maquiavel, o “rápido crescimento da república romana” e o “amor que os cidadãos” experimentam “pela sua forma livre de governo” são testemunhas de uma mesma coisa: a “natureza humana”, caso seja permitido que se desenvolva em liberdade, é “expansiva, aquisitiva e imperialista” (HÖRNQVIST, 2004, p. 73-74).

O amor pela liberdade, subjacente às repúblicas, deve ser visto como outra forma de expressão dos homens livres pela expansão territorial e econômica. O discurso segue uma linha dialética. Os cidadãos amam a liberdade republicana porque é na república que encontram maiores perspectivas de aquisição do que nos regimes principescos. Mas, o caráter expansionista e aquisitivo da república é derivado de sua forma livre de governo e modo de vida livre.

A liberdade e a conquista, desse modo, ao invés de se apresentarem como dois valores contrários, são “inextricavelmente conectadas”. Prestam “suporte mútuo”, e, “juntos constituem o centro nervoso da república saudável”. Diante da negligência de um desses elementos, o outro está fadado a “sofrer também”. Assim, a “tarefa do estadista prudente deveria ser” direcionar o “impulso natural dos homens” para fora do estado, em direção “à busca do império, crescimento territorial, grandeza e glória” (HÖRNQVIST, 2004, p. 74). Aquilo que Maquiavel propõe, então, é uma estratégia imperialista e um arranjo constitucional onde os “grandes e o povo”, a conquista e a busca por segurança, “podem se unir e colaborar para o bem comum da pátria” (HÖRNQVIST, 2004, p. 75).

Todavia, essa concepção, que atravessaria o pensamento do Secretário, porta consigo um grave desdobramento teórico. Quando atrelamos as ideias de conquista e liberdade à república de Roma, sob seu forte valor modelar, a imagem política desse *império* surge como um elemento que desestabiliza e constrange a argumentação maquiaveliana. Afinal, a ruína daquele regime republicano teria ocorrido diante do alvorecer das estruturas imperais. Mas, mais do que isso, a república parece encontrar seu desfecho nos efeitos de sua própria composição política, sendo ela mesma, por operação da “liberdade” e da “conquista”, a promotora do governo que a sepulta.

Sobre essa delicada tensão, Sasso nos oferece uma elaborada proposta crítica. Para o intérprete italiano, estaríamos, aqui, diante de uma intrincada *aporia*. O paradigma republicano romano, com seu ordenamento político que se guindava sobre a liberdade e a imponência militar, foi aquilo que que “tornou possível a conquista, a expansão territorial”, e, com isso, o império (SASSO, 1980, p. 485). Contudo, o “império é também o Império”. Em relação à república que o torna possível, apresenta-se como uma forma política distinta e muito diversa. Na verdade, revela-se como “negadora” da essência republicana. De fato, esse Império não é o governo dos “muitos”, marca da *res publica*, mas de “um”. Em seu arcabouço não está a liberdade, mas, ao contrário, a “servidão”. Se, diante de um programa de conquistas e de expansão territorial, o *telos* intrínseco à república romana é a formação desse Império, então esse mesmo

telos acaba coincidido com um “singular, dramático, inexorável destino de autodestruição” (SASSO, 1980, p. 485)²⁸⁴.

A conquista, para as repúblicas livres e “bem ordenadas”, era um movimento não somente legítimo, mas de inegável pertinência. Para escapar de tornar-se presa de uma potência rival, ou para evitar que a inércia militar deteriorasse a dinâmica interna entre grandes e povo, a submissão da liberdade de outros povos era fundamental. Porém, o resultado da expansão é a “destruição, a lenta consumação” e, assim, “a negação do “instrumento” político e constitucional que o havia tornado possível”. De modo lapidário, diz Sasso, a “liberdade torna possível a conquista; mas a conquista destrói a liberdade” (SASSO, 1980, p. 485-486)²⁸⁵.

Quando olhamos para o ocaso da república e o advento do Império, a degradação da liberdade republicana se ligava ao seu impulso expansionista²⁸⁶.

²⁸⁴ É conveniente notarmos que, para Sasso, o *telos* da *conquista* torna-se a formação do império. Diferente disso é aquilo que propõe William Connell em *Machiavelli e l'espansione come telos dello Stato (Storia e Politica*, v. 1, n. 1, 2009, p. 35-56, 2009). De acordo com Connell, enquanto para os teóricos republicanos precedentes, como Cícero, o objeto de um governo era inculcar a virtude nos cidadãos, para Maquiavel a *expansão* substitui a virtude como fim da república (p. 41, grifo nosso). Nisso, o envolvimento do “povo romano na questão do bem comum”, permitia a Roma desfrutar “da energia popular para as guerras de conquista, destinada ao cumprimento daquilo que Maquiavel considera a meta, ou o “fim” da república. Os tumultos ocasionais de um estado de alguns poderes era um preço pequeno a ser pago pelas vantagens existentes em um exército popular” (p. 51). Porém, a compreensão de Connell sobre o movimento expansionista parece equivocar-se ao situá-lo como a finalidade última que nortearia todas as ações estatais e políticas de uma república. No horizonte argumentativo maquiaveliano, um *telos* para o estado parece violar os fundamentos mais básicos de seu pensamento. A política, diferentemente do que ocorria com os pensadores predecessores, não possuía um propósito específico, agindo de modo instrumental para que algo externo pudesse ser alcançado. Ao Secretário, a função da política encontra-se em sua própria dinâmica. Nesse caso, no limite, poderíamos identificar essa “finalidade” com a manutenção das cidades e a conservação do poder político. Aqui, sim, a expansão revelaria sua pertinência: ao estado, convém expandir seus domínios para que não seja vítima de uma potência externa, e nem sucumba pelas desordens derivadas das guerras civis. Ser necessária à sua preservação não implica que a república exista somente para levar a efeito sua expansão.

²⁸⁵ Também Geuna (2005, p. 33-35) interpreta o caminho da república em direção ao império na esteira de Sasso. Para Geuna, Roma é a república que amplia, que estende ano após ano suas conquistas territoriais. Mas as conquistas territoriais, com suas exigências, colocam em movimento dinâmicas que conduzem ao fim do *vivere libero*, ao fim do regime republicano e ao advento do império. Maquiavel, nota o professor, apesar de se deter sobre tais dinâmicas, não parece “advertir plenamente a contradição que está no coração de seu modelo político, a antinomia pela qual a república, levando à formação do império, está exposta a um inexorável destino de autodestruição” (GEUNA, 2005, p. 34-35).

²⁸⁶ No Capítulo 24 do Livro III, Maquiavel acrescentaria outra causa para a “dissolução” da república: às contendas surgidas com a lei a agrária se somaria a *prolongação dos comandos militares*. Ou seja, a extensão da atividade de determinados cidadãos como comandantes dos exércitos romanos. Pois, “quanto mais longe os romanos mandavam seus exércitos, mais

Conforme líamos no Capítulo 37 do Livro I, a guerra civil despertada pelo reavivamento da Lei Agrária, no período dos Gracos, foi levada a efeito pelo povo, que abandonava o conflito ordinário, germe da grandeza romana, e passava a combater através de meios extraordinários. O aumento da riqueza dos cidadãos particulares – que cresce como consequência da expansão territorial, dos espólios e da dominação dos adversários – gera, em Roma, uma nova espécie de conflito, onde o povo agora lutava para compartilhar desses bens e patrimônios, frutos da guerra, então reservados aos grandes. Esse embate deixava de ser promotor de bons efeitos, e, violentos, se tornam a expressão do depauperar-se da liberdade republicana. De modo sistemático, nesses estados, onde a “liberdade gera a conquista”, a conquista gera “riquezas”, e as “riquezas” geram “lutas sempre mais ásperas, violentas, subversivas e generalizadas”, a estrutura da liberdade se encontra ameaçada (SASSO, 1980, p. 492).

Para o exegeta, diante da tese de que o enriquecimento dos indivíduos estaria na base da transformação da dinâmica dos conflitos romanos, a “regra” que, ao juízo de Maquiavel, poderia consentir às repúblicas o esquivar-se da degeneração ao império, seria simples: medidas políticas pontuais, voltadas à manutenção de uma espécie de igualdade entre os cidadãos, onde apenas ao “público” coubesse a riqueza das guerras de conquista, e aos “privados”, grandes ou populares, a “pobreza” – entendida como a não retribuição de uma das categorias ali em dissenso.

Entretanto, também esse “remédio”, que poria fim ao ciclo liberdade-conquista-riqueza-império, inscreve-se em uma dimensão antinômica. As ações dedicadas para conservar o estado, e tão somente o estado, “rico”, e os indivíduos “pobres”, não apenas não possuía a garantia de ser capaz de frear a

necessária lhes parecia tal prorrogação”. Isso acarretou dois convenientes: “um foi que um menor número de homens passou a exercer o comando militar, pelo que essa reputação passou a limitar-se a uns poucos; o outro foi que o cidadão que passasse muito tempo no comando dum exército ganhava os seus favores e tornava-o seu partidário, pois, com o tempo, aquele exército se esquecia do senado e só reconhecia aquele comandante”. Por esse motivo, “Sila e Mário conseguiram encontrar soldados que os seguissem, em prejuízo do bem público; por isso, César conseguiu ocupar a pátria”. E, “se os romanos nunca tivessem prolongado as magistraturas e os comandos militares, se não tivessem chegado tão cedo a tão grande poderio, e se suas conquistas fossem mais demoradas, mais teriam demorado para perder a liberdade” (*Discursos*, III, 24, p. 397-398).

degeneração da república já em movimento, mas, também elas, evidenciam um risco ao qual “se acenava”: a inserção dessa providência, “entre as leis e as ordenações do estado”, poderia alterar a “essência da república”. Ainda que seja concebida com a finalidade de impedir a transformação em império, a solução que Maquiavel deixa entrever termina por “antecipar”, insensivelmente, “o império ainda não nascido à república ainda não morta”, conferindo uma “conotação de decidida qualidade autoritária” (SASSO, 1980, p. 492-493)²⁸⁷.

Por isso, na “fenomenologia das repúblicas livres”, a virtuosa “regra da conquista” confirmaria que “se a liberdade é a premissa do império, o império é a tumba da liberdade”. Uma possível saída para a antinomia apenas agravaria a contradição do problema, dada a impossibilidade de não ultrapassar os limites da forma republicana (SASSO, 1980, p. 493-494)²⁸⁸.

A aporia que envolve os regimes republicanos, portanto, seria não apenas insuperável, ao menos pelos caminhos indicados por Maquiavel, mas estaria imersa na tragicidade da política. A república, ao lançar-se à expansão, evita ser vista como presa pelas potências estrangeiras, uma vez que positiva sua presença num cenário de relações entre estados como uma ameaça iminente; ao mesmo tempo, dificulta o desagregar-se da sociedade por meio das guerras civis que surgem motivadas pelo ócio, já que os conflitos externos operam como aglutinador entre as categorias em desunião. Porém, essa mesma expansão, ao aumentar os recursos do estado, reinsere as guerras civis em seu horizonte.

Assim, as alternativas diante da república são, na mesma proporção, desoladoras. Por um lado, a inação militar, ou a torna alvo de outro poder, pelas vias armadas, ou espalha a indolência geradora dos conflitos violentos entre particulares. Por outro, a eficiência militar, abre as portas para o império, que sepulta as estruturas republicanas. De todos os modos, no caótico quadro da

²⁸⁷ Como explicaria, para “salvar as repúblicas da decadência” desencadeada pela riqueza, é inevitável “a intervenção coercitiva de um poder que, aos ricos e aos pobres”, imponha a “pobreza” como medida. Porém, nesse ato, o poder altera “o caráter das repúblicas livres” em um sentido autoritário (SASSO, 1980, p. 502).

²⁸⁸ O império, nesse caso, apareceria para Maquiavel como uma realidade ambígua. Ao mesmo tempo que é desejável, por sua “potencialidade”, é execrável, por sua “atualidade”. O que significa dizer que a “potencialidade” do império coincide com a “plena atualidade do livre regime republicano”, enquanto que, sua “atualidade”, representa “a decadência daquele sistema político, com a morte da liberdade” (SASSO, 1980, p. 494).

política, a possibilidade de conservação de um estado – para enfrentar um cenário de incerteza, instabilidade e constante exposição às variações dos acontecimentos – parece residir nessa segunda opção.

Enfim, nesse contexto, a grandeza da constatação maquiaveliana estaria em sua capacidade de reconhecer e trazer à tona as condições da aporia. Ainda que não tenha proposto uma saída satisfatória para o dilema, isso não exclui a pertinência das premissas apresentadas pelo Secretário.

Através dessas etapas analíticas, desponta com maior clareza o quadro sobre o qual o pensamento maquiaveliano elabora a relação entre as armas e os regimes republicanos. Do mesmo modo como nos principados, a premissa da guerra surge como uma força inexorável, colocando em movimento e determinando de modo muito específico os posicionamentos políticos que o Secretário florentino indica para a organização dessa forma de governo.

Por certo, o contexto onde esses argumentos são gestados impactaram a compreensão do autor. Em um cenário onde a iminência dramática da agressão armada forçava Florença a buscar soluções urgentes, o projeto da Ordenança surgia como uma possibilidade para enfrentar aquele emaranhado de frágeis relações. Desde o início, a política se revela como o substrato de toda a reflexão maquiaveliana acerca da guerra. As reformas institucionais florentinas, pressupostas para o êxito do empreendimento, demonstravam que sua preocupação excedia a mera tecnicidade das atividades militares. Naquela confusa máquina republicana, a necessidade de um exército próprio e as articulações para provê-lo despertam, em Maquiavel, uma percepção que será constante em todas as obras maiores.

Com a História de Roma, analisada pacientemente durante o afastamento da Chancelaria, um robusto arquétipo político desponta. Agora, vem à tona, em sua plena crueza, o papel desempenhado pelo povo na dinâmica estatal. Latente durante os primeiros escritos, com as ordenações romanas a relação entre guerra e política seria erigida sobre ideia de um governo atrelado ao povo. O fundamento político-militar dos estados, como Roma atestava, estava em uma

forma de configuração específica: a que dá vazão aos desejos populares para, com isso, ser capaz de formar as tropas que defenderiam os interesses da cidade.

Mais do que isso, o imperativo da guerra parece ser o elemento que determina a pertinência dessa forma de arranjo institucional. Como os conflitos armados são inevitáveis, então, ao povo, cabe sua participação na esfera governamental. O reconhecimento desse protagonismo popular ecoaria, até mesmo, nas considerações estritamente técnicas da arte da guerra. Desde a formação dos exércitos, passando pelos critérios de sua ordenação, pela avaliação dos instrumentos militares, até seu orgânico uso nos campos de batalha: o povo, engajado na defesa do estado, é o pilar dos preceitos político-militares maquiavelianos.

Assim, o modelo de ação romano cumpre uma forte função paradigmática. Embora não imitável de maneira *tout court*, as lições extraídas do período apresentavam diretrizes pertinentes para o influxo da guerra nas repúblicas daquele contexto italiano. Nesse caso, não nos parece inadequado um paralelo, ainda que mínimo, entre a Florença do *Cinquecento* e a Roma republicana. Apesar de contar com atores políticos distintos, a cidade eterna poderia servir como fonte de inspiração para o mundo moderno. Em especial, quando olhamos para a estruturação institucional que havia dado forma àquele poderoso corpo militar.

Por isso, o pensamento republicano de Maquiavel constrói-se no entorno de uma premissa muito bem consolidada: nenhum arranjo político é capaz de firmar-se como potência caso exclua a participação do povo da dinâmica governamental. Seja na perspectiva da vitalidade interna, com a expressão dos tumultos, seja viabilizando a manutenção militar dos estados. Uma república *realmente* forte não pode privar-se da força que emana do próprio povo.

No final, esse estado de tendência popular, que é defendido pelos próprios cidadãos, aparece, dentro de um quadro comparativo com outras formas de organização política, como os principados, como significativamente superior, sobretudo quando cotejada sob o signo do vigor bélico. A disposição do soldado, que arrisca sua vida para salvaguardar os interesses da própria pátria, possui um forte motivacional, que está ausente, ou inoperante, em

constituições políticas diversas: a exposição nos campos de batalha é conscientemente dedicada à procura de algo que beneficie o *âmbito coletivo*, mas que impacte as condições do *próprio combatente*. Ou melhor, o infante é motivado pela percepção que o propósito das campanhas militares é a defesa ou a conquista de algo que melhore suas condições de vida, e, também por isso, de todo o estado. Ainda que, no final, essa “melhora”, objetivamente, signifique a gradual transformação da república em um regime que negue sua essência: o império.

4 COMENTÁRIOS FINAIS

Assim, com esse intrincado percurso analítico, procuramos situar a importância que a guerra exerce sobre o pensamento político do Secretário florentino. No final, as teses maquiavelianas seriam fortemente impactadas por uma *verità effettuale della cosa* em que a violência aparecia sempre à espreita, como possibilidade inescapável, derivada de um complexo articular-se de ambições, o que inscrevia a existências dos estados em um terreno marcado por incertezas. A iminência desses confrontos, que colocavam em risco a “liberdade” coletiva das potências do *Cinquecento*, sobretudo daquelas italianas, mobilizaria a reflexão de Maquiavel sob diversas perspectivas.

Nisso, repúblicas e principados compartilhavam de uma mesma sorte. Os conflitos armados afetavam, indistintamente, todas as formas políticas. Nos governos principescos, embora a primeira preocupação do autor em *O Príncipe* tenha sido estabelecer o protagonismo do uso da violência na conquista do poder, argumento no qual a guerra, desdobrada em suas mais diversas manifestações, se fazia presente, a manutenção daqueles estados rapidamente implicava em uma forma de comportamento específico com os novos súditos. A procurava pela benevolência popular, mais do que simples mecanismo para “legitimar” o príncipe conquistador, repercutia na esmagadora necessidade de prover-se de armas próprias. No final, os súditos sacrificar-se-iam nos campos de batalha somente se estivessem motivados a assegurarem o *status quo* daquele governo, visto como capaz de proteger o povo das ameaças internas, isto é, das agressões dos grandes, como das investidas externas, o que acarretaria, outra vez, um quadro de instabilidade, caos e brutalidade implícitos à conquista.

Nos governos republicanos, a sombra da guerra direcionava o pensamento do Secretário para um modelo de configuração política específico, proposto não por simples preferência pessoal, ou por inclinação “partidária”, mas, de fato, pensado em seus pormenores, nas diversas articulações institucionais e “constitucionais”, por sua capacidade de promover as estruturas que fariam frente às exigências militares: a república popular. Aqui, os soldados-cidadãos se lançavam à guerra motivados por razões de natureza imediata.

Aquelas de defesa, como meio para não ser subjugado por outra potência, mas também para manter as instâncias que garantiam a participação do povo e dos grandes naquela dinâmica, isto é, para conservar a liberdade. E, aquelas de expansão, em que os frutos da conquista aumentavam a pujança econômica da cidade, sua força militar e sua zona de influência, além de operar como mecanismo para evitar o esborrachamento da ordem interna pelas guerras civis.

Todavia, podemos extrair outras importantes considerações, um pouco mais amplas, sobre essa influência que a guerra exerce em Maquiavel.

Em primeiro lugar, devemos notar que, por esse viés, as questões de política externa ecoam diretamente nos assuntos da política interna, criando um sólido vínculo entre essas esferas. Em seus escritos, a volatilidade da dinâmica entre cidades é somada à precariedade da relação entre governantes e governados. A constituição dos estados, inclusive por meio da conquista armada, a estabilização dos novos domínios e os caminhos para sua conservação são elementos que entrelaçam esses âmbitos de ação: a necessidade de lidar adequadamente com os súditos ou com os cidadãos é reforçada, ou determinada, pela necessidade de torná-los soldados.

Em segundo lugar, por isso, a robustez de um estado será aquilatada pela capacidade de suas instituições e de seus governantes consolidarem o binômio “boas leis” e “boas armas”. Tanto em *O Príncipe*, onde aborda as vias de *acquistare* um principado e seu processo de alicerçamento, quanto nos *Discursos*, em que a manutenção das estruturas republicanas é colocada sob meticulosa análise, vem à tona que a sobrevivência desses organismos passa pela dialética interação entre medidas políticas adequadas e a formação de exércitos.

Em terceiro lugar, essa interatividade irá pressupor as premissas e a operação dos “conflitos”, tanto em sua manifestação civil como, por consequência, seu reverberar no contexto interestatal. O reconhecimento de um corpo político naturalmente cindido, como argumentamos durante o desenrolar da tese, apresenta-se como o ponto de partida àqueles que se dedicam ao governo de um domínio. Se em toda cidade sempre agiram dois “humores”, duas forças de sinal contrário, o compromisso do legislador é o de compreender a lógica dessa situação: não de extinguir um “humor” em vantagem do outro, ou

nem mesmo sufocá-los e desativá-los, mas de conferir a ambos adequada expressão na estrutura da sociedade e do estado²⁸⁹. Portanto, todas as formas de governo devem lidar com os atores que marcam natural e constitutivamente a existência dos estados, os grandes e o povo.

Aos príncipes, isso significa comportar-se com seus súditos, com o povo, de um modo particular, evitando incorrer em ações que despertem o ódio, ou, no limite, que seja capaz de cativar a benevolência dessa categoria. Às repúblicas, caberia promover modificações institucionais específicas, concedendo o máximo de espaço político possível ao povo, o que implicaria em desafogar institucionalmente seus anseios. A “estabilidade” interna, entendida como assentimento dos governados, e a formação dos exércitos próprios, dependem, por igual, dessas medidas. Isto é, o envolvimento do povo, ainda que em graus diversos, é um dos requisitos da *arte dello stato*, da qual faz parte a *arte della guerra*.

Em quarto, a imperativa iminência da guerra, que exige uma resposta para que o estado seja capaz de prover seus mecanismos defensivos/agressivos, determina os termos políticos dessas medidas. Isto é, define suas formas. Nos principados, com o conjunto teórico direcionado ao comportar-se do poder principesco com os súditos sob seu governo; nas repúblicas, com a natureza das modificações institucionais fundamentais para a constituição do povo em armas. As primeiras reestruturações, organizacionais ou comportamentais, ocorrem direcionadas ao movimento necessário de armar o próprio povo.

Em quinto, essa espécie de prioridade da guerra justifica-se pois a ela cabe não somente a responsabilidade de precaver os governantes de que a defesa militar, em um cenário marcado pela violência, é algo indispensável. Mas, também, porque através dos conflitos armados, o esgarçamento interno das ordenações políticas, por meio do desagregar-se dos governados, ou, no extremo, pelas guerras civis, pode ser evitado. Certo grau de coesão, mesmo em um ambiente político que é cindido, é essencial para o florescimento do estado. A tolerância mútua, que não apaga as diferenças e o contrapor-se dos humores, evita a queda nos confrontos violentos. A “união”, ainda que precária,

²⁸⁹ A colocação é de Sasso (1980, p. 461).

ocorre quando a cidade, como um todo, se encontra objetiva ou virtualmente ameaçada por uma agressão externa.

Em sexto, nos momentos em que Maquiavel abandona o campo descritivo das relações de poder, no qual opera como um analista do configurar-se da atividade institucional, e assume uma postura prescritiva, ou propositiva²⁹⁰, optando por uma forma política específica em detrimento de outras, efetivamente baseia seu posicionamento, em grande medida, na capacidade desses estados em lidarem com a questão da guerra. É o caso, por exemplo, da reflexão sobre as organizações republicanas populares e aristocratas. A paradigmaticidade romana, que poderia ser transposta às ordenações modernas, como àquelas florentinas, estava em seu articular-se para concessão de um espaço de relevância política ao povo. Com isso, os exércitos cidadãos encontrariam seu alicerce e os tumultos deletérios poderiam ser direcionados a um objeto externo.

Em sétimo, ao nos perguntarmos pelos motivos que levariam os súditos e os cidadãos, enquanto soldados, à dedicação de suas vidas nos campos de batalha em nome dos estados dos quais são parte, coloca nossa análise em contato direto com essas estruturas de poder. As características políticas de cada forma de governo influenciam na efetividade militar de cada exército. Nisso, o principesco, por sua própria constituição, se revelaria qualitativamente inferior àqueles republicanos. Somente o governo misto, com a ampla participação popular, é capaz de garantir uma maior devoção de seus combatentes na guerra, pois se arriscam em defesa de ordenações que transformam a participação nas milícias em um desdobramento da participação política. Nesse caso, a exigência tropas mais robustas, numérica e militarmente mais engajado, exigiria a gradual abertura dos regimes principescos, quando possível, em direção às estruturas efetivamente republicanas, como a história de Roma atestava a possibilidade.

Em oitavo, além desse papel interno desempenhando pela guerra enquanto *conceito*, é interessante observarmos que alguns pontos da argumentação de Maquiavel ressoam pela história do pensamento político. É o

²⁹⁰ A distinção entre uma abordagem “descritiva” e outra “prescritiva” é desenvolvida por Norberto Bobbio na Introdução de seu curso acerca da teoria das formas de governo. Sobre isso, cf. BOBBIO, N. *La teoria delle forme di governo nella storia del pensiero politico*: Anno accademico 1975-1976. Torino: Giappichelli Editore, 1976, p. 3-8.

caso, por exemplo, da condição de urgência dos conflitos armados, sobre a qual se escora os posicionamentos mais elementares do Secretário, e que parecem preanunciar uma importante noção da teoria das relações internacionais: a ideia de *anarquia* entre Estados.

Para essa leitura, a causa fundamental da guerra estaria na inviabilidade do constituir-se de uma autoridade supra-estatal, como o Direito, capaz de gerenciar os problemas entre potências soberanas do ponto de vista de uma comunidade mundial, excluindo o recurso da força militar. Diante da ausência desse poder, as negociações internacionais, baseadas na justiça e na boa vontade, seriam facilmente subjugadas por questões de segurança. Isto é, pela esmagadora necessidade que os Estados possuem, em um mundo anárquico, de ponderar suas decisões em termos da iminência da guerra. Em uma conjuntura dessa natureza, a agenda militar se torna o fator determinante: o que atestaria para a pertinência da “paz armada [*peace through strength*]”, preterida por certos campos da *Realpolitik*²⁹¹. Para Maquiavel, recordemos, o caos externo, na inexistência de “normas positivas”²⁹² cuja observância seria chancelada por um “árbitro independente”, dita a regra para as relações entre estados²⁹³. Na incapacidade de recorrer a um agente externo para obrigar ao cumprimento das promessas, aquilo que contava era estritamente a força das armas.

²⁹¹ A brevíssima explicação sobre a “anarquia internacional” é baseada na argumentação apresentada por Lord Lothian no texto *L'anarchia internazionale* (In: PISTONE, Sergio (Ed.). *Politica di potenza e imperialismo*. Milano: Franco Angeli Editore, 1973, p. 255). Sobre esse sistema de relação internacional, cf. BULL, Hedley. *The anarchical society: a study of order in world politics*. New York: Palgrave, 2002. Cf. também WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. Berkeley: Addison-Wesley, 1979.

²⁹² Notemos que a leitura de Maquiavel inviabilizaria, de antemão, os esforços preteridos por Immanuel Kant no projeto filosófico da *paz perpétua*. A crença no direito, em regras jurídicas compartilhadas, para superar conflitos apareceria, muito seguramente, aos olhos do Secretário, como outro discurso imaginativo de repúblicas e principados que jamais foram vistos, onde a distância entre como se vive e como se deveria viver minaria o esforço do autor. Sobre o texto kantiano, cf. KANT, Immanuel. *Per la pace perpetua*. Traduzione di Laura Tundo Ferente e Marina Montanari. Milano: BUR, 2003.

²⁹³ Fischer (2000, p. 159) traça uma plena correspondência entre Maquiavel e a disciplina. De acordo com a complexa análise do intérprete, os assuntos entre estados estariam “por natureza” em um estado de licença, pois nessas relações prevaleceria a mesma condição que estava vigente entre os primeiros humanos, que viviam isolados e expostos à rapina dos outros. As cidades, constituídas para proteger os indivíduos dessas condições, continuam vulneráveis. Essa noção de licença corresponderia àquilo que “estudantes contemporâneos das relações internacionais [...] chamam de “anarquia” e compreendem como a *ausência da proteção central*” (FISCHER, 2000, p. 159, grifo nosso)

Ainda mais expressiva que a constatação de uma conjuntura sobre a qual se fundamentariam seus argumentos, e que, de algum modo, seria replicada pelas relações internacionais, outra tese maquiaveliana despertou o interesse no desenrolar da história, isto é, o vínculo entre as repúblicas e o povo em armas. Eixo de todo o seu pensamento político-militar, essa noção reencontraria sua pertinência em uma situação completamente diversa daquele de onde havia sido concebido: na fundação dos Estados Unidos da América, Estado que saberia fazer da arte da guerra seu dócil instrumento, identificamos a repercussão da letra do Secretário.

Durante o período que antecedia a Guerra de Independência até a primeira década do Século XIX, como ilustra Witch (1995, p. 208), a ideia maquiaveliana de milícia seria retomada com certo vigor, tornando-se uma ferramenta da política e um dos fatores constitutivos do Estado. Aliás, como consta na extensa e importante reavaliação acerca das filiações políticas dos Pais Fundadores apresentada por Pocock (1975, p. 506), nas Colônias americanas, a cultura política era fortemente influenciada pelas ideias de Maquiavel²⁹⁴. O ideal político seria, então, aquele da participação do indivíduo, como cidadão, nos assuntos comuns. Como corolário desse envolvimento, o direito de portar armas.

Dentre os temores desses indivíduos, imersos nos valores republicanos, estaria a formação de um exército permanente e profissional por parte do governo federal, que teria sido encarada como uma espécie de corrupção, por colocar em perigo sua liberdade. A controversa Segunda Emenda à Constituição norte-americana, por isso, teria sido redigida para tranquilizar os homens dessa ameaça, afirmando a relação entre uma milícia popular e a liberdade popular, em uma linguagem descendente daquela de Maquiavel (POCOCK, 1975, p. 528), onde lemos que “sendo necessária à segurança de um Estado livre [*free*

²⁹⁴ Como observa Geuna (1998, p. 105), é justamente a obra de Pocock que permite lançar uma nova luz sobre a concepção das inclinações políticas dos Pais Fundadores. Se, antes, a ideologia de matriz lockiana, apresentada por Louis B. Hartz em *The Liberal Tradition in America: an interpretation of American Political Thought since the Revolution* (New York: Harcourt, 1955), fazia com que a interpretação da Segunda Emenda pudesse ser vista como um direito individual de *autoproteção*, amparado pelas teses de John Locke, agora, com a análise de Pocock e a indicação de uma linguagem e de posicionamentos republicanos nos revolucionários, uma nova perspectiva, também para isso, deveria ser trazida à luz.

State] a existência de uma milícia bem organizada [*a well regulated Militia*], o direito do povo [*right of the people*] de possuir e usar armas não poderá ser infringindo”.

Notemos que o uso das armas aparece relacionado à condição de manutenção da liberdade dos cidadãos e do Estado. O direito de possuí-las e de portá-las está atrelado ao seu uso específico em corpos militares, ou seja, em uma “milícia bem organizada”. A medida do povo em armas era a saída constitucional para evitar o proliferar-se dos exércitos profissionais. Também aqui podemos sentir o reverberar de Maquiavel.

Enfim, a obra do Secretário é um contínuo revisitar à temática dos conflitos. A articulada e comovente percepção de uma guerra que coloca em jogo a existência dos estados implica, por necessidade, em refletir sobre as estruturas que darão corpo e responderão à essa exigência. Nisso, regimes políticos distintos reagem também de maneira distinta, embora mantenham como elemento comum o protagonismo do povo nessa operação. Enquanto o comportamento do príncipe é avaliado por sua capacidade de envolvimento da categoria popular para defendê-lo pelas vias militares, os exércitos republicanos são pensados em termos institucionais, onde afetam fortemente seu arcabouço político. No final, os exércitos cidadão revelar-se-iam superiores como efeito de suas estruturas políticas: que são modificadas visando sua formação. Nesse sentido, o republicanismo maquiaveliano, ou melhor, sua inclinação à forma popular de governo, encontraria na capacidade de prover o estado de boas armas outra razão.

REFERÊNCIAS

Referências primárias

MACHIAVEL, Nicolas. *Oeuvres*. Traduction par Christian Bec. Paris: Éditions Robert Laffont, 1996.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Machiavelli: The Chief Works and others*. Translated by Allan Gilbert. Vol. I. Durham and London: Duke University Press, 1989.

_____. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. 10ª ed. A cura di Giorgio Inglese. Milano: BUR Classici, 2015.

_____. *Il Principe*. A cura di Giorgio Inglese. Torino: Giulio Einaudi, 2014.

_____. *Legazioni e commissarie*. A cura di Sergio Bertelli. Milano: Feltrinelli, 1964, 3 v.

_____. *Legazioni. Commissarie. Scritti di governo: tomo I (1498-1500)*. Vol. 5. A cura di Jean-Jacques Marchand. Roma: Salerno Editrice, 2002.

_____. *Opere I*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997.

_____. *Opere II*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1999.

_____. *Tutte le Opere*. A cura di Mario Martelli, Firenze: Sansoni Editore, 1971.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *História de Florença*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Referências secundárias

ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. *Trans/Form/Ação*, v. 30, n. 2, p. 33-52, 2007.

ALBERTI, Leon Battista. *Momus*. Translated by Sarah Knight. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003.

AMES, José Luiz Ames. *Conflito e liberdade: a vida política para Maquiavel*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

_____. Liberdade e conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel. *Kriterion*, v. 119, p. 179-196, 2009.

_____. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

ANGLO, Sydney. Machiavelli as a military authority. Some early sources. In: DENLEY, P.; ELAM, C. (Ed.). *Florence and Italy: Renaissance studies in honour of Nicolai Rubinstein*. London: Westfield College, 1988, p. 321-334.

ARENDR, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARMAO, Fabio. *Capire la guerra*. Milano: FrancoAngeli, 1994.

ARMITAGE, David. *Guerre civili: una storia attraverso le idee*. Traduzione di David Scafei. Roma: Donzelli Editore, 2017.

AUDIER, Serge. *Machiavel, conflit et liberté*. Paris: Vrin/Ehess, 2005.

BADALONI, Nicola. Natura e società in Machiavelli. *Studi Storici*, v. 10, n. 4, p. 675-708, 1969.

BAGGIONI, Laurent. Repubblica. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014. p. 401-406.

BARBUTO, Gennaro Maria. Machiavelli e il bene comune: una politica ossimorica. *Filosofia Politica*, v. 17, n. 2, p. 223-244, 2003.

_____. *Machiavelli*. Roma: Salerno Editrice, 2013.

BARON, Hans. The 'Principe' and the puzzle of the date of the *Discorsi*. *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, v. 18, n. 3, p. 405-428, 1956.

BAYLEY, Charles. *War and society in Renaissance Florence*. The *De Militia* of Leonardo Bruni. Toronto: University of Toronto Press, 1961.

BIASIORI, Lucio. *Ciro*. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014a, p. 319-320.

_____. Mosè. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014b, p. 201-203.

BIGNOTTO, Newton. Lefort and Machiavelli. In: PLOT, Martín (Ed.). *Claude Lefort: Thinker of the political*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2013, p. 34-50.

_____. *Maquiavel republicano*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BOBBIO, Norberto. *La teoria delle forme di governo nella storia del pensiero politico: Anno accademico 1975-1976*. Torino: Giappichelli Editore, 1976.

BOCK, Gisela. Civil discord in Machiavelli's *Istorie Fiorentine*. In: BOCK, G.; SKINNER, Q.; VIROLI, M. (Ed.). *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 181-200.

BONANATE, Luigi. *La guerra*. Bari: Editori Laterza, 1998.

BOUTHOU, Gaston. *Le guerre: elementi di polemologia*. Traduzione di Sestilio Montanelli. Milano: Longanesi, 1961.

BREWER, Paul. *Warfare in the Renaissance World*. Austin: Steck-Vaughn Company, 1999.

BROWN, Alison. Savonarola, Machiavelli, and Moses: a changing model. In: DENLEY, P.; ELAM, C. (Ed.). *Florence and Italy: Renaissance studies in honour of Nicolai Rubinstein*. London: University of London, 1988, p. 57-72.

BRUNI, Leonardo. De Militia. In: *Opere letterarie e politiche*. A cura di Paolo Viti. Torino: UTET, 1996, p. 651-701.

BULL, Hedley. *The anarchical society: a study of order in world politics*. New York: Palgrave, 2002.

BURD, Arthur. Le fonti letterarie di Machiavelli nell' *Arte della Guerra*. *Atti della Accademia dei Lincei*, v. 5, n. 4, p. 187-261, 1896.

CADONI, Giorgio. *Crisi della mediazione politica e conflitti sociale*. Roma: Jouvence, 1994.

_____. Guerre civili. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014a, p. 679-685.

_____. *Machiavelli: Regno di Francia e "Principato Civile"*. Roma: Bulzoni, 1974.

_____. Principato civile. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014b, p. 347-353.

CAMPILLO, Antonio. *La fuerza de la razón: Guerra, Estado y ciencia en los tratados militares del Renacimiento, de Maquiavelo a Galileo*. Murcia: Universidad de Murcia, 1986.

CANFORA, Luciano. Tucidide e Machiavelli. *Rinascimento*, v. 37, p. 29-44, 1997.

CASSIDY, Ben. Machiavelli and the Ideology of the Offensive: Gunpowder Weapons in The Art of War. *The Journal of Military History*, v. 67, n. 2, p. 381-404, 2003.

CASSIRER, Ernst. *El mito del Estado*. Traducción de Eduardo Nicol. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

CESA, Mario. *Machiavelli on International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CHABOD, Federico. *Scritti su Machiavelli*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1964.

CICERONE, M. Tullio. Le Filippiche. In: *Le Orazioni*. Vol. IV. A cura di Giovanni Bellardi. Torino: UTET, 1978.

CLAUSEWITZ, Karl von. Della guerra. Traduzione di Ambrogio Bollati e Emilio Canevari. Roma: Arnoldo Mondadori Editore, 1970.

COLISH, Marcia. Machiavelli's Art of War: a reconsideration. *Renaissance Quarterly*, v. 51, p. 1151-1168, 1998.

CONNELL, William J. Machiavelli e l'espansione come *telos* dello Stato. In: *Storia e Politica*. v. 1, n. 1, p. 35-56, 2009.

DEL LUCCHESI, Filippo. "Disputare" e "combattere". Modi del conflitto nel pensiero politico di Niccolò Machiavelli. *Filosofia Politica*. V. 15, n. 1, p. 71-95, 2001.

DESCENDRE, Romain. Stato. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014a, p. 570-576.

_____. Venezia. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014b. p. 654-658.

DOTTI, Ugo. *Machiavelli rivoluzionario: vita e opere*. Roma: Carocci Editore, 2003.

DUBRETON, Jean Lucas. *La vita quotidiana: a Firenze ai tempi dei Medici*. Traduzione di Rosanna Pelà. Milano: BUR, 2017.

ERODOTO. *Le Storie: Libri I-IV*. A cura di Aristide Colonna e Fiorenza Bevilacqua. Torino: UTET, 1996°.

_____. *Le Storie: Libri V-IX*. A cura di Aristide Colonna e Fiorenza Bevilacqua. Torino: UTET, 1996b.

ESPOSITO, Roberto. *L'origine della politica*. Hannah Arendt o Simone Weil?. Donzelli: Roma, 2014.

_____. *Ordine e conflitto: Machiavelli e la letteratura politica del Rinascimento italiano*. Napoli: Liguori Editore, 1990.

FAITELLI, Federica. *Cesare Borgia: Dossier*. Firenze: Giunti, 2001.

FERRONI, Giulio. *Machiavelli, o dell'incertezza*. Roma: Donzelli Editore, 2003.

FISCHER, Markus. Machiavelli's theory of foreign politics. *Security Studies*, v. 5, n. 2, p. 248-79, 1995.

_____. *Well-ordered license: on the unity of Machiavelli's thought*. Boston: Lexington Books, 2000.

FORDE, S. Varieties of Realism: Thucydides and Machiavelli. *The Journal of Politics*, v. 54, n. 2, p. 372-393, 1992.

FORMISANO, Marco. Strategie da manuale: l'arte della guerra, Vegezio e Machiavelli. *Quaderni di Storia*, v. 55, p. 99-127, 2002.

FOURNEL, Jean-Louis; ZANCARINI, Jean-Claude. Guerra e Pace. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 674-679.

FROSINI, Fabio. *Guerra e Politica: considerazioni su alcuni testi di Machiavelli*. Università di Urbino - IESA, 2004. Disponibile em: <<http://digital.csic.es/bitstream/10261/2093/1/17-04.pdf>>. Accesso em 27/04/2014.

_____. L'aporia del "principato civile". Il problema politico del "forzare" in "Principe", IX. *Filosofia politica*, v. 19, n° 2, p. 199-218, 2005.

_____. *Maquiavel: o revolucionário*. Tradução de Ephraim Alves. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

GAILLE, Marie. *Conflit civil et liberté: la politique machiavélienne entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion, 2004.

_____. L'ideale del governo misto tra Venezia e Firenze: un aristotelismo politico a doppia faccia. *Filosofia Politica*, v. 19, n. 1, p. 63-76, 2005.

GALASSO, Giuseppe. La crisi della libertà italiana. In: MALATO, Enrico (Ed.). *Storia della letteratura italiana: Il primo Cinquecento*. Torino: Il Sole 24 ore, 2005, p. 5-52.

GALLI, Carlo. Guerra e politica: modelli d'interpretazione. *Ragion pratica*, v. 8, n. 14, p. 163-195, 2000.

GAT, Azar. *War in human civilization*. New York: Oxford University Press, 2006.

GEERKEN, John. H. Machiavelli's Moses and Renaissance politics. *Journal of the History of Ideas*, v. 60, n. 4, p. 579-595, 1999.

GERTZ, Nolen. *The philosophy of war and exile: from the humanity of war to the inhumanity of peace*. New York: EPP, 2014.

GEUNA, Marco. La tradizione repubblicana e i suoi interpreti: famiglie teoriche e discontinuità concettuali. *Filosofia Politica*, v. 12, n. 1, p. 101-132, 1998.

_____. Machiavelli ed il ruolo dei conflitti nella vita politica. In: ARIENZO, A.; CARUSO, D. (Ed.). *Conflitti*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2005. p. 19-57.

_____. Ruolo dei conflitti e ruolo della religione nella riflessione di Machiavelli sulla storia di Roma. In: CAPORALI, R; MORFINO, V; VISENTIN, S. (Ed.). *Machiavelli: tempo e conflitti*. Milano: Mimesis, 2012, p. 107-140.

GILBERT, Felix. *Machiavelli e Guicciardini*. Traduzione di Franco Salvatorelli. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1970.

_____. *Machiavelli e il suo tempo*. Traduzione di Alda de Caprariis e Gustavo Gozzi. Bologna: Il Mulino, 1977.

_____. Machiavelli: The Renaissance of The Art of War. In: PARET, P. *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. New York: Oxford University Press, 1986, p. 11-31.

GUICCIARDINI, Francesco. *Opere I*. A cura di Emanuella Lugnani Scarano. Torino: UTET, 1974.

_____. *Opere II*. A cura di Emanuella Lugnani Scarano. Torino: UTET, 1981.

GUIDI, Andrea. *Un segretario militante: politica, diplomazia e armi nel Cancelliere Machiavelli*. Bologna: Il Mulino, 2009.

HALE, John R. *Guerra e società nell'Europa del Rinascimento (1450-1620)*. Traduzione di Franco Salvatorelli. Bari: Editori Laterza, 1987.

HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Perché non si usa allegare i Romani: Machiavelli and the Florentine militia of 1506. *Renaissance Quarterly*. v. 55, n. 1, p. 148-191, 2002.

INGLESE, Giorgio. *Per Machiavelli: l'arte dello stato, la cognizione delle storie*. Roma: Carocci Editore, 2006.

_____. Premessa al testo e note. In: MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. 10^a ed. A cura di Giorgio Inglese. Milano: BUR Classici, 2015.

_____. Premessa al testo e note. In: MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principe*. A cura di Giorgio Inglese. Torino: Giulio Einaudi, 2014a.

_____. Principato misto. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014b, p. 353-357.

KANT, Immanuel. *Per la pace perpetua*. Traduzione di Laura Tundo Ferente e Marina Montanari. Milano: BUR, 2003.

KEEGAN, John. *A history of warfare*. New York: Vintage Books, 1994.

KEELEY, Lawrence J. *A Guerra Antes da Civilização: o mito do bom selvagem*. Tradução de Fabio Faria. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

LARIVAILLE, Paul. *A vida cotidiana: A Itália no tempo de Maquiavel*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Il capitolo IX del Principe e la crisi del "Principato civile". In: *Cultura e scrittura di Machiavelli: Atti del Convegno di Firenze-Pisa 27-30 ottobre 1997*. Roma: Salerno Editrice, 1998, p. 221-239.

_____. Principato nuovo. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 357-362.

LAVENIA, Vincenzo. Guerra in età moderna: antiche e nuove legittimazioni dei conflitti. In: BALDISSERA, L. (Ed.). *La guerra giusta: concetti e forme storiche di legittimazione dei conflitti*. Modena: 900, 2009, p. 27-38.

LAZZERI, Christian. La guerre intérieure et le gouvernement du prince chez Machiavel. *Archives de Philosophie*, v. 62, p. 241-254, 1999.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. Tradução de Isabel Marra Loureiro. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

- _____. *Essais sur le politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Seuil, 1986.
- _____. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.
- LIVIO, Tito. *Storie: Libri I-V*. A cura di Luciano Perelli. Torino: UTET, 1974.
- _____. *Storie: Libri VI-X*. A cura di Luciano Perelli. Torino: UTET, 1979.
- LOTHIAN, Lord. L'Anarchia internazionale. In: PISTONE, Sergio (Ed.). *Politica di potenza e imperialismo*. Milano: Franco Angeli Editore, 1973.
- MALLET, Michael. Il condottiero. In: GARIN, Eugenio (Ed.). *L'uomo del Rinascimento*. Bari: Editori Laterza, 1988, p. 45-72.
- _____. *Mercenaries and their masters: Warfare in Renaissance Italy*. Barnsley: Pen & Sword Military, 1974.
- _____. Introduction: the European context, 1400-1525. In: MALLETT, M.; HALE, J. R. *The Military Organization of a Renaissance State: Venice c. 1400 to 1617*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 7-211.
- MALLETT, Michael; SHAW, Christine. *The Italian Wars, 1494-1559: War, State and Society in Early Modern Europe*. London/New York: Routledge, 2014.
- MARCHAND, Jean Jacques. L'évolution de la figure de César Borgia dans la pensée de Machiavel. *Revue suisse d'histoire*, 19, n. 2, p. 327-355, 1969.
- _____. *Niccolò Machiavelli: I primi scritti politici (1499-1512)*. Padova: Antenore, 1975.
- MASIELLO, Vitilio. *Classi e Stato in Machiavelli*. Bari: Adriatica Editrice, 1971.
- MATTEUCCI, Nicola. *Il liberalismo in un mondo in trasformazione*. Bologna: Il Mulino, 1972.
- MAY, Larry (Ed.). *War: Essays in Political Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- MAZZONE, Umberto. Bibbia. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 168-170.
- MCCORMICK, John P. *Machiavellian Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- _____. Machiavellian Democracy: Controlling Elites with Ferocious Populism. *American Political Science Review*, v. 95, n. 2, p. 297-313, 2001.
- MOSELEY, Alexander. *A philosophy of war*. New York: Algora Publishing, 2002.
- NADON, Christopher. *Xenophon's prince: republic and empire in the Cyropaedia*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- NAJEMY, John M. *Between friends: discourses of power and desire in Machiavelli-Vettori letters of 1513-1515*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

_____. Machiavelli and Cesare Borgia: a reconsideration of Chapter 7 of “*The Prince*”. *The review of politics: Special Issue: Machiavelli’s Prince*, v. 75, n. 4, p. 539-556, 2013.

NEPOTE, Cornelio. *Opere*. A cura di Leopoldo Agnes. Torino: UTET, 1977.

NICOLET, Claude. *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Éditions Gallimard, 1976.

_____. *Les Gracques*. Crise agraire et révolution à Roma. Paris: Julliard, 1967.

OLIVA, Anna Maria. Cesare Borgia. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 191-196.

OMAN, Charles W. C. *The Art of War in the 16th Century*. London: Methuen, 1937.

PALMER, Michael. Machiavellian *virtù* and Thucydidean *arete*: traditional virtue and political wisdom in Thucydides. *Review of Politics*, v. 51, n. 3, p. 365-85, 1989.

PAREL, Anthony J. Machiavelli’s notions of Justice: text and analysis. *Political Theory*, v. 18, n. 4, p. 528-544 1990.

_____. *The Machiavellian cosmos*. New Haven/London: Yale University Press, 1992.

PECCHIOLI, Renzo. Il «mito» di Venezia e la crisi fiorentina intorno al 1500. *Studi Storici*, v. 3, n. 3, p. 451-492, 1962.

PELLEGRINI, Marco. *Le guerre d’Italia*. Bologna: Il Mulino, 2009.

PETTIT, Philip. *On the people’s terms: a republican theory and model of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. *Republicanism: a theory of freedom and government*. Oxford University Press, 2002.

PIERI, Piero. *Guerra e politica negli scrittori italiani*. Milano-Napoli: Ricciardi, 1975.

_____. *Il Rinascimento e la crisi militare italiana*. Torino: Einaudi, 1952.

PINCELLI, Maria Agata. Teseo. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 608-609.

PITKIN, Hanna Fenichel. *Fortune is a woman: gender & politics in the thought of Niccolò Machiavelli*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1999.

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Teseu e Rómulo*. Tradução de Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian moment: Florentine Political thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

POLIBIO. *Le Storie*. Traduzione di Carla Schick. Vol. I. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1955.

PORTINARO, Pier Paolo. *Il realismo politico*. Roma-Bari: Laterza, 1999.

RAIMONDI, Fabio. «Necessità» nel *Principe* e nei *Discorsi* di Machiavelli. *Scienza & Politica*, v. 40, p. 27-50, 2009.

_____. Machiavelli e il problema della costituzione mista di Roma. *Filosofia Politica*, v. 19, n. 1, p. 49-61, 2005.

RIDOLFI, Roberto. *The life of Niccolò Machiavelli*. Translated by Cecil Grayson. London/New York: Routledge, 2010.

RUBINSTEIN, Nicolai. *The government of Florence under the Medici (1434 to 1494)*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

RUCCELLAI, Bernardo. *De bello italico: la guerra d'Italia*. A cura di Donatella Coppini. Firenze: Firenze University Press, 2011.

RUGGIERO, Raffaele. Dalla parte di Agatocle. Dualismo e analogia nel Principe. In: ANSELMINI, G. M.; CAPORALI, R.; GALLI, C. *Machiavelli Cinquecento: Mezzo millennio del «Principe»*. Milano: Mimesis Edizioni, 2015, p. 213-228.

SALIMBENI, Fulvio. Machiavellismo e tacitismo: note sulla ristampa di un classico. *Nuova rivista storica*, v. 58, p. 637-653, 1974.

SANTI, Victor A. *La «gloria» nel pensiero di Machiavelli*. Ravenna: Longo Editore, 1979.

SARTORELLO, Luca. L'«urna senza fondo» machiavelliana e l'«origine» della politica. In: DEL LUCCHESI, Filippo; SARTORELLO, Luca; VISENTIN, Stefano. *Machiavelli: immaginazione e contingenza*. Pisa: ETS, 2006, p. 185-216.

SASSO, Gennaro. Costituzione mista. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014. p. 357-363.

_____. Introduzione e commento. In: MACHIAVELLI, Niccolò. *Il principe e altri critti*. Firenze: La Nuova Italia, 1963.

_____. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Vol. I. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1987.

_____. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Vol. III. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1988.

_____. Machiavelli, Cesare Borgia, Don Michele e la questione della milizia. In: SASSO, G. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Vol. II. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1988, p. 57-117.

_____. *Niccolò Machiavelli: storia del suo pensiero politico*. Bologna: Il Mulino, 1980.

SCATTOLA, Merio (Ed.). *Figure della guerra: la riflessione su pace, conflitto e giustizia tra Medioevo e prima età moderna*. Milano: FrancoAngeli, 2003.

SCHELLHASE, Kenneth. C. Tacitus in the political thought of Machiavelli. *Il pensiero politico*, v. 4, p. 381-391, 1971.

SFEZ, Gérard. *Machiavel, la politique du moindre mal*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SIMONETTA, Marcello. Machiavelli lettore di Tucidide. *Esperienze Letterarie*, v. 22, p. 53-68, 1997.

TACITUS. *The Annals*. Translated by A. J. Woodman. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2004.

TILLY, Charles. Sulla formazione dello stato in Europa. Riflessioni introduttive di Charles Tilly. In: TILLY, Charles (Ed.). *La formazione degli stati nazionali nell'Europa occidentale*. Bologna: Il Mulino, 1984.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Tradu o de Mário da Gama Kury, Brasília: Editora UnB, 1987.

VEGAS, Jesus Castillo. Ciudadan a y milicia en el republicanismo florentino. *Tópicos: Revista de Filosofía*, v. 37, p. 135-160, 2009.

VEGEZIO, Flavio Renato. *L'Arte Militare*. Traduzione di Antonio Angelini. Roma: Stato Maggiore dell'Esercito Ufficio Storico, 1984.

VERRIER, Frédérique Verrier. Machiavelli e Fabrizio Colonna nell'Arte della Guerra: il polemologo sdoppiato. In: MARCHAND, Jean-Jacques (Ed.). *Niccol  Machiavelli. Politico. Storico Letterato. Atti del convegno di Losanna, 27-30 settembre 1995*. Roma: Salerno Editrice, 1996. p. 175-187.

VINCIERI, Paolo. Natura. In: SASSO, G. (Ed.). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. II. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 219-222.

VIROLI, Maurizio. *From Politics to Reason of State: The acquisition and transformation of the language of Politics 1250-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

VIVANTI, Corrado. «Iustitia et armi» nell'Italia di Machiavelli. In: BARBERIS, W. (Ed.). *Storia d'Italia – Annali 18 – Guerra e Pace*. Torino, Einaudi, 2002, p. 339-369.

_____. Introduzioni e note. In: MACHIAVELLI, Niccol . *Opere*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. Berkeley: Addison-Wesley, 1979.

WICHT, Bernard. *L'idée de milice et le modèle suisse dans la pensée de Machiavel*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1995.

WINTER, Lairton. *Conflito Civil e Liberdade: o antagonismo de desejos como o fundamento da liberdade republicana em Maquiavel*. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UNIOESTE, Toledo.

ZANZI, Luigi. *Il metodo del Machiavelli*. Bologna: Il Mulino, 2013.

_____. *Machiavelli e gli "Svizzeri": e altre "machiavellerie" filosofiche concernenti la natura, la guerra, lo stato, a società, l'etica e la civiltà*. Bellinzona: Edizioni Casagrande, 2009.

ZORZO, Douglas A. F. Maquiavel e a função dos tumultos para a potência militar romana. *Griot: Revista de Filosofia*, v. 19, n. 2, p. 284-299, 2019.

_____. *Maquiavel e a função política da arte da guerra*. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UNIOESTE, Toledo.

_____. Maquiavel entre o ódio popular e a guerra: considerações políticas sobre a eficácia das fortalezas. *Peri*, v. 8, n. 2, p. 66-82, 2016.